



Relatório de Execução do Programa Intervir+

2009

INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia



Programa Operacional

Objectivo: Competitividade Regional e Emprego da Região Autónoma da Madeira

Zona elegível: Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

Período de programação: 2007-2013

Número do programa (CCI): CCI 2007 PT 16 2 PO 002

Designação do programa: Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico
e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira

Relatório Anual de Execução

Ano do relatório: 2009

Data de aprovação pela Comissão de Acompanhamento: 07.06.2010

Sumário Executivo

O ano 2009 marca o zénite duma crise económica e financeira sem precedentes históricos. A instabilidade dos mercados financeiros, a contracção da actividade económica nas principais economias mundiais e o aumento significativo do desemprego determinaram a conjuntura económica internacional que marca a implementação do Programa na actualidade e, em particular, no ano em análise.

A implementação do Programa Intervir+ foi por conseguinte marcada pela conjugação de um conjunto de vectores de mudança que influenciaram sobremaneira as condições e o ritmo de desenvolvimento do Programa. Com efeito, as dinâmicas registadas nesta fase reflectem, por um lado, alterações introduzidas no novo período de programação e, por outro lado, os problemas de natureza económica e orçamental que têm afectado a economia regional.

Importa registar que as alterações da situação económica mundial originaram um conjunto variado de iniciativas, a nível comunitário, nacional e regional, que visaram mitigar as dificuldades com que os Estados-Membros e respectivas Regiões se deparavam na aplicação dos Fundos Estruturais, das quais se destacam: o alargamento do prazo de elegibilidade das despesas dos PO do QCA III para 30.06.2009; a Comunicação da Comissão no âmbito da política comunitária de concorrência, que permitiu a Portugal a possibilidade de criar as condições para conceder, entre 2009 e 2010, auxílios de minimis até 500.000 euros (em alternativa aos 200.000 euros previstos no Regulamento (CE) n.º 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro), durante um período de três exercícios financeiros; a alteração do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, que abriu a possibilidade de, em 2009, ser disponibilizado novo pré-financiamento; o relançamento dos Sistemas de Incentivos regionais - EMPREENDINOV, SIRE, QUALIFICAR+ e SI TURISMO - com novas condições de aplicação.

Ao longo de 2009 evidenciou-se uma recuperação acentuada do desempenho financeiro do Programa traduzida na melhoria notória dos níveis de compromisso globais e dos principais Eixos, na ampliação das áreas de intervenção com projectos aprovados e no aumento dos ritmos de realização e despesa.

Neste ano, foram apresentadas a co-financiamento do Programa 128 candidaturas, tendo sido aprovadas 86, o que traduz um nível de aprovações de 67% em termos globais do Programa (o ano de 2008 havia terminado com 24 projectos aprovados). O Eixo IV - Coesão Territorial e Governança foi o que alcançou a taxa de aprovação mais elevada, 110%. Ao invés, o Eixo III - Desenvolvimento Sustentável apresenta a taxa de aprovação mais baixa, 44%.

A dinâmica que o do Programa já apresenta, passados dois anos de efectiva execução, revela um significativo conhecimento por parte dos beneficiários, bem como a clara identificação dos seus factores estratégicos (do total das candidaturas apresentadas desde o início do Programa (203), 109 foram aprovadas por parte da Autoridade de Gestão). A distribuição por Eixos Prioritários aponta ainda para uma elevada concentração de projectos aprovados nos Eixos de que são predominantemente beneficiárias entidades privadas (os Eixos I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento e II - Competitividade da base Económica Regional possuem 75% das aprovações do total do Programa). Saliente-se ainda a expressão que o Eixo II e o Eixo IV detêm em termos de candidaturas aprovadas, o que denota uma dinâmica particular em termos das infra-estruturas, nomeadamente as ligadas ao sector educativo e de formação (Eixo IV) e a envolvente empresarial (Eixo II), realçando-se com a construção de infra-estruturas de acolhimento empresarial.

Em praticamente todas as Vertentes de Intervenção, existem projectos aprovados, com excepção de três Vertentes (Gestão Ambiental Sustentável, Conservação da Natureza e Biodiversidade, Cooperação Interregional e Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas), esperando-se para curto prazo a concretização das intenções de projectos que se previam apoiar, dada a importância destas Vertentes para os objectivos do Programa (a 31.12.2009 haviam já sido apresentadas duas candidaturas, uma na Vertente de Intervenção “Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas” e outra na Vertente de Intervenção “Gestão Ambiental Sustentável, Conservação da Natureza e Biodiversidade”). Em resultado, verificou-se um incremento na taxa de compromisso, tendo passado de 11%, em 2008, para 45% em 2009.

Este alargamento das áreas de intervenção, significando um maior ajustamento ao espectro de domínios de intervenção do Intervir+, ocorreu numa fase caracterizada pela persistência da crise económica, com forte impacto nas dinâmicas de iniciativas e investimento empresarial, tanto da parte das empresas existentes, como de outras em fase de lançamento de actividade, mas abrangendo também (pelos constrangimentos orçamentais conhecidos) os organismos da Administração Pública.

A informação reportada a 31.12.2009, revela que os Eixos II e IV, atingiram já um grau de absorção de fundos elevado, tendo contribuído a aprovação de projectos de carácter estruturante e de grande pertinência estratégica, nomeadamente: escolas, infra-estruturas empresariais e promoção do Destino Madeira. Com indicadores mais baixos destacam-se o Eixo

III e V, por razões diferentes, enquanto que no Eixo V estão a ser ultimadas candidaturas que darão um forte impulso a este indicador, no Eixo III a dinâmica tem sido menor, apesar de existirem intenções de projectos cuja concretização poderá dar outra expressão aos indicadores deste Eixo.

Esse comportamento positivo não invalida que o padrão de desempenho, acumulado a 31.12.09, em termos de execução e realizações, se apresente aquém do programado.

O ano de 2009 foi no entanto determinante para o alcance de níveis mais consentâneos com o esperado para esta fase de implementação do Programa. Neste ano, o Programa apresentou uma taxa de execução de 7,6%, que traduz um acréscimo significativo comparativamente com o ano de 2008, que registava uma taxa de execução de 1,9%. Contudo, os dados relativos à execução mantêm-se assim em níveis reduzidos. O desfasamento entre o nível de compromisso e o nível de execução reflecte, no essencial, as dificuldades por parte dos beneficiários na realização de despesa de operações aprovadas, algo a que não é alheio a actual conjuntura económica e a sobreposição de dois períodos de programação.

A Autoridade de Gestão em parceria com o Organismo Intermédio - IDE-RAM - vem acompanhando as dificuldades no terreno da execução do investimento aprovado, que se revelam mais notórias nas áreas de intervenção em que predominam promotores privados (p.e., Incentivos Directos e Indirectos às Empresas). As áreas de intervenção dos Eixos II, IV e V apresentam indicadores de realização mais consentâneos com o ciclo de vida dos projectos e as necessidades de concretização dos resultados. Destaque-se as medidas implementadas no âmbito do relançamento dos Sistemas de Incentivos, referidas atrás, de forma a tornar estes instrumentos mais atractivos e flexíveis e a melhor responder às necessidades e expectativas do tecido empresarial num contexto de crise financeira internacional. Com estas alterações perspectiva-se dinamizar a tão necessária procura de “sequência” (expressa nas dinâmicas de contratação e execução do projectos aprovados).

A Autoridade de Gestão tem ainda concentrado esforços, em articulação com vários organismos da Administração Pública, no sentido de priorizar de forma manifesta todos os projectos que auferem de apoio comunitário, nomeadamente com os organismos com responsabilidade no Orçamento e Finanças da Região. Crê-se com esta orientação minimizar os constrangimentos financeiros que são esperados para 2010 e que se perspectiva terem uma forte repercussão ao nível da capacidade de execução da Administração Pública. Inclusive, já em finais de 2009, a Autoridade de Gestão efectuou adiantamentos aos beneficiários cuja repercussão deverá implicar uma subida significativa da taxa de execução.

Destacamos ainda, a nível da execução financeira, quer a aprovação da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo pela CE no primeiro quadrimestre do ano, que possibilitou a apresentação do primeiro pedido de certificação de despesas, quer o 3.º pré-financiamento, de 2,5%, que foi transferido para a AG no último semestre 2009, pela importância que tiveram para os níveis actuais de execução, embora o nível de certificação de despesa tenha ficado muito aquém do previsto para este ano. Espera-se que em 2010 seja cumprida a meta da Regra “N+3”, permitindo desta forma afastarmos o espectro de perda líquida do Programa. Para tal, é imperioso que a execução entre em “velocidade de cruzeiro”, gerando montantes de despesa susceptíveis de serem certificados.

Até à data, o Programa Intervir+ não considerou despesas específicas do Fundo Social Europeu no âmbito do Eixo VI - Assistência Técnica, nem despesas de funcionamento no âmbito do Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade (os montantes de despesa relativos ao Eixo V reportam-se a despesas de investimento e encontram-se dentro dos limiares regulamentares).

Com base nas categorias de despesas “amigas” da Estratégia de Lisboa (earmarking), verificamos que o Programa Intervir+ apresentava taxas modestas, apenas 65,5% das despesas aprovadas (57,5% das despesas executadas) foram classificadas nos temas prioritários considerados relevantes para a Agenda de Lisboa. Relativamente à aferição da meta, e considerando que a execução verificada no mesmo período para o Programa Rumos se situa nos 99%, o montante total de fundos executados nesta Região em categorias de despesa earmarking, até ao final de 2009, corresponde a 73%.

Registaram-se duas situações de anulação parcial por motivos de irregularidades. Os montantes irregulares em causa foram recuperados através de compensação nos próprios projectos e constituem montantes readquiridos do Programa, não se tendo verificado alterações substanciais das condições de atribuição de comparticipação em nenhum dos projectos.

No que diz respeito às dinâmicas de realização, registre-se que o ritmo imprimido alimentou de forma extremamente significativa os indicadores de realização e de resultados do Programa, na respectiva consecução dos objectivos e metas delineados.

Com efeito, o Eixo I começa já a indiciar progressos efectivos em termos de realizações, embora ainda aquém das metas previstas para o mesmo. O Eixo II evidencia progressos efectivos, quer em termos de realizações, quer de resultados, constatando-se, no que concerne em específico às realizações associadas a entidades públicas, um cumprimento quase

efectivo das metas previstas. O Eixo III - que abrange os projectos que contribuem para o desenvolvimento sustentável numa óptica ambiental - indicia, tanto a nível de indicadores de realização física como de resultado, progressos ao nível das metas previstas. O Eixo IV apresenta, em termos de indicadores de realização física e de resultado, uma situação não muito diferente dos restantes Eixos do Programa, ou seja, indicia progressos quanto ao cumprimento das metas consignadas. O Eixo V, por seu turno, não regista progressos na quantificação da larga maioria dos seus indicadores físicos, atendendo ao facto de até 31.12.2009 não terem sido aprovados projectos que contribuíssem para os mesmos e, no caso excepcional do projecto já aprovado ao abrigo deste Eixo, por este não se encontrar ainda concluído, factor que se reflecte na execução nula do respectivo indicador de resultado.

Dos indicadores comuns comunitários aplicáveis ao Programa, destacam-se os valores associados às áreas da educação, da inclusão social, das ajudas directas ao investimento nas Pequenas e Médias Empresas (PME) e competitividade das cidades, da investigação e desenvolvimento tecnológico, do turismo e da reabilitação urbana e rural. Com desempenhos mais incipientes seguem-se as áreas da sociedade da informação, dos transportes e da prevenção de riscos.

Relativamente aos grandes projectos enunciados no texto do Programa (vd. Quadro 48), as respectivas candidaturas não foram ainda objecto de formalização, nem são expectáveis no decurso de 2010. Em 2009, foi contudo aprovado um projecto com este enquadramento, no âmbito do SI QUALIFICAR+ - projecto de "Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar", tendo-se iniciado a preparação do procedimento de notificação à CE também nesse ano. O projecto localiza-se na Zona Franca Industrial da Madeira e o investimento global previsto ascende ao montante de 86.127.000 euros.

O ano de 2009 foi ainda determinante para a consolidação do modelo de gestão e controlo, inclusive para o modelo de parceria com o IDE-RAM (OI). Em 2008, a Comissão Europeia havia considerado que o sistema de gestão e controlo criado para o Programa não cumpria as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, tendo a AG desencadeado todos os esforços para a resolução das observações efectuadas por este órgão. No início do primeiro trimestre de 2009, este processo culminou com a aceitação pela Comissão Europeia dos sistemas de gestão e controlo criados para o Programa Operacional.

Refira-se que o IDR, ao deter responsabilidades ao nível da gestão dos PO co-financiados pelo FEDER e pelo FSE (AG), do Programa Operacional Temático (Programa Operacional de Valorização do Território - POVT) co-financiado pelo FEDER e Fundo de Coesão (OI) e do Programa de Cooperação Transnacional Madeira - Açores - Canárias, co-financiado (PCT-MAC) pelo FEDER (Interlocutor Regional), bem como ao nível da coordenação global dos fundos comunitários aplicáveis à Região [(nomeadamente, Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu das Pescas (FEP)], vem, no âmbito da complementaridade do Programa com outros instrumentos, promovendo a troca de informações e fomentando articulações várias entre os mesmos. A troca de informação concretizada permitiu esclarecer eventuais situações de sobreposição de operações e financiamentos, bem como recolher informação sobre a existência de complementaridades entre operações co-financiadas e a co-financiar pelas intervenções em causa.

Em 2009 foi assinado o Protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), do Programa Intervir+, do Programa Rumos, o Gestor dos Sistemas de Incentivos às Empresas e Compensação dos Sobrecustos e os Gestores de Eixo do Programa Rumos, dirigido a complementar e a propiciar o desenvolvimento de sinergias entre os Fundos Estruturais e as actuações a serem concretizadas no quadro do Programa Operacional co-financiado pelo FEADER. Este protocolo estabeleceu os procedimentos de articulação e demarcação, com a clarificação das competências e âmbitos de intervenção, para cada Fundo e Organismo.

O protocolo similar previsto estabelecer entre as Autoridades de Gestão do Programa Intervir+ e do Programa Operacional co-financiado pelo FEP não foi concretizado em 2009, por motivo de atraso das disposições em matéria de governação do Programa Operacional Pescas (PROMAR), mas as respectivas AG promoveram ainda assim, trocas de informação que permitiram criar as condições necessárias à boa prossecução das suas intervenções, no respeito estrito pelas normas e regulamentos aplicáveis.

Com a articulação estabelecida, o Programa em 2009 viu as suas acções complementarem as acções desenvolvidas ao abrigo do Programa Operacional para a Valorização do Potencial Humano e Coesão Social (Programa Rumos), PCT-MAC e Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT). Relativamente ao PRODERAM e ao PROMAR, não foram registadas quaisquer sinergias ou complementaridade entre projectos co-financiados por estes Programas.

O Programa Intervir+, enquanto Programa enquadrado no QREN é acompanhado nas várias componentes - estratégica, operacional e financeira - através do sistema de monitorização interno do Programa. Este acompanhamento é efectuado com o recurso a mapas de monitorização, construídos com base na informação residente no Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos (SIGMA). O reporte desta informação é efectuado mensalmente, conjuntamente com o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR), que por sua vez a envia ao Observatório do Quadro de

Referência Estratégico Nacional (QREN). Este trabalho dá lugar à emissão de boletins informativos da responsabilidade da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, bem como a reportes internos que permitem à Autoridade de Gestão, quer verificar o desempenho do Programa a nível nacional, quer efectuar as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção, eventuais ajustamentos no contexto de articulação da função monitorização (inclusive estratégica) e avaliação que o actual quadro de programação preconiza.

Em termos das actividades de monitorização, destaque-se em particular a importância que foi dada à monitorização estratégica no Programa. O Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) contratou serviços de consultoria que têm vindo a desenvolver actividades técnicas com vista a apoiar a gestão do Programa.

Este exercício é, de certo modo, complementar aos exercícios de avaliação impostos por normativos comunitários e visa apoiar a operacionalização das condições de suporte indispensáveis a uma gestão mais estratégica e eficaz das Intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais. Semestralmente é processada informação quantitativa resultante da evolução das dinâmicas de aprovação e realização/execução das ajudas veiculadas através das diferentes tipologias de intervenção aos respectivos destinatários-alvo, mas também de informação qualitativa que reflecta as tendências de evolução que caracterizam a envolvente contextual das Intervenções. A monitorização efectuada ao longo do ano de 2009 permitiu efectuar um balanço de dimensões-problema e factores críticos de desenvolvimento do Programa Intervir+.

No decorrer de 2009, deu-se continuidade ao processo de manutenção evolutiva do SIGMA ao período de programação 2007-2013. Foram concluídos os módulos de registo das auditorias, verificações no local e respectivos follow-ups, tendo-se implementado a solução de contingência da Gestão de Devedores. Completou-se igualmente os desenvolvimentos relativamente ao módulo de importação das fichas Subsistema de Recepção e Análise de Candidaturas dos Sistemas de Incentivos, utilizadas pelo Organismo Intermédio, responsável pela Gestão dos Sistemas de Incentivos. Destaque para o facto de ter sido possível efectuar no início do segundo semestre de 2009, a submissão do primeiro pedido de certificação, através do sistema de informação.

Foram ainda efectuados alguns desenvolvimentos no âmbito do SIGMA EIS, no sentido de adaptar igualmente a aplicação usada no período de programação anterior ao actual período de programação e no módulo designado por SIGMA PaperLess, visando a desmaterialização dos procedimentos e a consulta, através do módulo SIGMA Oper, da documentação de suporte aos pedidos de financiamento, no que diz respeito aos projectos públicos ou equiparados.

No decorrer de 2010, importa, uma vez já definidas e estabilizadas as normas e protocolos de comunicação por parte do IFDR, substituir as soluções de contingência pelas soluções definitivas. Numa primeira fase, pretende-se substituir os actuais mecanismos de monitorização mensal e da gestão de devedores, baseados em folhas de cálculo extraídos do sistema, pela utilização de web services para a transmissão de dados entre os sistemas de informação da Autoridade de Gestão e do IFDR. Num segundo momento, prevê-se operacionalizar os web services, referente a Grandes Projectos. No âmbito destas operações de manutenção, prevê-se ainda introduzir algumas melhorias no âmbito dos sistemas de Gestão Documental, SIGMA EIS e lançar uma nova versão, que vise melhorar a imagem do interface utilizado pelos beneficiários, designado por Bolsa de Candidaturas.

No âmbito da função Avaliação, no primeiro semestre de 2009 desencadeou-se os procedimentos relativos à elaboração do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+. O Estudo foi adjudicado à empresa Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores. No terceiro trimestre do ano, foi entregue o Relatório Inicial, tendo sido definida a metodologia de avaliação da operacionalização do Programa, conforme a proposta de prestação de serviços.

Perspectiva-se para o primeiro semestre de 2010 a conclusão desse exercício de avaliação. As recomendações serão objecto de resposta obrigatória, sendo que, a Autoridade de Gestão pronunciar-se-á sobre as mesmas, com vista à sua viabilidade e operacionalização. As recomendações que vierem a ser aceites serão objecto de procedimento de follow-up. A Autoridade de Gestão irá igualmente apresentar as conclusões à Comissão de Acompanhamento (CA) no sentido da sua análise, em especial as de carácter estratégico.

Ainda no âmbito da Avaliação, registe-se que em 2009 a Autoridade de Gestão procedeu à actualização do Plano de Avaliação do Programa, uma vez que, este constituía um compromisso preliminar que teve de ser (re)ajustado em calendário face às incidências do 1º ciclo de execução do Programa Intervir+. A actualização do Plano, além das pontuais reformulações no corpo do respectivo texto, deixou de prever a avaliação temática no âmbito dos Eixos Prioritários/Prioridades Estratégicas do Programa - Quadro de Referência, a lançar ao longo de 2009, 2010 e 2011, deixando a sua referência de figurar no texto do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO 2007-2013 (PGA). Foram ainda revistos os exercícios projectados de avaliação intercalar, com actualizações nos correspondentes objectivos, questões e utilização específica dos resultados da Avaliação.

A preparação do Programa Intervir+ foi acompanhada de um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que deu cumprimento às disposições da Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Junho, relativa aos efeitos de certos planos e programas no ambiente. Atendendo a que a realização desta primeira etapa do exercício da AAE foi anterior a transposição para legislação nacional da Directiva 2001/42/CE, as autoridades de programação nacionais aplicaram, assim, directamente os requisitos regulamentares, tendo-se concluído posteriormente - após a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho que veio estabelecer, no quadro jurídico nacional, o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente que a etapa da AAE realizada correspondeu igualmente às exigências que foram consagradas, a posteriori, na legislação nacional. A AAE contribuiu para a integração das considerações ambientais na preparação e implementação do Programa Intervir+, tendo acompanhado o processo de programação desde o seu início. A AAE foi realizada por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

O cumprimento dos requisitos associados à AAE no que respeita ao Programa Intervir+ não se limita, porém, à AAE realizada na fase de preparação do instrumento de programação. O Programa Intervir+ assumiu, no âmbito das suas actividades de gestão, responsabilidades no que respeita ao controlo dos efeitos ambientais da sua execução e assegura, em articulação com o Observatório do QREN, uma efectiva monitorização ambiental e de sustentabilidade da sua implementação. A integração de considerações ambientais no Programa Intervir+ teve por base a realização de uma avaliação ambiental estratégica pormenorizada. A Autoridade de Gestão do Programa colocou o ambiente no centro das suas actividades de gestão através do empenhamento na realização do processo de seguimento da avaliação ambiental estratégica e do recurso a variados mecanismos e ferramentas cujo principal objectivo é o de garantir um nível de protecção ambiental superior ao que teria sido alcançado na sua ausência.

Estes mecanismos e ferramentas abrangem instrumentos sistematizadores para o adequado cumprimento do acervo comunitário e nacional em matéria de ambiente, um envolvimento da Direcção Regional do Ambiente no processo de avaliação de aceitabilidade e de mérito de projectos submetidos no âmbito de áreas-chave da intervenção directa no ambiente e a incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede do Regulamento Específico. Tratam-se de mecanismos e ferramentas ambiciosos em função dos quais poderão ser avaliados os esforços de integração desenvolvidos até à data.

Em matéria de Informação e Publicidade (I&P) pretendeu-se assegurar a ampla divulgação das intervenções deste Programa, visando uma cobertura mediática através do uso das mais diversas formas e métodos de comunicação. Foi dado devido seguimento ao Plano Estratégico de Comunicação (PEC) dos Programas Operacionais da RAM, sendo que o ano de 2009 se caracterizou pelo desenvolvimento de um conjunto de actividades integradas na segunda fase operacional deste Plano, designada por "Consolidação e Relançamento" i. e., consolidação quanto à notoriedade da marca e relançamento no que toca ao refreshment dessa notoriedade. Salienta-se as grandes acções de informação anual desenvolvidas em 2009 pela Autoridade de Gestão -as acções Street Show, Mural Digital e Suplemento Anual do Espaço Global.

Relativamente ao Estudo de Impacto das Acções de Informação e Publicidade do PEC, somente foi possível efectuar a apresentação do 1º balanço da fase qualitativa do estudo, da qual se destacam três aspectos importantes: as acções de I&P desenvolvidas em 2009 tiveram em consideração as recomendações do Estudo realizado sobre as acções do PEC desenvolvidas em 2008; foi manifesta a necessidade de mais divulgação junto do tecido empresarial sobre os apoios, com o envolvimento das Associações Empresariais/Profissionais, Gabinetes de Contabilidade e a própria Banca; a linha de comunicação de 2009 foi avaliada muito positivamente, já que, mais do que despertar atenção/conquistar notoriedade, supriu também um défice sentido de informação através da "descodificação" dos eixos de intervenção e clarificação dos destinatários do Programa Intervir+.

Pretende-se, para 2010, dar continuidade ao Plano Estratégico de Comunicação e seguir a linha implementada em 2009, apostando cada vez mais numa linguagem mais acessível e com registos mais apelativos, através da aproximação de um modelo de escrita jornalística, e na qualidade da imagem gráfica. Será feito haver um esforço na divulgação de casos de sucesso, dando preferência a relatos pessoais.

Índice

I	Sumário Executivo	
7	Índice Geral	
8	Índice de Anexos	
8	Índice de Quadros	
9	Índice de Figuras	
9	Índice de Gráficos	
10	Nota Introdutória	
11	1. Apresentação do Programa Operacional	
12	1.1. Estrutura do Programa	
15	2. Execução do Programa Operacional	
15	2.1. Realização e análise dos progressos	
15	2.1.1. Realização física do Programa Operacional	
18	2.1.2. Realização financeira	
19	2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos	
23	2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo	
24	2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado	
24	2.1.6. Análise qualitativa	
35	2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário	
37	2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	
38	2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional	
48	2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	
48	2.6. Complementaridade	
48	2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos	
50	2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira - JEREMIE e JESSICA	
51	2.7. Acompanhamento e avaliação	
70	3. Execução por eixo prioritário	
70	3.1. Eixo prioritário I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	
70	3.1.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos	
71	3.1.2. Análise qualitativa	
73	3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	
74	3.2. Eixo prioritário II - Competitividade da Base Económica Regional	
74	3.2.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos	
75	3.2.2. Análise qualitativa	
78	3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	
79	3.3. Eixo prioritário III - Desenvolvimento Sustentável	
79	3.3.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos	
80	3.3.2. Análise qualitativa	
82	3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	
83	3.4. Eixo prioritário IV - Coesão Territorial e Governação	
83	3.4.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos	
84	3.4.2. Análise qualitativa	
86	3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	
87	3.5. Eixo prioritário V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	
87	3.5.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos	
88	3.5.2. Análise qualitativa	
89	3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	
90	4. Grandes projectos	
91	5. Assistência técnica	
92	6. Informação e divulgação	
105	7. Conclusões e previsões para 2010	
109	Glossário de Siglas	
111	Anexos	

Índice de Anexos

Anexo I Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais	112
Anexo II Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário	120
Anexo III Aprovações e execução por NUT III	122
Anexo IV Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009	124
Anexo V Lista de operações aprovadas por Eixo Prioritário	132
Anexo VI Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário	140
Anexo VII Processo de selecção por Eixo Prioritário	142
Anexo VIII Ficha de Grande Projecto	146
Anexo IX Repartição cumulativa das dotações aprovadas da contribuição comunitária por combinação de dimensão de categorização	148
Anexo X Tabela de classificação NUT de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003	149
Anexo XI Lista Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade	150
Anexo XII Árvore de imputação entre regulamentos e indicadores	151
Anexo XIII Estrutura do Programa	156
Anexo XIV Complementaridade com outros instrumentos	158
Anexo XV Acções de Informação e Publicidade - 2009	162

Índice de Quadros

Quadro 1 Estrutura do Programa	12
Quadro 2 Realização Física	15
Quadro 3 Eixos prioritários por fonte de financiamento	18
Quadro 4 Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por Categoria	20
Quadro 5 Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento	21
Quadro 6 Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território	21
Quadro 7 Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica	22
Quadro 8 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário	23
Quadro 9 Candidaturas aprovadas por sector de actividade	23
Quadro 10 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2009	24
Quadro 11 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2007-2009	24
Quadro 12 Distribuição das Candidaturas aprovadas por Vertente de Intervenção 2009	26
Quadro 13 Distribuição das Candidaturas aprovadas por Vertente de Intervenção 2007-2009	27
Quadro 14 Montantes Aprovados no Programa 2009	27
Quadro 15 Montantes Aprovados no Programa 2007-2009	28
Quadro 16 Montantes Executados no Programa 2009	29
Quadro 17 Montantes Executados no Programa 2007-2009	29
Quadro 18 Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário	31
Quadro 19 Síntese do enquadramento dos SI do Programa Intervir+	36
Quadro 20 Comissão Governamental de Orientação	51
Quadro 21 Unidades de Gestão	52
Quadro 22 Verificações no local AG	53
Quadro 23 Manuais de Procedimentos da AG	54
Quadro 24 Comissões de Acompanhamento	55
Quadro 25 Manuais de Procedimentos do OI	57
Quadro 26 Verificações no local OI	57
Quadro 27 IDE - Exposições Empresariais - 2009	58
Quadro 28 IDE - Sessões de Divulgação - 2009	58
Quadro 29 Calendário de actividades da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+ 2009	63
Quadro 30 Realização Física do Eixo Prioritário I	70
Quadro 31 Montantes Aprovados / Executados no Eixo I 2009	72
Quadro 32 Montantes Aprovados / Executados no Eixo I 2007-2009	72

Quadro 33	Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo I	73
Quadro 34	Realização Física do Eixo Prioritário II	74
Quadro 35	Montantes Aprovados / Executados no Eixo II 2009	76
Quadro 36	Montantes Aprovados / Executados no Eixo II 2007-2009	76
Quadro 37	candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiários Eixo II	77
Quadro 38	Realização Física do Eixo Prioritário III	79
Quadro 39	Montantes Aprovados / Executados no Eixo III 2007-2009	81
Quadro 40	Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo III	83
Quadro 41	Realização Física do Eixo Prioritário IV	85
Quadro 42	Montantes Aprovados / Executados no Eixo IV 2009	85
Quadro 43	Montantes Aprovados / Executados no Eixo IV 2007-2009	86
Quadro 44	Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo IV	87
Quadro 45	Realização Física do Eixo Prioritário V	88
Quadro 46	Montantes Aprovados / Executados no Eixo V 2007-2009	89
Quadro 47	Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo V	89
Quadro 48	Grandes projectos	90
Quadro 49	Grande projecto aprovado	90
Quadro 50	Visitas ao sítio web - Página Intervir+	93
Quadro 51	Órgãos de Comunicação Social 2009	98
Quadro 52	Evolução Mensal 2009	98
Quadro 53	Mural Digital - Escolas abrangidas de 12 de Outubro a 26 de Novembro de 2009	99
Quadro 54	Mensagens Inseridas no Mural Digital	100
Quadro 55	Mergulhar LÁ e Plantar CÁ	101
Quadro 56	Avaliação Global das Acções de Informação e Publicidade	104
Quadro 57	Adaptações SIGMA/QREN 2009	108
Quadro 58	Previsão de pedidos de pagamentos intermédios para 2010	108

Índice de Figuras

Figura 1	Fluxograma do Modelo de Gestão do Programa Rumos	13
-----------------	--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1	Distribuição Financeira por Eixo	12
Gráfico 2	Distribuição de Candidaturas (Apresentadas / Aprovadas) por Eixo Prioritário	25
Gráfico 3	Taxa de compromisso por Eixo	28
Gráfico 4	Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Eixo Prioritário	30
Gráfico 5	Evolução recente e previsões de crescimento para a economia mundial	38
Gráfico 6	Evolução recente e previsões de crescimento para a Área Euro, EUA e Japão	39
Gráfico 7	Variação real do PIB dos Estados-Membros da EU em 2009 e expectativas de evolução económica para 2010 e 2011	39
Gráfico 8	Evolução recente e previsões de crescimento para Portugal e UE27	40
Gráfico 9	Variação do PIB regional em 2008	41
Gráfico 10	Índice de disparidade do PIB per capita (PT=100)	41
Gráfico 11	Índice de disparidade do PIB per capita (UE27=100)	42
Gráfico 12	Evolução recente e previsões da taxa de desemprego para os EUA, Japão e Área Euro	42
Gráfico 13	Taxa de desemprego nos Estados-Membros da UE27 em 2009*	43
Gráfico 14	Taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na Área Euro	43
Gráfico 15	Índice de preços no consumidor na RAM, em Portugal e na Área Euro	44
Gráfico 16	Evolução da taxa de refinanciamento do BCE	45
Gráfico 17	Evolução da taxa Euribor a 3 e a 6 meses	45

Nota Introdutória

A Autoridade de Gestão (AG) apresenta à Comissão de Acompanhamento (CA), para análise e aprovação, um relatório anual sobre a execução do Programa Operacional de Valorização Territorial do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, adiante designado Programa Intervir+, após o que o mesmo deverá ser apresentado à Comissão Europeia (CE), nos termos do artigo 67º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

A coordenação global do Relatório de Execução Anual coube ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, em articulação com os contributos do organismo associado à gestão, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE-RAM).

O modelo de Relatório agora apresentado segue o disposto no Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de Setembro, que altera o Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro. As observações transmitidas pela Comissão Europeia aquando da apreciação do Relatório de Execução de 2008 foram igualmente tomadas em consideração. Pretendeu-se dar uma visão global da implementação do Programa, nas suas diferentes perspectivas - estratégica, operacional, financeira e de auditoria - por forma a possibilitar a análise anual do Programa de acordo com o estipulado no artigo 68º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

A coordenação global do Relatório Anual de Execução coube ao IDR, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, em articulação com o contributo do organismo associado à gestão, Instituto de Desenvolvimento Empresarial. É também de realçar o papel do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR, IP), enquanto autoridade de Certificação, pela colaboração e pela disponibilização de informação indispensável à elaboração do presente relatório.

I. Apresentação do Programa Operacional

Programa Operacional

Objectivo: Competitividade Regional e Emprego da Região Autónoma da Madeira

Zona elegível: Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

Período de programação: 2007-2013

Número do programa (CCI): CCI 2007 PT 16 2 PO 002

Designação do programa: Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira

Data de aprovação: 05 de Outubro de 2007

Relatório Anual de Execução

Ano do relatório: 2009

Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 07.06.2010

I.1. Estrutura do Programa

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira para o período 2007-2013 assume a prossecução das prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o mesmo período (PDES 2007-2013), prosseguindo, nos moldes determinados pelos regulamentos comunitários estruturais, as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida nesse instrumento de planeamento, cuja concretização é susceptível de co-financiamento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

A concretização destas prioridades estratégicas, não só viabilizará a consagração do desígnio estratégico definido como também a prossecução dos seguintes grandes objectivos:

- Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego através da consagração, na RAM, do novo paradigma das políticas de desenvolvimento baseadas na inovação, no empreendedorismo e na sociedade do conhecimento;
- Assegurar, a todo o tempo, a sustentabilidade das finanças públicas regionais, de modo a salvaguardar e aprofundar a autonomia financeira regional;
- Promover o desenvolvimento sustentável da RAM, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos que sustentam a qualidade de vida e o progresso das populações;
- Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da RAM e, simultaneamente, aumentar a coesão social;
- Valorizar a cultura e o património, assegurando a afirmação sustentada da identidade regional;
- Aumentar a coesão territorial da RAM, propiciando condições de equidade económica, social e territorial no acesso aos bens, serviços, equipamentos e resultados do progresso alcançados.

A coerência estratégica do Programa é alcançada pela consagração de objectivos e recursos que deverão contribuir para concretizar o desígnio estratégico assumido pela Região Autónoma da Madeira no horizonte 2013, o de manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

O Anexo XIII apresenta de forma sistemática, para cada um dos Eixos Prioritários do Programa Operacional, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento. No Anexo VI Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário, é apresentada a ficha de Programa.

O Programa Intervir+ está estruturado em seis Eixos Prioritários, mobilizando mais de 320 milhões de euros de financiamento comunitário propiciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que permitirão assegurar um financiamento total de cerca de 450 milhões de euros. O Quadro I sintetiza os Eixos do Programa e os montantes programados envolvidos.

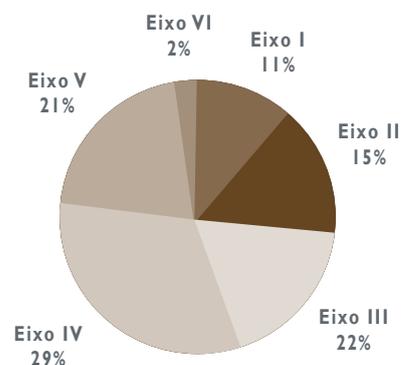
A distribuição da despesa pública programada por Eixo encontra-se representada no Gráfico I.

Quadro I - Estrutura do Programa

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Designação	Financiamento Total	Despesa Pública	Financiamento Comunitário
Eixo I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	43.740.834	43.740.834	34.992.667
Eixo II	Competitividade da Base Económica Regional	61.840.233	61.840.233	49.472.186
Eixo III	Desenvolvimento Sustentável	89.178.251	89.178.251	71.342.601
Eixo IV	Coesão Territorial e Governação	114.896.874	114.896.874	91.916.874
Eixo V	Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	132.649.352	132.649.352	66.324.676
Eixo VI	Assistência Técnica	7.647.059	7.647.059	6.500.000
TOTAL		449.952.603	449.952.603	320.549.004

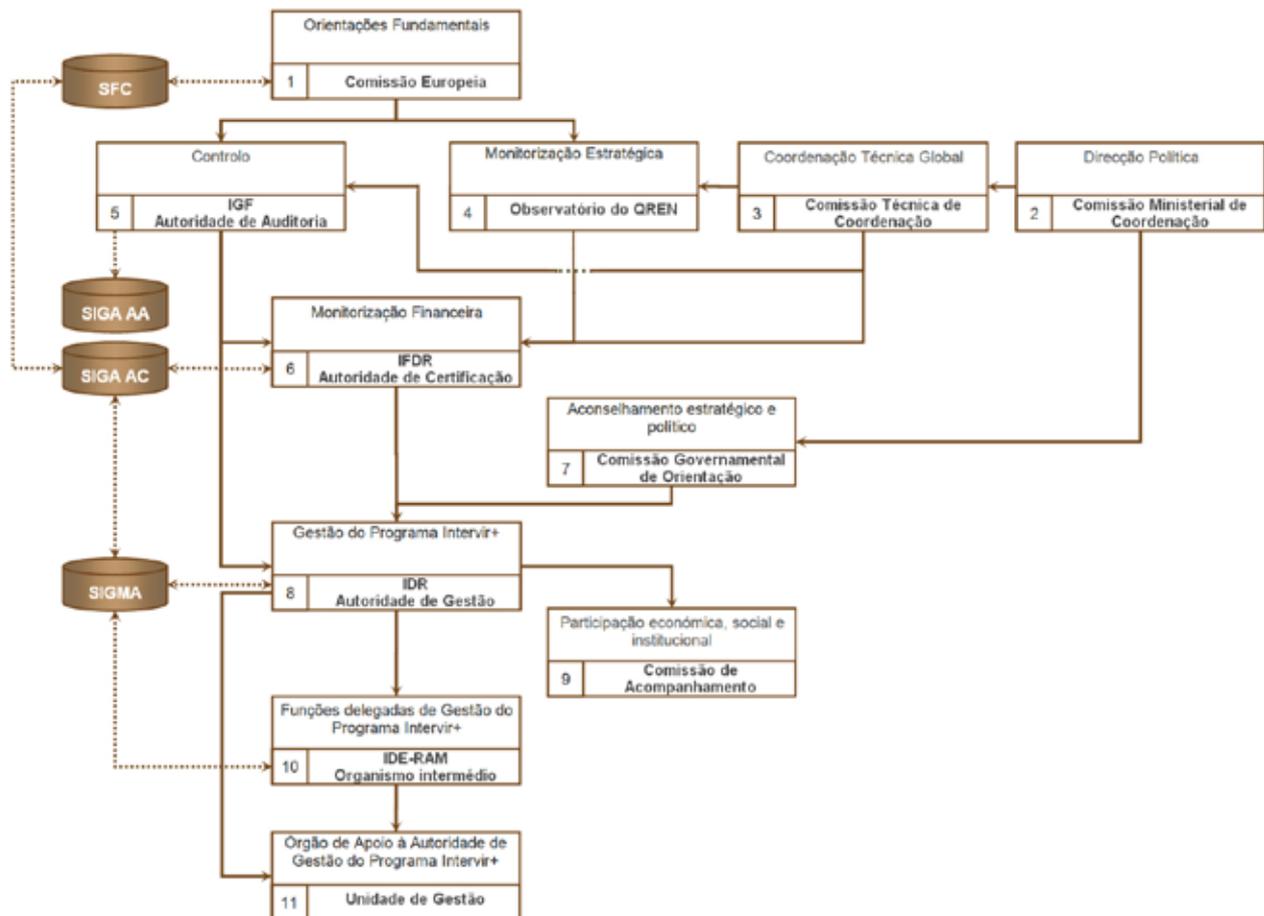
Gráfico I - Distribuição Financeira por Eixo



Governança do Programa

A governação do Programa (PO) compreende órgãos de orientação política e estratégica, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento de acordo com o artigo n.º 35 do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e tendo em conta também o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/M de 27 de Novembro onde se define o modelo de governação dos programas operacionais regionais e a articulação com os demais financiamentos com origem na União Europeia de que seja beneficiária a Região (vd. Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma do Modelo de Gestão



A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ é o Instituto de Desenvolvimento Regional representado pelo Presidente deste Instituto, a quem compete assegurar a gestão e a qualidade da execução do Programa de acordo com o princípio da boa gestão financeira.

A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ decidiu associar à Gestão do Programa um Organismo Intermédio (OI), o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira com experiência directa na gestão de Sistemas de Incentivos conforme os termos do n.º 1 do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

O IDE-RAM é uma entidade pública administrativa criada com o fim específico de promover o desenvolvimento empresarial e o apoio, directo ou indirecto, ao fortalecimento e modernização das estruturas empresariais da Região Autónoma da Madeira, nos sectores secundário e terciário, em especial no que se refere às pequenas e médias empresas, tendo por outro lado, uma vasta experiência em anteriores períodos de programação na gestão de sistemas de incentivos neste âmbito.

É o Organismo que na RAM fornece garantias de competências no domínio em causa e ainda garantias em matéria de gestão administrativa e financeira, bem como de solvabilidade.

Em concreto, o contrato de delegação de competências prevê a delegação de poderes no IDE-RAM, para a prática de actos no âmbito da tipologia de investimentos “Incentivos às empresas, designadamente Pequenas e Médias Empresas” prevista

no Eixo Prioritário I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento e no Eixo Prioritário II - Competitividade da Base Económica Regional, bem como no âmbito da tipologia de investimentos “Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperificidade” enquadrada no Eixo Prioritário V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperificidade. Este contrato teve início em 12 de Abril de 2008, dia seguinte ao da sua aprovação em sede de Comissão Governamental de Orientação (CGO), envolvendo um montante indicativo de financiamento público total de 106 milhões de euros.

Em 19 de Janeiro de 2009, o contrato de delegação de competências sofreu alterações, nomeadamente decorrente da necessidade de incluir o novo Sistema de Incentivos “+CONHECIMENTO - Sistema de Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Região Autónoma da Madeira”.

Neste sentido, o IDR pelo facto de não deter experiência directa na gestão de Sistemas de Incentivos, passa a assegurar com esta delegação, ganhos na gestão das operações a financiar que não seriam obtidos caso a Autoridade de Gestão mantivesse para si os poderes delegados.

2. Execução do Programa Operacional

2.1. Realização e análise dos progressos

2.1.1. Realização física do Programa Operacional

Os indicadores físicos, de realização e resultado, estão contemplados no texto anexo à Decisão do Programa, incluindo os indicadores comuns comunitários (core indicators). Pretende-se neste ponto apresentar a informação relativa à execução física global do Programa, através da análise em específico dos indicadores comuns comunitários, apresentados no Quadro 2, de forma a transmitir os progressos alcançados a nível global - em termos das realizações e resultados - do Programa, sendo que no Capítulo 3 é efectuada a respectiva análise por Eixo Prioritário. Completa a leitura destes resultados a informação inerente à bateria de indicadores comuns nacionais, constituída pelo Anexo I Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais.

Quadro 2 - Realização Física

Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	75	655			
		Metas	-	-	-			
	2. dos quais: homens	Realização Contratada	0	28	340			
		Metas	-	-	-			
	3. dos quais: mulheres	Realização Contratada	0	47	315			
		Metas	-	-	-			
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N° de projectos de I&DT	Realização Contratada	0	1	8			
		Metas	-	-	-			
	5. N° de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada	0	0	1			
		Metas	-	-	-			
	6. Empregos na investigação criados	Realização Contratada	0	0	5			
		Metas	-	-	-			
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N° de projectos	Realização Contratada	0	3	39			
		Metas	-	-	-			
	8. dos quais: n° de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização Contratada	0	1	19			
		Metas	-	-	-			
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	8	195			
		Metas	-	-	-			
10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização Contratada	0	0,22	6,24				
	Metas	-	-	-				
Sociedade de Informação	11. N° de projectos	Realização Contratada	0	1	6			
		Metas	-	-	-			
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	0	0	0			
		Metas	-	-	-			
Transportes	13. N° de projectos	Realização Contratada	0	0	3			
		Metas	-	-	-			
	14. N° de Km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	3,12			
		Metas	-	-	-			
	15. das quais: RTE	Realização Contratada	0	0	0			
		Metas	-	-	-			
	16. N° de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização Contratada	0	0	0,38			
		Metas	-	-	-			
	17. N° de Km de novas ferrovias	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Metas	-	-	-			
	18. das quais: RTE	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Metas	-	-	-			
	19. N° de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Metas	-	-	-			
20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada	0	0	0				
	Metas	-	-	-				
21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
	Metas	-	-	-				
22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização Contratada	0	0	0				
	Metas	-	-	-				

Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Energias Renováveis	23. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	0			
		Metas	-	-	-			
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização Contratada	0	0	0			
		Metas	-	-	-			
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização Contratada	0	0	10.000			
		Metas	-	-	-			
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização Contratada	0	0	10.000			
		Metas	-	-	-			
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	0	0	0			
		Metas	-	-	-			
28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	0				
	Metas	-	-	-				
29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada	0	0	0				
	Metas	-	-	-				
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização Contratada	0	0	0			
		Metas	-	-	-			
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	2			
		Metas	-	-	-			
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Contratada	0	0	0			
		Metas	-	-	-			
33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Contratada	0	0	230.000				
	Metas	-	-	-				
Turismo	34. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	11			
		Metas	-	-	-			
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	0	5			
		Metas	-	-	-			
Educação	36. N.º de projectos	Realização Contratada	0	1	13			
		Metas	-	-	-			
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	0	1.260	76.926*			
		Metas	-	-	-			
Saúde	38. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	0			
		Metas	-	-	-			
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização Contratada	0	2	8			
		Metas	-	-	-			
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	8			
		Metas	-	-	-			
Inclusão Social	41. N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização Contratada	0	1	11			
		Metas	-	-	-			

* Este valor ultrapassa a população escolar da RAM (52.000), pois foi obtido através da soma do n.º alunos beneficiados por cada projecto, existindo duplicação parcial em 2 dos projectos apoiados (MADFDR-04-0177-FEDER-000007- Equipamento Escolar 2009-2013 e MADFDR-04-0177-FEDER-000012 - Fornecimento e Assentamento de Equipamento e Mobiliário Escolar), que incidem sobre o mesmo universo, isto é, o seu âmbito de intervenção é o mesmo, mas no fornecimento de equipamentos distintos

O ano de 2009 ficou marcado por uma recuperação acentuada dos níveis de desempenho do Programa, traduzida na melhoria notória das taxas de compromisso, na ampliação das áreas de intervenção com projectos aprovados e no aumento dos níveis de realização física que lhe estão associados. A realização física da maioria das Áreas Temáticas começa já a indiciar progressos efectivos.

Registe-se que a informação relativa ao ano de 2008 foi actualizada, não devendo a mesma ser alvo de comparação com o relatório anual anterior, dado se ter verificado uma alteração na metodologia de apuramento dos indicadores de realização. A análise efectuada aos indicadores comuns comunitários aplicáveis ao Programa Intervir+ assenta no nível de contratação verificado, ou seja, nos indicadores associados aos projectos contratados e resulta ainda pouco valorizada, considerando que para esta bateria de indicadores não estão, ainda, identificados quaisquer “valores-objectivo” ou metas.

Destes, destacam-se os valores associados às áreas da educação, da inclusão social, das ajudas directas ao investimento nas Pequenas e Médias Empresas (PME) e competitividade das cidades, da investigação e desenvolvimento tecnológico, do turismo, da reabilitação urbana e rural e dos transportes. Com desempenhos mais incipientes seguem-se as áreas da sociedade da informação e da prevenção de riscos.

Na área da educação, os valores registados resultam da contratação de 11 projectos no âmbito do Eixo IV - Coesão Territorial e Governação, contribuindo para consolidar a cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos escolares colectivos (em benefício da população escolar da RAM).

No Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento, foram contratados 2 projectos no

âmbito da tipologia “Apoio ao Sistema Científico e Tecnológica”, contribuindo para desenvolver a ciência, a tecnologia e a diversificação da economia regional, os quais incrementam os resultados em termos desta área (educação).

No domínio da inclusão social, deve ser assinalado o contributo de um conjunto de projectos aprovados no Eixo IV (infra-estruturas educativas) em benefício de jovens, visando promover a oferta de serviços para a inclusão social.

No que respeita às ajudas directas ao investimento nas Pequenas e Médias Empresas (PME), através da intervenção dos Eixos I e II, registou-se um forte acréscimo ao nível dos indicadores comuns comunitários que lhe estão associados, quer seja pelo número de projectos com contrato celebrado, quer seja pelo número de empregos criados e investimento total induzido. Destaca-se que dos 39 projectos contratados à data do presente reporte, 19 eram relativas a start-ups.

Com o contributo de um conjunto de projectos aprovados e contratados no Eixo I (8 projectos), registaram-se igualmente progressos assinaláveis no âmbito da competitividade das cidades, especialmente decorrente dos projectos contratados nas tipologias “Modernização Administrativa” (4 projectos) e “Apoio ao sistema científico e tecnológico” (2 projectos), que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias.

Destacam-se os 7 projectos contratados no Eixo I, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia (tipologia “Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico”), que contribuem para acréscimo verificados nos resultados ao nível do indicador relativo à investigação e desenvolvimento tecnológico.

No domínio da turismo, salienta-se o contributo em especial de 10 projectos contratados no Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional para a melhoria da envolvente da actividade empresarial e de 1 projecto do Eixo I, no âmbito da tipologia “Incentivos às Empresas, designadamente PME”, o qual concorre para a transformação do padrão de especialização da economia da Região.

As intervenções contratadas na área da reabilitação urbana, para as quais concorrem as que têm enquadramento no Eixo IV, no domínio de intervenção “Reabilitação Urbana e Rural”, assinalam os contributos para a sustentabilidade e melhoria da atractividade das cidades.

No sector dos transportes, valores registados resultam da contratação de duas intervenções das três intervenções previstas no Programa, no âmbito do Eixo IV contribuindo com 0,6 km de novas estradas e 0,38 km de reconstruídas da rede viária principal da Região. No Eixo V foi contratada a intervenção prevista no âmbito da rede viária secundária, contribuindo com 2,52 km de novas estradas.

Embora com níveis de realização pouco expressivos, são ainda de assinalar os resultados dos projectos do Eixo I com contributos para sociedade da informação, dos projectos do Eixo IV com contributos para o sector dos transportes e dos projectos do Eixo III com contributos para a prevenção de riscos.

No sector da Saúde, das Energias Renováveis e do Ambiente (à excepção dos sistemas em baixa associados ao ciclo urbano da água), não existiam ainda, no final de 2009, projectos aprovados, nomeadamente em relação às tipologias de intervenção relativas a estes sectores previstas no âmbito dos Eixos IV, II e III, respectivamente.

Os valores relativos aos empregos criados, registados como resultado directo dos projectos apoiados, são ainda pouco expressivos, mesmo no contexto desta Intervenção, resultante da procura incipiente verificada no início da implementação do Programa ao nível dos Sistemas de Incentivos (as tipologias de operações associadas às ajudas às empresas são tradicionalmente contribuintes líquidas para a criação de emprego), prolongada pelo facto das operações em causa se registarem ainda como não concluídas, não alimentando por conseguinte os valores apresentados.

Contudo, mesmo sendo um Programa ainda com alguma expressão em investimentos de cariz infra-estrutural, devem ser relevados os resultados registados em termos de empregos criados, na fase de implementação/execução dos projectos, sendo que, até final de 2009, foram criados cerca de 655 empregos (340 homens e 315 mulheres), especialmente com o contributo das intervenções associadas a sectores onde, quer os apoios directos e indirectos às PME (Eixos I e II), quer a construção/requalificação de infra-estruturas educativas (Eixo IV), é predominante.

2.1.2. Realização financeira

Pretende-se neste ponto reportar a despesa validada e certificada, os fluxos financeiros com a Comissão Europeia e com a Autoridade de Certificação (AC) e os pagamentos aos beneficiários. A informação relativa aos indicadores de realização financeira e a correspondente análise financeira é apresentada no ponto relativo à análise qualitativa global do Programa (vd. 2.1.6.).

Em conformidade com a alínea a) do art.º n.º 1 do artigo 82º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 31 de Julho, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, Autoridade de Certificação do Programa Intervir+, recebeu da Comissão Europeia, os dois pré-financiamentos, um de 2% (6.410.980 euros) e um de 3% (9.616.470 euros). O IFDR transferiu para a Autoridade de Gestão estes pré-financiamentos no decorrer do ano de 2008.

Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 284/2009 do Conselho, de 7 de Abril, o Programa recebeu, da Comissão Europeia, um 3º pré-financiamento de 2,5% no valor de 8.013.725 euros que foi transferido para a AG no último semestre 2009.

Com a aprovação da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo pela CE em 03.04.2009 (vd. 2.6.1), foram reunidas as condições para a Autoridade de Gestão apresentar o primeiro Pedido de Certificação de Despesas (PCD), nos termos do artigo 85º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Em termos de certificação de despesa, esta AG formalizou em 2009 junto da AC, duas certificações no montante total de 33.875.546 euros (21.493.506 euros FEDER), ficando muito aquém do previsto para este ano (41.150.000 euros FEDER), o que consubstancia um arranque algo conturbado na execução do Programa, pelas razões conhecidas.

Até 31.12.2009 foram efectuados, no âmbito de operações aprovadas nos seis eixos prioritários, pagamentos aos beneficiários finais no montante de 39.684.147 euros, sendo de realçar que só em relação ao ano de 2009, estes pagamentos ascenderam a 29.485.086 euros, atingindo uma taxa de 81% dos pagamentos totais da CE, no montante de 36.404.212 euros (vd. Quadro 3).

Quadro 3 - Eixos prioritários por fonte de financiamento

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Despesas pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Despesas pagas aos beneficiários	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo I				
FEDER	1.387.253	1.147.744	753.912	454.591
Eixo II				
FEDER	10.333.353	10.166.370	10.773.947	400.000
Eixo III				
FEDER	19.665	19.665	128.963	0
Eixo IV				
FEDER	19.322.079	19.322.079	18.212.615	3.932.474
Eixo V				
FEDER	13.782.507	13.782.507	8.482.763	6.878.216
Eixo VI				
FEDER	1.084.483	1.084.483	1.305.558	697.756
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0
Sub-Total	45.929.340	45.522.848	39.657.758	12.363.037
Adiantamentos				24.041.175
Total	45.929.340	45.522.848	39.657.758	36.404.212
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral	45.929.340	45.522.848	39.657.758	36.404.212
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral	0	0	0	0
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral	0	0	0	0

Informação sobre despesas abrangidas no âmbito da intervenção do Fundo Social Europeu (FSE)

Nos termos do n.º 2 do artigo 34º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, o Programa Intervir+ prevê financiar, no âmbito do Eixo VI - Assistência Técnica, medidas que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do Programa Rumos (FSE), de forma complementar - e até um limite de 10% do financiamento comunitário - e viabilizar eventuais despesas de investimento associadas à instalação da estrutura de apoio técnico à gestão e acompanhamento do Programa.

Até à data, o Programa Intervir+ não considerou ainda despesas específicas do Fundo Social Europeu.

Informação sobre despesas de funcionamento no âmbito da dotação específica para as regiões ultraperiféricas

Nos termos do n.º 1 do artigo 11º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, o Programa Intervir+ prevê financiar, no âmbito do Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade, despesas de investimento e despesas de funcionamento, no âmbito da dotação específica para as Regiões Ultraperiféricas (RUP), de forma a compensar os custos adicionais relacionados com as desvantagens definidas no n.º 2 do artigo 299º do Tratado, incorridos nas regiões ultraperiféricas.

Até à data, o Programa Intervir+ não considerou ainda despesas de funcionamento. Os montantes de despesa relativos ao Eixo V apresentados no Quadro 3 reportam-se a despesas de investimento e encontram-se dentro dos limiares previstos no n.º 2 do artigo 11º do citado Regulamento.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos

Este ponto apresenta a informação do apoio comunitário acumulado por combinação das diferentes dimensões de categorização (dimensões 1 a 5), e ainda da repartição pelas dimensões 2 a 4 da contribuição comunitária, em termos de montantes aprovados e executados, previstas no Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 11 de Julho.

No Quadro 4 é apresentada a repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por categoria, de acordo com o previsto na parte C do Anexo II do citado Regulamento, a qual representa uma síntese da ventilação pelas dimensões de categorização previstas.

Em relação à dimensão 1 a mesmo reflecte os montantes aprovados por temas prioritários, sendo o código 75 - Infraestruturas de educação, o mais representativo, seguido dos códigos 57 (Outros apoios para melhorar os serviços de turismo) e 23 (Estradas regionais/locais). A dimensão 2 reflecte o tipo de apoio concedido, sendo que no caso deste Programa a maioria do financiamento reveste o carácter de Outra forma de financiamento (código 04). A dimensão 3 retrata o tipo de território, e neste caso de Região Ultraperiférica (código 07). O Código 4 reflecte a classificação por actividade económica. O montante mais representativo refere-se à actividade de construção (código 12), seguido dos relacionados com as actividades de apoio social e serviços colectivos, sociais e pessoais (código 20) e de educação (código 18). Por fim a dimensão 5, a classificação NUT III (código PT300).

Quadro 4 Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por Categoria

Unidade: Euros

Cominação de códigos das dimensões 1 a 5						
Objectivo	Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
RCE	1	4	07	16	PT300	1.573.756
RCE	2	4	07	12	PT300	504.000
RCE	2	4	07	16	PT300	1.032.000
RCE	3	4	07	16	PT300	316.000
RCE	5	4	07	9	PT300	1.063.244
RCE	5	4	07	12	PT300	5.697.672
RCE	5	4	07	16	PT300	1.458.025
RCE	8	4	07	3	PT300	74.641
RCE	8	4	07	6	PT300	204.549
RCE	8	4	07	10	PT300	1.387.500
RCE	8	4	07	11	PT300	34.150
RCE	8	4	07	12	PT300	161.565
RCE	8	4	07	13	PT300	343.919
RCE	8	4	07	14	PT300	447.098
RCE	8	4	07	16	PT300	605.391
RCE	8	4	07	20	PT300	295.600
RCE	8	4	07	21	PT300	39.740
RCE	9	2	07	15	PT300	2.559.365
RCE	9	4	07	16	PT300	1.909.593
RCE	11	4	07	16	PT300	5.949.854
RCE	12	4	07	16	PT300	21.000
RCE	13	4	07	16	PT300	1.064.000
RCE	13	4	07	20	PT300	1.845.323
RCE	23	4	07	12	PT300	17.783.331
RCE	30	1	07	11	PT300	120.223
RCE	43	1	07	8	PT300	395.568
RCE	45	4	07	9	PT300	11.400.000
RCE	53	1	07	17	PT300	1.313.280
RCE	53	4	07	12	PT300	137.176
RCE	56	4	07	20	PT300	1.742.088
RCE	57	4	07	20	PT300	21.248.395
RCE	59	4	07	12	PT300	4.000.000
RCE	59	4	07	20	PT300	860.016
RCE	61	4	07	12	PT300	9.535.960
RCE	61	4	07	20	PT300	293.600
RCE	75	4	07	12	PT300	27.993.597
RCE	75	4	07	18	PT300	15.562.534
RCE	78	1	07	12	PT300	315.079
RCE	79	4	07	12	PT300	104.503
RCE	85	4	07	17	PT300	4.205.718
Total						145.599.053

* As categorias de cada dimensão foram codificadas utilizando a classificação-tipo.

** Montante da contribuição comunitária afectado a cada combinação de categorias.

No Quadro 5 é apresentada a repartição da contribuição comunitária aprovada e executada por formas de financiamento.

Quadro 5 Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento

Unidade: Euros

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	13.693.799	4	2.144.150	16%		
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	13.693.799	2	2.559.365	19%	500.000	20%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	5.705.749					
4	Outras formas de financiamento	287.455.657	103	140.895.538	49%	31.428.311	22%
	Total	320.549.004	109	145.599.053	45%	31.928.311	22%

A leitura deste Quadro permite verificar que 103 das 109 candidaturas foram aprovadas através de outras formas de financiamento. Em termos de fontes de financiamento, as candidaturas aprovadas apresentam-se consentâneas com o programado.

No entanto, refira-se que na fase de concepção do Programa, previu-se, em relação às Formas de Financiamento, dotação na categoria “04 - Outras formas de financiamento” e nas categorias “01 - Ajuda não reembolsável” e “02 - Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)”, dado o entendimento existente que estas últimas destinavam-se exclusivamente à ventilação das candidaturas e montantes relativos aos apoios directos ou indirectos às empresas. Contudo, a classificação que deve efectivamente ser utilizada, por ser aquela que melhor se adequa ao financiamento comunitário veiculado pelo Programa Intervir+, é a “01 - Ajuda não Reembolsável” e a “02 - Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)”. Oportunamente, será feita esta correcção no texto do Programa e no sistema de informação.

No Quadro 6 é feita a repartição da contribuição comunitária programada, aprovada e executada por tipo de território.

Quanto à dimensão territorial, somente se aplica um único tipo de território. O resultado expressa o número de candidaturas o nível de compromisso associado nesta RUP.

Quadro 6 Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território

Unidade: Euros

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeración urbana						
02	Zona de montanha						
03	Ilhas						
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional						
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)						
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)						
07	Região ultraperiférica	320.549.004	109	145.599.053	45%	31.928.311	22%
08	Zona de cooperação transfronteiriça						
09	Zona de cooperação transnacional						
10	Zona de cooperação inter-regional						
00	Não aplicável						
	Total	320.549.004	109	145.599.053	45%	31.928.311	22%

No que se refere a repartição da contribuição comunitária por dimensão actividade económica, a mesma é efectuada no Quadro 7. Considerando o total dos projectos aprovados, verifica-se que as dimensões “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”, e “Construção” abarcaram cerca de 50% dos projectos aprovados. Registe-se que o Código de Actividade Económica “Construção” é também a que apresenta o maior montante FEDER comprometido (46% das aprovações).

No que respeita a esta dimensão, deve ser ressalvado o facto do Programa não prever uma repartição indicativa nesta dimensão. Por conseguinte, não é possível apresentar a taxa de compromisso (AP/PR), mas somente a taxa de realização (EX/AP).

Quadro 7 Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica

Unidade: Euros

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	n.a.					
02	Pesca	n.a.					
03	Indústrias alimentares e das bebidas	n.a.	2	74.641	n.a.	0	0%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	n.a.					
05	Construção de material de transporte	n.a.					
06	Indústrias transformadoras diversas	n.a.	4	204.549	n.a.	0	0%
07	Extracção de produtos energéticos	n.a.					
08	Produção e distrib. de electricidade, gás, vapor e água quente	n.a.	1	395.568	n.a.	0	
09	Captação, tratamento e distribuição de água	n.a.	3	12.463.244	n.a.	0	
10	Correios e telecomunicações	n.a.	1	1.387.500	n.a.	0	
11	Transportes	n.a.	2	154.373	n.a.	0	
12	Construção	n.a.	26	68.337.719	n.a.	19.950.851	29%
13	Comércio por grosso e a retalho	n.a.	12	343.919	n.a.	67.480	20%
14	Hotéis e restaurantes	n.a.	4	447.098	n.a.	0	
15	Actividades financeiras	n.a.	2	2.559.365	n.a.	500.000	
16	Activ. imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	n.a.	30	13.929.619	n.a.	771.292	6%
17	Administração pública	n.a.	3	5.518.998	n.a.	921.810	17%
18	Educação	n.a.	2	15.562.534	n.a.	3.783.539	
19	Actividades de saúde humana	n.a.					
20	Ação social e serviços colectivos, sociais e pessoais	n.a.	16	24.180.186	n.a.	5.933.339	25%
21	Actividades associadas ao ambiente	n.a.	1	39.740	n.a.	0	0%
22	Outros serviços não especificados	n.a.					
00	Não aplicável	n.a.					
	Total	n.a.	109	145.599.053	n.a.	31.928.311	22%

Por fim, a informação quanto aos montantes aprovados e executados, acumulados por NUT III, constam do Anexo III Aprovações e execução por NUT III, sendo aplicável na totalidade à Região Autónoma da Madeira (RAM).

2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 8), podemos verificar que são as “Micro-empresas” o tipo de entidade com maior número de candidaturas apresentadas, seguida de “Administração Autónoma Regional”, com 29% e 24% respectivamente. No que respeita a projectos aprovados, o tipo “Micro-empresas” regista 28% das aprovações e a “Administração Autónoma Regional” 29%.

Quadro 8 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Administração Directa Serviços Centrais	4	2%	3	3%
Administração Directa Serviços Periféricos	3	1%	0	0%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	19	9%	9	8%
Administração Autónoma Regional	49	24%	32	29%
Administração Autónoma Local	14	7%	5	5%
Associações Públicas	2	1%	2	2%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	18	9%	6	6%
Empresa de média dimensão	7	3%	2	2%
Pequena empresa	18	9%	14	13%
Micro-empresa	58	29%	30	28%
Entidade Privada sem fins lucrativos	11	5%	6	6%
Total	203	100,0%	109	100,0%

No Quadro 9 apresentamos a distribuição das candidaturas aprovadas por sector de actividade. Verificamos que é o sector “Serviços” que lidera as aprovações com 49% das candidaturas aprovadas. Ao analisarmos o volume financeiro aprovado é o sector “Construção” que abarca a maior fatia, 47%.

Quadro 9 Candidaturas aprovadas por sector de actividade

Sector de Actividade	Aprovação 2007-2009					Execução 2007-2009		
	Nº	% Proj	Despesa Pública	Fundo	% Fundo	Despesa Pública	Fundo	% Fundo
Comércio	12	11%	687.837	343.919	0%	134.961	67.480	0%
Construção	27	25%	98.631.379	68.631.319	47%	30.414.343	20.196.723	63%
Industrial	11	10%	16.711.373	13.177.741	9%	0	0	0%
Serviços	53	49%	82.149.172	62.844.603	43%	14.973.544	11.664.108	37%
Transportes	1	1%	150.279	120.223	0%	0	0	0%
Turismo	5	5%	962.496	481.248	0%	0	0	0%
Total	109	100%	199.292.536	145.599.053	100%	45.522.848	31.928.311	100%

2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Apresenta-se a informação relativa à utilização de verbas por parte da AG, na sequência de duas situações de anulação parcial verificadas por motivos de irregularidades, tal como previsto no n.º 2, do artigo 98º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, com um montante irregular que ascendeu a 12.152,69 euros FEDER. Este montante não poderá ser reutilizado nos projectos Assistência Técnica 2007-2010 (5.995,32 euros FEDER) e RS4E II - Road Show for Entrepreneurship 2008 - 2013 (6.157,37 euros FEDER), constituindo uma redução nos respectivos valores programados. Entretanto, os montantes irregulares foram recuperados através de compensação nos próprios projectos e constituem montantes readquiridos do Programa, não se tendo verificado alterações substanciais das condições de atribuição de participação em nenhuma destas operações, nos termos do n.º 2 do artigo 57º do citado Regulamento.

2.1.6. Análise qualitativa

Candidaturas: apresentadas, admitidas, aprovadas e contratadas

Neste ponto pretende-se apresentar uma visão global e consolidada da dinâmica de operacionalização do Programa, bem como uma análise crítica da mesma, percorrido que está o 1.º triénio de execução do Programa (2007-2009).

As candidaturas ao Programa são apresentadas ao longo do período de programação, i.e., funcionam em regime de candidatura aberta. O início do período para a apresentação de candidaturas varia de tipologia para tipologia, correspondendo à data de publicação da legislação específica (vd. Anexo VI).

No ano 2009 foram apresentadas a co-financiamento do Programa 150 candidaturas, tendo sido aprovadas 85, o que traduz um nível de aprovações de 57% em termos globais do Programa. Efectuando uma análise por Eixo Prioritário, foi o Eixo IV que apresentou uma taxa de aprovação mais elevada, 73%, seguido do Eixo I e II, com 61% e 55% respectivamente.

Quadro 10 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2009

Eixo	Nº de Candidaturas Apresentadas	Nº de Candidaturas Admitidas	Nº de Candidaturas Aprovadas	Nº de Candidaturas Não Aprovadas	Nº de Candidaturas Em Análise	Nº de Candidaturas Desistidas	Nº de Candidaturas Contratadas
Eixo I	41	39	25	9	1	4	20
Eixo II	62	56	34	10	6	6	27
Eixo III	15	14	4	6	3	1	3
Eixo IV	30	30	22	6	0	2	21
Eixo V	2	2	0	0	1	1	0
Eixo VI	0	0	0	0	0	0	0
Total	150	141	85	31	11	14	71

Quadro 11 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2007-2009

Eixo	Nº de Candidaturas Apresentadas	Nº de Candidaturas Admitidas	Nº de Candidaturas Aprovadas	Nº de Candidaturas Não Aprovadas	Nº de Candidaturas Em Análise	Nº de Candidaturas Desistidas	Nº de Candidaturas Contratadas
Eixo I	61	59	33	10	12	4	26
Eixo II	89	83	44	14	19	6	37
Eixo III	15	14	4	6	3	1	3
Eixo IV	33	33	25	6	0	2	24
Eixo V	3	3	1	0	1	1	1
Eixo VI	2	2	2	0	0	0	1
Total	203	194	109	36	35	14	92

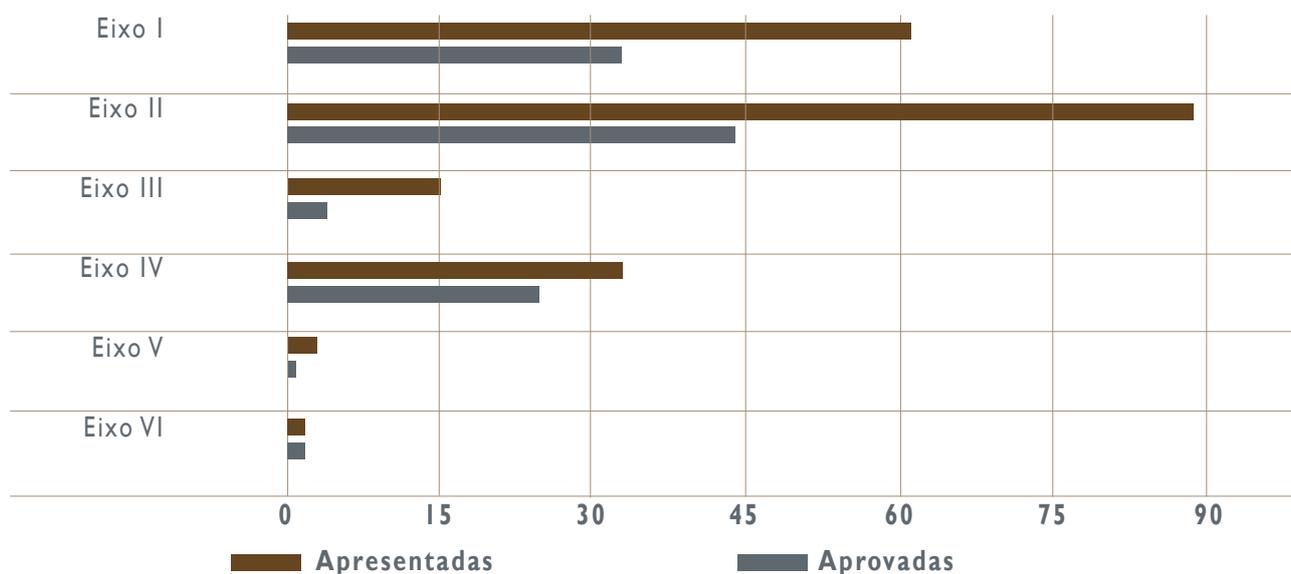
Em matéria de aprovações, a distribuição por Eixos Prioritários sintetizada no Quadro II aponta para uma elevada concentração de projectos aprovados nos Eixos de que são predominantemente beneficiárias entidades privadas, as quais procuram recursos de financiamento para projectos de investimento empresarial, sobretudo ao abrigo dos regulamentos específicos dos sistemas de incentivos. Assim, os Eixos Prioritários I e II possuem 70,6% das aprovações do total do Programa.

Do total das candidaturas apresentadas ao Programa, 109 foram aprovadas por parte da Autoridade de Gestão, o que corresponde a um nível de aprovação de 53,7%, em termos globais do Programa, o que traduz conhecimento do Programa por parte dos beneficiários, bem como a clara identificação dos seus factores estratégicos.

Em termos de Eixo Prioritário o grau de aprovação é diferenciado, 54,1% no Eixo I, 49,4% no Eixo II, 26,7% no Eixo III, 75,8% no Eixo IV, 33,3% no Eixo V e 100% no Eixo VI.

Saliente-se ainda a expressão que o Eixo II e o Eixo IV detêm em termos de candidaturas aprovadas, o que denota uma dinâmica particular em termos das infra-estruturas, nomeadamente as ligadas ao sector Educativo e de Formação (Eixo IV) e a envolvente empresarial (Eixo II), realçando-se com a construção de infra-estruturas de acolhimento empresarial.

Gráfico 2 Distribuição de Candidaturas (Apresentadas / Aprovadas) por Eixo Prioritário



O grau de admissibilidade, medido pela relação entre candidaturas admitidas e o universo das apresentadas é elevado, atingindo 96%, em Dezembro de 2009, o que demonstra que as entidades beneficiárias não tiveram particular dificuldades em adaptar-se aos procedimentos em vigor no novo período de programação, nem às novas condições técnicas de inserção das candidaturas no sistema de informação. De referir que as candidaturas não admitidas não tinham enquadramento no Programa.

No final de 2009, encontravam-se já contratadas e com termo de aceitação já assinado pelas entidades beneficiárias, um total de 92 operações envolvendo um montante de Fundo de 121.467.012 euros. No Eixo Prioritário II registou-se a maior taxa de operações contratadas, 40,2% do total, seguindo-se o Eixo I, com 28,3%, o Eixo IV com 26,1%, o Eixo III com 3,3% e finalmente os Eixos V e VI, com 1,1%.

Quadro 12 Distribuição das Candidaturas aprovadas por Vertente de Intervenção 2009

Eixo	Vertente de Intervenção	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas aprovadas		Taxa de aprovação (Inv.Total)
		N.º	Inv. CustoTotal	N.º	Inv. CustoTotal	(%)
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	24	91.841.262	16	92.287.642	100%
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	10	5.844.851	6	3.109.400	53%
	Modernização Administrativa	8	11.403.435	3	8.585.330	75%
	Sub-total	42	109.089.548	25	103.982.372	95%
Eixo II - Competitividade da base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	40	22.664.036	24	11.643.214	51%
	Envolvente empresarial	15	42.281.958	11	42.414.940	100%
	Sub-total	55	64.945.994	35	54.058.154	83%
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	1	1.425.000	2	14.425.000	1012%
	Riscos naturais e tecnológicos	8	12.945.681	2	1.858.197	14%
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	0	0	0	0	0%
	Sub-total	9	14.370.681	4	16.283.197	113%
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	17	53.197.156	16	55.087.927	104%
	Reabilitação urbana e rural	3	8.366.616	6	18.889.314	226%
	Cooperação interregional	0	0	0	0	0%
	Sub-total	20	61.563.771	22	73.977.241	120%
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	2	47.062.130	0	0	0%
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	0	0	0	0	0%
	Sub-total	2	47.062.130	0	0	0%
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	0	0	0	0	0%
	Sub-total	0	0	0	0	0%
	Total	128	297.032.125	86	248.300.964	84%

O Quadro 13 sintetiza a distribuição das candidaturas apresentadas e aprovadas por Eixos Prioritários/Vertente de Intervenção, permitindo extrair as seguintes principais linhas de leitura:

- as aprovações acumuladas, correspondem a cerca de uma em cada duas candidaturas apresentadas, representando o investimento aprovado 69% do custo total candidatado;
- o Eixo V, apresenta uma quebra acentuada de financiamento aprovado face ao montante candidatado (apenas 42%) representando 11,1% nas aprovações globais do Programa;
- a Vertente de Intervenção “Riscos naturais e tecnológicos” apresenta apenas duas candidaturas aprovadas, a qual representa 22,3% do volume de investimento total previsto das nove candidaturas apresentadas;
- nas dinâmicas de aprovação destacam-se os Eixos I e IV os quais representam elevadas taxas de aprovação, 85,9% e 71,3% respectivamente, dos montantes aprovados.

Quadro 13 Distribuição das Candidaturas aprovadas por Vertente de Intervenção 2007-2009

Eixo	Vertente de Intervenção	Candidaturas		Candidaturas		Taxa de aprovação (Inv.Total) (%)
		Apresentadas		aprovadas		
		N.º	Inv. CustoTotal	N.º	Inv. CustoTotal	
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	42	99.514.812	21	92.935.807	93%
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	12	10.194.360	8	6.943.484	67%
	Modernização Administrativa	7	16.770.243	4	8.893.996	53%
	Sub-total	61	126.613.350	33	108.773.286	86%
Eixo II - Competitividade da base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	66	23.063.255	33	13.086.029	57%
	Envolvente empresarial	23	58.513.485	11	42.414.940	72%
	Sub-total	89	81.576.739	44	55.500.969	68%
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	5	16.986.929	2	14.425.000	85%
	Riscos naturais e tecnológicos	9	8.246.785	2	1.858.197	23%
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	1	1.618.183	0	0	0%
	Sub-total	15	26.851.897	4	16.283.197	61%
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	24	102.085.576	17	68.976.190	68%
	Reabilitação urbana e rural	9	21.855.495	8	19.362.313	89%
	Cooperação interregional	0	0	0	0	0%
	Sub-total	33	123.941.071	25	88.338.503	71%
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	2	47.062.130	0	0	0%
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	1	34.146.766	1	34.146.766	100%
	Sub-total	3	81.208.896	1	34.146.766	42%
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	2	4.947.904	2	4.947.904	100%
	Sub-total	2	4.947.904	2	4.947.904	100%
	Total	203	445.139.858	109	307.990.626	69%

Da análise deste Quadro 13 verificamos ainda que existe em praticamente todas as Vertentes de Intervenção projectos aprovados, com excepção de três Vertentes (Gestão Ambiental Sustentável, Conservação da Natureza e Biodiversidade, Cooperação Interregional e Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas), esperando-se para curto prazo a concretização das intenções de projectos que se previam apoiar, dada a importância destas Vertentes para os objectivos do Programa. A este propósito é de salientar que a 31.12.2009 haviam sido apresentadas duas candidaturas, uma na Vertente de Intervenção “Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas” e outra na Vertente de Intervenção “Gestão Ambiental Sustentável, Conservação da Natureza e Biodiversidade”.

Em termos de aprovações, no ano de 2009 o Programa aprovou o montante de 143.242.206 euros de despesa pública e 113.172.718 euros de fundo, conforme demonstra o Quadro 14. Este montante aprovado possibilitou um incremento na taxa de compromisso, tendo passado de 10%, de 2008, para 35% em 2009.

Quadro 14 Montantes Aprovados no Programa 2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações 2009		Taxa de Compromisso (%)	
	(PR)		(AP)		(AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	43.740.834	34.992.667	18.987.668	13.896.281	43%	40%
Eixo II	61.840.233	49.472.186	43.514.634	32.457.245	70%	66%
Eixo III	89.178.251	71.342.601	16.063.070	12.850.456	18%	18%
Eixo IV	114.896.874	91.916.874	64.676.834	53.968.736	56%	59%
Eixo V	132.649.352	66.324.676	0	0	0%	0%
Eixo VI	7.647.059	6.500.000	0	0	0%	0%
Total	449.952.603	320.549.004	143.242.206	113.172.718	32%	35%

Até final do ano de 2009, foram aprovadas 109 operações, implicando 199.292.536 euros de Despesa Pública, o que corresponde a uma comparticipação FEDER de 145.599.053 euros e a uma taxa de compromisso (relação entre o aprovado e o programado) de 45% da dotação FEDER disponível. Comparativamente com o ano transacto (56.050.329 euros) representa um acréscimo de 61,5%.

Quadro 15 Montantes Aprovados no Programa 2007-2009

Unidade: Euros

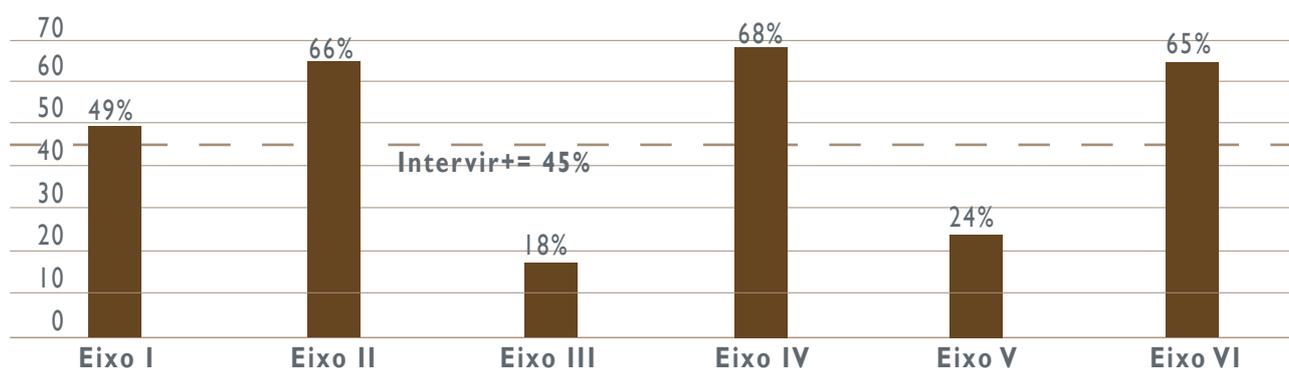
Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações 2007-2009		Taxa de Compromisso (%)	
	(PR)		(AP)		(AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	43.740.834	34.992.667	23.151.638	17.135.887	53%	49%
Eixo II	61.840.233	49.472.186	44.066.767	32.733.311	71%	66%
Eixo III	89.178.251	71.342.601	16.063.070	12.850.456	18%	18%
Eixo IV	114.896.874	91.916.874	78.848.666	62.566.434	69%	68%
Eixo V	132.649.352	66.324.676	32.214.491	16.107.245	24%	24%
Eixo VI	7.647.059	6.500.000	4.947.904	4.205.718	65%	65%
Total	449.952.603	320.549.004	199.292.536	145.599.051	44%	45%

Face à programação financeira e à taxa de compromisso apresentada, foi no Eixo IV que se verificou a maior taxa de compromisso, atingindo os 68% da dotação do Eixo. A taxa de compromisso obtida nos Eixos II e VI rondou os 65%, no Eixo I os 49%, 24% no Eixo V de 18% o Eixo III, como podemos verificar no Gráfico 3.

Numa análise detalhada, verifica-se que os Eixos II e IV, já atingiram um grau de absorção de fundos elevado, tendo contribuído a aprovação de projectos de carácter estruturante e de grande pertinência estratégica, nomeadamente: escolas, infra-estruturas empresariais e promoção do destino Madeira.

Com indicadores mais baixos destacam-se o Eixo III e V, por razões diferentes, enquanto que no Eixo V estão a ser ultimadas candidaturas que darão um forte impulso a este indicador, no Eixo III a dinâmica tem sido menor, apesar de existirem intenções de projectos cuja concretização poderá dar outra expressão aos indicadores deste Eixo. Gráfico 3 Taxa de compromisso por Eixo

Gráfico 3 Taxa de compromisso por Eixo



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

No ano de 2009 o Programa apresentou uma taxa de execução (rácio entre o fundo executado e o programado) de 7,6%, que traduz um acréscimo significativo comparativamente com o ano de 2008 que representava 2,5%. Este nível de execução é fruto do Programa se encontrar numa fase de consolidação dos compromissos, o que se reflecte na execução dos mesmos.

Quadro 16 Montantes Executados no Programa 2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013		Execução 2009		Taxa de Compromisso (%)	
	(PR)		(AP)		(AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	43.740.834	34.992.667	1.147.744	835.730	3%	2%
Eixo II	61.840.233	49.472.186	10.166.370	7.806.122	16%	16%
Eixo III	89.178.251	71.342.601	19.665	15.732	0%	0%
Eixo IV	114.896.874	91.916.874	18.164.404	14.763.058	16%	16%
Eixo V	132.649.352	66.324.676	4.157.589	2.078.795	3%	3%
Eixo VI	7.647.059	6.500.000	530.327	450.778	7%	7%
Total	449.952.603	320.549.004	34.186.099	25.950.215	8%	8%

Os dados relativos à taxa de execução (despesa executada no total da despesa programada) mantêm-se em níveis reduzidos. O desfazamento entre o nível de compromisso e o nível de execução reflecte, no essencial, as dificuldades por parte dos beneficiários na realização de despesa de operações aprovadas, algo a que não é alheio a actual conjuntura económica e a sobreposição de dois períodos de programação.

A Competitividade da Base Económica Regional, a Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade e a Coesão Territorial e Governação, foram os Eixos Prioritários que mais contribuíram para estes indicadores de desempenho.

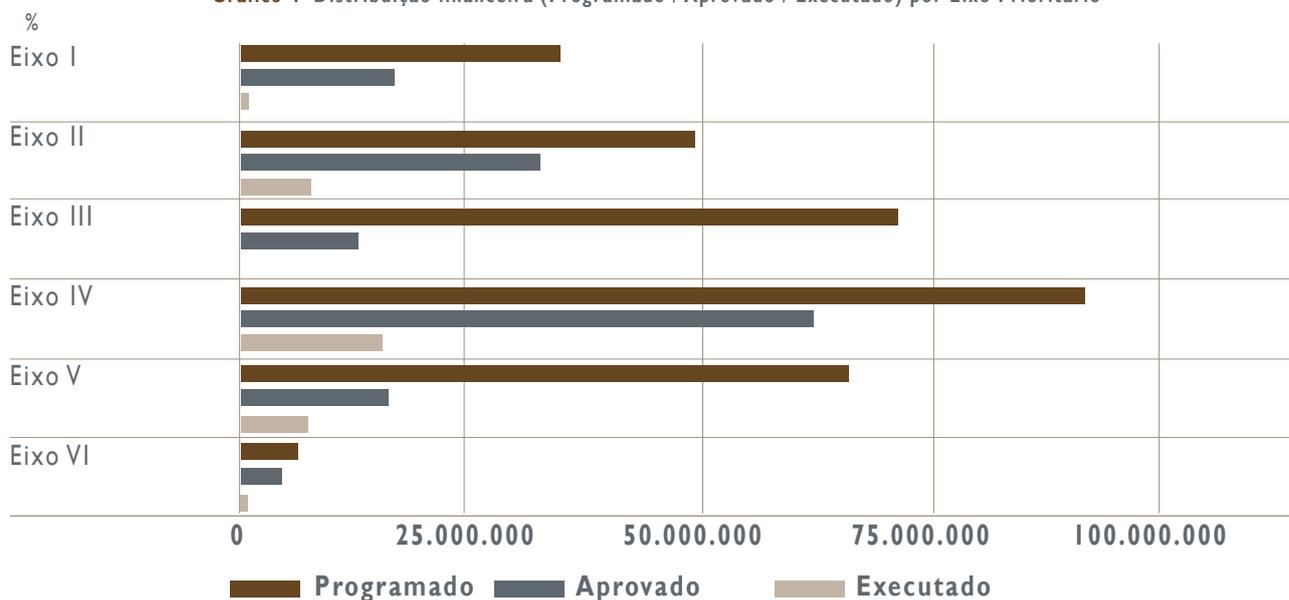
Quadro 17 Montantes Executados no Programa 2007-2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013		Execução 2007-2009		Taxa de Compromisso (%)	
	(PR)		(AP)		(AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	43.740.834	34.992.667	1.147.743	835.730	3%	2%
Eixo II	61.840.233	49.472.186	10.166.370	7.806.122	16%	16%
Eixo III	89.178.251	71.342.601	19.665	15.732	0%	0%
Eixo IV	114.896.874	91.916.874	19.322.079	15.457.663	17%	17%
Eixo V	132.649.352	66.324.676	13.782.507	6.891.253	10%	10%
Eixo VI	7.647.059	6.500.000	1.084.483	921.810	14%	14%
Total	449.952.603	320.549.004	45.522.847	31.928.310	10%	10%

Sublinhe-se o facto de em Dezembro a Autoridade de Gestão ter efectuado adiantamentos aos beneficiários cuja repercussão implicará uma subida significativa da taxa de execução.

Gráfico 4 Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Eixo Prioritário



Nesta fase do Programa importa referenciar alguns projectos mais relevantes por Vertentes de Intervenção, apoiados por este, nomeadamente:

- Incentivos Directos e Indirectos às Empresas: “Instalação de um centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar”, da responsabilidade da empresa Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda., envolvendo um montante de investimento total de 5.550.000 euros;
- Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento: projectos na área laboratorial e de ensaios da responsabilidade do Laboratório Regional de Engenharia Civil e da Universidade da Madeira, envolvendo um investimento total de 3.652.195 euros;
- Modernização Administração: Projecto e-SESARAM da responsabilidade do Serviço de Saúde da RAM, E.P.E., no montante de 6.352.010 euros, e o projecto de Electronicgovernment@E-island.ram da iniciativa da Direcção Regional para a Administração Pública do Porto Santo, no montante de 1.330.000 euros;
- Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores: “Requalificação do estabelecimento Pestana Palms e reforço da utilização de tecnologias de informação por parte da Entidade Promotora”, no montante de 856.725 euros, e investimento associado à “Criação de empresa”, da responsabilidade do beneficiário Ao Gosto Popular, Lda. no montante de 407.881 euros;
- Envolvimento Empresarial: Projectos plurianuais de promoção turística da iniciativa da Secretaria Regional de Turismo e Transportes (festas, festivais...), com destaque para o enquadramento de financiamento das “Festas do Fim de Ano 2007-2010”, no montante de 19.142.263 euros; Projecto “Sistema de Adução de Água Potável - Parques Empresariais de Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz” da responsabilidade da MPE - Madeira Parques Empresariais, S.A. com um investimento de 1.329.055 euros;
- Estruturas de gestão ambiental de 1ª geração: Projecto “Renovação das Redes de Água Potável, Residual e Pluvial, do Sector Oriental da Cidade do Funchal”, do Município do Funchal envolvendo um montante de 13.000.000 euros;
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos: “Protecflor - Dispositivo de Protecção e Defesa Contra Incêndios Florestais” do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira, no valor de 1.641.600 euros;
- Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos: “Equipamento Escolar 2009-2013” da SREC - Secretaria Regional da Educação e Cultura, no montante de 12.804.000 euros; “Escola Secundária e Profissional de São Martinho” da SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social, no montante de 13.698.831 euros;
- Reabilitação urbana e rural: “Recuperação Urbanística do Concelho da Ponta do Sol” do beneficiário ADERAM - Agência de Desenvolvimento da RAM, no montante de 367.000 euros.

Repartição do FEDER por temas prioritários relevantes para a Estratégia de Lisboa

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, no seu n.º 3 do artigo 9º determina que os Estados-Membros devem cumprir metas mínimas de despesa, com base em categorias de despesas estabelecidas face a prioridades definidas a nível europeu, como forma de garantir a concretização dos objectivos da Agenda de Lisboa.

As metas mínimas respeitantes às categorias de despesas estabelecidas no Anexo IV do referido Regulamento (revisto pela Rectificação de 31 de Julho de 2006), correspondem a 75% da despesa do conjunto do Programa enquadrado no Competitividade Regional e Emprego (Regime Transitório Phasing in).

Aquele regulamento determina, ainda, que o cumprimento destas metas indicativas será aferido com base na execução média do período 2007-2013 por objectivo.

Em sede de programação, os valores previstos (a título indicativo) para investimentos em despesas “amigas” da Estratégia de Lisboa - earmarking - atingem o limiar regulamentar de 75%.

Efectuando a análise relativamente ao fundo comunitário aprovado e executado no Programa Intervir+ até 2009 (vd. Quadro 18) verificamos que este indicador apresenta taxas reduzidas, apenas 65,5% das despesas aprovadas (57,5% das despesas executadas) foram classificadas nos temas prioritários considerados relevantes para a Agenda de Lisboa.

Quadro 18 Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário

Unidade: Euros

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo		41.214.853	62	19.707.806	48%	2.802.798	14%
1	Actividades de I&DT em centros de investigação	2.500.000	3	1.573.756	63%	356.287	23%
2	Infra-estruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	3.500.000	2	1.536.000	44%	0	0%
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todas os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	3.000.000	1	316.000	11%	0	0%
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	1.000.000	0	0	0%	0	0%
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	3.000.000	4	8.218.941	274%	1.615.613	20%
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	2.000.000	0	0	0%	0	0%
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	2.000.000	0	0	0%	0	0%
8	Outros investimentos em empresas	16.000.000	49	3.594.152	22%	164.711	5%
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	8.214.853	3	4.468.958	54%	666.188	15%
Sociedade da Informação		28.790.585	6	8.880.178	31%	193.501	2%
10	Infra-estruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	13.290.585	0	0	0%	0	0%
11	Tecn. da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc.)	1.500.000	3	5.949.854	397%	178.140	3%
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	1.000.000	1	21.000	2%	0	0%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	5.000.000	2	2.909.323	58%	15.362	1%
14	Serv. e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	2.000.000	0	0	0%	0	0%
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente e TIC por parte das PME	6.000.000	0	0	0%	0	0%

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
Transportes		83.088.627	3	17.903.555	22%	6.891.253	38%
16	Transporte ferroviário	0	0	0	0%	0	0%
17	Transporte ferroviário (RTE-T)	0	0	0	0%	0	0%
18	Ativos móveis ferroviários	0	0	0	0%	0	0%
19	Activos móveis ferroviários (RTE-T)	0	0	0	0%	0	0%
20	Auto-estradas	42.750.000	0	0	0%	0	0%
21	Auto-estradas (RTE-T)	0	0	0	0%	0	0%
22	Estradas nacionais	0	0	0	0%	0	0%
23	Estradas regionais/locais	25.038.627	2	17.783.331	71%	6.891.253	39%
24	Ciclovias	0	0	0	0%	0	0%
25	Transportes urbanos	0	0	0	0%	0	0%
26	Transportes multimodais	0	0	0	0%	0	0%
27	Transportes multimodais (RTE-T)	0	0	0	0%	0	0%
28	Sistemas de transportes inteligentes	0	0	0	0%	0	0%
29	Aeroportos	9.800.000	0	0	0%	0	0%
30	Portos	5.500.000	1	120.223	2%	0	0%
31	Transporte por via navegável (regionais e locais)	0	0	0	0%	0	0%
32	Transporte por via navegável (RTE-T)	0	0	0	0%	0	0%
Energia		16.250.000	1	395.568	2%	0	0%
33	Electricidade	0	0	0	0%	0	0%
34	Electricidade (RTE-E)	0	0	0	0%	0	0%
35	Gás natural	1.500.000	0	0	0%	0	0%
36	Gás natural (RTE-E)	0	0	0	0%	0	0%
37	Produtos petrolíferos	0	0	0	0%	0	0%
38	Produtos petrolíferos (RTE-E)	0	0	0	0%	0	0%
39	Energias renováveis: eólica	2.000.000	0	0	0%	0	0%
40	Energias renováveis: solar	750.000	0	0	0%	0	0%
41	Energias renováveis: biomassa	2.500.000	0	0	0%	0	0%
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	2.500.000	0	0	0%	0	0%
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	7.000.000	1	395.568	6%	0	0%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		71.242.601	4	12.850.456	18%	15.732	0%
44	Gestão de resíduos domésticos e industriais	15.042.601	0	0	0%	0	0%
45	Gestão e distribuição de água (água potável)	14.000.000	2	11.400.000	81%	0	0%
46	Tratamento de água (águas residuais)	14.250.000	0	0	0%	0	0%
47	Qualidade do ar	500.000	0	0	0%	0	0%
48	Prevenção e controlo integrados da poluição	1.250.000	0	0	0%	0	0%
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	0	0	0	0%	0	0%
50	Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	250.000	0	0	0%	0	0%
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Rede Natura 2000)	2.450.000	0	0	0%	0	0%
52	Promoção de transportes urbanos limpos	9.000.000	0	0	0%	0	0%
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	5.500.000	2	1.450.456	26%	15.732	1%

Unidade: Euros

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
54	Outras medidas de preservação do ambiente e de prevenção de riscos	9.000.000	0	0	0%	0	0%
Turismo		11.500.000	9	22.990.483	200%	5.645.552	25%
55	Promoção dos recursos naturais	3.500.000	0	0	0%	0	0%
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	3.500.000	1	1.742.088	50%	0	0%
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	4.500.000	8	21.248.395	472%	5.645.552	27%
Actividades culturais		10.000.000	2	4.860.016	49%	0	0%
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	3.000.000	0	0	0%	0	0%
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	3.000.000	2	4.860.016	162%	0	0%
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais	4.000.000	0	0	0%	0	0%
Reabilitação urbana e rural		3.700.000	6	9.829.560	266%	3.470.363	35%
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural	3.700.000	6	9.829.560	266%	3.470.363	35%
Investimento em infra-estruturas sociais		15.000.000	14	43.975.713	293%	11.987.300	27%
75	Infra-estruturas educativas	10.000.000	12	43.556.131	436%	11.885.000	27%
76	Infra-estruturas de saúde	1.000.000	0	0	0%	0	0%
77	Infra-estruturas de assistência à criança	1.000.000	0	0	0%	0	0%
78	Infra-estrutura de habitação	1.000.000	1	315.079	32%	0	0%
79	Outras infra-estruturas sociais	2.000.000	1	104.503	5%	102.300	98%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		100.000	0	0	0%	0	0%
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	100.000	0	0	0%	0	0%
Redução dos sobrecustos que entravam o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas		33.162.338	0	0	0%	0	0%
82	Compensação de eventuais sobrecustos decorrentes do défice de acessibilidade e da fragmentação do território	11.260.556	0	0	0%	0	0%
83	Ações específicas destinadas a compensar sobrecustos ligados à dimensão do mercado	21.395.057	0	0	0%	0	0%
84	Apoios para compensar sobrecustos decorrentes das condições climáticas e de dificuldades associadas ao relevo geográfico	506.725	0	0	0%	0	0%
Assistência técnica		6.500.000	2	4.205.718	65%	921.810	22%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	3.900.000	2	4.205.718	108%	921.810	22%
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	2.600.000	0	0	0%	0	0%
Total Temas Prioritários*		287.386.666	109	145.599.053	51%	31.928.311	22%
Total EARMARKING		214.298.039	92	95.339.922	44%	18.367.395	19%

■ Categorias de earmarking

* Ao "Total Temas Prioritários" são subtraídos os TPs 82, 83 e 84 por constituírem a parte da alocação financeira específica, atribuída às RUP, que não concorre para efeitos de cálculo de Earmarking.

Para este resultado contribuem de forma significativa as operações relativas às Infra-estruturas educativas, seguindo dos temas Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo, Estradas Regionais/locais e Gestão e distribuição de água (água potável). A importância dos restantes temas relevantes para earmarking nas aprovações é significativamente mais reduzida.

No que respeita à execução, é no tema Infra-estruturas educativas que predominam as despesas, com 64,7% do total, seguindo dos temas Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo e Projectos integrados de recuperação urbana e rural.

Relativamente à aferição da meta, e considerando que a execução verificada no mesmo período para o Programa Rumos situa-se nos 99%, verifica-se que o montante total de fundos executados nesta Região em categorias de despesa earmarking, até ao final de 2009, corresponde a 73%.

De entre os apoios concedidos às empresas (tema prioritário 8 - Outros investimentos em empresas), destaca-se os apoios concedidos às PME com um peso relativo de 91,8% face ao número de projectos (45), 47,1% do montante aprovado (1.694.340 euros) e 100% do valor executado (164.711 euros).

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

A Autoridade de Gestão assegura que as operações financiadas pelo Programa cumprem com a legislação comunitária em termos de direito comunitário.

Neste sentido, foi incluída na regulamentação específica a referência à obrigatoriedade de cumprimento dos normativos nacionais e comunitários em matéria de contratação pública, acesso e utilização de fundos comunitários, regras ambientais e igualdade de oportunidades.

No que respeita ao cumprimento das normas sobre contratação pública, a Autoridade de Gestão emanou junto do Organismo Intermédio orientações alertando para o cumprimento das normas sobre a contratação pública e para as alterações aos limiares das Directivas. Referiu, ainda, a entrada em vigor, em 30 de Julho de 2008, do diploma nacional de transposição das Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE, onde é mencionado um conjunto de irregularidades mais frequentes detectadas em sede de contratação pública.

A Autoridade de Gestão procedeu igualmente à divulgação, junto dos potenciais beneficiários e do OI, de orientações relativas aos procedimentos a adoptar nas contratações abaixo dos limiares das Directivas.

No que se refere à metodologia utilizada pela estrutura técnica do Programa na análise desta questão, cabe-nos salientar que, quando um beneficiário apresenta uma candidatura, as componentes do projecto são analisadas do ponto de vista da sua conformidade com as normas de contratação pública. Assim, é sempre solicitado ao beneficiário toda a documentação relativa aos procedimentos de contratação adoptados para a realização do projecto, sendo depois preenchida uma checklist de contratação pública, criada para o efeito. Dada a sua complexidade, em caso de dúvida no preenchimento da checklist, é solicitado um parecer à Unidade de Apoio Jurídico deste Instituto.

No caso das operações co-financiadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos, os princípios da contratação pública foram devidamente evidenciados nos casos em que o beneficiário da operação fosse uma entidade pública ou equiparada, ou quando sendo uma entidade privada, a maioria das suas receitas sejam de proveniência pública. Deste modo, em sede do formulário de candidatura, é solicitada informação sobre a forma jurídica do beneficiário, a estrutura accionista, bem como a proveniência das respectivas receitas, de forma a se poder definir claramente se o beneficiário está ou não obrigado a aplicar os princípios da contratação pública no âmbito das empreitadas e aquisição de bens e serviços.

Relativamente à concorrência, designadamente em matéria de auxílios de estado, o Programa previa a concessão de ajudas as entidades privadas, nomeadamente no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

O Programa contempla auxílios isentos de notificação ao abrigo do Regulamento geral de isenção por categoria (Regulamento (CE) n.º 800/2008 da Comissão, de 6 de Agosto de 2008, auxílios concedidos ao abrigo do regime de minimis (Regulamento (CE) n.º 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006) e ainda, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos notificados à Comissão Europeia (Auxílio Estatal n.º 584/2009 - Regime de auxílios ao funcionamento para pequenas e microempresas na Madeira).

Relativamente ao regime de minimis, o Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, estabelece que durante um período de três exercícios financeiros consecutivos uma empresa não poderá receber apoios que excedam o limite de 200.000 euros, sendo de 100.000 euros o limite máximo para o sector dos transportes. No entanto, em 2009, foi aprovado um regime temporário de excepção, em vigor para os anos 2009 e 2010, onde alarga o limiar de acumulação dos auxílios de minimis até 500.000 euros por empresa durante um período de três exercícios financeiros consecutivos, com início no ano 2008.

O controlo dos auxílios de minimis é feito a nível nacional pelo IFDR, no âmbito do qual funciona o “Registo Central de Auxílios de Minimis”, tendo a Autoridade de Gestão de efectuar a comunicação destes apoios a essa entidade antes da aprovação das respectivas operações.

Os enquadramentos comunitários por Sistemas de Incentivos são evidenciados no Quadro 19.

Quadro 19 Síntese do enquadramento dos SI do Programa Intervir+

Sistema de Incentivos (SI)	Enquadramento Comunitário anterior (a)	Enquadramento Comunitário actual (b)
EMPREENDINOV	Auxílios de <i>minimis</i> : - Todas as despesas elegíveis	Auxílios de <i>minimis</i> : - Todas as despesas elegíveis
SIRE	Auxílios de <i>minimis</i> : - Todas as despesas elegíveis	Auxílios de <i>minimis</i> : - Todas as despesas elegíveis
QUALIFICAR+		RGIC - Auxílios de estado com finalidade regional a favor do investimento - Restantes despesas Auxílios de <i>minimis</i> : - Despesas mencionadas no n.º 3 do artigo 6º, do Anexo III, da Portaria n.º 160/2008 do Governo Regional e no n.º 3 do artigo 6º, do Anexo III, da Portaria n.º 148/2009 do Governo Regional
+CONHECIMENTO		RGIC - Auxílios de estado com finalidade regional a favor do investimento - Apoios a tipologia de núcleos de I&DT promovidos por PME Auxílios de <i>minimis</i> : - Despesas mencionadas no n.º 7 do artigo 14º, da Portaria n.º 161/2008 do Governo Regional AE n.º 780/2007 (Enquadramento Comunitário dos Auxílios I&D&I)
SITURISMO		RGIC - Auxílios de estado com finalidade regional a favor do investimento - Restantes despesas Auxílios de <i>minimis</i> : - Despesas mencionadas no n.º 3 do artigo 6º, do Anexo III, da Portaria n.º 210/2008 do Governo Regional e no n.º 3 do artigo 6º, do Anexo III, da Portaria n.º 149/2009 do Governo Regional
SI FUNCIONAMENTO		AE n.º 584/2009 - Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013 - auxílios ao funcionamento - Despesas referidas no ponto 2.6. do AE n.º 584/2009

(a) Antes da entrada em vigor do Regulamento Geral de Isenção por Categoria - RGIC

(b) Após entrada em vigor do Regulamento Geral de Isenção por Categoria - RGIC

Em matéria de igualdade de oportunidades, refira-se que em particular no formulário é solicitada a indicação do número de empregos a criar pelo projecto, quer sejam masculinos, quer sejam femininos. Nos critérios de selecção constantes no Regulamento Específico do Programa Intervir+ e no guia do beneficiário, também é expressa a relevância do cumprimento do princípio de não discriminação por género.

Relativamente às operações financiadas pelos Sistemas de Incentivos, destaque-se o facto de o guia e o formulário de candidatura disponibilizarem um campo para que os beneficiários possam indicar a forma como pretendem compatibilizar as operações com a necessidade de cumprimento das referidas dimensões horizontais das políticas comunitárias.

Em sede de pedido de pagamento (encerramento) estas matérias serão igualmente objecto de análise e verificação administrativa, encontrando-se o formulário de pedido de pós contratação preparado para recolher estas informações junto do beneficiário, contemplando também o guia pós-contratações um tratamento exaustivo sobre estas matérias.

Em particular, em matéria de igualdade de oportunidades, no formulário e no guia do beneficiário utilizado, está expresso que o beneficiário não poderá - quer na actividade empresarial quer nas políticas de recursos humanos - utilizar qualquer processo ou instrumento que leve ou favoreça uma discriminação negativa quanto ao género, raça, etnia, religião ou condição física/social dos seus colaboradores, fornecedores ou clientes.

Por outro lado, é solicitado ao beneficiário que este se certifique que serão executadas intervenções em ordem a garantir a não existência de barreiras (arquitectónicas ou outras) que dificultem a mobilidade e acessibilidade de populações com necessidades especiais (deficientes motores, idosos, etc).

Quanto à política comunitária no domínio do ambiente, no formulário e no guia do beneficiário está expressa a necessidade de envio de comprovativos relativamente à Avaliação de Impacte Ambiental, à Integração da Rede Natura e ao respeito pelo disposto nomeadamente no Plano de Ordenamento do Território, no sentido de apurar o respeito do projecto pelas

matérias ambientais, conforme descrito no capítulo 2.7., pág. 57.

No Regulamento Específico do Programa Intervir+ também é referida a necessidade de apresentação de diagnósticos ambientais e planos de monitorização no caso de se tratarem de operações de recuperação ambiental e sempre que a AG considere relevante. Também é referenciado neste documento que a apreciação do mérito das candidaturas da responsabilidade da AG é fundamentada nos critérios de selecção que englobam o apuramento do respeito pelas matérias ambientais, designadamente das intervenções utilizarem, sempre que possível, energias limpas, eco-eficientes e com reduzida intensidade energética (dando preferência a fontes de energia renováveis endógenas), bem como intervenções que garantam uma gestão apropriada relativa à produção de resíduos, consumo de água, geração de fluentes e consumos energéticos.

2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

A implementação do Programa Intervir+ foi marcada pela conjugação de um conjunto de vectores de mudança que influenciaram sobremaneira as condições e o ritmo de desenvolvimento do Programa. Com efeito, as dinâmicas registadas nesta fase reflectem, por um lado, alterações introduzidas no novo período de programação e, por outro lado, os problemas de natureza económica e orçamental que têm afectado a economia regional.

Assim, podemos em retrospectiva retomar os constrangimentos identificados no reporte anual anterior que, embora não constituindo problemas significativos, assumiram em vários momentos do início do Programa, limitações ao desenvolvimento “normal” e esperado do volume de execução, com efeitos que se verificam ainda sobre o ano de 2009:

- Os efeitos da sobreposição de períodos de programação;
- A adaptação a uma nova moldura regulamentar comunitária de gestão, acompanhamento e controlo dos fundos;
- Alteração da situação da Região relativamente aos condicionalismos específicos decorrentes do novo estatuto de ‘phasing-in’ do Objectivo Competitividade Regional e Emprego;
- Definição de novos regulamentos específicos ajustados ao perfil de tipologias de intervenção;
- Focalização da concessão das ajudas do Programa em Vertentes de Intervenção;
- Novas prioridades e novos regulamentos (p.e., sistemas de incentivos);
- Sensibilidade da economia regional à conjuntura económica internacional;
- Constrangimentos orçamentais (Finanças Regionais e Locais);
- Novas exigências em matérias transversais tais como o ambiente.

Registe-se que relativamente ao Sistema comum composto pelo Programa Operacional Factores de Competitividade e todos os Programas Operacionais Regionais com intervenção do FEDER, a IGF, nos seus relatórios e pareceres anuais de auditoras, em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis (subalínea i), da alínea d) do n.º I do artigo 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006), e elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, emitiu opiniões, sem reservas por desacordo, de que os respectivos sistemas de gestão e controlo funcionaram de forma eficaz, não decorrendo por isso necessidades de adopção de medidas que visem a resolução de problemas nesta matéria.

No âmbito da realização do Encontro Anual entre a CE e as AG dos PO FEDER e FC 2009, em 17 de Novembro, a AG prestou informações actualizadas sobre o seguimento dado às matérias associadas ao Relatório Anual de 2008, bem como sobre os níveis de compromisso e execução e demais funções inerentes à implementação do Programa (inclusive perspectivas de cumprimento das metas financeiras consignadas). A Comissão Europeia havia efectuado observações ao conteúdo do Relatório Anual de Execução de 2008, designadamente quanto aos resultados das parcerias criadas e estratégias a desenvolver sobre novas parcerias e complementaridades, quanto ao impacto do contexto socio-económico na análise dos resultados obtidos e quanto ao necessário destaque a dar à análise qualitativa das medidas de informação, avaliação, acompanhamento e controlo do Programa, as quais serviram de orientação à actuação da gestão para o período que restou do exercício de 2009 e subsequentes, tendo a AG prestado nesse Encontro os esclarecimentos solicitados por reporte às observações em questão.

Complementarmente à informação prestada em sede de Encontro Anual, a AG enviou à Comissão Europeia, já em 2010, via SFC, o Relatório de Monitorização relativo ao primeiro semestre de 2009.

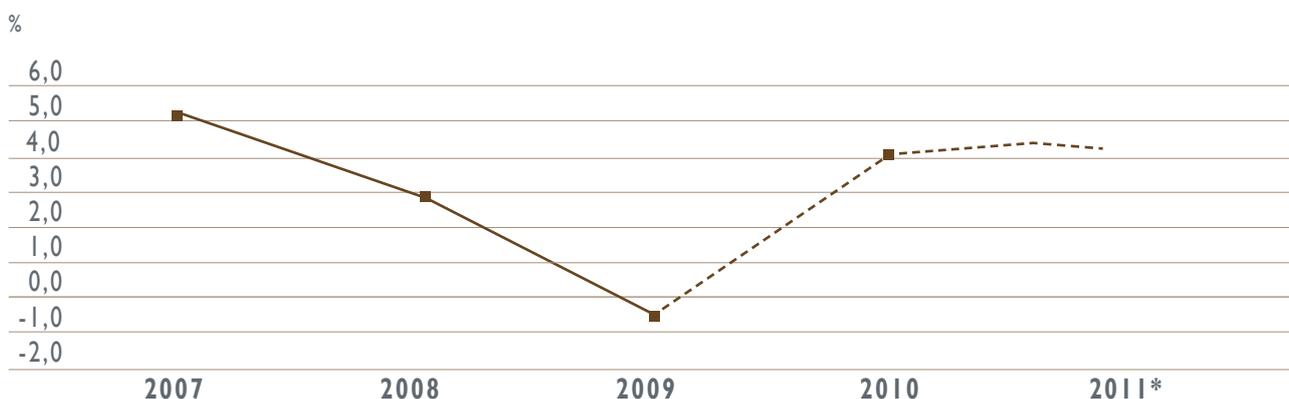
2.4. Mudanças no contexto de implementação do Programa

O contexto socioeconómico em 2009

O ano 2009 marca o zénite duma crise económica e financeira sem precedentes históricos. A instabilidade dos mercados financeiros, a contracção da actividade económica nas principais economias mundiais e o aumento significativo do desemprego determinaram a conjuntura económica internacional que marca a implementação do Programa na actualidade e, em particular, no ano em análise.

Os efeitos adversos da conjuntura internacional materializaram-se numa recessão de 0,6% da economia mundial em 2009, concretizando o pior desempenho económico da história recente, que sucede a um crescimento de 3% no ano anterior. Não obstante, a celeridade de resposta das principais economias - através de actuações concertadas no sentido de minimizar os impactos negativos da crise global e de estabilizar os mercados financeiros - permitiu dar início à recuperação económica ainda no final de 2009, superando inclusivamente as expectativas de evolução tecidas ao longo do ano, o que motivou a revisão em alta das previsões de crescimento económico para os dois anos seguintes. Decorre, por conseguinte, que as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento da economia mundial de 4,2% em 2010 e de 4,3% no ano seguinte, alavancados essencialmente pela recuperação da robustez do crescimento das economias emergentes, em particular no mercado asiático. O Gráfico 5 revela o desempenho económico da economia mundial no triénio 2007-2009 e as projecções do FMI para o horizonte 2011.

Gráfico 5 Evolução recente e previsões de crescimento para a economia mundial



* - valores provisórios

Fonte: FMI

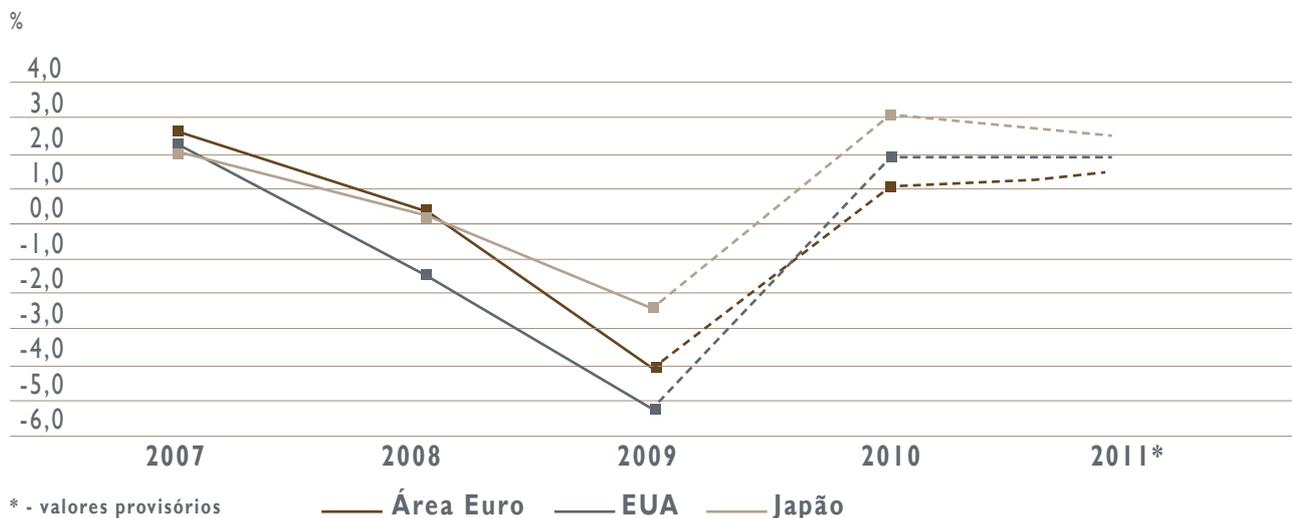
O cenário de recuperação económica apresenta-se, contudo, manifestamente desigual entre as principais economias mundiais, em razão do grau de exposição à turbulência dos mercados financeiros e em particular entre as economias avançadas e emergentes. Com efeito, depois de um débil crescimento em 2008 (0,5%), o conjunto das economias avançadas registou uma quebra de 3,2% em 2009. A recuperação deverá manifestar-se, para estas economias, de forma menos acentuada, atendendo às previsões de crescimento de 2,3% e de 2,4% em 2010 e 2011, respectivamente. Por seu turno, a apreciação da dinâmica das economias emergentes em 2009, apesar de reflectir os efeitos penalizadores da conjuntura internacional, não assumiu proporções tão significativas quanto as verificadas nas economias avançadas. Efectivamente, o forte abrandamento económico - cristalizado na quebra de 3,7 pontos percentuais (p.p.) face ao crescimento evidenciado em 2008 - resultou numa variação de 2,1% do produto em 2009. Em 2010 e 2011, as perspectivas vão no sentido de recuperar para ritmos de crescimento robustos, que deverão superar os 6%.

Nos Estados Unidos da América, a economia sofreu uma quebra de 2,4% face a 2008. As previsões económicas indicam a inflexão do comportamento negativo da economia em 2010 e 2011, que deverá crescer 3,1% e 2,6%, respectivamente. O ano 2009 representa pois o epílogo de sucessivos arrefecimentos desta economia norte-americana, que tem vindo a registar abrandamentos desde o ano 2005.

Os efeitos da conjuntura internacional fizeram-se sentir de forma particularmente intensa na Área Euro e no Japão. A economia nipónica registou, em 2009, um decréscimo de 5,2%, agravando o cenário recessivo evidenciado no ano anterior (-1,2%). Nos dois anos seguintes o cenário deverá inverter-se, uma vez que as expectativas apontam para uma variação positiva do PIB japonês de 1,9% em 2010 e de 2,0% no fim do horizonte da projecção. Apesar de ligeiramente menos intensa, a quebra evidenciada na Área Euro atingiu os 3,9% em 2009, constituindo-se como a depressão mais ampla,

profunda e duradoura da sua história, que havia já registado, no conjunto do ano anterior, um crescimento económico pouco pronunciado (0,6%). As expectativas relativas ao desempenho do bloco dos países da Moeda Única para os anos 2010 e 2011 assumem uma evolução pouco significativa do produto, que deverá registar variações de 1,0% e de 1,5%, respectivamente. O Gráfico 6 ilustra a evolução recente das economias referenciadas e expõe as respectivas expectativas de evolução para o horizonte 2011.

Gráfico 6 Evolução recente e previsões de crescimento para a Área Euro, EUA e Japão

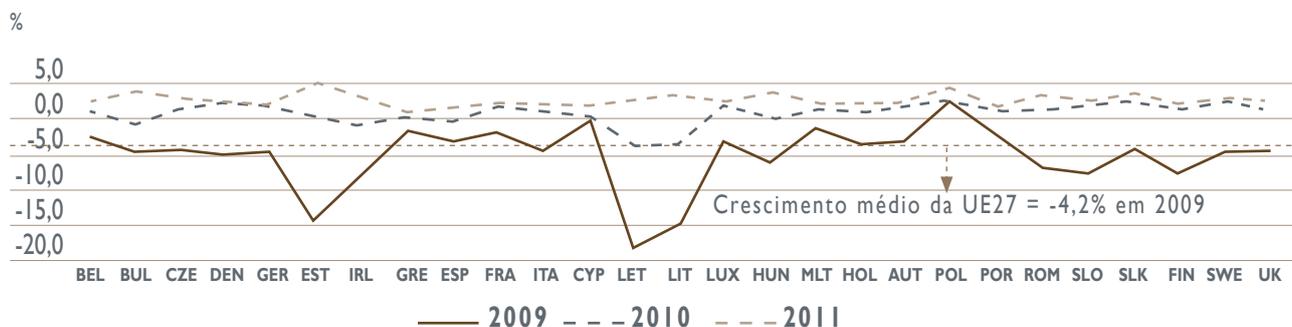


Fonte: FMI

A apreciação mais detalhada do desempenho económico ao nível comunitário permite constatar que, apesar da profunda recessão que se abateu sobre a União Europeia, a intensidade dos choques motivados pela crise financeira revelou-se amplamente diferenciada entre os Estados-Membros. Apesar do cenário recessivo ter sido extensivo a todos os Estados-Membros, à excepção da Polónia, que progrediu 1,7%, alguns países do Leste Europeu registaram quebras manifestamente acima da média comunitária (-4,2%), designadamente a Letónia (-18%), a Lituânia (-15%), a Estónia (-14,1%), a Roménia (-7,1%) e a Hungria (-6,3%). Na Área Euro, a Eslovénia e a Finlândia, com quebras de 7,8%, a Irlanda, com uma recessão de 7,5%, e a Itália, o Reino Unido e a Alemanha, com variações negativas que atingem os 5%, constituem o grupo de países que sofreram de forma mais expressiva os impactos da conjuntura internacional adversa.

À semelhança do antecipado para a Área Euro, a União Europeia (EU) deverá recuperar nos anos 2010 e 2011, ainda que abaixo dos níveis de crescimento evidenciados antes da crise. As projecções apontam para variações de, respectivamente, 0,7% e de 1,6% no conjunto dos 27 países da UE. A actividade, de acordo com o Banco Central Europeu (BCE), deverá progredir ancorada na recuperação das exportações e na evolução positiva, embora lenta, da procura interna. As perspectivas de melhoria da situação económica estendem-se a todos os Estados-Membros no horizonte 2011. O Gráfico 7 sintetiza o panorama económico evidenciado em 2009 pelos Estados-Membros da UE e revela as previsões de crescimento para o horizonte 2011.

Gráfico 7 Variação real do PIB dos Estados-Membros da EU em 2009 e expectativas de evolução económica para 2010 e 2011

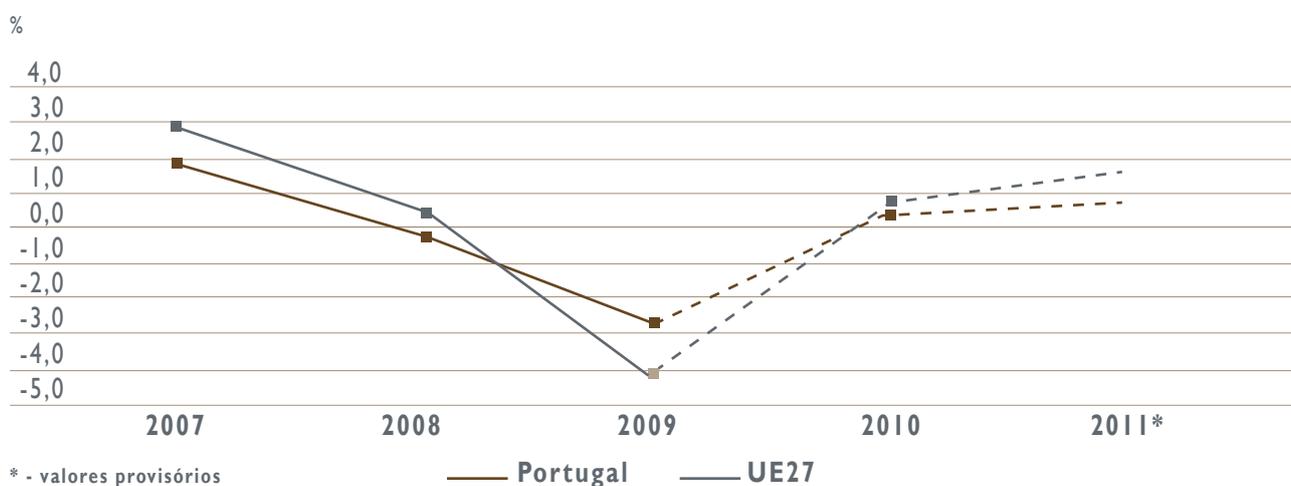


Fonte: Eurostat

Apesar de não ter verificado uma quebra tão acentuada quanto a registada ao nível da média comunitária, a economia portuguesa regrediu de forma significativa em 2009. O elevado grau de abertura do mercado nacional, aliado à reduzida dimensão e ao nível de integração em termos financeiros e económicos, determina, em larga medida, o seguimento em linha com o enquadramento externo à economia do país. Em 2009, o produto entrou num ciclo recessivo, materializado pela variação de -2,7% face ao ano anterior.

A projecção mais recente do Banco de Portugal aponta para um fraco crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 (0,4%), seguido de um ligeiro aumento para 0,8% em 2011. As expectativas assentam na convicção de melhorias do contributo das exportações para o crescimento do PIB, suportadas pela recuperação da procura externa. A procura interna deverá apresentar um contributo negativo em 2010 e marginalmente positivo em 2011. O Gráfico 8 revela a evolução recente do PIB nacional e da UE27, assim como as previsões mais recentes para aquele indicador para os anos 2010 e 2011, evidenciando que, no ano 2009, efectivou-se um movimento de convergência de Portugal face à média comunitária. Contudo, as projecções vão no sentido da economia nacional voltar a perder terreno no decurso de 2010 e 2011, conforme se constata pelo diferencial do ritmo de crescimento esperado para estes dois mercados.

Gráfico 8 Evolução recente e previsões de crescimento para Portugal e UE27



Fonte: Banco de Portugal; Eurostat

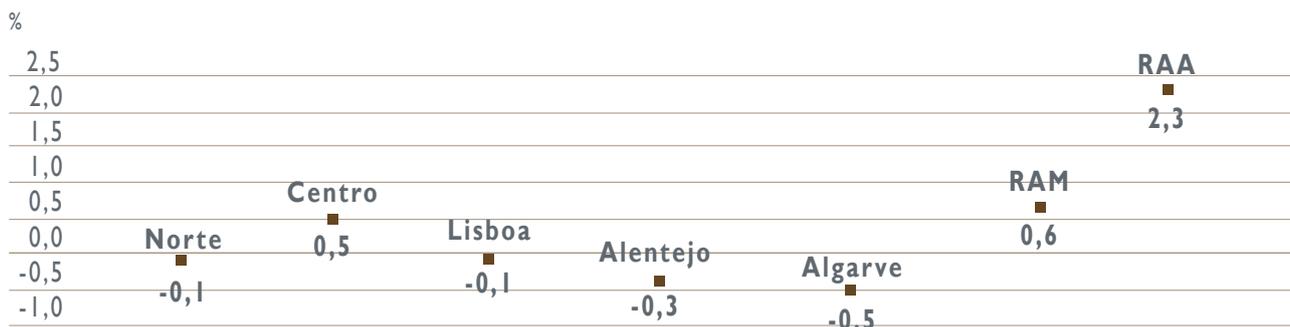
As perspectivas de evolução das componentes da procura interna assinalam uma forte desaceleração do consumo privado no horizonte da projecção, que deverá variar 1,1% em 2010 e 0,8% em 2011 (-0,8% em 2009). O consumo público deverá seguir uma evolução similar, por força da necessidade de reposição do equilíbrio das contas do Estado, pelo que, após um crescimento de 3,5% em 2009, as previsões de evolução para 2010 e 2011 apontam para quebras de, respectivamente, 0,7% e 0,2%. Também a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) deverá sofrer uma quebra em 2010 (-6,3%), sendo expectável uma recuperação ligeira no decorrer de 2011 (0,3%).

O cenário de evolução antecipado para os próximos dois anos assume ainda a redução de emprego em 2010 e um ligeiro aumento no ano seguinte, em virtude do ritmo limitado do crescimento da actividade económica. Acresce ainda fazer referência à leitura das expectativas quanto à evolução do rendimento disponível das famílias: a contenção salarial, a subida gradual da inflação e das taxas de juro, em conjugação com o reforço da carga fiscal, apresentam-se como efeitos restritivos no rendimento disponível das famílias, que deverá diminuir ao longo do horizonte da projecção.

A mais recente informação relativa ao desempenho da economia regional dá conta de uma variação de 0,6% do PIB em 2008, materializando um abrandamento no ritmo de crescimento de 0,9 p.p. face ao ano anterior. O desempenho económico evidenciado, embora revelador duma dinâmica positiva - recorde-se que o conjunto do país registou uma variação nula no ano em questão - reflecte os efeitos marcadamente negativos da conjuntura internacional adversa a que a Região Autónoma da Madeira é particularmente sensível.

A apreciação da performance económica regional, desagregada pelas NUT II portuguesas, permite constatar comportamentos díspares entre as várias regiões. Se por um lado as Regiões Autónomas dos Açores (RAA) e da Madeira, tal como a Região Centro, registaram variações positivas do PIB em 2008, por outro, as regiões Norte, Lisboa, Alentejo e Algarve evidenciaram quebras. O Gráfico 9 compara a variação anual do PIB em volume das NUT II portuguesas em 2008.

Gráfico 9 Variação do PIB regional em 2008

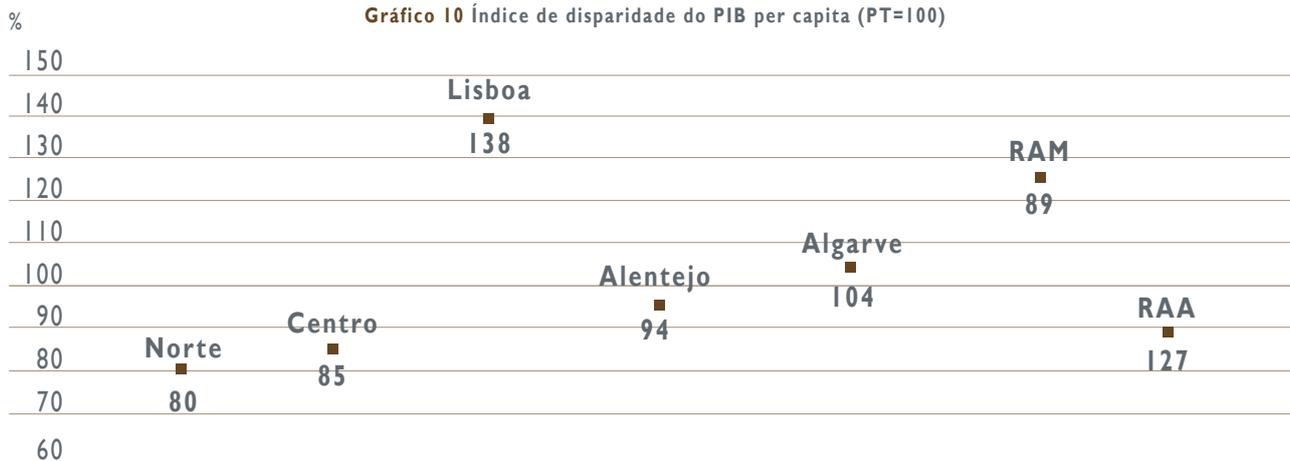


Fonte: INE

O enquadramento regional no cômputo nacional e comunitário em 2008 deixa em evidência a posição consolidada da RAM no cenário interno e indicia a continuidade da trajetória de convergência aos parâmetros médios da UE.

Com efeito, o índice de disparidade do PIB per capita com referência à média nacional revela que, apenas três regiões do país - Lisboa, RAM e Algarve - registavam valores superiores à média nacional, com Lisboa a liderar claramente neste domínio, onde o PIB per capita excedia a média de referência em 38%. A RAM, com um valor índice de 128, revela um posicionamento confortável na esfera nacional, manifestamente acima do Algarve, que excedia em 4% o PIB per capita médio do conjunto do país em 2008. O Gráfico 10 evidencia a amplitude das disparidades regionais em 2008 para o indicador em apreço.

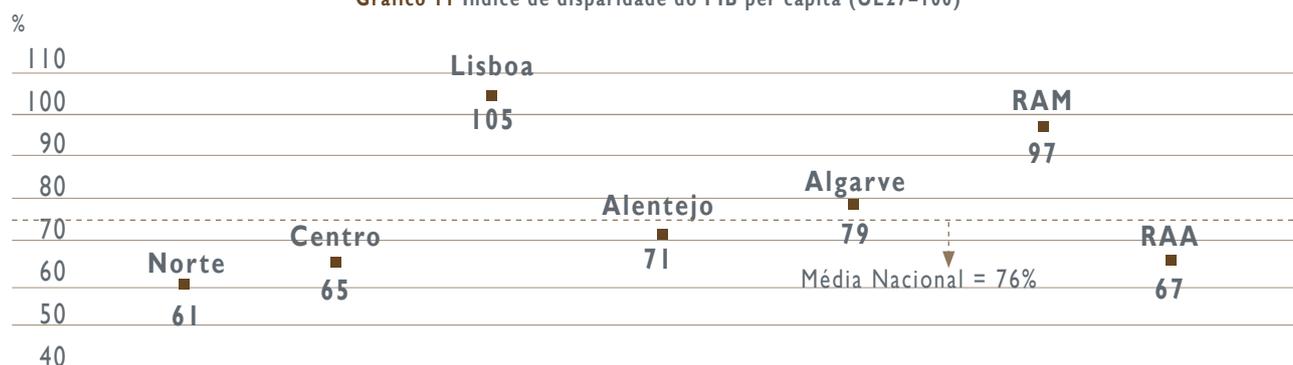
Gráfico 10 Índice de disparidade do PIB per capita (PT=100)



Fonte: INE

A comparação regional com a média da UE - proporcionada pelo índice de disparidade do PIB per capita face à média comunitária - reflecte o reforço da convergência da RAM ao parâmetro de referência. Com efeito, em 2008, o PIB per capita da RAM atingiu os 97% da média da União, convergindo 1 p.p. face ao ano anterior. Relativamente às restantes regiões portuguesas, assinala-se que apenas Lisboa detém um PIB por habitante superior à média comunitária (105%), num panorama que reflecte de forma expressiva as divergências internas em matéria de PIB per capita e a subsistência de atrasos relevantes face aos padrões médios da UE, evidenciados no baixo valor do índice de disparidade da generalidade das NUT II portuguesas e particularmente visíveis na Região Norte (61%), na Região Centro (65%) e na RAA (67%), conforme ilustra o gráfico.

Gráfico 11 Índice de disparidade do PIB per capita (UE27=100)

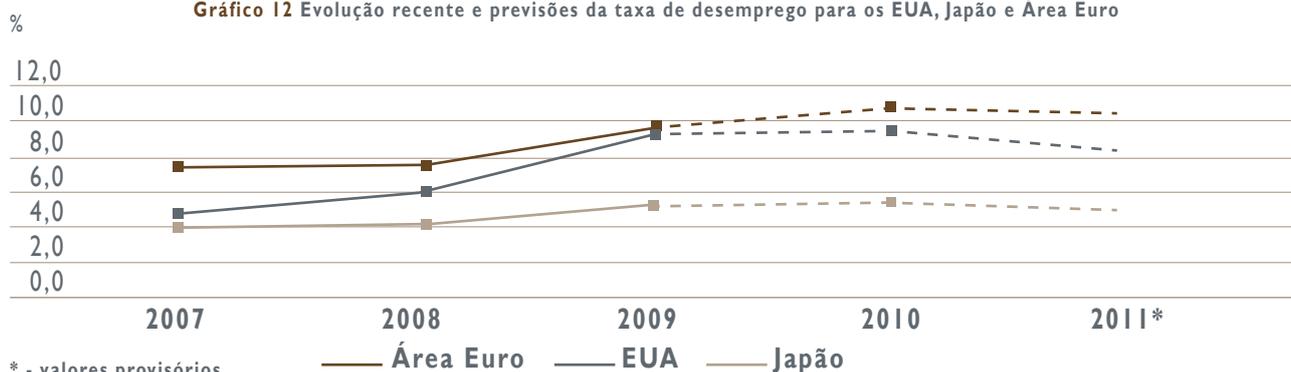


Fonte: INE

A dinâmica recente do mercado de trabalho fornece informações relevantes sobre o real impacto e a extensão efectiva da crise global nas diversas economias. O inevitável contágio da crise financeira às grandes economias mundiais, materializada na restrição das condições de acesso ao crédito e na consequente retracção do investimento determinaram a desaceleração e/ou contracção da actividade produtiva e motivaram subidas acentuadas de desemprego.

Nas economias avançadas, a taxa de desemprego terá atingido os 8,0% em 2009, mais 2,2 p.p. do que em 2008. As expectativas para o ano 2010 apontam para um agravamento deste indicador, que deverá crescer 0,4 p.p., projectando-se que em 2011 se regresse aos níveis evidenciados em 2009. Nos Estados Unidos da América, a taxa de desemprego atingiu os 9,3% em 2009, cristalizando um acréscimo de 3,5 p.p. face ao ano anterior. As projecções antecipam um ligeiro acréscimo do desemprego em 2010, que deverá fixar-se nos 9,4% - a concretizar-se, representará a maior taxa de desemprego observada nos últimos 28 anos (9,6% em 1983) - e uma quebra no ano seguinte que deverá representar uma variação anual de -1,1 p.p.. Na mesma linha, a Área Euro e o Japão registaram aumentos do desemprego em 2009, observando, respectivamente, taxas de desemprego de 9,4% e de 5,1%, concretizando assim variações de 1,8 p.p. e de 1,1 p.p. face a 2008. O crescimento do desemprego deverá manter-se ao longo de 2010 na Área Euro com as previsões a indicarem uma taxa de desemprego de 10,5%, situação que deverá manter-se em 2011. No Japão, as expectativas vão no sentido da manutenção do indicador em 2010, seguida de uma ligeira quebra em 2011 (4,9%). O Gráfico 12 fornece uma perspectiva cronológica recente da taxa de desemprego nas três economias, assim como as expectativas de evolução do indicador no decurso de 2010.

Gráfico 12 Evolução recente e previsões da taxa de desemprego para os EUA, Japão e Área Euro



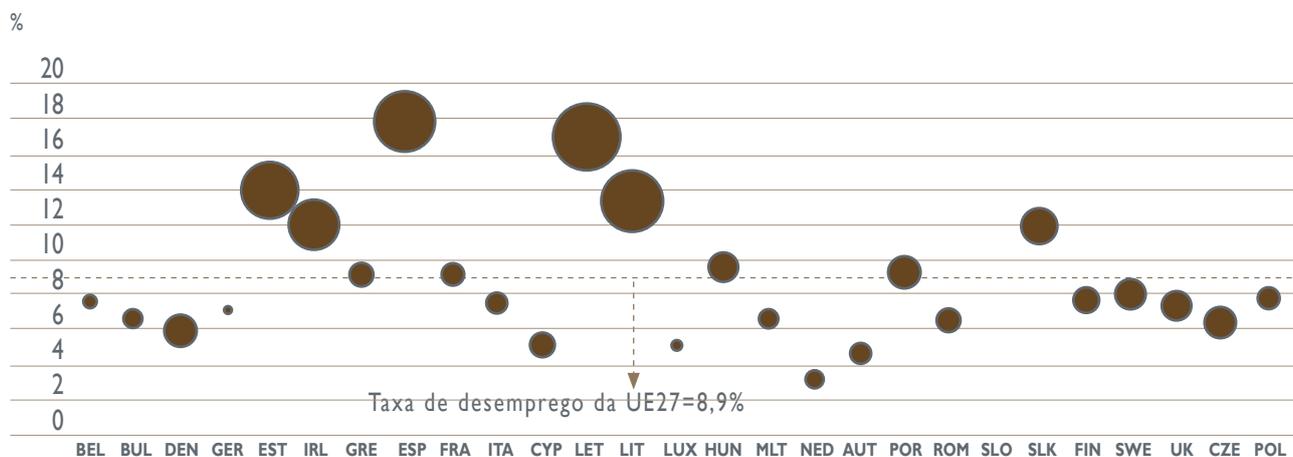
* - valores provisórios

Fonte: FMI

A informação relativa à União Europeia no que à taxa de desemprego em 2009 diz respeito, evidencia os efeitos penalizadores da crise económica internacional na economia real, conforme revela o agravamento em 1,9 p.p. no indicador em apreço face a 2008 (8,9% em 2009). As previsões relativas ao desemprego para a União Europeia apontam para a manutenção de dificuldades no mercado de trabalho em 2010, sendo esperado um agravamento da taxa de desemprego, a qual deverá alcançar os 10,25%. Detalhando a informação dos Estados-Membros da União, é possível constatar que o desemprego aumentou em todos os países no ano considerado, embora em proporções distintas. Com efeito, a variação anual da taxa de desemprego alternou entre os 0,2 p.p. na Alemanha - que registou uma taxa de desemprego de 7,5% em 2009 - e os 9,6 p.p. na Letónia - onde se apurou, inclusivamente, o segundo valor mais elevado daquele indicador no espaço comunitário (17,1%). A diversidade regional que caracteriza a UE manifesta-se igualmente na profundidade do fenómeno do desemprego entre os Estados-Membros que a compõem. Neste particular, a Espanha registou a mais elevada taxa de desemprego da União, atingindo os 18% em 2009 (o mais elevado dos últimos 15 anos naquele país), manifestamente acima

dos níveis de desemprego observados pela Holanda (3,4%), pela Áustria (4,8%) e pelo Luxemburgo (5,4%). O Gráfico 13 evidencia as divergências entre os Estados-Membros da UE e ilustra a sensibilidade das respectivas economias aos choques externos que a variação do indicador face ao ano 2008 propicia.

Gráfico 13 Taxa de desemprego nos Estados-Membros da UE27 em 2009*



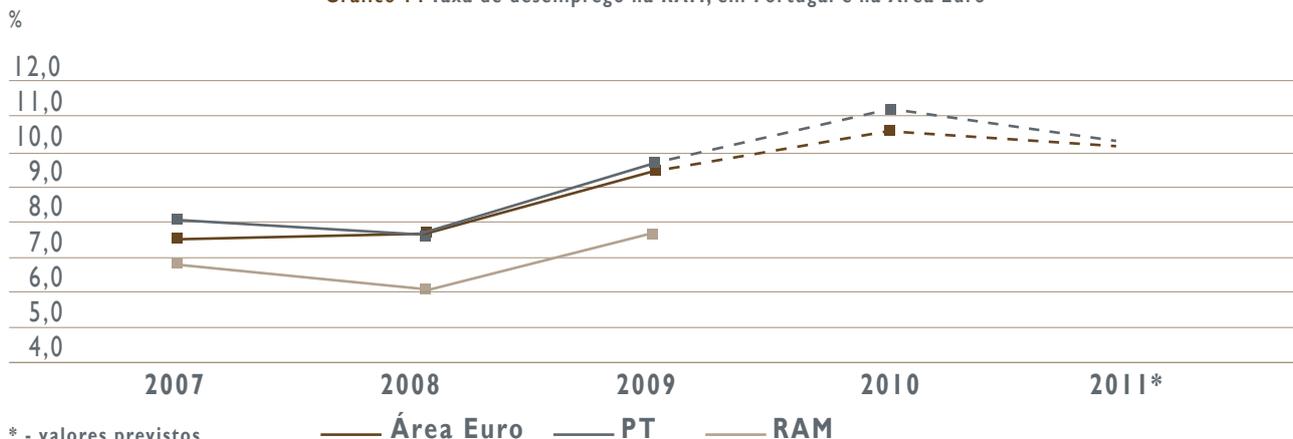
* - tamanho das esferas refere-se à variação da taxa de desemprego face a 2008

Fonte: Eurostat

Na mesma linha o desemprego tem vindo a crescer em Portugal. A informação relativa a 2009 dá conta de um aumento na taxa de desemprego em 1,9 p.p. face ao ano anterior, tendo atingido os 9,6%. Em 2010, o panorama no mercado de trabalho deverá continuar a agravar-se, esperando-se ligeiras melhorias no decorrer de 2011. As últimas previsões para 2010 e 2011 apontam para uma taxa de desemprego de 11% no primeiro ano da projecção e para uma redução para 10,3% no ano seguinte.

O cenário do mercado de trabalho na RAM evoluiu em linha com o enquadramento externo, tendo-se registado um acréscimo de 1,6 p.p. na taxa de desemprego em 2009, que se fixou nos 7,6%, ainda assim, manifestamente abaixo dos níveis de desemprego observados, quer no conjunto do país, quer na média da Área Euro e da União Europeia. O paralelismo de evolução da taxa de desemprego regional relativamente ao evidenciado ao nível nacional e europeu e a apreciação das previsões de desemprego da envolvente relevante à Região induzem alguma apreensão quanto à evolução do desemprego na RAM, particularmente no decorrer de 2010. O Gráfico 14 expõe a evolução recente da taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na Área Euro e as respectivas previsões para o horizonte 2011.

Gráfico 14 Taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na Área Euro

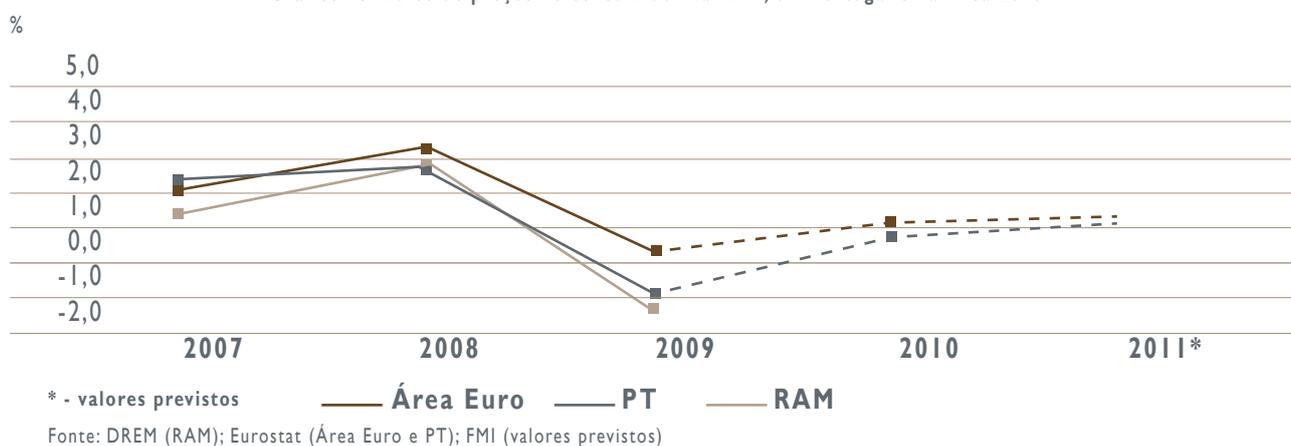


* - valores previstos

Fonte: DREM (RAM); Eurostat (Área Euro e PT); FMI (valores previstos)

A contracção da procura associada à crise económica e financeira originou um forte abrandamento do nível geral de preços. Com efeito, em 2009, a variação média anual do Índice de Preços no Consumidor passou de 3,4% em 2008 para 0,1% em 2009 nas economias avançadas e de 9,2% para 5,2% nas economias emergentes. Similarmente, a taxa de inflação na Área Euro - expressa pela variação média anual do índice harmonizado de preços no consumidor - fixou-se nos 0,3% em 2009, depois de ter registado uma variação de 3,3% em 2008. Em Portugal, o indicador assumiu uma variação negativa em 2009 (-0,9%), sucedendo os 2,7% registados em 2008. A apreciação da evolução recente da taxa de inflação na RAM é coerente com as variações observadas no contexto global. Com efeito, a uma variação anual de 2,8% em 2008, sucedeu uma contracção de 1,4% em 2009. As projecções de curto prazo indiciam a ausência de pressões inflacionistas significativas no horizonte 2011, em linha com as expectativas de recuperação modesta da actividade. Neste enquadramento, a taxa de inflação não deverá ultrapassar os 1,5% em 2010 e os 1,4% em 2011 nas economias avançadas, sendo expectável uma evolução em 2010 e 2011 de, respectivamente, 6,2% e 4,7% nas economias emergentes. Na Área Euro, por seu turno, o índice harmonizado de preços não deverá ultrapassar os 1,1% em 2010 e os 1,3% em 2011, mantendo-se os pressupostos de estabilidade de preços ao longo do horizonte da projecção. Em Portugal, o indicador não deverá ficar acima dos 0,8% em 2010 e dos 1,1% no ano seguinte. A informação relativa ao primeiro trimestre de 2010, no que à taxa de inflação regional diz respeito (-0,8%), e a apreciação da evolução recente do indicador, comparativamente às realidades nacional e da Área Euro, permitem antecipar uma evolução em linha com o expectável, naqueles dois mercados, no horizonte 2011. O Gráfico 15 reflecte a trajectória de evolução registada e esperada na variação anual do Índice de Preços no Consumidor da Área Euro, de Portugal e da RAM.

Gráfico 15 Índice de preços no consumidor na RAM, em Portugal e na Área Euro



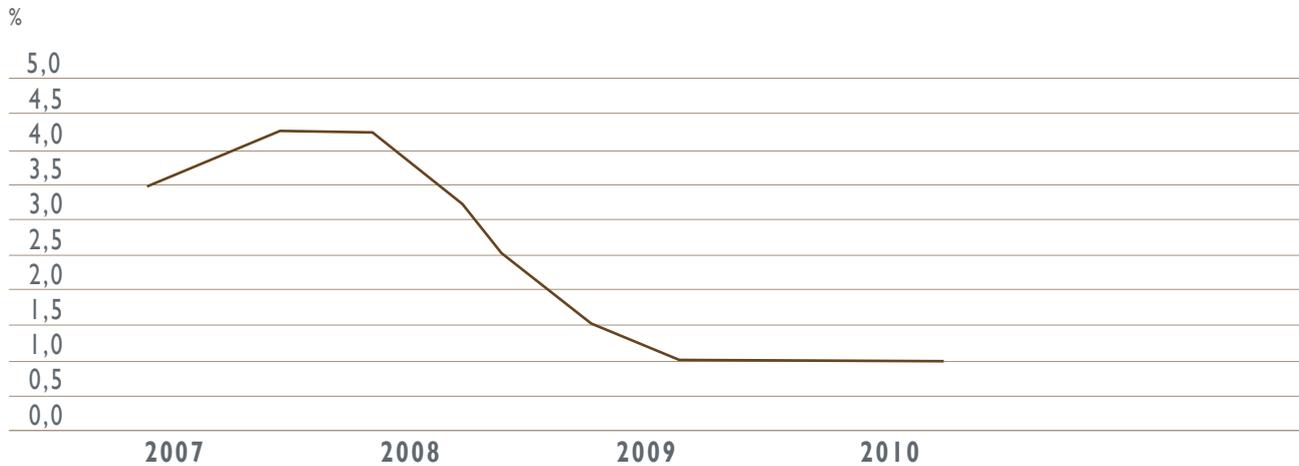
A evolução recente da taxa de juro de referência do Banco Central Europeu reflecte a reacção desta autoridade monetária aos efeitos da crise financeira na Europa. O corte acentuado da taxa de juro aplicada pelo BCE às suas principais operações de refinanciamento e a injeção de liquidez no mercado financeiro constituíram as principais intervenções de carácter monetário dirigidas ao combate à crise protagonizadas por este banco central.

A perspectiva cronológica de evolução recente da taxa de referência do Banco Central Europeu é, com efeito, reveladora da amplitude de variação daquele instrumento de política monetária, em função da prioridade política de estabilização de preços latente no período que antecedeu a crise económica e financeira e o ajustamento decorrente das alterações conjunturais induzidas pelo enquadramento de crise. Em 9 de Julho de 2007, o BCE decidiu fixar a taxa de refinanciamento no máximo histórico de 4,25%, em resposta às fortes pressões inflacionistas que marcaram o período que antecedeu a crise, designadamente as decorrentes dos elevados preços a que estavam a ser transaccionadas as matérias-primas energéticas e não energéticas nos mercados internacionais. À medida que se foram fortalecendo os sinais relativos à extensão e amplitude da crise financeira e se foram esbatendo as pressões inflacionistas, procedeu-se à redução gradual da taxa directora do BCE, culminando no actual mínimo histórico de 1,0%, conforme revela o Gráfico 16.

As taxas Euribor acompanharam a evolução decorrente das alterações de política monetária efectivadas pelo BCE, tendo registado sucessivos mínimos históricos ao longo de 2009 e no decorrer de 2010. Com efeito, em Dezembro de 2007, a média mensal das taxas Euribor a 3 e 6 meses era, respectivamente, de 4,848% e de 4,819% e em Setembro e Outubro de 2008 ultrapassavam os 5%, altura a partir da qual se registaram quebras significativas, atingindo níveis inferiores à taxa de referência do BCE (1%) ainda em 2009. As expectativas de evolução da taxa de juro de curto prazo, expressas nas projecções do mercado para a Euribor a 3 meses, revelam que em 2010 o valor médio da taxa de curto prazo deverá ser de 0,9% e subir para 1,7% no ano seguinte. A par da evolução mais moderada da economia europeia - anémica, no caso de Portugal, conforme revelam as previsões - e da manutenção da situação crítica no mercado de trabalho no horizonte 2011, as projecções de subida das taxa de juro de curto prazo, embora moderada, terá repercussões no rendimento disponível

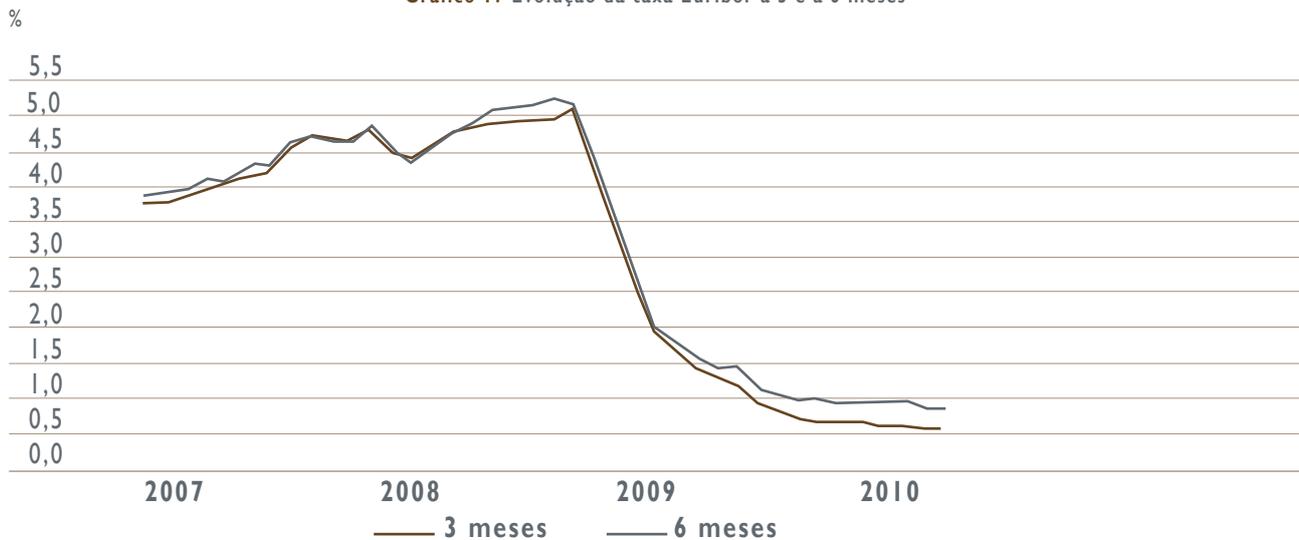
das famílias e, por esta via, efeitos ao nível do consumo privado, na assumpção do actual cenário de forte contenção da massa salarial esperado no horizonte da projecção. O Gráfico 17 revela a evolução das taxas Euribor entre Janeiro de 2007 e Abril de 2010, nas maturidades mais utilizadas para financiamento das empresas (3 meses) e particulares (6 meses).

Gráfico 16 Evolução da taxa de refinanciamento do BCE



Fonte: BCE

Gráfico 17 Evolução da taxa Euribor a 3 e a 6 meses



Fonte: EBF - European Banking Federation

O cenário macroeconómico supra descrito legitima o entendimento comum da Autoridade de Gestão e da Equipa de Avaliação da Operacionalização do PO que, no Relatório Preliminar da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+ por esta produzido, referencia a viragem conjuntural, que alterou radicalmente o contexto macroeconómico de execução do ciclo de programação 2007-2013 na Europa (...) através de processos caracterizados por uma importante diferenciação, nas formas e ritmos, quer entre as “economias avançadas” e as “economias emergentes e em desenvolvimento”, quer, sobretudo, entre as próprias “economias avançadas” sob o impacto das diferentes opções tomadas em matéria de política económica.

Com efeito, é manifesto o fosso entre o contexto macroeconómico de preparação/negociação e o de operacionalização/implementação dos Fundos Estruturais no quadro vigente, seja na dimensão estrita de envolvente menos favorável, seja, sobretudo, na dimensão de alteração qualitativa, seja das expectativas dos agentes económicos, seja da própria racionalidade económica e financeira dos projectos de investimento.

A quantificação rigorosa da alteração do cenário macroeconómico de referência do [Programa] INTERVIR+ constitui, assim, um elemento relevante na avaliação da sua execução, seja para impedir análises precipitadas sobre as condições e realizações do seu desempenho, seja, sobretudo, para situar com clareza as grandes linhas de redefinição e reprogramação que importa adoptar para garantir níveis de eficácia, utilidade e sustentabilidade que estejam à altura do contributo reforçado que a programação estrutural pode e deve dar ao desenvolvimento económico e social na União Europeia.

Implicações no contexto da implementação do Programa

Sendo incontestável que a conjuntura macroeconómica adversa marcou vincadamente o ano 2009, implicando ajustamentos em diversos instrumentos de política à escala mundial em ordem ao relançamento da economia, a Política de Coesão da União Europeia - e suas repercussões na esfera nacional e regional - não foi excepção.

Tendo por referência documentação produzida pelo Observatório do QREN, designadamente, o Relatório Estratégico do QREN - 2009, e em particular, A resposta da Política de Coesão à crise, as alterações da situação socioeconómica e do mercado de trabalho tiveram impactos expressivos na implementação do Programa Intervir+, afectando o ritmo de execução das operações e respectivos resultados em termos de execução financeira, os quais revelam-se significativamente inferiores aos valores aprovados, e por conseguinte comprometeram os valores que seriam expectáveis num cenário mais favorável, passado que está o primeiro terço da execução do Programa.

Importa registar nesta secção que as alterações da situação económica mundial originaram um conjunto de iniciativas quer a nível comunitário, quer nacional, que visaram mitigar as dificuldades com que os Estados-Membros e respectivas Regiões se deparavam na aplicação dos Fundos Estruturais.

O pedido de alargamento do prazo de elegibilidade das despesas dos PO do Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) para 30.06.2009, formalizado por Portugal junto da Comissão Europeia, já em 2008, para mitigar a falta de liquidez das entidades executoras, com benefícios para os PO do período de programação 2007-2013, foi uma das medidas a registar.

A Comunicação da Comissão no âmbito da política comunitária de concorrência - Quadro comunitário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a crise financeira e económica sentida, na qual foi instaurada a possibilidade de ser utilizada uma margem na aplicação do limite de minimis em todos os regimes de auxílio implementados ou a implementar ao abrigo da regra de minimis, constituiu outras das medidas relevantes. Portugal apresentou o pedido de aplicação de tal regime, tendo-o notificado no início do ano (2009). A CE considerou o regime apresentado compatível com o Tratado da União Europeia, passando o mesmo a ser aplicado nos termos consagrados na Portaria n.º 184/2009, de 20 de Fevereiro. Pela sua importância para o tecido empresarial regional, este novo regime (temporário) que permite conceder, entre 2009 e 2010, auxílios de minimis até 500.000 euros (em alternativa aos 200.000 euros previstos no Regulamento (CE) n.º 1998/2006 da Comissão), durante um período de três exercícios financeiros, é assim assinalado como outras das medidas aplicadas.

A alteração do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, que abriu a possibilidade de, em 2009, ser disponibilizado novo pré-financiamento, a nível de fundos estruturais, de 2,5% do valor dos pré-financiamentos realizados entre 2007 e 2009 (totalizando assim 7,5% da dotação programada para o FEDER), revelou-se uma medida extremamente benéfica para a liquidez necessária à fase inicial do período de programação, a fim de facilitar os pagamentos aos beneficiários dos projectos.

O Regulamento (CE) n.º 397/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio, que alterou o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 no que respeita à elegibilidade dos investimentos em matéria de eficiência energética e de energias renováveis no sector da habitação, não teve relevância para o desempenho do Programa, sendo que consideramos ser importante esta vertente de apoio. Contudo, optou-se no âmbito do Programa Intervir+, pelo apoio a projectos que terão uma acção directa na produção de energia por parte da entidade a quem está concessionada a produção energética, que pela sua dimensão financeira absorvem recursos muito significativos.

No que concerne, em particular, aos Sistemas de Incentivos, e face à conjuntura adversa que se instalou em 2009, em consequência da crise económico-financeira que se repercutiu negativamente na actividade empresarial da RAM, assistiu-se, por conseguinte, a uma certa retracção em termos de investimento, com as naturais consequências ao nível do volume de adesão a tais sistemas de incentivos.

Face a esta realidade, o IDE-RAM procedeu à alteração dos Sistemas de Incentivos, relançando o EMPREENDINOV, SIRE, QUALIFICAR+ e SI TURISMO, a 04.11.2009, de forma a torná-los mais atractivos e flexíveis e a melhor responder às necessidades e expectativas do tecido empresarial num contexto de crise financeira internacional. Foram alteradas as respectivas condições de aplicação, sendo que para se distinguir das anteriores (condições de aplicação), esses sistemas de incentivos passaram-se a denominar ENPREENDINOV II, SIRE II, QUALIFICAR+ II e SI TURISMO II. As alterações mais significativas referem-se às condições de acesso dos promotores e do projecto, bem como à natureza e intensidade do incentivo a conceder.

Neste sentido, apresentamos, a legislação regional produzida em 2009 com efeitos directos sobre o Programa:

- Portaria n.º 146/2009, de 04 de Novembro, altera a Portaria n.º 31/2008, de 31 de Março, que criou o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação da Região Autónoma da Madeira - EMPREENDINOVO;
- Portaria n.º 147/2009, de 04 de Novembro, altera a Portaria n.º 34/2008, de 7 de Abril, que criou o Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial das Micro e Pequenas Empresas da Região Autónoma da Madeira - SIRE;
- Portaria n.º 148/2009, de 04 de Novembro, altera a Portaria n.º 160/2008, de 24 de Setembro, que criou o Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da RAM - QUALIFICAR+;
- Portaria n.º 149/2009, de 04 de Novembro, altera a Portaria n.º 210/2008, de 3 de Dezembro, que criou o Sistema de Incentivos à Promoção da Excelência Turística da RAM - SI TURISMO.

Relativamente a demais legislação comunitária e nacional produzida em 2009, aplicável ao Programa, a mesma é de seguida sistematizada:

- Decreto-Lei n.º 31/2009, de 4 de Fevereiro - procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2008, de 13 de Março, e prorroga, até 31 de Dezembro de 2009, a vigência do regime excepcional criado para a contratação de empreitadas de obras públicas e a aquisição ou locação de bens e serviços destinados à instalação das Unidades de Saúde Familiar, à instalação ou requalificação dos serviços de saúde da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e dos serviços de urgência, bem como de bens e serviços destinados ao reforço dos meios de socorro pré-hospitalar;
- Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro - estabelece medidas excepcionais de contratação pública, a vigorar em 2009 e 2010, destinadas à rápida execução dos projectos de investimento público considerados prioritários;
- Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de Abril - procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116-A/2006, de 16 de Junho, que cria o Sistema de Certificação Electrónica do Estado;
- Decreto-Lei n.º 420/2009, de 20 de Abril - procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de contratação da aquisição são celebrados e conduzidos pela Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E.;
- Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro - altera o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, prorrogando até 31 de Outubro de 2009 a possibilidade de os documentos que constituem a proposta ou a candidatura poderem ser apresentados em suporte papel;
- Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro - procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às actividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior;
- Regulamento (CE) n.º 1177/2009, da Comissão de 30 de Março - altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos;
- Decreto-Lei n.º 319/2009, de 30 de Novembro - transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/32/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos públicos e que visa incrementar a relação custo-eficácia na utilização final de energia;

Destacam-se ainda documentos relevantes para a boa execução do Programa, em concreto, os da responsabilidade do Observatório do QREN: "Orientações quanto aos procedimentos para a actualização anual dos planos de avaliação" e os do IFDR, nomeadamente: "Nota de conceitos a utilizar na prestação de informação mensal para efeitos de monitorização"; Circular n.º 1/2009 sobre "Parcerias público-privadas promovidas por municípios"; "Registo Central dos Auxílios de minimis - Operacionalização do novo limite máximo dos apoios a conceder"; "Norma n.º 1/2009 relativa às orientações a observar na elaboração do Relatório de Execução 2008"; "Orientações sobre Indicadores Comuns Comunitários - Revisão da Metodologia de cálculo"; "Orientações para a determinação das correcções financeiras a aplicar às despesas co-financiadas pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo de Coesão (FC)"; "Norma n.º 3/2009: (2009.12.20) - Monitorização operacional e financeira e prestação de informação FEDER/FC no âmbito dos PO 2007-2013" e "Notas importantes s/o preenchimento do template da Monitorização Operacional e Financeira - IFDR".

Importa ainda referenciar a Orientação Técnica n.º 1 da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, de 21.05.2009, relativa a Classificação para Dimensão Territorial a utilizar na elaboração do Relatório de Execução, bem como a deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN (CMC QREN), de 27 de Março de 2009, relativa ao Plano de Comunicação do QREN, no quadro da coordenação global do QREN e dos PO no plano político.

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

O Programa Intervir+ não sofreu alterações substanciais ao nível das operações, que tenham afectado a sua natureza ou as suas condições de execução ou tenham proporcionado uma vantagem indevida a uma empresa ou a um organismo público em resultado, quer de uma mudança na natureza da propriedade de uma infra-estrutura, quer da cessação de uma actividade produtiva.

2.6. Complementaridade

2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos

A forma de concepção e de estruturação dos PO relevantes para a RAM para 2007-2013 dispensa a utilização, no quadro do Programa Intervir+, do mecanismo de flexibilidade estabelecido no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, com excepção do Eixo VI - Assistência Técnica (vd. Informação sobre a repartição da utilização do Fundo), contudo no âmbito da intervenção do FEDER, o Programa Intervir+ vê a sua acção complementar acções desenvolvidas no âmbito do Programa Operacional para a Valorização do Potencial Humano e Coesão Social (Programa Rumos), co-financiado pelo FSE, como se poderá verificar pelo desenvolvimento apresentado neste ponto.

Refira-se que o IDR ao deter responsabilidades ao nível da gestão dos PO co-financiados pelo FEDER e pelo FSE (AG), do Programa Operacional Temático (Programa Operacional de Valorização do Território - POVT) co-financiado pelo FEDER e Fundo de Coesão (OI) e do Programa de Cooperação Transnacional Madeira - Açores - Canárias (PCT-MAC), co-financiado pelo FEDER (Interlocutor Regional), bem como ao nível da coordenação global dos fundos comunitários aplicáveis à Região (nomeadamente, Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeus das Pescas (FEP), vem promovendo a troca de informações e fomentando articulações várias entre os mesmos.

A 5 de Fevereiro de 2009 foi assinado o Protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), do Programa Intervir+, do Programa Rumos, o Gestor dos Sistemas de Incentivos às Empresas e Compensação dos Sobrecustos e os Gestores de Eixo do Programa Rumos, dirigido a complementar e a propiciar o desenvolvimento de sinergias entre os Fundos Estruturais e as actuações a serem concretizadas no quadro do Programa Operacional co-financiado pelo FEADER. O apoio do FEDER ao desenvolvimento rural visa essencialmente assegurar a criação ou o reforço das condições envolventes que propiciem a maximização das respectivas potencialidades de desenvolvimento. Este protocolo estabeleceu os procedimentos de articulação e demarcação, com a clarificação das competências e âmbitos de intervenção, para cada Fundo e Organismo.

O protocolo similar previsto estabelecer entre as Autoridades de Gestão do Programa Intervir+ e do Programa Operacional co-financiado pelo FEP não foi concretizado em 2009, por motivo de atraso das suas disposições em matéria de governação do Programa Operacional Pescas (PROMAR), mas as respectivas AG promoveram ainda assim, no âmbito das suas Unidade de Gestão, troca de informação que permitiu criar as condições necessários à boa prossecução das suas intervenções, no respeito estrito pelas normas e regulamentos aplicáveis (vd. ponto 2.6.1).

Em 2009, da articulação estabelecida, quer pelo Protocolo estabelecido, quer em sede de UG dos PO da RAM, o Programa Intervir+ viu as suas acções complementarem as acções desenvolvidas ao abrigo do Programa Rumos, POVT e PCT-MAC.

A troca de informação concretizada permitiu esclarecer eventuais situações de sobreposição de operações e financiamentos, bem como recolher informação sobre a existência de complementaridades entre operações co-financiadas e a co-financiar pelas intervenções em causa (vd. Anexo XIV).

Neste contexto, ao nível da complementaridade entre as operações co-financiadas pelo Programa Intervir+ e pelo Programa Rumos identificou-se o Grande projecto, cujo beneficiário é a EUTELSAT MADEIRA, Unipessoal, Lda. (EM), entidade candidata ao SI QUALIFICAR+. O projecto encontra-se ainda em fase de aceitação por parte da Comissão Europeia e contempla duas áreas de actuação, nomeadamente o rastreio de satélites e a comercialização de capacidade e serviços de telecomunicações por satélite. A candidatura destina-se à instalação de um centro de rastreio de satélites e fornecimento de capacidade satelitar, na Zona Franca Industrial da Madeira.

O investimento global previsto ascende ao montante de 86.127.000,00 euros e contempla a realização dos projectos de arquitectura e engenharia, das obras de construção do edifício, a infra-estrutura tecnológica, equipamento para o centro de rastreio e 25 transpondedores de satélite (10 banda C e 15 banda Ku).

Trata-se de um projecto complementar ao projecto aprovado no âmbito do Programa Rumos - Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos, igualmente promovido pela EUTELSAT MADEIRA, Unipessoal,

Lda. (EM). Sendo esta uma das mais bem estruturadas e experientes provedoras de recursos para comunicação via satélite do mundo, irá operar um centro de telecomunicações na Zona Franca do Caniçal para o controle e monitorização de satélites de telecomunicações da Eutelsat (centro TCR - Telecommand Control and Ranging). Os elevados níveis de competência requeridos e a especificidade das funções fazem com que seja necessário formar os técnicos para o desempenho de tais funções - controlo de satélites e a operação de manutenção de todo o equipamento do Centro TCR do Caniçal.

Ao nível da complementaridade entre o Programa Intervir+ e o Programa Rumos destacam-se ainda os seguintes projectos:

- O e-SESARAM, do Programa Intervir+, do beneficiário Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E (SESARAM). O projecto visa o estabelecimento de mecanismos de articulação para a criação de plataformas de comunicação inovadoras baseadas nas tecnologias de informação e comunicação, de forma a reduzir custos operacionais e aumentar a qualidade do Serviço, nomeadamente no que se refere à simplificação do acesso e pesquisa de informação por parte dos colaboradores e utentes do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira E.P.E. A SESARAM detém igualmente dois projectos no âmbito do Programa Rumos, ambos da vertente de intervenção - Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida - Tipologia: *Formação Profissional da Administração Pública*, os quais articulam-se com o projecto Intervir+;
- O projecto de *Desenvolvimento da competitividade e reforço da capacidade técnica e tecnológica e da modernização da imagem da empresa, da empresa Gestlíder II - Contabilidade Informática e Gestão, Lda.*, aprovado pelo SI SIRE, visa o desenvolvimento sustentado da competitividade através do reforço da capacidade técnica e tecnológica e da modernização da empresa, apostando em soluções tecnicamente avançadas. Trata-se de um projecto complementar com os projectos do Programa Rumos da Tipologia: *Formação Profissional da Administração Pública e Outras formações*.
- O projecto de *Requalificação do estabelecimento Pestana Palms e reforço da utilização de tecnologias de informação por parte da Entidade Promotora, da empresa M & J Pestana - Sociedade Turismo da Madeira, S.A.*, aprovado pelo SI TURISMO, compreende a requalificação do estabelecimento hoteleiro Pestana Palms e o reforço da utilização das Tecnologias de Informação, por parte da entidade promotora. A mesma entidade possui um projecto complementar ao abrigo do Programa Rumos na tipologia: *Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos*;
- O Projecto de Reestruturação dos Locais de Formação Tecnológica da Direcção Regional de Qualificação Profissional, do Eixo Prioritário IV, da tipologia Educação, cujo beneficiário é a DRQP - Direcção Regional de Qualificação Profissional, tem por objectivo melhorar a optimização do percurso educativo-profissionalizante dos jovens contribuindo assim para a subida dos níveis formativos da RAM. Com o redimensionamento e modernização dos estabelecimentos de formação colmata-se uma insuficiência de infra-estruturas e equipamentos no ensino profissionalizante. Pretende-se também combater o baixo nível de desenvolvimento das TIC, sobretudo ao nível do potencial de utilização empresarial e as baixas qualificações escolares e profissionais da população activa e incentivar os activos a participar em acções de formação de modo a combater o baixo índice que este indicador apresenta na RAM. Contribuir para o aumento de activos certificados pela ANACOM, através da promoção de acções de formação na área das Infra-estruturas das Telecomunicações em Edifícios. Este projecto é complementar com os seguintes projectos da DRQP ao abrigo do Programa Rumos: projecto da vertente de intervenção: *Qualificação Inicial - Tipologia: Sistema de Aprendizagem*; o projecto da mesma vertente de intervenção - *Cursos de Educação e Formação*; o projecto *Cursos de Educação e Formação* e o Projecto da Vertente de intervenção: *Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida - Tipologias Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências*;
- Finalmente o projecto de *Concepção e construção de instalações para o Centro de Formação (CF) do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) e Sede do SPM*, do Eixo Prioritário IV, da tipologia Educação, o qual tem como objectivo a construção de novas instalações para o Cento de Formação (CF) de Professores do SPM, em edifício próprio e autónomo. O projecto complementa-se com o projecto do Programa Rumos da Tipologia: *Formação de Docentes* que visa responder às necessidades individuais dos docentes bem como às necessidades evidenciadas pelas comissões de formação das escolas, bem como as necessidades do sistema educativo.

No que diz respeito ao PCT-MAC, criado com o objectivo de promover e co-financiar acções de cooperação entre os agentes socioeconómicos portugueses e espanhóis, na realização de projectos comuns entre os três arquipélagos subvencionáveis, destaca-se a sua contribuição para operações dirigidas a promover actividades de interesse comum entre as três regiões, para a resolução de problemas decorrentes das suas especificidades insulares, para o fomento e criação de redes de integração das três regiões e para o desenvolvimento de relações de cooperação entre elas.

Ao nível da complementaridade entre o Programa Intervir+ e o PCT-MAC, foram identificados seis projectos complementares, designadamente entre o projecto do Eixo III, na área de intervenção Riscos naturais e tecnológicos da Tipologia: *Prevenção Gestão e Monitorização de Riscos*, designado, Protecflor - Dispositivo de Protecção e Defesa Contra Incêndios Florestais, do beneficiário Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira (SRPCBM) e

os seguintes projectos do PCT-MAC: CINFORI 2008 MAC/2/C038 - Cooperação em incêndios florestais e enxurradas, do SRPCBM; BOMBERGIS MAC/2/C044 - Criação de um sistema de informação territorial de apoio em situações de intervenção de luta contra incêndios, cujo beneficiário é também o SRPCBM; PREMUMAC MAC/2/C050 - Preparação dos Municípios da Macaronésia para situações de catástrofe, da AMRAM - Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira; FORESMAC MAC/2/C075 - Cooperação e Sinergias em matéria de aproveitamento florestal sustentável na região da Macaronésia, do beneficiário Direcção Regional das Florestas (Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais); PLESCAMAC 2 MAC/2/C101 - Plano de emergência sanitária em caso de catástrofe na Macaronésia 2, que tem como beneficiários o SRPCBM e o Município do Funchal.

O Programa Intervir+, por outro lado, no âmbito do Eixo IV - Coesão Territorial e Cooperação, enquadra o financiamento de acções de Cooperação Interregional complementares às concretizadas no âmbito do PCT-MAC, visando especialmente o “apoio às interacções com outras regiões europeias, designadamente as ultraperiféricas, visando o intercâmbio e a partilha de experiências, a divulgação de casos e projectos de sucesso e a criação de condições propícias ao benchmarking sobre instrumentos e metodologias de apoio e promoção do desenvolvimento regional”. Em 2009 não foram aprovadas, em ambos os Programas, candidaturas no âmbito destas acções.

Relativamente POVT, co-financiado pelo Fundo de Coesão, de acordo com as suas elegibilidades específicas, as intervenções concorrem de forma harmoniosa para a concretização da estratégia de desenvolvimento da RAM e promovem as desejáveis sinergias e complementaridades positivas entre as acções de desenvolvimento e os investimentos que serão realizados.

O POVT é um Programa de âmbito Nacional, apresentando na sua estrutura um Eixo Prioritário destinado à RAM. A Gestão deste Eixo é assegurada pelo IDR, enquanto Organismo Intermédio.

O projecto PSL - Terminais Marítimos, do Programa Intervir+, aprovado no âmbito do Eixo IV na área de intervenção: Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos, tipologia - Mobilidade, do beneficiário Porto Santo Line - Transportes Marítimos, Lda., no valor de 444.264,00 euros (120.223,00 euros FEDER), visa construir dois terminais de passageiros para a linha marítima Madeira/Porto Santo com o objectivo de melhorar as condições de embarque dos passageiros utilizadores da linha. O projecto é complementar ao projecto aprovado, em 2009, no Eixo prioritário V do POVT, na área de intervenção: Infra-estruturas e Aquisição de Equipamentos, com a finalidade de ampliar o molhe principal do Porto do Porto Santo, instalação do quebra-mar e terraplenos, construção de edifícios operacionais, arruamentos e arranjos exteriores, construção de cais e rampa de salvamento; redes de águas, esgotos e electricidade, com um custo total de 27.964,00M euros (17.817,00M euros Fundo de Coesão).

Os projectos do Plano Promocional do Vinho Madeira (2009-2011), Festas da Flor 2009-2011 e a Festas do Vinho 2009-2011, apoiados no âmbito do Programa Intervir+, são complementares com as acções financiadas ao abrigo do PRODERAM.

Por último, no que diz respeito ao PROMAR não foram registadas quaisquer sinergias ou complementaridade entre projectos co-financiados por este Programa.

Deste modo o modelo de gestão adoptado pelo Governo Regional da RAM pretende promover a estreita articulação entre as Autoridades de Gestão dos vários Programas e a respectiva atribuição de financiamentos, garantindo o exercício das actividades, nomeadamente de gestão dos Programas, de acordo com o respeito estrito pelas normas e regulamentos aplicáveis, observando as regras de eficiência que determinam uma utilização mais racional e adequada dos recursos públicos, assegurando a prevenção de eventuais conflitos de interesses e privilegiando o contributo das operações apoiadas para a produção de resultados positivos, com o intuito de promover em última instância a complementaridade entre operações e garantir as condições necessárias para impedir a sobreposição de operações e financiamentos entre os respectivos Programas.

2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira - JEREMIE e JESSICA

Em 2009, não foram utilizados os instrumentos financeiros previstos no âmbito das Iniciativas JEREMIE e JESSICA.

2.7. Acompanhamento e avaliação

Autoridade de Gestão

A governação do PO compreende órgãos de orientação política e estratégica, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento de acordo com o artigo n.º 35 do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e tendo em conta também o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/M, de 27 de Novembro, onde se define o modelo de governação dos programas operacionais regionais e a articulação com os demais financiamentos com origem na União Europeia de que seja beneficiária a Região.

A Comissão Governamental de Orientação (CGO) do Programa Intervir+ funciona no âmbito do Conselho de Governo da RAM e é o órgão de direcção política e estratégica de governação do Programa. No âmbito das suas competências, no ano 2009 a CGO emitiu parecer sobre as matérias apresentadas no Quadro 20.

Quadro 20 Comissão Governamental de Orientação

Data	Assuntos relevantes	Resolução
21.05.2009	Apreciação da proposta de Relatório Anual de Execução de 2008	Resolução n.º 573/2009, de 21 de Maio

O órgão de gestão é a Autoridade de Gestão, que reporta directamente à Comissão Governamental de Orientação, ao órgão de direcção política do QREN (Comissão Ministerial de Coordenação), aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN (Observatório do QREN e Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional), de auditoria e controlo (Inspeção-Geral das Finanças) e de certificação (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional), estes últimos investidos de Autoridade de Auditoria e de Autoridade de Certificação previstas no Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ é exercida pelo Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional, a quem compete assegurar a gestão e a qualidade da execução do Programa de acordo com os princípios da boa gestão financeira.

No exercício das suas funções, a AG é assistida por uma Unidade de Gestão que, exercendo funções consultivas, emite pareceres não vinculativos sobre as candidaturas apresentadas.

Relativamente às candidaturas apresentadas, os membros da UG prenunciam-se igualmente sobre a respectiva complementaridade ou sobreposição de operações, considerando a oportunidade para a troca de informações sobre as candidaturas entradas, decisões de aprovação e de inelegibilidades dos projectos, montantes de investimento e de incentivo a conceder aos projectos aprovados, bem como sobre outras informações relevantes para ambas as partes. Para além da AG, OI e parceiros, constituem membros da UG representantes da Secção Regional da RAM da UG do PROMAR, do PRODERAM e do Programa Rumos.

Aos membros da UG é sempre apresentada informação sobre a situação financeira do Programa e a sua contribuição para a Estratégia de Lisboa (earmarking).

Quadro 21 Unidades de Gestão

Unidade de Gestão	Data	Assuntos relevantes
5ª Reunião	03.03.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e IV
6ª Consulta escrita	31.03.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e III
7ª Reunião	11.05.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I e II Apreciação da Proposta de Relatório Anual de Execução 2008
8ª Reunião	26.06.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I e IV Análise da Proposta de Alteração ao Regulamento Específico do Programa Intervir+
9ª Consulta escrita	8.07.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, III e IV
10ª Reunião	29.07.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e IV
11ª Consulta escrita	10.08.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e III
12ª Reunião	31.08.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I e II
13ª Consulta escrita	11.09.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e IV
14ª Reunião	02.10.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo IV
15ª Reunião	05.11.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e IV
16ª Consulta escrita	18.11.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e IV
17ª Reunião	09.12.2009	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e IV

Nestas reuniões da Unidade de Gestão, a AG faz ainda um ponto de situação das actividades da gestão e em particular, do estado de implementação do Programa. Dos assuntos mais relevantes em 2009 trazidos a este fórum, destacam-se a Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e respectivas auditorias efectuadas pelas Autoridades Nacionais, o Plano de Avaliação do Programa e do QREN, os pedidos de pagamentos, a legislação aplicável ao Programa e por fim a participação da Autoridade de Gestão em comités ou outros órgãos do QREN, de que são exemplo a participação nas Redes de Interlocutores de Comunicação e de Avaliação, bem como na Comissão Técnica de Coordenação do QREN (CTC QREN), nos termos previstos no n.º4 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril.

As candidaturas apreciadas foram submetidas ao procedimento de audiência prévia e posteriormente aprovadas pela Autoridade de Gestão e homologadas pelo Secretário Regional da respectiva tutela.

A Autoridade de Gestão durante o ano de 2009 desenvolveu outras tarefas de acompanhamento e monitorização específica da implementação do Programa Operacional, particularmente em termos da recolha e prestação de informação sobre a monitorização da execução, bem como inerentes à participação da Autoridade de Gestão em reuniões globais de monitorização da implementação do QREN, entre outras.

A AG do Programa Intervir+ participou ainda nas reuniões promovidas pela CTC QREN, órgão máximo de coordenação técnica, com responsabilidades na articulação entre os diferentes órgãos de governação do QREN e dos PO.

De acordo com o artigo 68º do Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Conselho, de 11 de Julho, a Comissão e a Autoridade de Gestão devem analisar os progressos realizados ao nível da execução do Programa, os principais resultados obtidos no ano anterior, a execução financeira, bem como outros factores, com vista a melhorar a execução.

Neste sentido decorreu em 2009 o primeiro encontro anual, no qual a Autoridade de Gestão se fez representar e onde foram analisadas matérias horizontais ao PO, destacando-se aqui a prestação de informação sobre o seguimento dado à carta de aceitação do relatório anual de 2008 (cf. desenvolvido no ponto 2.3).

O Programa Intervir+, enquanto Programa enquadrado no QREN é acompanhado nas várias componentes - estratégica, operacional e financeira - através do sistema de monitorização interno do Programa. Este acompanhamento é efectuado com o recurso a mapas de monitorização, construídos com base na informação residente no Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos (SIGMA).

O reporte desta informação é efectuado mensalmente, conjuntamente com o IFDR, que por sua vez a envia ao Observatório do QREN. Este trabalho dá lugar à emissão de boletins informativos da responsabilidade da Comissão Técnica de

Coordenação do QREN - órgão composto pelo Coordenador do Observatório do QREN, que preside, pelos Presidentes dos Conselhos Directivos do IFDR e do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) e pelo Inspector-Geral de Finanças, bem como a reportes internos que permitem à AG, quer verificar o desempenho do Programa a nível nacional, quer efectuar as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção, eventuais ajustamentos, no contexto de articulação da função monitorização (inclusive estratégica) e avaliação que o actual quadro de programação preconiza.

No âmbito da monitorização estratégica, o IDR contratou serviços de consultoria que têm vindo a desenvolver actividades técnicas com vista a apoiar a gestão do Programa, nomeadamente mediante a combinação de: (i) elementos de acompanhamento (sistema de informação, entrevistas a responsáveis e técnicos, visitas a projectos, entre outras actividades) que veiculem conhecimento empírico sobre a evolução da execução dos projectos e o andamento das diversas tipologias de intervenção; e de (ii) elementos resultantes de processos de avaliação formais a realizar no âmbito do Plano de Avaliação aprovado para o Programa, com objectivos específicos ou de natureza temática.

Este exercício é, de certo modo, complementar aos exercícios de avaliação impostos por normativos comunitários e visa apoiar a operacionalização das condições de suporte indispensáveis a uma gestão mais estratégica e eficaz das Intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais. Semestralmente é processada informação quantitativa resultante da evolução das dinâmicas de aprovação e realização/execução das ajudas veiculadas através das diferentes tipologias de intervenção aos respectivos destinatários-alvo, mas também de informação qualitativa que reflecta as tendências de evolução que caracterizam a envolvente contextual das Intervenções.

Ainda no que diz respeito às competências atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Regional, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, destacamos as relativas às verificações administrativas e às verificações no local, nos termos do artigo 13º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro.

No âmbito das verificações administrativas não delegadas, estas são efectuadas a todos os pedidos de pagamento e a toda a despesa formalizada pelos beneficiários, incidindo sobre toda a documentação apresentada pelo beneficiário (análise a 100% dos documentos de despesa apresentados) que deu origem à despesa formalizada (facturas, recibos, extractos bancários, documentos de contratação pública, autos de medição, etc.).

No âmbito das verificações no local de operações singulares que não se encontram delegadas, as mesmas são exercidas pela Autoridade de Gestão.

Parte destas funções encontram-se delegadas no Organismo Intermédio, mediante acordo escrito, concretamente, com o IDE-RAM, sendo que o resultado das verificações de gestão realizadas neste âmbito pelo OI, deverá ser periodicamente reportado à AG.

Relativamente às verificações no local não delegadas a AG tem efectuado um acompanhamento do grau de execução financeira das operações aprovadas, através dos mapas de monitorização do Programa Intervir+, tendo-se efectuado 5 verificações no local, de acordo com o exposto no Quadro 22.

Quadro 22 Verificações no local AG

Eixo	Designação	Vertente de Intervenção	Nº de Operações	Despesa Aprovada	Montantes Verificados	Taxa % Verificada
Eixo IV	Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	1	4.213.825,62	4.213.825,62	100%
		Reabilitação Urbana e Rural	3	3.780.243,48	3.153.564,82	83%
Sub-Total			4	7.994.069,10	7.367.390,44	92%
Eixo V	Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Infra-estruturas e equipamentos públicos	1	13.839.866,79	11.822.840,01	85%
Sub-Total			1	13.839.866,79	11.822.840,01	85%
Total			5	21.833.935,89	19.190.230,45	88%

Em resultado das acções de verificação no local concluídas até 31 de Dezembro de 2009, a despesa verificada na totalidade, atingiu o montante de 19.190.230 euros o que representou 88% dos pedidos de reembolsos seleccionados e 42,46% do total da execução acumulada até à data, no montante de 45.193.425 euros (excluída a despesa executada pelo OI).

Das verificações efectuadas, resultaram basicamente recomendações de boas práticas, nomeadamente no que se refere à organização de dossier, critérios de imputação e criação de documentos suporte, de forma a facilitar as verificações no local, tendo os promotores sido notificados das mesmas.

Nos termos do contrato de delegação de competências entre o IDR e o IDE-RAM, o IDR supervisiona as verificações administrativas e no local realizadas pelo IDE-RAM, tendo por objectivo principal determinar se o OI está a desempenhar eficazmente as funções que lhe foram delegadas.

Tendo em vista o cumprimento do objectivo atrás mencionado, procedeu-se à contratação de uma empresa de auditores externos para a verificação dessas mesmas funções, sendo que os trabalhos irão ter início no decorrer do 1º trimestre de 2010.

No decorrer de 2009, a AG promoveu a elaboração e/ou actualização de documentos de gestão que apoiam a sua actividade, os quais são discriminados no Quadro 23.

Quadro 23 Manuais de Procedimentos da AG

Descrição	Versão	Data de aprovação		Aplicabilidade
		OI	AG	
Manual de Procedimentos do Programa Intervir+	3	-	09.12.2009	(AG) IDR
Guia do Beneficiário - Entidades de Natureza Pública e Equiparada	1	-	13-10-2008	(AG) IDR
Manual de Procedimentos de Verificação das Operações do Programa Intervir+	2	-	12.02.2009	(AG) IDR

A AG enviou orientações aos beneficiários relativamente ao cumprimento das normas de contratação pública e às aquisições através da Central de Compras do Estado.

Comissão de Acompanhamento (CA)

O órgão de acompanhamento do Programa Intervir+ é constituído pela Comissão de Acompanhamento que, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 63º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, exerce igualmente o acompanhamento do Programa Rumos.

A composição e o essencial das competências da Comissão de Acompanhamento, são definidos nas decisões da Comissão Europeia que os aprovaram, sem prejuízo das competências definidas no artigo 43º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, e no regulamento interno aprovado na 1ª CA de 26.11.2007.

A Comissão de Acompanhamento é presidida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional, integrando na sua composição, para além dos membros da Unidade de Gestão:

- Representantes da Administração Regional e Local, incluindo os das áreas do Desenvolvimento Rural, das Pescas, do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Igualdade de Oportunidades;
- Representantes dos parceiros económicos e sociais regionais;
- Um representante de organizações não governamentais na área do ambiente;
- Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER;
- Um representante da Autoridade de Certificação do FSE.

A Comissão de Acompanhamento integra representantes da Comissão Europeia a título consultivo, podendo ainda integrar, ao mesmo título, representantes do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu de Investimento.

O Observatório do QREN, a Autoridade de Auditoria, o Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, o Departamento de Prospectiva e Planeamento, as Autoridades de Gestão dos PO Temáticos e dos restantes

PO Regionais podem participar nas reuniões da Comissão de Acompanhamento, na qualidade de observadores.

De entre outras, destacam-se as seguintes competências da Comissão de Acompanhamento, em conformidade com o artigo 65.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, designadamente:

- Examinar e aprovar qualquer revisão dos critérios de selecção em função das necessidades de programação;
- Examinar periodicamente os progressos realizados para atingir os objectivos específicos do Programa com base nos documentos apresentados pela Autoridade de Gestão;
- Analisar e aprovar os relatórios anuais de execução dos PO;
- Analisar os resultados das avaliações estratégicas e operacionais relevantes para os PO;
- Receber informação sobre as conclusões do relatório de auditoria e controlo anual, no que se refere aos PO, bem como sobre eventuais observações pertinentes expressas pela Comissão Europeia após análise do mesmo;
- Propor à Autoridade de Gestão qualquer revisão ou análise do Programa Operacional susceptível de contribuir para a realização dos objectivos dos Fundos Estruturais definidos no Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006 ou de melhorar a gestão da intervenção, nomeadamente a sua gestão financeira;
- Apreciar, com base em informações da Autoridade de Gestão, a execução do Plano de Comunicação do Programa Operacional, as medidas de informação e comunicação concretizadas e os meios de comunicação utilizados.

Durante o ano de 2009, no contexto das suas competências, os membros da CA acompanharam a actividade do Programa, destacando-se a realização da reunião ordinária como o momento mais determinante dessa actividade (vd. Quadro 24).

Quadro 24 Comissões de Acompanhamento

Comissão de Acompanhamento	Data	Assuntos relevantes
3ª- Reunião	03.06.2009	Aprovação do Relatório Anual de Execução de 2008
2ª. Comunicação	29.07.2009	Envio do Relatório Anual de Execução de 2008 – versão final (cf. observações membros aquando da sua aprovação)
3ª. Comunicação	18.12.2009	Envio do Relatório de Monitorização do Programa Intervir+ - 1º Semestre de 2009

O relatório anual de execução de 2008, analisado e aprovado pela CA, foi enviado à CE no prazo legalmente estipulado. O documento foi examinado pelos serviços da Comissão Europeia que considerou, que o mesmo estava conforme as exigências do n.º 3 do artigo 67º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

Os serviços da Comissão efectuaram um conjunto de observações acerca do relatório de execução as quais, foram posteriormente, objecto de resposta por parte da Autoridade de Gestão no Encontro Anual realizado em 17 de Novembro de 2009.

Pela importância que atribui ao papel desta Comissão no bom andamento dos Programas, a Autoridade de Gestão deu conhecimento aos membros da Comissão de Acompanhamento do seu Relatório de Monitorização referente ao 1º Semestre de 2009, através de uma comunicação em 18 de Dezembro de 2009.

Da análise do Relatório de execução anual do Programa Intervir+ 2007-2013 a da DG Régio emitiu algumas observações através do pedido de informação complementar indicado na carta de aceitação (REGIO/G2/7145, de 29.07.2009) do Relatório Anual de Execução 2008 (RE).

A AG apresentou o Relatório de Monitorização relativo ao semestre de 2009 do Programa Intervir+, em resposta às questões colocadas pela DG Régio, concretizado através de ofício n.º 380/1.01 de 22/01/2010, remetido à Comissão Europeia (CE) pelo IFDR via SFC.

A AG, assim como o IFDR, haviam entendido que os comentários apresentados pela CE, na carta de aceitação do RE 2008, não tinham subjacente um pedido de prestação de informação adicional, consistindo apenas em recomendações a ter em consideração aquando da elaboração do RE de 2009, facto que justificou o envio tardio dos elementos adicionais.

Em Janeiro de 2010, os serviços da CE receberam o Relatório de Monitorização do 1º Semestre de 2009 do Programa Intervir+ tendo posteriormente informado a AG acerca do seu agrado pela metodologia adoptada na preparação do relatório, no sentido em que este respondeu cabalmente às observações formuladas na carta de aceitação do RE de 2008.

Parcerias

O IDE-RAM, organismo intermédio do Programa, desempenha em parceria com a AG um conjunto de funções de gestão estabelecidas através de contrato e associadas à gestão dos Sistemas de Incentivos: EMPREENDINOV; SIRE; QUALIFICAR+; +CONHECIMENTO; SI TURISMO (vd. Capítulo I, Governação do Programa).

Por outro lado, o ponto 2.6.1 - “Complementaridade com outros instrumentos”, exemplifica o reforço desta parceria, traduzida na regular troca de informação entre a AG e o Organismo Intermédio IDE-RAM, tendo por base o modelo de gestão que visa promover e garantir a estreita articulação entre a AG e o OI na respectiva atribuição de financiamentos, garantindo o exercício das actividades, nomeadamente de gestão do Programa, de acordo com o respeito estrito pelas normas e regulamentos aplicáveis, observando as regras de eficiência que determinam uma utilização mais racional e adequada dos recursos públicos, assegurando a prevenção de eventuais conflitos de interesses.

O SI EMPREENDINOV pretende contribuir para a mudança e crescimento da economia regional, através do estímulo ao surgimento de novos empreendedores e à criação de novas empresas, capazes de contribuir para a diversificação e competitividade do tecido empresarial, através de investimentos conducentes à introdução de novos produtos, novos processos tecnológicos, novas técnicas de distribuição, marketing, informação e comunicação, técnicas de inovação, racionalização energética e gestão ambiental, entre outros factores de competitividade.

O SI SIRE tem como objectivo a modernização das estruturas físicas, o reordenamento territorial e a integração no espaço urbano. Esta medida de apoio à revitalização empresarial contempla três áreas fundamentais: os Projectos Especiais, que se identificam com os apoios directos à dinamização das empresas; os Projectos de Revitalização dos Parques Empresariais e os Projectos Integrados associados à vertente da revitalização e integração urbanística.

O SI QUALIFICAR+ privilegia intervenções integradas e inovadoras, numa perspectiva de mercado global, visando a criação de valor acrescentado no tecido empresarial regional, em especial através do estímulo de factores dinâmicos de competitividade.

O SI +CONHECIMENTO pretende intensificar o esforço regional de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) e a criação de novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT).

O SI TURISMO apoia empresas do sector do turismo que desenvolvam operações de investimento integrados e inovadores, associados aos produtos turismo natureza, sol e mar, saúde e bem-estar, touring cultural e paisagístico, turismo náutico, turismo de negócios e golfe, que incidam, preferencialmente, em factores dinâmicos da competitividade.

O SI Funcionamento tem por objectivo compensar os custos adicionais resultantes dos handicaps naturais das regiões ultraperiféricas, através da redução das despesas correntes das micro e pequenas empresas, contribuindo, assim, para a sustentabilidade destas no actual período de crise económica e financeira.

O IDE-RAM, ao abrigo do contrato de delegação de competências, tem as seguintes competências: valida as candidaturas; procede à sua análise; elabora a proposta de decisão e submete à Autoridade de Gestão do Programa Intervir+; efectua o contrato de concessão de incentivos financeiros com o beneficiário; analisa os pedidos de pagamentos e efectua os pagamentos aos beneficiários, bem como procede às verificações de gestão.

Para a boa execução dos sistemas de incentivos o IDE-RAM elaborou um conjunto de documentos orientadores, para os potenciais beneficiários, os quais encontram-se disponibilizados no site do IDE-RAM, nomeadamente o Guia do formulário de candidatura, Guia do Beneficiário e o Guia de Pedido Pós Contratação.

Quadro 25 Manuais de Procedimentos do OI

Descrição	Versão	Data de aprovação		Aplicabilidade
		OI	AG	
Manual de Procedimentos EMPREENDINOV	3	13.01.2009	19.01.2009	(OI) IDE-RAM
Guia do Beneficiário EMPREENDINOV	2	26.05.2008	05.06.2008	(OI) IDE-RAM
Manual de Procedimentos SIRE	2	30.09.2008	02.01.2009	(OI) IDE-RAM
Guia do Beneficiário SIRE	1	15.04.2008	13.05.2008	(OI) IDE-RAM
Guia do Beneficiário do Qualificar + e SI Turismo	2	10.03.2009	11.03.2009	(OI) IDE-RAM
Guia do Beneficiário do + Conhecimento	1	30.12.2009		(OI) IDE-RAM
Manual de Procedimentos do Qualificar+ / SI Turismo / +Conhecimento	3	24.03.2009	26.03.2009	(OI) IDE-RAM

Fonte: IDE-RAM

Igualmente, o IDE-RAM colabora com a Autoridade de Gestão na actualização do SIGMA, na elaboração da monitorização mensal, nos pedidos de pagamentos à Comissão Europeia, na elaboração dos relatórios anuais de execução, nos estudos de avaliação e demais matérias associadas à gestão do Programa Intervir+.

De realçar que a implementação do SI Funcionamento, e face à natureza do mesmo, exigiu da parte do IDE-RAM uma estreita articulação com autoridades regionais, nacionais e comunitárias necessárias à sua correcta interpretação e operacionalização. Este Sistema de Incentivo foi objectivo de notificação no ano de 2009.

Ainda no que diz respeito às funções delegadas no IDE, nomeadamente quanto a verificações de gestão, registe-se que este deu início em 2009 às verificações no local, elaborando uma amostra com 2 projectos: um projecto co-financiado pelo SI EMPREENDINOV (Eixo I) e o outro pelo SIRE (Eixo II). Até ao final de 2009, estas acções ainda não estavam concluídas pelo que não é possível apresentar os respectivos resultados.

Quadro 26 Verificações no local OI

Eixo	Designação	Vertente de Intervenção	Nº de Operações	Despesa Aprovada	Montantes Verificados	Taxa % Verificada
Eixo I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às empresas	1	199.864	184.430	92%
Eixo II	Competitividade da Base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	1	119.202	11.835	59%
	Total		2	319.066	196.265	62%

Fonte: IDE-RAM

No que concerne a informação e publicidade dos incentivos ao sector empresarial, o IDE-RAM desenvolveu um conjunto de actividades.

As Acções Estruturantes foram as seguintes:

- **Sítio Web:** O IDE mantém no seu sítio na Internet - www.ideram.pt - informação actualizada sobre os diferentes sistemas de incentivos e apoios ao investimento com co-financiamento do PO Intervir+.
- **Materiais de Merchandising:** Adquiriu o seguinte material de merchandising relativo à Linha de Crédito Pequenas e Médias Empresas: carteiras, porta CD's e Blocos de apontamentos.
- **Anúncios Publicitários:** Publicação nos jornais diários da RAM, nomeadamente o Diário de Notícias da Madeira, Jornal da Madeira e o Diário Cidade, de um anúncio publicitário sobre a Linha de Crédito Micro e Pequenas Empresas.

As Acções Temáticas assumiram a seguinte forma:

- Exposições: Participação nas principais três Exposições Empresariais da Região com vista a divulgar os instrumentos de apoio direccionados ao tecido empresarial. Quadro 27 IDE - Exposições Empresariais - 2009

Quadro 27 Exposições empresariais 2009

Designação da Exposição	Datas	Local
Expomadeira (Organização: ACIF/CCIM)	10 a 19 de Julho	Funchal (CIFEC - Madeira Tecnopólo)
Expo Porto Santo / Nautitur (Organização: ACIPS)	29 de Agosto a 6 de Setembro	Porto Santo
FIC - Feira da Indústria e da Construção (Organização: ASSICOM)	7 a 11 de Outubro	Funchal (CIFEC - Madeira Tecnopólo)

Fonte: IDE-RAM

- Sessões de Divulgação: Estas Sessões foram essencialmente direccionadas às Associações Empresariais, ao Tecido Empresarial, Entidades Bancárias, Gabinetes de Contabilidade e à Comunicação Social.

Quadro 28 IDE - Sessões de Divulgação - 2009

Designação da Exposição	Datas	Local
Seminário de apresentação e divulgação da Linha de Crédito PME Madeira	12-01-2009	Porto Santo
Apresentação da NOVA Linha de Crédito para Micro e Pequenas Empresas da Madeira	18-02-2009	Funchal (Salão Nobre do Governo Regional)
Seminário de divulgação dos diferentes Sistemas de Incentivos	13-04-2009	Santana
Seminário de divulgação dos diferentes Sistemas de Incentivos	17-06-2009	Funchal (Madeira Tecnopólo)
Seminário de apresentação da Linha de Crédito Micro Pequenas Empresas	31-08-2009	Porto Santo
Seminário "Formas Alternativas de Financiamento"	30-09-2009	Funchal (Madeira Tecnopólo)
Seminário "Inserção Regional, Cooperação e Instrumentos Financeiros" inserido na 1ª Reunião Económica do Espaço Atlântico Euro africano	02-10-2009	Las Palmas - Gran Canaria
Apresentação do SI-FUNCIONAMENTO - Sistema de Incentivos ao Funcionamento das Empresas da RAM	10-11-2009	Funchal (Salão Nobre do Governo Regional)
Apresentação da PRO-INVEST - Linha de Crédito	18-11-2009	Funchal (Salão Nobre do Governo Regional)
Apresentação das "Novas Condições de Aplicação dos Apoios ao Tecido Empresarial da RAM"	16-12-2009	Porto Santo

Fonte: IDE-RAM

Compliance Assessments

Em conformidade com o artigo 71º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, é responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ a elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa, que engloba todos os aspectos relativos à organização e procedimentos da Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, do Organismo Intermédio afecto ao Programa e, finalmente, da Autoridade de Auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

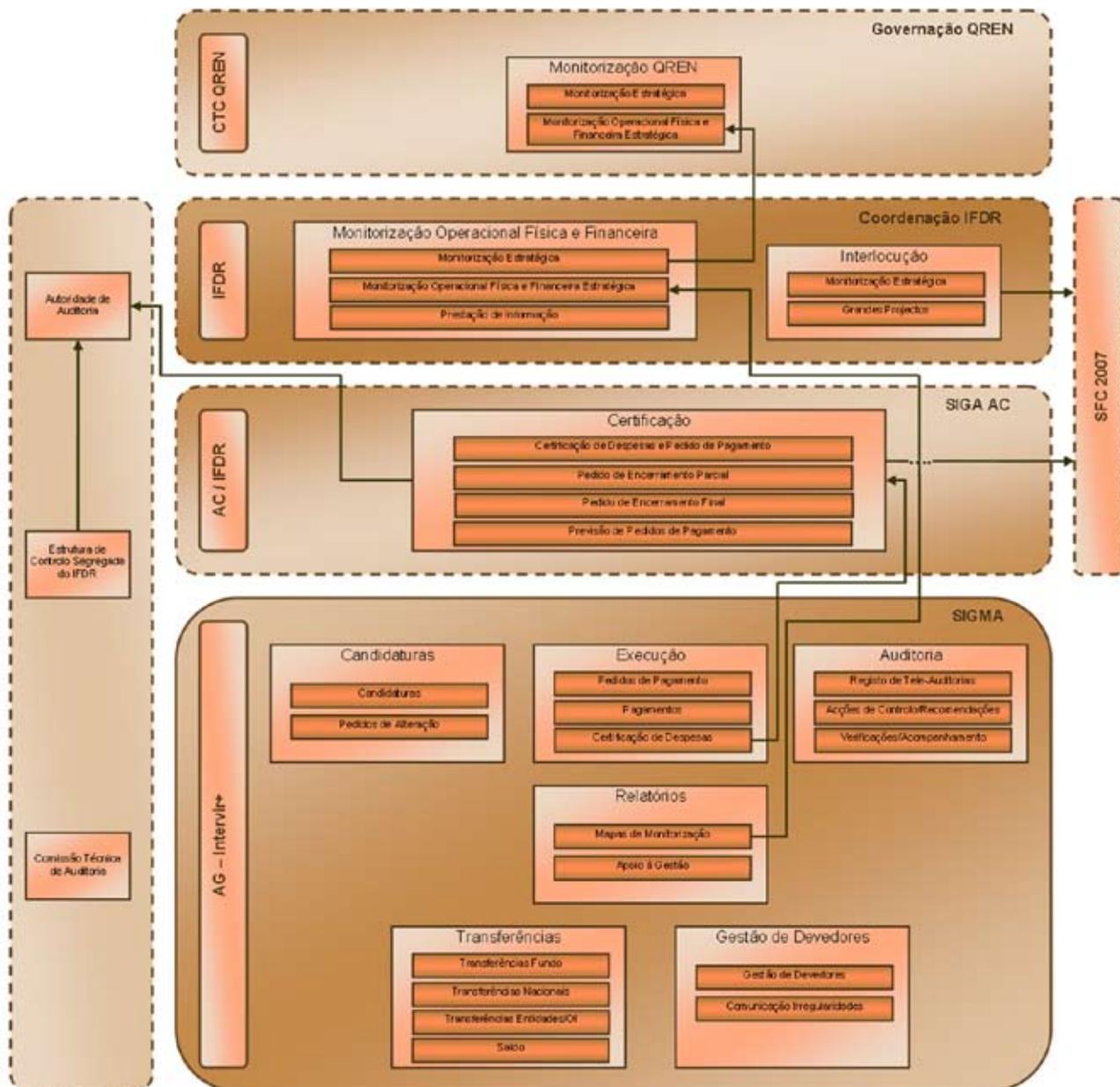
Na sequência do envio da mesma à Comissão Europeia, em finais de 2008, e por ter sido considerado que o sistema de gestão e controlo criado para o Programa não cumpria as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, a AG desencadeou todos os esforços para a resolução das observações efectuadas por este órgão.

Este processo culminou a 23 de Fevereiro de 2009, com o envio do documento à Comissão Europeia, via Sistema de Informação da Comissão (SFC 2007), tendo sido considerado, a 3 de Abril de 2009, que os sistemas de gestão e controlo criados para o Programa Operacional cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos (SIGMA)

Na figura seguinte contextualiza-se o sistema de informação da AG, onde evidenciamos a participação de todas as autoridades com intervenção no Programa (Autoridade de Gestão, Autoridade de Certificação, Autoridade de Auditoria e Observatório do QREN).

Sistema de Informação
Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Social da RAM
[Intervir+]



Do ponto de vista da segurança de informação, o SIGMA encontra-se instalado numa infra-estrutura baseada nas Boas Práticas de Segurança de Informação, de acordo com o referencial normativo ISO/IEC 27002.

No decorrer de 2009, deu-se continuidade ao processo de manutenção evolutiva do SIGMA (Sistema de Informação de Gestão de Financiamento de Projectos da Região Autónoma da Madeira) ao período de programação 2007-2013.

Face ao que se encontrava previsto para implementação no sistema, foram concluídos os módulos de registo das auditorias, verificações no local e respectivos follow-ups, tendo-se implementado no SIGMA, a solução de contingência da Gestão de Devedores.

Após a estabilização do formulário de pós-contratação para os sistemas de incentivo, completou-se igualmente os desenvolvimentos relativamente ao módulo de importação das fichas Subsistema de Recepção e Análise de Candidaturas dos Sistemas de Incentivos, usadas pelo Organismo Intermédio, responsável pela Gestão dos Sistemas de Incentivo.

Depois de um período de testes com o IFDR, iniciado em Novembro de 2008, foi efectuado no decorrer de mês de Julho 2009, a submissão do primeiro pedido de certificação, através do sistema de informação.

No decorrer do segundo semestre de 2009, foram efectuados alguns desenvolvimentos no âmbito do SIGMA EIS, no sentido de adaptar a aplicação usada no período de programação anterior ao actual período de programação. No mesmo período, foram efectuados desenvolvimentos no módulo designado por SIGMA PaperLess, visando a desmaterialização dos procedimentos e a consulta, através do módulo SIGMA Oper, da documentação de suporte aos pedidos de financiamento, no que diz respeito aos projectos públicos ou equiparados.

Avaliação

A função Avaliação cometida à Autoridade de Gestão do Programa encontra enquadramento no artigo 47º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, sendo que importa aqui destacar o Plano Global de Avaliação do Quadro de Referência Estratégico nacional e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA).

O planeamento e operacionalização da função Avaliação do QREN tem como suporte a Rede de Interlocutores de Avaliação, composta pelo Observatório do QREN, na qualidade de coordenador, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes do IFDR, do IGFSE e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, bem como a Unidade de Avaliação do Programa, entendida como órgão tecnicamente competente para, ao nível do Programa, apoiar a gestão no planeamento, lançamento e acompanhamento dos exercícios de avaliação a realizar no período 2007-2013, tanto de natureza operacional, como de natureza estratégica.

Em Maio de 2009, em conformidade com o calendário previsto do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO, a AG, enviou convites às empresas *Augusto Mateus & Associados*, *Sociedade de Consultores, Espaço e Desenvolvimento Madeira e IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos* no sentido destas apresentarem uma Proposta para a realização do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+, de acordo com o procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e 122º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

No início do mês de Julho decorreu o período de audiência prévia para a realização do Estudo de Avaliação e a 5 de Agosto culminou com a assinatura do contrato e o respectivo envio à Empresa Augusto Mateus & Associados da notificação do Relatório Final e da decisão final de aquisição de serviços para a realização do estudo.

Na primeira semana de Setembro foi entregue o Relatório Inicial do Estudo, tendo sido definida a metodologia de avaliação da operacionalização do Programa Intervir+, conforme a proposta de prestação de serviços.

Sendo o Plano de Avaliação do Programa Intervir+ um documento programático da Autoridade de Gestão, que norteia as acções concretas a implementar em matéria de Avaliação para o período 2007-2013, foi entendido que deveria seguir as orientações constantes dos Documentos da Comissão Europeia, referentes a esta vertente da gestão e desenvolvimento do Programa, de modo a, valorizar os resultados alcançados e corrigir, em tempo útil, eventuais desvios face aos objectivos e metas reorientando as modalidades de intervenção, se tal se justificar.

Neste sentido, a Autoridade de Gestão procedeu à actualização do Plano de Avaliação do Programa Intervir+, uma vez que, este constituía um compromisso preliminar que teve de ser (re)ajustado, em calendário face às incidências do 1º ciclo de execução do Programa Intervir+.

A actualização do Plano de Avaliação do Programa Intervir+, além das pontuais reformulações no corpo do respectivo texto, deixou de prever a avaliação temática no âmbito dos Eixos Prioritários/Prioridades Estratégicas do Programa

– Quadro de Referência, a lançar ao longo de 2009, 2010 e 2011, deixando a sua referência de figurar no texto do PGA. No plano de Avaliação foram ainda revistos os exercícios projectados de avaliação intercalar, com actualizações nos correspondentes objectivos, questões e utilização específica dos resultados da Avaliação.

Paralelamente o Observatório do QREN procedeu à revisão generalizada dos calendários dos PO, de lançamento dos concursos, com inevitáveis repercussões no cronograma de aplicação do PGA.

O PGA prevê, no caso do Programa Intervir+, o lançamento do concurso público para realização da avaliação intercalar, até ao final do 4º trimestre de 2010.

O segundo semestre de 2009 ficou marcado pelo desenvolvimento do exercício de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+, no Contexto da Estratégia do QREN no período 2007-2008, cuja orientação geral consistiu em realizar trabalhos que correspondessem a uma lógica de proximidade à Monitorização, propiciadora da identificação de desvios relevantes face aos objectivos fixados.

Pretendeu-se com este estudo assegurar uma adequada articulação entre uma vertente de operacionalização e uma vertente tendencialmente estratégica, ainda que centrada na perspectiva da introdução de ajustamentos considerados necessários no sistema de gestão/governança do Programa e na relação do perfil de candidaturas com as prioridades estratégicas reflectidas nos Eixos Prioritários do Programa.

O Estudo de avaliação baseou-se em duas vertentes, nomeadamente, na visão compreensiva do Programa e na visão compreensiva centrada nos principais Eixos.

Deste modo, na procura de dar uma resposta adequada ao estabelecido no quadro das referidas disposições, a Autoridade de Gestão tomou as medidas necessárias para garantir a prossecução da Avaliação em questão, assegurando os seguintes objectivos específicos:

- Avaliar a pertinência dos dispositivos de gestão e acompanhamento, nomeadamente face ao desenvolvimento das prioridades estratégicas do Programa, com especial relevo para as que decorrem do PDES 2007-2013;
- Avaliar a adequação das modalidades de operacionalização adoptadas pelo Programa na óptica da prossecução das prioridades estratégicas do QREN reflectidas nos respectivos Eixos Prioritários;
- Avaliar as dinâmicas de execução das tipologias de intervenção dos Eixos Prioritários do Programa, à luz da pertinência das candidaturas aprovadas, face às expectativas de concretização das prioridades estratégicas desses Eixos;
- Avaliar as condições de operacionalização efectiva dos novos sistemas de incentivos.

Quadro 29 Calendário de actividades da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+ 2009

Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+	Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q
Convite para apresentação da proposta de estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+																
Aquisição de serviços para a realização do estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+ (Ajuste directo nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos - Audiência Prévia)																
Aquisição de serviços para a realização do estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+ (Ajuste directo nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos - Audiência Prévia) - Notificação do Relatório Final e da decisão final																
Assinatura do contrato/ Reunião de arranque do projecto																
Aprofundamento da metodologia a adoptar																
Recolha de informação documental/desk research																
Análise e sistematização da informação de base																
Entrega do Relatório Inicial																
Envio de Pareceres parcelares do GA																
Entrega da versão revista do Relatório Inicial																
1ª Reunião de acompanhamento do estudo																
Entrega da versão final revista do Relatório Inicial																
Aprovação do Relatório Inicial (termo de aceitação do Relatório Inicial)																
Realização de entrevista com a Autoridade de Gestão do PO																
Lançamento de inquéritos aos beneficiários																
Recolha de dados dos sistemas de informação do PO																
Processamento dos resultados dos inquéritos aos beneficiários																
Tratamento dos dados recolhidos																
Sistematização das hipóteses de resposta às questões de avaliação																

O Calendário de actividades do estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+ em 2009, reflecte todas as actividades desenvolvidas no âmbito do Estudo, quer do lado da Autoridade de Gestão e respectivo Grupo de Acompanhamento, criado com o objectivo de apoiar a AG no planeamento, lançamento e acompanhamento do exercício de avaliação em curso, quer também as actividades desenvolvidas pela equipa de avaliadores.

Tendo por base o princípio da resposta obrigatória às recomendações que advenham da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+, reforçando a sua orientação para a acção, a Autoridade de Gestão, após conclusão deste exercício, pronunciar-se-á sobre as mesmas com vista à sua viabilidade e operacionalização.

Finalmente e por complementar os exercícios de avaliação referidos, acresce lembrar que a Autoridade de Gestão contratou um serviço externo de consultoria no âmbito da monitorização estratégica de apoio à gestão do Programa, do qual resultam actividades técnicas de suporte às análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de

projectos, dinâmicas de absorção e eventuais ajustamentos e que se traduzem na produção de relatórios de monitorização com periodicidade semestral (vd. ponto Outras Tarefas de Acompanhamento - Capítulo 2.1).

Avaliação Ambiental Estratégica

Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do Programa Intervir+

Da Programação à Execução

A preparação do Programa Operacional Valorização de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM (Programa Intervir+) foi acompanhada de um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que deu cumprimento às disposições da Directiva 2001/42/CE relativa aos efeitos de certos planos e programas no ambiente. Atendendo a que a realização desta primeira etapa do exercício da AAE foi anterior à transposição para legislação nacional da Directiva 2001/42/CE, as autoridades de programação nacionais aplicaram, assim, directamente os requisitos regulamentares, tendo-se concluído posteriormente, após a publicação do Decreto-lei n.º 232/2007, que veio estabelecer, no quadro jurídico nacional, o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, que a etapa da AAE realizada correspondeu igualmente às exigências que foram consagradas, a posteriori, na legislação nacional.

A AAE visa estabelecer um elevado nível de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e implementação do Programa Intervir+, tendo acompanhado o processo de programação desde o seu início como forma de garantir o contributo do instrumento de programação para o desenvolvimento sustentável. A AAE foi realizada por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Salienta-se que através do exercício ex-ante da AAE, que compreendeu um significativo processo de consulta pública, o PO foi influenciado positivamente, destacando-se o reforço da integração e da salvaguarda das questões ambientais. A metodologia adoptada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo - constituídas por uma fase de consulta pública, pela submissão ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável para parecer e pela promoção de workshops públicos para debater os resultados da AAE de cada Programa Operacional - permitiu beneficiar de contributos diversificados e qualificados na fase de elaboração das Agendas Operacionais do QREN e dos Programas Operacionais.

Mais se destaca que a opção prosseguida pelas autoridades nacionais de aplicar a AAE às Agendas Valorização do Território e Factores de Competitividade revelou-se muito adequada na medida em que as agendas determinaram o conteúdo operacional do QREN, tendo a AAE incidido sobre a matriz fundamental dos domínios de intervenção a acolher pelos Programas Operacionais, a sua influência precedeu a programação dos Programas Operacionais e, como tal, os Programas Operacionais, designadamente o Programa Intervir+, usufruíram substancialmente deste exercício.

O cumprimento dos requisitos associados à AAE no que respeita ao Programa Intervir+ não se limita, porém, à AAE realizada na fase de preparação do instrumento de programação. O Programa Intervir+ assumiu, no âmbito das suas actividades de gestão, responsabilidades no que respeita ao controlo dos efeitos ambientais da sua execução e assegura, em articulação com o Observatório do QREN, uma efectiva monitorização ambiental e de sustentabilidade da sua implementação.

No quadro da monitorização ambiental e de sustentabilidade, e de acordo com as medidas de controlo previstas, denominadas no Relatório Ambiental¹ de “Programa de Gestão e Monitorização Ambiental”, a Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ procede, de forma contínua, à aferição dos efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do Programa, numa perspectiva de avaliação de desempenho ambiental e, simultaneamente, avalia em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao Programa (inscritas no Relatório Ambiental da AAE). A AAE colocou particular ênfase na identificação de factores potenciadores das oportunidades/impactes positivos, identificando simultaneamente os riscos/impactes negativos que possam estar associados às propostas, de modo a poderem ser evitados ou mitigados ao nível dos próprios PO, ou da execução dos projectos associados.

¹ , Antunes, P., G. Lobo, N. Videira, R. Santos, S. Vaz, T. Fernandes, T. Ramos, (2007), Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo FEDER e/ou pelo Fundo de Coesão. Quadro de Referencia Estratégico Nacional 2007-2013. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

A integração do ambiente nas actividades de gestão e de aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do Programa Intervir+

A integração de considerações ambientais no Programa Intervir+ não se limitou à fase de programação, através da realização de uma avaliação ambiental estratégica pormenorizada. A autoridade de gestão do Programa colocou o ambiente no centro das suas actividades de gestão através do empenhamento na realização do processo de seguimento da avaliação ambiental estratégica e do recurso a variados mecanismos e ferramentas cujo principal objectivo é o de garantir um nível de protecção ambiental superior ao que teria sido alcançado na sua ausência.

Estes mecanismos e ferramentas abrangem instrumentos sistematizadores para o adequado cumprimento do acervo comunitário e nacional em matéria de ambiente, um envolvimento da Direcção Regional do Ambiente no processo de avaliação de aceitabilidade e de mérito de projectos submetidos no âmbito de áreas-chave da intervenção directa no ambiente e a incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede do Regulamento Específico. Tratam-se de mecanismos e ferramentas ambiciosos em função dos quais podem ser avaliados os esforços de integração desenvolvidos até à data.

Os critérios de selecção a aplicar às operações contêm questões sobre o ambiente, tendo sido criada uma check-list específica por Eixo Prioritário para verificação das regras ambientais.

Mecanismos de gestão que o envolvimento de autoridades ambientais

A Autoridade de Gestão solicita sempre aos beneficiários a declaração de impacto ambiental da operação candidata, emitida pela entidade responsável pelas políticas ambientais (Direcção Regional do Ambiente), nos casos em que a natureza dessa operação indiciem a sua aplicabilidade. Além disso é membro efectivo da Unidade de Gestão do PO o Director Regional do Ambiente.

As reuniões da Comissão de Acompanhamento do Programa Intervir+ oferecem também uma sede de envolvimento de parceiros sociais com responsabilidades no ambiente, atendendo a que as Organizações Não Governamentais de Ambiente têm nela assento.

Apresentação da incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

No que respeita à fase de selecção das operações, e num nível mais abrangente, o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão prevê, como uma das obrigações dos beneficiários que concorrem aos Programas Operacionais do QREN, o cumprimento das normas comunitárias e nacionais em matéria de ambiente, de forma a salvaguardar de uma forma rigorosa e generalizada a observância das mesmas. Num nível mais particular, o Regulamento Específico, incorpora um conjunto de critérios de selecção de carácter ambiental, que visam constituir um enfoque mais reforçado por tipologia de operações, de ponderações ambientais mais restritivas.

Entrando em linha de conta com cada área de intervenção em concreto, foi integrada no Regulamento Específico, ponderações mais limitativas de cariz ambiental, das quais se destacam as seguintes:

- Aplicação de critérios na selectividade das candidaturas:
 - Operações que tenham associada uma maior valia ambiental;
 - Operações que concorram para a redução de emissões de gases com efeito de estufa;
 - Operações que evidenciem adequado grau de eficiência energética e utilização sustentável da energia;
 - Em caso de remodelação/ampliação de infra-estruturas, operações que demonstrem que a solução apresentada é técnica e ambientalmente mais adequada e que permite um ganho de eficiência do sistema integrado, traduzido no aumento da viabilidade económico-financeira de cada projecto;
 - Abrangência da intervenção, tendo em conta a importância da promoção de economias de escala numa perspectiva de optimização de recursos;
 - Enquadramento em medidas de prevenção, protecção e salvaguarda de risco;
 - Projectos de construção/ampliação/requalificação que integrem o desenvolvimento de investimentos que contribuam para a eficiência energética dos estabelecimentos.

- Apresentação do parecer da entidade com responsabilidade em matérias ambientais (Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais).

Para além de critérios exigidos ao nível do Regulamento Específico, e com o intuito de aplicação na fase de análise das candidaturas foi elaborada pela Autoridade de Gestão uma Check-list por Eixo Prioritário, constante do Manual de Procedimentos, que permite uma sistematização robusta de todas as verificações necessárias efectuar para salvaguardar o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria do ambiente.

Em termos de acompanhamento já foi solicitado à Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais um ponto de situação sobre eventuais alterações às declarações já emitidas. Este procedimento será efectuado sempre que se verifique a sua aplicação.

Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental.

A análise que a seguir se apresenta pretende reflectir duas dimensões fundamentais do processo de “follow-up” da AAE: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do Programa e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o Programa é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objectivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíam, bem como uma adequada selecção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo Programa nos mencionados objectivos estratégicos. O Anexo XII do presente relatório contém a árvore de imputação que constitui a base lógica do exercício realizado.

Aferição do Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do Programa Intervir+

A aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do Programa Intervir+ será feita através da relação entre o Anexo XI Lista Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade e os Objectivos Estratégicos.

O contributo do Programa Intervir+ para o Objectivo Estratégico “Garantir a Universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis”, deve ser avaliado tendo em conta que esta não constitui uma área prioritária de intervenção deste PO. É o Eixo Prioritário IV que compreende a melhoria da cobertura, acessibilidade e qualidade dos serviços de saúde, contudo o indicador “População abrangida por unidades de saúde” ainda não apresenta realização.

A prossecução do Objectivo Estratégico “Garantir a Universalidade no Acesso e Melhorar as Condições do Ensino”, constitui um dos domínios de particular responsabilidade do Programa Intervir+, que com os seus apoios, já contribuiu para que 2.942 alunos fossem abrangidos por escolas intervencionadas, segundo o ICN Anual 33, constante do Anexo I. Verifica-se porém que o indicador “N.º de alunos que beneficiam das intervenções” apresenta um valor de 76.926 alunos, que ultrapassa a população escolar da RAM (52.000), dado que existe uma duplicação parcial nos projectos aprovados, pelo de facto uns terem como objectivo a construção dos edifícios escolares e outros o fornecimento de vários equipamentos, nomeadamente informático, laboratorial, etc.

Com as intervenções na requalificação da rede de Escolas com Ensino Secundário, o PO contribui igualmente para “Reduzir a Pobreza e Promover a Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social”, Objectivo Estratégico para o qual é também relevante o contributo do PO através do indicador “N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social” com 11 projectos aprovados.

Os indicadores “População beneficiada por operações de regeneração urbana” ou “Área intervencionada por operações de regeneração urbana” traduzem o contributo do PO para o Objectivo Estratégico “Promover a Melhoria da Qualidade do Ambiente Urbano”. Este indicador é dado pelo Eixo IV, que inclui nos seus objectivos o ordenamento, promoção e valorização do território, a reconversão e requalificação urbana e a recuperação de núcleos habitacionais, tendo-se beneficiado 10.650 pessoas e intervencionado uma área de 133.271m².

No que respeita ao Objectivo Estratégico “Promover a Mobilidade Urbana Sustentável”, o contributo do PO medido através do indicador “Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos”, ainda não apresenta realização.

Para a aferição do Objectivo Estratégico “Aumentar a quota de produção de energia a partir de fontes renováveis”, o

Programa contribuirá através do indicador “Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis” (Eixo II), quando este apresentar realização.

“Servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água” constitui um Objectivo Estratégico para o qual a intervenção do PO é prioritária. Este Objectivo será avaliado através do indicador do “Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água” em resultado dos projectos apoiados. A meta para 2010 é de servir 8.800 fogos habitacionais, tendo-se já atingido os 10.000.

Da mesma forma, o PO contribuiu para o Objectivo Estratégico “Servir 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas”, que será avaliado através do indicador do “Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionadas”, coincidindo neste caso com o indicador “Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água” pelo facto destes indicadores estarem relacionados com um projecto aprovado que contempla, por um lado, o abastecimento de água e, por outro, intervenções nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.

No âmbito da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais, destaca-se também o contributo do PO para o Objectivo Estratégico “Minimizar os Danos Materiais e Humanos Decorrentes de Eventos Extremos Climáticos”, medido através do indicador “População abrangida por Planos de emergência de protecção civil”, que ainda não apresenta realização.

O Programa Intervir não irá contribuir para os seguintes Objectivos Estratégicos:

“Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos” porque os indicadores relativos à “População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos”, “Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas” e “Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos”, não são exequíveis.

“Promover o consumo e produção sustentáveis, reduzindo o consumo de materiais, aumentando a produtividade de recursos na economia” porque o indicador relativo à “Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública”, não é aplicável à RAM.

“Cumprimento das Metas de Redução da Deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em Aterro” porque os indicadores relativos à “Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano” e “Variação na taxa de desvio de RUB para aterro”, não são exequíveis.

“Controlar o Risco de Contaminação do Solo e Recuperar os Passivos Ambientais” porque o indicador “Área reabilitada no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais” não se aplica na RAM.

“Reduzir o Risco de Erosão Costeira” porque os indicadores “Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira” e “Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco” não são exequíveis.

“Garantir a Cobertura do País por Sistemas de Protecção de Riscos”, porque o indicador “Grau de cobertura do território por planos de emergência”, não é exequível.

“Diminuir a intensidade energética do produto; aumentar a eficiência energética” porque o indicador “Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados” não consta do Anexo XI Lista Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade.

Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE

Recomendações Gerais - PROJECTOS PÚBLICOS

Recomendação (RI): *Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projectos*

As 60 candidaturas aprovadas, à excepção de 2 enquadradas no Eixo VI - Assistência Técnica, têm em comum três critérios de selecção:

- Operações que tenham associada uma mais valia ambiental;

- Operações que concorram para a redução de emissões de gases com efeito de estufa;
- Operações que evidenciem adequado grau de eficiência energética e utilização sustentável da energia.

Verifica-se assim que o “Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I 1)” atinge os 96,7%.

Recomendação (R2): *Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos*

Pela análise do “Rácio de intervenções de natureza imaterial (I 2)” verifica-se que os projectos imateriais atingem os 28,3% do total de projectos apurados. Salientamos que o peso dos projectos de natureza infra-estrutural (28 aprovados) representa 47%, 22 são projectos apoiados no âmbito das intervenções de reforço do sistema urbano e redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

Recomendação (R3): *Privilegiar projectos de I&DT no domínio do ambiente, nomeadamente visando o desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes, energias renováveis, eficiência energética, redução das emissões de GEE, arquitectura bioclimática, tecnologias limpas, ordenamento do território, biodiversidade*

Até à data, não existem projectos aprovados de I&D no domínio do ambiente. No entanto existem 5 projectos aprovados de I&D.

Recomendação (R4): *Incentivos a empresas devem ser preferencialmente dirigidos para projectos de inovação empresarial promotores da eco-eficiência, da eficiência energética, energias renováveis, uso eficiente da água, melhores técnicas disponíveis, inovação ambiental, “business & biodiversity”*

Até à data, não existem projectos aprovados de inovação empresarial no domínio do ambiente.

Recomendação (R5): *Devem ser potenciadas as boas práticas ambientais no sector empresarial, tais como a implementação de sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras verdes, rótulos ecológicos, ou outras práticas ambientais*

Até à data, não existem projectos aprovados de inovação empresarial no domínio do ambiente.

Recomendação (R6): *Deve ser promovida a adopção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no sector público, incluindo, nomeadamente, sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras públicas verdes, agendas 21 locais, certificação territorial, ou outras práticas ambientais*

Através da análise do “Rácio de adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na administração pública (I 10)” verifica-se que este atinge os 18,3%, o que significa que já foram aprovados 11 projectos que contribuem para dar cumprimento a esta recomendação.

Recomendação (R7): *Deve ser promovida a adopção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas*

O Rácio de projectos de infra-estruturas contemplando a adopção de práticas de concepção, construção e gestão sustentável (I 12) apresenta uma taxa de 28,6%, o que significa que dos 7 projectos aprovados com valor superior a 5M€, 2 contribuem para o cumprimento desta recomendação.

Recomendação (R8): *As acções de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem*

Para dar cumprimento a esta recomendação, o Programa Intervir+ apresenta 80 Acções de divulgação, comunicação e formação ambiental, abrangendo um total de 53.000 por acções desta natureza.

Recomendação (R9): *Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa*

Verifica-se que o “Rácio de projectos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de protecção ambiental (I 15)” apresenta uma taxa de 15,4%, o que significa que dos 13 projectos aprovados na área da protecção e valorização do ambiente, 2 contribuem para o cumprimento desta recomendação.

Recomendação (R10): *Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas*

Verifica-se que o “Rácio de projectos de regeneração/ requalificação de construções e infra-estruturas (I 16)” apresenta uma taxa de 27,3%, o que significa que dos 22 projectos aprovados projectos apoiados no âmbito das intervenções de reforço do sistema urbano e redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social., 6 contribuem para o cumprimento desta recomendação.

Análise Complementar e Mecanismos de Participação

A análise apresentada no presente capítulo será complementada em sede de reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do QREN no quadro das intervenções co-financiadas pelo FEDER e FdC.

O Observatório do QREN, responsável pelo Relatório referido anteriormente, será igualmente responsável pela divulgação pública dos resultados do exercício de avaliação e controlo, bem como de fomentar e promover o envolvimento do público em geral e de entidades relevantes no acompanhamento do processo de implementação da AAE do QREN e dos PO.

3. Execução por eixo prioritário

3.1. Eixo prioritário I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento

3.1.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Neste ponto apresentamos a informação relativa à execução física do Eixo Prioritário I, quer dos indicadores de Eixo (nos termos da alínea c) do n.º I do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006), quer dos indicadores comuns comunitários.

Os indicadores físicos, de realização e de resultado, e correspondentes metas, estão previstos no texto do Programa, incluindo os indicadores comuns comunitários. Apresenta-se o respectivo ponto de situação da execução física do Eixo, a par da análise em específico dos progressos alcançados.

Quadro 30 Realização Física do Eixo Prioritário I

Indicadores Físicos		2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	1	0	0		
	Metas	-	-	-	3	5		
	Valor de Referência		n.a.	n.a.				
Projectos de Inovação/IDT	Realização Executada	0	1	8				
	Realização Contratada	0	1	8	0			
	Metas	-	-	-	20	50		
	Valor de Referência		n.a.	n.a.	n.a.			
Empresas participantes em projectos de Inovação/IDT	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	16	40		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Projectos na área da Sociedade da Informação	Realização Executada	0	1	6				
	Realização Contratada	0	1	6	0			
	Metas	-	-	-	10	30		
	Valor de Referência	0	0	0				
Indicadores de Resultados		2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Investimento alavancado em Inovação/IDT(em milhões de euros)	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0,26	1,38				
	Metas	-	-	-	2	5		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Actividades resultantes de projectos de Inovação/IDT em consórcio	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	4				
	Metas	-	-	7	2	5		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Investimento privado induzido (em milhões de euros)	Realização Executada	0	0	0,24				
	Realização Contratada	0	0	0,73				
	Metas	-	-	14	4	10		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Serviços públicos online	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	75				
	Metas	-	-	88	38	50		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Indicadores Comuns Comunitários		2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	4	53			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	2. dos quais: homens	Realização Contratada	0	2	28			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	3. dos quais: mulheres	Realização Contratada	0	2	25			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização Contratada	0	1	8			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada	0	0	1			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	

Indicadores Comuns Comunitários			2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Ajudas Directas ao investimento nas PME	6. Empregos na investigação criados	Realização Contratada	0	0	5				
	Valor de Referência	-	-	-	-				
	7. N.º de projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada	0	0	11				
	Valor de Referência	-	-	-	-				
	8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	0	0	11				
	Valor de Referência	-	-	-	-				
	9. Empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada	0	0	18				
	Valor de Referência	-	-	-	-				
	10. Investimento induzido (em milhões de euros)	Realização Contratada	0	0	0,73				
	Valor de Referência	-	-	-	-				
	Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Realização Contratada	0	1	6			
		Valor de Referência	-	-	-	-			
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	0	0	0				
	Valor de Referência	-	-	-	-				
Turismo	34. N.º projectos	Realização Contratada	0	0	1				
		Valor de Referência	-	-	-	-			
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo criado)	Realização Contratada	0	0	0				
		Valor de Referência	-	-	-	-			
Educação	36. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	2				
		Valor de Referência	-	-	-	-			
Saúde	38. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	0				
		Valor de Referência	-	-	-	-			
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	8				
		Valor de Referência	-	-	-	-			

3.1.2. Análise qualitativa

O Eixo I começa já a indiciar progressos efectivos em termos de realizações, embora ainda aquém das metas previstas para o mesmo. O indicador “Empresas participantes em projectos de inovação/Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT)” encontra-se ainda sem execução. Quanto aos indicadores de resultado, verifica-se que, em termos de realização contratada, quer o n.º de serviços públicos on-line, quer o investimento privado induzido já ultrapassaram a meta para 2010, e que o investimento alavancado em Inovação/IDT e as actividades resultantes de projectos de Inovação/IDT em consócio se aproximam dos objectivos consignados.

Pela análise dos indicadores comuns comunitário, denota-se progressos ao nível dos indicadores deste Eixo, considerando que somente em termos de acréscimo de população com acesso à banda larga e n.º de projectos na área da saúde é que não se verificam realizações (mesmo em termos de contratadas).

Refira-se em particular que, ao nível dos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, foram contratados até final de 2009 um total de 11 projectos de apoio directo ao investimento de PME, sendo na sua totalidade projectos de novas empresas (start-up). Desses projectos, está prevista a criação de 18 novos postos de trabalho, sendo que 11 serão ocupados por indivíduos do sexo masculino e 7 do sexo feminino. Para estes projectos contratados estima-se que o investimento induzido se situe na ordem dos 730 milhões de euros.

A regulamentação específica de apoio a este Eixo Prioritário, em 31.12.2009 encontrava-se totalmente aprovada (vd. Anexo VI Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário).

No que respeita à apresentação de candidaturas, no ano 2009 foram apresentadas a co-financiamento do Eixo I 42 candidaturas, envolvendo um investimento total de 109.089.548 euros (vd. Quadro 12). A Vertente de Intervenção “Incentivos Directos e Indirectos às Empresas” foi a mais procurada pelos beneficiários com 24 candidaturas, seguida da Vertente “Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento” com 10 e por fim, a Vertente “Modernização Administrativa” com 8 candidaturas. O grau de admissibilidade, medido pela relação entre candidaturas admitidas e o universo das candidaturas apresentadas, foi de 97%. Relativamente a candidaturas contratadas, em 31.12.2009, já estavam contratadas 76% das candidaturas (vd. Anexo VII Processo de selecção por Eixo Prioritário).

Ao efectuarmos uma análise até 31.12.2009 (vd. Quadro 13), o Eixo I apresenta uma elevada procura por parte dos beneficiários, com a apresentação de 61 candidaturas, o que representa 30% do total do Programa.

No ano em análise, este Eixo registou uma elevada taxa de compromisso, 40%, não se tendo verificado a mesma tendência

para a execução (2%). Esta discrepância entre os dois indicadores é fruto das especificidades dos projectos aprovados - alguns projectos de pequena dimensão com carácter plurianual - e pelo facto de grande parte das aprovações terem sido registadas durante o segundo semestre de 2009.

Quadro 31 Montantes Aprovados / Executados no Eixo I 2009

Euros

Área de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2009 (AP)		Execução 2009 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	11.865.834	9.492.667	7.405.010	4.677.337	447.244	285.942	49%	3%	6%
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	20.000.000	16.000.000	3.017.000	2.410.600	464.560	371.648	15%	2%	15%
Modernização Administrativa	11.875.000	9.500.000	8.565.658	6.808.344	235.940	178.140	72%	2%	3%
Total	43.740.834	34.992.667	18.987.668	13.896.281	1.147.744	835.730	40%	2%	6%

O Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento, cujo peso é de 11% no contexto da programação do total do Programa, apresenta uma taxa de compromisso (49%) (vd. Quadro 32) muito próxima da taxa atingida pelo Programa (45%).

A execução registada neste Eixo corresponde a despesa apresentada em 2009, pelo que apresenta uma taxa muito reduzida.

Neste Eixo têm aplicação os seguintes Sistemas de Incentivos: EMPREENDINOV, SIRE, QUALIFICAR+, SI TURISMO e +CONHECIMENTO. Refira-se que o EMPREENDINOV e o + CONHECIMENTO só têm aplicação neste Eixo. Por outro lado, não existe recurso a instrumentos de engenharia financeira.

O EMPREENDINOV foi o Sistema de Incentivos com maior procura, contando já com 14 projectos aprovados, projectos estes com carácter inovador os quais se traduzem numa mais valia para a competitividade da economia regional.

Os sistemas de incentivos +CONHECIMENTO e SIRE ainda não apresentam aprovações significativas, tendo sido aprovadas 2 e 1 candidaturas, respectivamente. Relativamente ao SI TURISMO, até 31.12.2009 ainda não tinha sido aprovada nenhuma candidatura.

Destaque no âmbito do QUALIFICAR+ o único projecto aprovado, por ser designado como grande projecto, nos termos do artigo 39º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho. Trata-se de um projecto inovador para a RAM na área das telecomunicações (vd. Capítulo 5).

Quadro 32 Montantes Aprovados / Executados no Eixo I 2007-2009

Euros

Área de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2009 (AP)		Execução 2007-2009 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	11.865.834	9.492.667	7.710.243	4.829.954	447.244	285.942	51%	3%	6%
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	20.000.000	16.000.000	6.618.849	5.292.079	464.560	371.648	33%	2%	7%
Modernização Administrativa	11.875.000	9.500.000	8.822.546	7.013.854	235.940	178.140	74%	2%	3%
Total	43.740.834	34.992.667	23.151.638	17.135.887	1.147.744	835.730	49%	2%	5%

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 33), podemos verificar que são as “Micro-empresas” o tipo de entidade com maior número de candidaturas apresentadas, seguida das “Não PME”, com 36% e 15%, respectivamente. Relativamente a candidaturas aprovadas, são igualmente estes dois tipos de beneficiários que apresentam maior taxa, 33% e 12%, respectivamente.

Quadro 33 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo I

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Administração Directa Serviços Centrais	4	7%	3	9%
Administração Directa Serviços Periféricos	1	2%	0	0%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	5	8%	2	6%
Administração Autónoma Regional	5	8%	4	12%
Administração Autónoma Local	5	8%	2	6%
Associações Públicas	1	2%	1	3%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	9	15%	4	12%
Pequena empresa	6	10%	4	12%
Micro-empresa	22	36%	11	33%
Entidade Privada sem fins lucrativos	3	5%	2	6%
Total Eixo I	61	100%	33	100%

Neste Eixo sublinham-se as candidaturas aprovadas em áreas de alguma forma emergentes, designadamente nas áreas previstas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região, no sentido em que constituem um dos factores cruciais da mudança do paradigma do desenvolvimento que o próprio Plano encarna.

Salienta-se que os projectos já aprovados apresentam um conjunto de elementos que poderão ser factores de potenciação de um quadro de evolução das políticas de IDT e Inovação. Neste sentido, o apoio a laboratórios, a sensibilização para o empreendedorismo e inovação e o apoio a projectos nesta área, têm já uma expressão apreciável no contexto das candidaturas aprovadas, embora as actividades enquadradas no Sistema Científico e Tecnológico tenham revelado uma reduzida procura em relação ao esperado para esta fase de implementação do Programa.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No quadro de execução deste Eixo, para além dos constrangimentos referenciados nos pontos 2.3 e 2.4, mantêm-se outros mais específicos que, embora também não constituindo problemas significativos com a implementação do Eixo, nos termos regulamentares, assumem uma influência negativa no âmbito da sua intervenção: a insipiência das infra-estruturas, de recursos humanos e também a inexistência, por força dos factores atrás referidos, conjugados com a caracterização de ultraperiferia da Região, de massa critica capaz de promover de uma forma efectiva as políticas inerentes a este Eixo, e exigem um trabalho sistémico e articulado entre as autoridades regionais que conduza à afirmação da capacidade competitiva das organizações da Região e da capacidade para se fixar massa critica de indicativa empresarial susceptível de dinamizar as oportunidades económicas existentes.

O relatório e parecer anual de auditoria apresentado pela Inspeção-Geral de Finanças à Comissão Europeia, em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis (nº 1, alínea d), subalínea (I) do Art.º 62.º do Regulamento (CE) N.º 1083/2006, do Conselho, e do nº 2 do Art.º 18.º do Regulamento (CE) N.º 1828/2006, da Comissão), elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, conduziram à emissão de opiniões, sem reservas por desacordo, no sentido de que o respectivo sistema de gestão e controlo funcionou de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, consequentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade em todos os aspectos materialmente relevantes.

A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu à aceitação dos mesmos.

3.2. Eixo prioritário II - Competitividade da Base Económica Regional

3.2.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Neste ponto apresentamos a informação relativa à execução física do Eixo Prioritário II, quer dos indicadores de Eixo (nos termos da alínea c) do n.º I do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006), quer dos indicadores comuns comunitários.

Os indicadores físicos, de realização e de resultado, e correspondentes metas, estão previstos no texto do Programa, incluindo os indicadores comuns comunitários. Apresenta-se o respectivo ponto de situação da execução física do Eixo, seguido da análise em específico dos progressos alcançados.

Quadro 34 Realização Física do Eixo Prioritário II

Indicadores Físicos			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Empresas apoiadas	Realização Executada		0	0	463			
	Realização Contratada		0	3	490	0	0	
	Metas		-	-	-	250	500	
	Valor de Referência		n.a.	n.a.	n.a.			
Instrumentos de engenharia financeira	Realização Executada		0	0	2			
	Realização Contratada		0	0	0	0	0	
	Metas		-	-	-	1	2	
	Valor de Referência		n.a.	n.a.	n.a.			
N.º de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)	Realização Executada		0	0	0			
	Realização Contratada		0	0	0	0	0	
	Metas		-	-	-	0	1	
	Valor de Referência		n.a.	n.a.	n.a.			
Indicadores de Resultados			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Empregos brutos criados (ETI)	Realização Executada		0	0	2			
	Realização Contratada		0	0	379			
	Metas		-	-	-	450	700	
	Valor de Referência		n.a.	n.a.	n.a.			
Investimento privado induzido (em milhões de euros)	Realização Executada		0	0	0,77			
	Realização Contratada		0	0,22	6,11			
	Metas		-	-	-	12	30	
	Valor de Referência		n.a.	n.a.	n.a.			
Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis	Realização Executada		0	0	0			
	Realização Contratada		0	0	0			
	Metas		-	-	-	n.a.	10%	
	Valor de Referência		n.a.	n.a.	n.a.			
Indicadores Comuns Comunitários			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	4	53			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	2. dos quais: homens	Realização Contratada	0	2	28			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	3. dos quais: mulheres	Realização Contratada	0	2	25			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização Contratada	0	1	8			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada	0	0	1			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	6. Empregos na investigação criados	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	7. N.º de projectos	Realização Contratada	0	3	28			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	8. dos quais: n.º de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização Contratada	0	1	8			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	

Indicadores Comuns Comunitários			2007	2008	2009	2010	2015	Total
9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada		0	8	177			
	Valor de Referência		-	-	-	-		
10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização Contratada		0	0,22	5,51			
	Valor de Referência		-	-	-	-		
23. N.º de projectos	Realização Contratada		0	0	0			
	Valor de Referência		-	-	-	-		
24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização Contratada		0	0	0			
	Valor de Referência		-	-	-	-	-	
30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização Contratada		0	0	0			
	Valor de Referência		-	-	-	-	-	
34. N.º de projectos	Realização Contratada		0	0	10			
	Valor de Referência		-	-	-	-		
35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada		0	0	5			
	Valor de Referência		-	-	-	-	-	

* Informação não disponível no âmbito dos projectos de Engenharia Financeira

3.2.2. Análise qualitativa

O Eixo II evidencia progressos efectivos, quer em termos de realizações, quer de resultados. No que concerne em específico às realizações associadas a entidades públicas, constata-se um cumprimento quase efectivo das metas previstas. Somente o indicador “N.º de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)” se encontra sem execução na medida em que, até 31.12.2009, ainda não sido aprovado qualquer projecto no Domínio de Intervenção “Energia”.

Quanto aos indicadores de resultado, verifica-se que, de igual modo, o “Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis” não regista qualquer valor, pelo motivo acima referido.

Da análise dos indicadores comuns comunitários, refira-se que, relativamente a Ajudas directas ao investimento nas PME (“Dos quais: n.º. de start-ups apoiadas” e “Empregos criados”), as realizações não se encontram registadas como contratadas porque os projectos de Engenharia Financeira não contribuem para a alimentação deste indicador (conforme inicialmente previsto), pois não é possível obter a respectiva informação. Os indicadores relativos a Energias Renováveis e Alterações Climáticas igualmente ainda não apresentam realização contratada porque a 31.12.2009 não existiam projectos aprovados que contribuíssem para estes indicadores. Quanto ao n.º. de empregos criados na área do Turismo, a 31.12.2009 não existiam projectos aprovados nesta área que contribuíssem de forma cabal para a criação de emprego.

Ainda relativamente aos indicadores comuns comunitários, mas focando a análise nas realizações e resultados inerentes aos Sistemas de Incentivos, verifica-se que está prevista a criação de 177 postos de trabalho, sendo 8 referentes a projectos contratados em 2008 e os restantes 169 referentes a projectos de 2009. Deste total de 177 postos de trabalho, 119 serão ocupados por indivíduos do sexo masculino e 58 por indivíduos do sexo feminino. No entanto, e se considerarmos apenas os projectos com efectiva execução, temos uma criação líquida de 6 postos de trabalho, sendo 1 relativo a indivíduos do sexo masculino e 5 do sexo feminino.

Foi, até 31.12.2009, contratado um total de 25 projectos de apoio directo ao investimento das PME (3 em 2008 e 23 em 2009) sendo 8 deles referentes a novas empresas (start-ups), o que corresponde a um investimento induzido de 215 milhões de euros em 2008 e de 2 733 milhões de euros em 2009. Desses projectos contratados, apenas dois registaram execução (realização efectiva). Os restantes encontram-se em fase de desenvolvimento.

A regulamentação específica de apoio a este Eixo Prioritário, em 31.12.2009 encontrava-se totalmente aprovada, tendo sido iniciada a apresentação de candidaturas em Dezembro de 2007 para a tipologia “Engenharia Financeira” e as restantes tipologias em 2008 (vd. Anexo VI Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário).

No que respeita a apresentação de candidaturas, no ano 2009 foram apresentadas a co-financiamento do Eixo II 55 candidaturas, envolvendo um investimento total de 64.945.99 euros (vd. Quadro 12). A Vertente de Intervenção “Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores” acolheu 40 candidaturas, seguida da “Envolvente Empresarial” com 15. O grau de admissibilidade, medido pela relação entre candidaturas admitidas e o universo das candidaturas apresentadas, foi de 93%. Relativamente a candidaturas contratadas, em 31.12.2009, já estavam contratadas 75% das candidaturas (vd. Anexo VII Processo de selecção por Eixo Prioritário).

Ao efectuarmos uma análise até 31.12.2009 (vd. Quadro 13), o Eixo II constitui o Eixo do Programa com a maior adesão

dos beneficiários, com 88 candidaturas apresentadas, o que representa 43% do total do Programa.

O ano de 2009 ficou marcado pelo impulso nas aprovações, o que permitiu atingir uma taxa de compromisso na ordem dos 66%, a mesma que no período global de implementação do Programa.

Dado que nos anos anteriores, este Eixo apresentava aprovações pouco significativas, tal reflectiu-se na baixa taxa de execução. Assim, os valores apresentados correspondem a execução de 2009, o que já representa uma taxa de 16%.

Quadro 35 Montantes Aprobados / Executados no Eixo II 2009

Euros

Área de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2009 (AP)		Execução 2009 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	25.902.733	20.722.186	7.294.098	3.647.049	1.089.914	544.957	18%	3%	15%
Envolvente empresarial	35.937.500	28.750.000	36.220.536	28.810.196	9.076.456	7.261.165	100%	25%	25%
Total	61.840.233	49.472.186	43.514.634	32.457.245	10.166.370	7.806.122	66%	16%	24%

O Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional, cujo peso é de 15% no contexto da programação do total do Programa, apresenta para o período 2007-2009 uma taxa de compromisso (66%) (vd. Quadro 36) superior à apresentada pelo Programa (45%).

Neste Eixo têm aplicação os seguintes Sistemas de Incentivos: SIRE, Qualificar+ e SI Turismo.

O SIRE foi o Sistema de Incentivos com maior procura neste Eixo, contando com 27 projectos aprovados, seguindo do SI Turismo com 3 candidaturas e por fim, o Qualificar+ com apenas 1 candidatura.

Quadro 36 Montantes Aprobados / Executados no Eixo I 2007-2009

Euros

Área de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2009 (AP)		Execução 2007-2009 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	25.902.733	20.722.186	7.846.231	3.923.115	1.089.914	544.957	19%	3%	15%
Envolvente empresarial	35.937.500	28.750.000	36.220.536	28.810.196	9.076.456	7.261.165	100%	25%	25%
Total	61.840.233	49.472.186	44.066.767	32.733.311	10.166.370	7.806.122	66%	16%	24%

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 37), podemos constatar uma maior percentagem de candidaturas apresentadas nas “Micro-empresas” com 40% e na “Administração Autónoma Regional” com 19%. Em termos de candidaturas aprovadas verifica-se 43% no tipo “Micro-empresas” e 23% em “Administração Autónoma e Regional” e em “Pequena Empresa”.

Quadro 37 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo II

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Administração Directa Serviços Periféricos	2	2%	0	0%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	4	4%	2	5%
Administração Autónoma Regional	17	19%	10	23%
Associações Públicas	1	1%	1	2%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	8	9%	1	2%
Empresa de média dimensão	6	7%	1	2%
Pequena empresa	12	13%	10	23%
Micro-empresa	36	40%	19	43%
Entidade Privada sem fins lucrativos	3	3%	0	0%
Total Eixo II	89	100%	44	100%

Instrumentos de Engenharia Financeira

A Vertente da Engenharia Financeira, que enquadra a utilização de duas linhas de crédito sob coordenação do Organismo Intermédio, procurou impulsionar a contratação e a execução dos projectos aprovados via Sistema de Incentivos, tendo funcionado como financiamento constituinte de fundo de maneo para as empresas.

Neste sentido foram aprovadas no Programa Intervir+, até 31.12.2009, duas candidaturas, designadas: **Linha de Crédito PME MADEIRA** e **Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira**.

No sentido de facilitar a implementação e desenvolvimento de estratégias e inovação e crescimento bem como de dinamizar as actividades das empresas diminuindo as dificuldades de acesso ao crédito, Governo Regional, através do IDE-RAM, em parceria com várias instituições de crédito e com a Sociedade de Garantia Mútua Lisgarante, criou em Novembro de 2008, uma linha de crédito bonificada denominada “**Linha de Crédito PME MADEIRA**”. Esta linha de crédito foi aprovada no Programa Intervir+ em 2009.

O montante inicial desta linha de crédito foi de 20 milhões de euros. Aberta a 10.11.2008 foi fechada a 24.11.2008 demonstrando, desse modo, a sua aceitação por parte das empresas regionais.

Assim, foi necessário reforçar esta linha de crédito em mais 20 milhões de euros, o que veio a acontecer a 27.11.2008 tendo-se esgotado em Fevereiro de 2009.

Os encargos financeiros associados à Linha de Crédito PME Madeira foram objecto de uma candidatura ao Programa Intervir + no valor de 2.621.575 euros para financiar 100% do spread e comissão de garantia, 1% da euribor a 3 meses e outros custos relacionados com a implementação da referida Linha de Crédito.

As candidaturas são comparticipadas em igual proporção pelo FEDER e pelo Orçamento Regional.

Até 31 de Dezembro foram enquadradas, nesta linha de crédito, um total de 192 operações com um valor na ordem dos 40 milhões de euros.

No sentido de prover às necessidades da economia regional e mitigar às repercussões da crise financeira internacional e nacional nos mais diversos sectores de actividade, a Vice-Presidência do Governo Regional, através do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, lançou uma nova Linha de Crédito Bonificado, no montante de 10 milhões de euros, dirigida às micro e pequenas empresas, denominada “Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira”.

Esta Linha de Crédito pretende sobretudo estimular e incentivar o tecido empresarial regional, nomeadamente as micro e pequenas empresas, através da bonificação da taxa de juro, isenção de spread e comissões de garantia.

Com o recurso aos mecanismos de garantia do Sistema Nacional de Garantia Mútuo, procura-se atenuar as dificuldades de tesouraria dos beneficiários, minimizando desta forma os riscos das operações bancárias.

Até 31 de Dezembro de 2009, foram enquadradas, no projecto “Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira”, um total de 257 operações num valor de 7.895.000 euros.

Sublinhe-se que o Eixo II tem fundamentalmente uma grande intervenção no que concerne ao apoio ao tecido empresarial da Região e em particular aos projectos que são desenvolvidos pelas próprias empresas e cujos apoios estão enquadrados nos vários Regimes de Incentivos que foram criados.

Realça-se ainda neste Eixo uma operação com características estruturantes da responsabilidade do beneficiário “Madeira Parques Empresariais, S.A.”, cujo objectivo consiste na construção de pavilhões em vários parques empresariais, destinados às empresas e que, espera-se, venham a contribuir para o acréscimo de qualidade do serviço e de condições de crescimento sustentado para as empresas que concorram a estas infra-estruturas.

Merecem igualmente, destaque os projectos da responsabilidade da Administração Pública que visam a promoção do destino Madeira e dos seus principais produtos, sendo estas acções de primordial importância para que os níveis de competitividade se reforcem e se consolidem num ambiente de grande concorrência e em que é deveras importante criar mecanismos de promoção que se complementam com o alto grau de qualidade e excelência que a RAM apresenta nos domínios do turismo e serviços.

Esta intervenção da Administração Pública assume uma relevância significativa, atendendo a que numa região com as características da RAM, nomeadamente as que advêm das dificuldades que a condição de ultraperiferia impõe, em que o tecido empresarial é fundamentalmente constituído por micro e pequenas empresas e em que a capacidade associativa é limitada.

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No quadro de execução deste Eixo, para além das dificuldades referenciadas nos pontos 2.3 e 2.4, refira-se em particular o arrefecimento que a crise financeira global originou na economia da RAM, embora não constituindo um problema significativo com a implementação do Eixo, nos termos regulamentares, induz efeitos negativos, os quais foram ainda mais sentidos, nomeadamente pelo decréscimo sensível da actividade no sector do turismo e serviços, traduzindo-se num decréscimo acentuado dos níveis de investimento, mas também no aproveitamento dos instrumentos de apoio às empresas - Regimes de Incentivos disponíveis, embora as dinâmicas que se esperavam não tenham tido ainda tradução prática. O investimento público tem tido até à data uma influência significativa, que para além dos efeitos dos próprios projectos aprovados, se espera, venha a induzir uma retoma do crescimento económico.

O relatório e parecer anual de auditoria apresentado pela Inspecção-Geral de Finanças à Comissão Europeia, em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis (n.º I, alínea d), subalínea (I) do Art.º 62.º do Regulamento (CE) N.º 1083/2006, do Conselho, e do n.º 2 do Art.º 18.º do Regulamento (CE) N.º 1828/2006, da Comissão), elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, conduziram à emissão de opiniões, sem reservas por desacordo, no sentido de que o respectivo sistema de gestão e controlo funcionou de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, consequentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade em todos os aspectos materialmente relevantes.

A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu à aceitação dos mesmos.

3.3. Eixo prioritário III - Desenvolvimento Sustentável

3.3.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Neste ponto apresentamos a informação relativa à execução física do Eixo Prioritário III, quer dos indicadores de Eixo (nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006), quer os indicadores comuns comunitários.

Os indicadores físicos, de realização e de resultado, e correspondentes metas, estão previstos no texto do Programa, incluindo os indicadores comuns comunitários. Apresenta-se o respectivo ponto de situação da execução física do Eixo, sendo que a análise em específico dos progressos alcançados é efectuada no ponto seguinte.

Quadro 38 Realização Física do Eixo Prioritário III

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Nº de projectos de infra-estruturas ambientais	Realização Executada	0	0	1				
	Realização Contratada	0	0	1	0	0		
	Metas	-	-	-	2	3		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais	Realização Executada	0	0	1				
	Realização Contratada	0	0	1	0	0		
	Metas	-	-	-	2	5		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Projectos de prevenção e gestão de riscos	Realização Executada	0	0	2				
	Realização Contratada	0	0	2	0	0		
	Metas	-	-	-	1	2		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	0				
	Metas	-	-	-	155	200		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Indicadores de Resultados		2007	2008	2009	2010	2015	Total	
População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	0.000				
	Metas	-	-	-	8.800	112.700		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	1				
	Metas	-	-	-	3	6		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Sistemas / instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	2				
	Metas	-	-	-	2	3		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Indivíduos envolvidos em actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	0				
	Metas	-	-	-	3.150	3.500		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Indicadores Comuns Comunitários		2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	2. dos quais: homens	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	3. dos quais: mulheres	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Transportes	13. Nº de projectos	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	

Indicadores Comuns Comunitários			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização Contratada	0	0	0.000			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização Contratada	0	0	0.000			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	0				
	Valor de Referência	-	-	-	-	-		
29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada	0	0	0				
	Valor de Referência	-	-	-	-	-		
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	2			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Contratada	0	0	230000			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	

3.3.2. Análise qualitativa

O Eixo III que abrange os projectos que contribuem para o desenvolvimento sustentável numa óptica ambiental indicia, tanto a nível de indicadores de realização física como de resultado, progressos ao nível das metas previstas.

Somente o indicador “Actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental” não apresenta realizações, dado que até 31.12.2009 ainda não havia sido aprovado qualquer projecto que contribuisse para este indicador. Refira-se que existe um projecto designado por “Acção técnica e Didáctica para a Eficiência Energética e Qualidade do Ar Interior nas Escolas da RAM”, que só não contribui para este indicador porque foi enquadrado no Eixo I.

Quanto aos indicadores de resultado, verifica-se que o Programa não contribuiu até à data para a aferição do n.º de “Indivíduos envolvidos em actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental”, pelo motivo acima referido. Por outro lado, a “População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas” ultrapassa já a meta traçada para 2010.

No que diz respeito aos indicadores comuns comunitários, e considerando que somente em 2009 foram aprovadas candidaturas no âmbito do Eixo III e, sendo que em 31.12.2009 existiam apenas quatro projectos aprovados (Cadastro em SIG das infra-estruturas de água e saneamento básico da RAM; Renovação das Redes de Água Potável, Residual e Pluvial, do Sector Oriental da Cidade do Funchal; Estabilização da Escarpa do Forte de São João Baptista – Machico; PROTECFLO - Dispositivo de Protecção e Defesa Contra Incêndios Florestais), estes indicadores apresentam realizações ainda pouco expressivas.

A regulamentação específica de apoio a este Eixo Prioritário, em 31.12.2009 encontrava-se totalmente aprovada, tendo-se dado início à apresentação de candidaturas em Dezembro de 2007 (vd. Anexo VI Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário).

No que diz respeito à apresentação de candidaturas, no ano 2009 foram apresentadas a co-financiamento do Eixo III 9 candidaturas, envolvendo um investimento total de 14.370.681 euros (vd. Quadro 12). Das candidaturas apresentadas 4 foram aprovadas, representando cerca de 13%, se tivermos em consideração o montante programado para o período do Programa para este Eixo (114.625.000 euros). O grau de admissibilidade, medido pela relação entre candidaturas admitidas e o universo das candidaturas apresentadas, foi de 100%. Relativamente a candidaturas contratadas, em 31.12.2009, já estavam contratadas 96% das candidaturas (vd. Anexo VII Processo de selecção por Eixo Prioritário).

A Vertente de Intervenção com maior adesão foi a de “Riscos naturais e tecnológicos” que já contabiliza 9 candidaturas apresentadas até 31.12.2009 (vd. Quadro 13), por outro lado, a Vertente “Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade apresenta apenas 1 candidatura, que até 2009 não tinha sido objecto de decisão final por parte da AG.

O Eixo III - Desenvolvimento Sustentável, tem um peso significativo no Programa, cerca de 22%, o que se prende, fundamentalmente, com um dos grandes desígnios estratégicos da Região para o período 2007-2013, que é a sustentabilidade ambiental.

O ano de 2009 foi o ano de arranque nas aprovações de candidaturas neste Eixo, pelo que os valores apresentados no Quadro 39 correspondem a montantes aprovados e executados também em 2009. Apesar de ter sido só em 2009 que se registaram aprovações neste Eixo, o mesmo já representa uma taxa de compromisso significativa, 18%. Decorrente das aprovações tardias, o Eixo III apresenta uma execução pouco expressiva.

Quadro 39 Montantes Aprovados / Executados no Eixo III 2007-2009

Euros

Área de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2009 (AP)		Execução 2007-2009 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	54.115.751	43.292.601	14.250.000	11.400.000	0	0	26%	0%	0%
Riscos naturais e tecnológicos	18.125.000	14.500.000	1.813.070	1.450.456	19.665	15.732	10%	0%	1%
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	16.937.500	13.550.000	0	0	0	0	0%	0%	0%
Total	89.178.251	71.342.601	16.063.070	12.850.456	19.665	15.732	18%	0%	0%

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 40), é a “Administração Autónoma Regional” que apresenta maior representatividade, com 53% das candidaturas apresentadas e 50% das candidaturas aprovadas.

Quadro 40 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo III

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	1	7%	1	25%
Administração Autónoma Regional	8	53%	2	50%
Administração Autónoma Local	6	40%	1	25%
Total Eixo III	15	100%	4	100%

Realça-se neste Eixo Prioritário, não só pela dimensão, como pela sua influência em termos de sustentabilidade de abastecimento de água à cidade do Funchal, o projecto da responsabilidade do Município do Funchal “Renovação das Redes de Água Potável, Residual e Pluvial, do sector oriental da Cidade do Funchal”, que visa dotar o Funchal de infra-estruturas de distribuição que se revelem mais funcionais e menos passivas de perdas.

Por último, no caso do Eixo Prioritário III, não existe recurso a instrumentos de engenharia financeira.

3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Este Eixo enfrenta dificuldades que, embora não constituindo um problema significativo com a implementação do Eixo, nos termos regulamentares, resultam do abrandamento dos investimentos decorrente da actual conjuntura de mundial, bem como da reestruturação que ao nível dos serviços da Administração Pública se está a processar, nomeadamente nos serviços com competência na água e nos resíduos.

Espera-se contudo que nos próximos anos se venham a concretizar projectos que tenham reflexos positivos, nomeadamente na área da prevenção de riscos, requalificação e conservação da natureza.

O relatório e parecer anual de auditoria apresentado pela Inspecção-Geral de Finanças à Comissão Europeia, em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis (n.º 1, alínea d), subalínea (I) do Art.º 62.º do Regulamento (CE) N.º 1083/2006, do Conselho, e do n.º 2 do Art.º 18.º do Regulamento (CE) N.º 1828/2006, da Comissão), elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, conduziram à emissão de opiniões, sem reservas por desacordo, no sentido de que o respectivo sistema de gestão e controlo funcionou de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, conseqüentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade em todos os aspectos materialmente relevantes.

A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu à aceitação dos mesmos.

3.4. Eixo prioritário IV - Coesão Territorial e Governação

3.4.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Neste ponto apresentamos a informação relativa à execução física do Eixo Prioritário IV, quer dos indicadores de Eixo (nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006), quer os indicadores comuns comunitários.

Os indicadores físicos, de realização e de resultado, e correspondentes metas, estão previstos no texto do Programa, incluindo os indicadores comuns comunitários. Apresenta-se o respectivo ponto de situação da execução física do Eixo, sendo que a análise em específico dos progressos alcançados é efectuada no ponto seguinte.

Quadro 41 Realização Física do Eixo Prioritário IV

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Projectos na área dos transportes	Realização Executada	0	0	2			
	Realização Contratada	0	0	2	0	0	
	Metas	-	-	-	2	3	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			
Projectos na área da cultura e lazer	Realização Executada	0	0	3			
	Realização Contratada	0	0	3	0	0	
	Metas	-	-	-	2	6	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			
Estabelecimentos de ensino intervencionados	Realização Executada	0	0	7			
	Realização Contratada	0	1	9	0	0	
	Metas	-	-	-	1	2	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			
Rede viária intervencionada	Realização Executada	0	0	0,98			
	Realização Contratada	0	0	0,98	0	0	
	Metas	-	-	-	15	15	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			
Projectos de reabilitação urbana e rural	Realização Executada	0	2	8			
	Realização Contratada	0	2	8	0	0	
	Metas	-	-	-	1	2	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			
Indicadores de Resultados		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	100			
	Metas	-	-	-	20%	20%	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			
Investimento alavancado na área da cultura e lazer	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	1,74			
	Metas	-	-	-	2	4	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			
Alunos abrangidos pelas escolas intervencionadas	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	1.260	2.942			
	Metas	-	-	-	1.020	1.520	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			
Redução do tempo de viagem - S. Jorge / S.Vicente	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	0			
	Metas	-	-	-	73%	73%	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			
População abrangida por projectos de reabilitação urbana e rural	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	185	0.650			
	Metas	-	-	-	21.740	56.360	
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.			

Indicadores Comuns Comunitários			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	63	215			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	2. dos quais: homens	Realização Contratada	0	20	53			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	3. dos quais: mulheres	Realização Contratada	0	43	162			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Transportes	13. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	2			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	0,6			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização Contratada	0	0	0,38			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada	0	0	n.d.			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Turismo	34. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Educação	36. N.º de projectos	Realização Contratada	0	1	11			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	37. N.º alunos que beneficiam das intervenções em estabelecimentos de ensino	Realização Contratada	0	1.260	76.926*			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Saúde	38. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização Contratada	0	2	8			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Inclusão Social	41. N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização Contratada	0	1	11			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	

* Este valor ultrapassa a população escolar da RAM (52.000), pois foi obtido através da soma do n.º alunos beneficiados por cada projecto, existindo duplicação parcial em 2 dos projectos apoiados (MADFDR-04-0177-FEDER-000007- Equipamento Escolar 2009-2013 e MADFDR-04-0177-FEDER-000012 - Fornecimento e Assentamento de Equipamento e Mobiliário Escolar), que incidem sobre o mesmo universo, isto é, o seu âmbito de intervenção é o mesmo, mas no fornecimento de equipamentos distintos

3.4.2. Análise qualitativa

O Eixo IV apresenta, em termos de indicadores de realização física e de resultado, uma situação não muito diferente dos restantes Eixos do Programa, ou seja, indicia progressos quanto ao cumprimento das metas consignadas.

Ao analisarmos por natureza de indicador, verificamos que, ao nível de indicadores de realização física, há um quase cumprimento da totalidade das metas, com excepção do indicador “Rede viária intervencionada”. Ao nível dos resultados, as metas associadas aos indicadores “Alunos abrangidos por escolas intervencionadas” e “Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros” foram já cumpridas.

No que diz respeito aos indicadores comuns comunitários, refira-se que as áreas do Turismo e da Saúde não apresentam realização, pelo facto de não terem sido aprovados projectos com enquadramento no Eixo IV, nessas áreas, até 31.12.2009. Salienta-se que na fase de concepção do Programa, no mapa de Indicadores Comuns, apenas aparecem os Eixos Relevantes, não significando que outros eixos não possam contribuir para a alimentação dos Indicadores. Oportunamente, iremos alterar este mapa adaptando-o à realidade actual. De acordo com a Ficha do Indicador os factores para a contabilização dos projectos são a CAE e o Tema Prioritário, independentemente do Eixo.

A regulamentação específica de apoio a este Eixo Prioritário, em 31.12.2009 encontrava-se totalmente aprovada (vd. Anexo VI Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário).

No que respeita a apresentação de candidaturas, no ano 2009 foram apresentadas a co-financiamento do Eixo IV 20 candidaturas, envolvendo um investimento total de 61.563.771 euros (vd. Quadro 12). Das candidaturas apresentadas até 31.12.2009, 22 foram aprovadas, representando cerca de 65%, se tivermos em consideração o montante programado para o período do Programa para este Eixo (114.625.000 euros). O grau de admissibilidade, medido pela relação entre candidaturas admitidas e o universo das candidaturas apresentadas, foi de 100%. Todas as candidaturas encontravam-se já contratadas em 31.12.2009 (vd. Anexo VII Processo de selecção por Eixo Prioritário).

Ao efectuarmos uma análise até 31.12.2009 (vd. Quadro 13), o Eixo IV reflecte uma boa dinâmica dos beneficiários, ao apresentarem a co-financiamento 33 candidaturas, o que representa 16% do total do Programa. Esta dinâmica é mais evidente na Vertente de Intervenção “Infra-estruturas e equipamentos colectivos” com a apresentação de 24 candidaturas. A Vertente de Intervenção “Cooperação interregional” ainda não tem nenhuma candidatura.

No ano em análise, este Eixo apresentou resultados acima da média do Programa. Assim, este Eixo comprometeu 59% do montante fundo programado para o total do período de programação, o que contribuiu para que o Eixo apresentasse uma taxa de execução de 16%.

Quadro 42 Montantes Aprovados / Executados no Eixo IV 2009

Euros

Área de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2009 (AP)		Execução 2009 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	110.146.842	88.116.874	51.697.784	44.097.994	13.698.575	11.190.395	50%	13%	25%
Reabilitação Urbana e Rural	4.625.032	3.700.000	12.979.050	9.870.742	4.465.829	3.572.663	267%	97%	36%
Cooperação Interregional	125.000	100.000	0	0	0	0	0%	0%	0%
Total	114.896.874	91.916.874	64.676.834	53.968.736	18.164.404	14.763.058	59%	16%	27%

Este Eixo apresenta indicadores muito positivos, tanto a nível dos compromissos como de execução, fruto da aprovação de 8 projectos na Vertente de Intervenção “Reabilitação Urbana e Rural”, que apresenta uma taxa de compromisso na ordem dos 277% em relação ao Programado para esta Vertente.

Quadro 43 Montantes Aprovados / Executados no Eixo IV 2007-2009

Euros

Área de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2009 (AP)		Execução 2007-2009 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	110.146.842	88.116.874	65.396.616	52.317.292	14.856.250	11.885.000	59%	13%	23%
Reabilitação Urbana e Rural	4.625.032	3.700.000	13.452.050	10.249.142	4.465.829	3.572.663	277%	97%	35%
Cooperação Interregional	125.000	100.000	0	0	0	0	0%	0%	0%
Total	114.896.874	91.916.874	78.848.666	62.566.434	19.322.079	15.457.663	68%	17%	25%

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 44), constatamos a presença de 45% das candidaturas apresentadas no beneficiário “Administração Autónoma Regional” e 24% em “Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público”. Numa perspectiva de candidaturas aprovadas, verifica-se a mesma ordem, em que a “Administração Autónoma Regional” abrange 52% das candidaturas aprovadas e as “Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público” abrange 16%.

Quadro 44 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo IV

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	8	24%	4	16%
Administração Autónoma Regional	15	45%	13	52%
Administração Autónoma Local	3	9%	2	8%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	1	3%	1	4%
Empresa de média dimensão	1	3%	1	4%
Entidade Privada sem fins lucrativos	5	15%	4	16%
Total Eixo IV	33	100%	25	100%

No caso do Eixo Prioritário IV, não existe recurso a instrumentos de engenharia financeira.

3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No quadro de execução deste Eixo, para além dos confrangimentos referenciados nos pontos 2.3 e 2.4, sublinhe-se, embora não constituindo um problema significativo com a implementação do Eixo, nos termos regulamentares, os constrangimentos associados a algumas limitações e constrangimentos orçamentais que subsistem e que obstam, por vezes, a um desenvolvimento normal de alguns projectos da Administração Pública, considerando a importância que esta detém na execução do Eixo. A Autoridade de Gestão tem procurado junto das várias instâncias, sensibilizar para estes problemas, no sentido em que, os projectos financiados tenham um tratamento prioritário.

O relatório e parecer anual de auditoria apresentado pela Inspecção-Geral de Finanças à Comissão Europeia, em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis (n.º I, alínea d), subalínea (I) do Art.º 62.º do Regulamento (CE) N.º 1083/2006, do Conselho, e do n.º 2 do Art.º 18.º do Regulamento (CE) N.º 1828/2006, da Comissão), elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, conduziram à emissão de opiniões, sem reservas por desacordo, no sentido de que o respectivo sistema de gestão e controlo funcionou de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, consequentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade em todos os aspectos materialmente relevantes.

A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu à aceitação dos mesmos.

3.5. Eixo prioritário V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade

3.5.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Neste ponto apresentamos a informação relativa à execução física do Eixo Prioritário V, quer dos indicadores de Eixo (nos termos da alínea c) do n.º I do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006), quer os indicadores comuns comunitários.

Os indicadores físicos, de realização e de resultado, e correspondentes metas, estão previstos no texto do Programa, incluindo os indicadores comuns comunitários. Apresenta-se o respectivo ponto de situação da execução física do Eixo, sendo que a análise em específico dos progressos alcançados é efectuada no ponto seguinte.

Quadro 45 Realização Física do Eixo Prioritário V

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Empresas apoiadas	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	200	320		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Projectos destinados à prestação de serviços públicos	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	4	7		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Rede viária intervencionada	Realização Executada	0	0	2,52				
	Realização Contratada	0	2,52	2,52	0	0		
	Metas	-	-	-	3,65	3,65		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.				
Indicadores de Resultados		2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Grau de representatividade das micro e pequenas empresas	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	0				
	Metas	-	-	-	65%	65%		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Redução nos (sobre)custos de gestão de resíduos, decorrente de projectos apoiados	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	0				
	Metas	-	-	-	50%	50%		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Redução do tempo de viagem, decorrente de projectos apoiados	Realização Executada	0	0	0				
	Realização Contratada	0	0	80				
	Metas	-	-	-	83%	83%		
	Valor de Referência	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores Comuns Comunitários		2007	2008	2009	2010	2015	Total	
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	2. dos quais: homens	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	3. dos quais: mulheres	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
Transportes	13. Nº de projectos	Realização Contratada	0	0	1			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	2,52			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada	0	0	n.d.			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização Contratada	0	0	0			
		Valor de Referência	-	-	-	-	-	

3.5.2. Análise qualitativa

Este Eixo constitui o principal elemento inovador dos Programas Operacionais Regionais das Regiões Ultraperiféricas (RUP), não só no que concerne ao facto de terem sido afectos recursos específicos, como também por algumas especificidades próprias no que concerne à elegibilidade dos projectos, nomeadamente quanto a apoios ao financiamento.

No que respeita ao ano de 2009, apesar de não ter sido aprovado nenhum projecto, não deixou contudo de ser um ano extremamente importante para a concretização das candidaturas, nomeadamente as que virão a ser enquadradas no âmbito das despesas de funcionamento. Na realidade, estavam previstos apoios ao funcionamento, nomeadamente no contexto do serviço público de gestão e tratamento de resíduos, bem como no que respeita aos custos de ultraperiféricidade incorridos pelas empresas.

Em Dezembro de 2009, a Comissão Europeia autorizou a utilização da dotação adicional do FEDER para as RUP, no enquadramento da Compensação dos Sobrecustos e assegurando o financiamento do Regime de Auxílios ao Funcionamento para Pequenas e Médias Empresas (PME) na RAM. O Auxílio é concedido sob a forma de uma subvenção directa, sendo aplicável a projectos de investimento nos sectores da indústria, energia, ambiente, construção, transportes rodoviários e urbanos, armazenagem, turismo, informação e comunicação e serviços, e contempla elegibilidades relativas a custos salariais, custos de transporte marítimo e aéreo no território nacional e rendas de instalação e de equipamentos de produção.

Relativamente aos indicadores físicos, verifica-se que em 2009 o indicador “Rede Viária Intervencionada” atingiu já 69% da meta prevista. Os restantes indicadores não apresentam quantificação atendendo ao facto de até 31.12.2009 não terem sido aprovados projectos que contribuíssem para os mesmos.

Quanto ao indicador de resultado “Redução do tempo de viagem decorrente de projectos apoiados” o mesmo não apresenta execução à data, atendendo a que o único projecto aprovado neste Eixo, não se encontra ainda concluído. No entanto, considerando a quantificação prevista deste indicador em sede de candidatura, a meta a atingir deverá ser de 96%.

Dos seis indicadores comuns comunitários, somente os associados ao único projecto aprovado neste Eixo (Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava), apresentam realização (contratada).

A regulamentação específica de apoio a este Eixo Prioritário, em 31.12.2009, encontrava-se parcialmente aprovada, estando em falta a inerente à tipologia de operação “Sistema de Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiféricidade. Atendendo a este facto, ainda não foi possível a apresentação de candidaturas nesta tipologia.

Relativamente às restantes tipologias de operação, desde Dezembro de 2007 que a apresentação de candidaturas é possível (vd. Anexo VI Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário).

A candidatura aprovada no Eixo V insere-se na Vertente de Intervenção “Infra-estruturas e equipamentos públicos”, representando 49% do programado para esta Vertente e 24% do programado para o Eixo (vd. Quadro 46).

Quadro 46 Montantes Aprovados / Executados no Eixo V 2007-2009

Euros

Área de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2009 (AP)		Execução 2007-2009 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	66.324.674	33.162.337	0	0	0	0	0%	0%	0%
Infra-estruturas e equipamentos públicos	66.324.678	33.162.339	32.214.491	16.107.245	13.782.507	6.891.253	49%	21%	43%
Total	132.649.352	66.324.676	32.214.491	16.107.245	13.782.507	6.891.253	24%	10%	43%

A Vertente de Intervenção “Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas” não apresenta ainda dinâmica de aprovação, pois, a par das condicionantes que conferem pouca operacionalidade a esta dotação - em termos de ajudas ao funcionamento - a implementação deste instrumento deparou-se com alguns constrangimentos, na medida em que a concentração da intervenção a este nível incide no desempenho do tecido empresarial, presentemente caracterizado pelo entorpecimento, não apenas em termos de investimento, como também funcional, o que implicou repensar o instrumento de apoio que estava previsto.

Contudo, num contexto em que a taxa de execução do Programa se situa aquém dos 10%, registe-se que as despesas em infra-estruturas e equipamentos públicos, na área da Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade, evidencia um nível de execução de 49%.

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 47), é a “Administração Autónoma Regional” que apresenta maior representatividade, com 67% das candidaturas apresentadas e 100% das candidaturas aprovadas.

Quadro 47 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo V

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	1	33%	0	0%
Administração Autónoma Regional	2	67%	1	100%
Total Eixo III	3	100%	1	100%

O grau de admissibilidade, medido pela relação entre candidaturas admitidas e o universo das candidaturas apresentadas, foi de 100%. O prazo médio de decisão por parte da AG foi de 10 dias. Esta candidatura encontrava-se já contratada em 31.12.2009 (vd. Anexo VII Processo de selecção por Eixo Prioritário).

No caso do Eixo Prioritário V, não existe, tal como nos Eixos I, III, e IV, recurso a instrumentos de engenharia financeira.

3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

O Eixo V, em particular a Vertente de Intervenção Despesas de Funcionamento das Empresas, apresenta dificuldades, as quais derivam da agregação de tipologias de despesa até agora não elegíveis, designadamente as do Funcionamento, e a necessidade que a Autoridade de Gestão sentiu para criar um quadro de regras compatíveis com os objectivos do Eixo e, em alguns casos, compatíveis com os normativos existentes, designadamente em termos de concorrência, como foi o caso do Sistema de Incentivos ao Funcionamento.

Considerando a existência de uma candidatura em fase de análise, no âmbito da gestão de resíduos sólidos, apresentada pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, presume-se que tal permitirá ressarcir a Administração Regional de uma parte dos custos que incorre, com o objectivo de assegurar um preço mais equilibrado, ou menos desfasado, do que aquele que é praticado a nível nacional. A aprovação desta candidatura permitirá, no curto prazo, um aumento significativo da taxa de compromisso e de execução deste Eixo.

O relatório e parecer anual de auditoria apresentado pela Inspeção-Geral de Finanças à Comissão Europeia, em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis (nº 1, alínea d), subalínea (I) do Art.º 62.º do Regulamento (CE) N.º 1083/2006, do Conselho, e do nº 2 do Art.º 18.º do Regulamento (CE) N.º 1828/2006, da Comissão), elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, conduziram à emissão de opiniões, sem reservas por desacordo, no sentido de que o respectivo sistema de gestão e controlo funcionou de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, conseqüentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade em todos os aspectos materialmente relevantes.

A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu à aceitação dos mesmos.

4. Grandes projectos

Relativamente aos grandes projectos que estão enunciados a título indicativo no Programa (Quadro 48), as respectivas candidaturas não foram ainda objecto de formalização, não sendo expectável o acolhimento de nenhum destes projectos no decurso de 2010.

Quadro 48 Grandes projectos

Designação	Entidade Responsável	Montante Indicativo Custo Total (Mil Euros)
Via Expresso S. Jorge - S. Vicente	Secretaria Regional do Equipamento Social	171.000
Remodelação do aproveitamento hidroeléctrico da Serra de Água	Empresa de Electricidade da Madeira	37.500
Total		208.500

Não obstante tal facto, foi aprovado um projecto com enquadramento no artigo 39º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Junho. À luz deste Regulamento comunitário, é considerado um grande projecto qualquer operação de investimento com objectivos claramente identificados, que englobe um conjunto de trabalhos economicamente indivisíveis e com uma função técnica explícita, que envolva um custo total superior a 25 milhões de euros, no domínio do ambiente, e a 50 milhões de euros noutros domínios de intervenção.

Neste contexto, no âmbito do SI QUALIFICAR+ foi aprovado pela AG, em 2009, o projecto de “Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar”, tendo a preparação do procedimento de notificação à CE iniciado nesse ano (vd. Anexo VIII).

O projecto consiste na instalação de um centro de rastreio de satélites e fornecimento de capacidade satelitar e localiza-se na Zona Franca Industrial da Madeira.

A empresa Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda. contempla duas áreas de actuação: o rastreio de satélites e a comercialização de capacidade e serviços de telecomunicações por satélites. A primeira área estará dimensionada para permitir o controlo de 8 satélites a partir da Madeira, com possibilidade de aumentar este número. Os principais objectivos desta área são: Operar vários satélites da frota Eutelsat colocados mais a Oeste, o que é possível desde uma zona com uma posição geográfica vantajosa como a da Madeira; Diversificar os centros de controlo de satélites e Permitir a oferta de serviços de controlo a outros operadores de satélites.

No que concerne à comercialização de capacidade e serviços de telecomunicações por satélite, a empresa pretende, numa primeira fase, comercializar dois tipos diferentes de capacidade espacial, num total de 25 transpondedores: capacidade em banda “C” e em banda “Ku”.

Esta segunda área tem como principais objectivos: diversificar os centros de comercialização da capacidade espacial Eutelsat e abrir um novo centro de comercialização de capacidade que seja mais focalizado sobre determinados mercados Eutelsat, como por exemplo, o mercado africano, ou no que se refere à capacidade em banda “C”.

O investimento global previsto ascende ao montante de 86.127.000 euros, o qual contempla a realização dos projectos de arquitectura e engenharia, das obras de construção do edifício, a infraestrutura tecnológica, equipamento para o centro de rastreio e 25 transpondedores de satélite (10 banda C e 15 banda Ku).

Atendendo a que a aprovação deste projecto aconteceu no último trimestre de 2009, o mesmo ainda não apresenta execução financeira. A Eutelsat em 2009 iniciou a construção civil da plataforma terrestre revendo a sua conclusão para o primeiro semestre de 2010.

Quadro 49 Grande projecto aprovado

Eixo Prioritário	Designação	Entidade Responsável	Custo Total Previsto (Mil Euros)
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar	Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda.	86.127

5. Assistência técnica

A Assistência Técnica pretende financiar as actividades de preparação, de gestão, de acompanhamento, de avaliação, de informação e de controlo do Programa, bem como actividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa para a execução dos Fundos.

No decorrer do ano de 2009, não foram aprovadas candidaturas neste Eixo, mantendo-se assim, até 31.12.2009, duas candidaturas aprovadas, uma da responsabilidade do IDR e outra do Organismo Intermédio, com vista a cobrir as despesas decorrentes da actividade de implementação do Programa, no montante de 4.947.904 euros de despesa pública e 4.205.718 euros de fundo, conforme demonstra o Quadro 15, o que corresponde a uma taxa de compromisso de 65%.

A candidatura da responsabilidade do IDR, pretendeu abranger as acções a desenvolver nos anos 2007 a 2010, sendo consideradas para efeitos de elegibilidade, todas as despesas assumidas nestes anos e cujos pagamentos se efectuem até 31 de Março de 2011.

A concretização destas acções destina-se, fundamentalmente, a assegurar as necessárias condições logísticas e humanas da Estrutura de Apoio Técnico (EAT) responsável pela gestão, coordenação e acompanhamento do Programa, bem como, pela área do controlo e apoio à Autoridade de Gestão.

Procura-se, igualmente, assegurar a adaptação e a manutenção do Sistema de Informação (SIGMA QREN) de apoio à gestão do Programa.

Este projecto abrange, também, a contratação de serviços de consultoria para o desenvolvimento de estudos e diagnósticos no âmbito do PO e em domínios que permitam potenciar outras intervenções.

Por fim, prevêem-se desenvolver acções de informação e publicidade da Intervenção Operacional, que consistem basicamente na divulgação dos apoios previstos às diferentes medidas do Programa, participação em feiras e noutros eventos semelhantes, promoção de seminários e conferências, criação de material promocional.

A candidatura apresentada pelo Organismo Intermédio integra um conjunto de despesas consideradas essenciais para que o OI possa otimizar a intervenção que lhe foi atribuída e que está formalizada no respectivo contrato celebrado com a Autoridade de Gestão.

No ano de 2009, foram efectuadas e pagas pelo Programa, no âmbito da Assistência Técnica, despesas no valor de 1.305.558 euros, como se pode verificar no Quadro 3 Eixos prioritários por fonte de financiamento.

Pese embora este Eixo assumir uma taxa de compromisso considerável face ao financiamento programado, 65%, a taxa de execução situa-se apenas nos 14% (vd. Quadro 17), com a execução a atingir o montante de 1.084.483 euros de despesa pública e 921.810 euros de fundo. O baixo nível de execução deveu-se ao facto de estarmos em presença de projectos plurianuais, por um lado, e por atrasos verificados, por outro, nomeadamente na contratação de técnicos, na conclusão do estudo de Avaliação do Programa Intervir+ e na renovação do parque informático do IDR.

6. Informação e divulgação

O Instituto de Desenvolvimento Regional, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Operacional Intervir+, tem como uma das suas responsabilidades assegurar a ampla divulgação das intervenções deste Programa, visando uma cobertura mediática através do uso das mais diversas formas e métodos de comunicação.

Assim, e dando seguimento ao Plano Estratégico de Comunicação (PEC) dos Programas Operacionais da RAM (versão aceite pela Comissão Europeia a 10 de Junho de 2008 - CCI2007PTI62PO002), o ano de 2009 caracterizou-se com base num conjunto de actividades integradas na segunda fase operacional deste Plano designada por “Consolidação e Relançamento”, consolidação quanto à notoriedade da marca e relançamento no que toca ao refreshment dessa notoriedade.

Antes de mais, salienta-se as grandes acções de informação anual desenvolvidas em 2009 pela Autoridade de Gestão, de acordo com o Regulamento Comunitário (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro, artigo 7º. Foram elas as acções Street Show, Mural Digital e Suplemento Anual do Espaço Global que são desenvolvidas neste ponto.

A implementação das medidas de Informação e Publicidade (I&P) teve em consideração as recomendações do Estudo da Avaliação e Monitorização do PEC sobre as acções desenvolvidas em 2008. Destas recomendações destacam-se as seguintes:

- A vontade expressa pelos entrevistados em conhecer melhor os Programas levou a AG a considerar a necessidade de criar, para além de mecanismos inerentes à notoriedade, outros mecanismos que permitam um esclarecimento mais abrangente acerca do âmbito e destinatários destes Programas;
- A Comunicação destinada ao público em geral deveria ser delineada numa linguagem acessível, mais próxima e mais clara quanto aos eixos de intervenção dos Programas;
- Em todos os targets foi notória a apetência para saber mais através de “histórias” e/ou “casos de sucesso”. O recurso a “casos reais” começa a ser possível com o avanço temporal da implementação dos Programas, sendo consideradas uma mais-valia a vários níveis: materializa as áreas de acção, aproxima as Marcas de todos os públicos-alvo, reforça a transparência dos actores e dos Programas e é igualmente um veículo de difusão junto dos media;
- No que diz respeito aos suportes de Comunicação, a Internet é considerada um instrumento chave para a divulgação e ampliação do conhecimento acerca da Marca Intervir+ - para grande parte dos públicos entrevistados, este é um meio por excelência onde se procura e aprofunda saberes. Sendo o actual sítio web totalmente apropriado aos stakeholders e (potenciais) beneficiários, é importante criar uma plataforma com idêntica adequação para a opinião pública - um espaço próprio que dê a conhecer em termos gerais o Programa recorrendo à gramática web 2.0;
- Outro território que ponderado como relevante são os locais de ensino. A perspectiva de futuro da Marca, o interesse actual e prospectivo destes públicos e o seu potencial de difusão pedem um reforço da sua presença que pode ser alcançado recorrendo a práticas actuais - conferências, etc. - e com as acções temáticas previstas para o próximo ano - ‘Mural Digital’ e ‘Mergulhar Lá e Plantar Cá’;
- Ainda, em termos formais, é importante dar um maior destaque na Comunicação dos símbolos das entidades intervenientes - RAM e UE -, no intuito de reflectir os valores que ancoram a Marca à Região e que fazem acreditar.

Assim, tendo em consideração estas recomendações, as Medidas tomadas em matéria de I&P sobre o Programa Intervir+ foram as seguintes:

a. Acções de Informação e Publicidade do PEC

Estas acções estão divididas em acções estruturantes, que possuem uma acentuação informativa e em acções temáticas, que apostam na interacção entre as pessoas e as instituições, com vista a gerar uma inter-motivação dos actores sociais.

a.1. Acções Estruturantes:

■ **Sítio web** - reformulado em finais de 2009 com um novo layout e funcionamento (mais simples e mais leve). Esta reformulação contemplou um conjunto de ferramentas e de potencialidades de acordo com a web 2.0 (uma nova geração da Internet), com um ambiente online mais dinâmico. Nesta nova versão foi criado um Banco de Imagens de Projectos considerados como promissores de boas práticas (seleccionados no 1º semestre de 2009 pelas entidades envolvidas na Gestão do PO) - sendo actualizado anualmente - e a inserção do vídeo de apresentação do Programa. Quanto à atenção às pessoas com necessidades especiais (em particular à deficiência visual), o sítio web possui um conjunto de ferramentas que lhes possibilite ouvir o texto. Quanto à versão em inglês, está prevista para 2010 com a tradução das Páginas estáticas.



A Página do Programa Intervir+ - www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/ - sempre actualizada, com especial destaque para as aprovações dos projectos, publicações, relatórios, anúncios de abertura dos concursos para a apresentação de candidaturas e a lista de beneficiários.

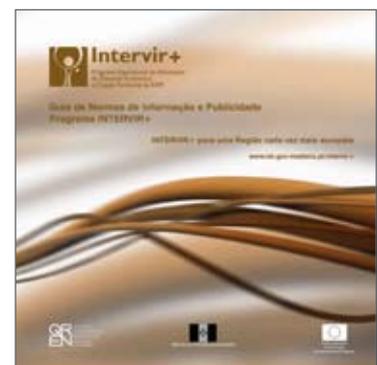
Quanto ao número de visitas à Página do Programa Intervir+ e tendo em conta que a contagem à Página apenas foi possível a partir de Setembro de 2008, poder-se-á considerar que houve um aumento da média de visitas em relação ao ano de 2008 (com média de 32 visitas por mês - tendo em conta os últimos 4 meses do ano), com uma média de 235 visitas por mês em 2009.

Quadro 50 Visitas ao sítio web - Página Rumos

Anos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	421	421
2008 (*)	535	441	533	526	472	379	341	231	21	20	62	24	3585
2009	240	225	298	218	254	263	194	185	221	272	270	180	2820

(*) A partir de Setembro de 2008 foi possível a contagem por Programa

- **SIGMA** - Através do Sistema Integrado de Gestão da Madeira, o sistema funcionou com normalidade tendo sido apresentadas, por via online, as candidaturas ao Programa Intervir+.
- **Guia de Normas de Informação e Publicidade** - disponível na Página web do Programa Intervir+ desde 30 de Abril de 2008, foi editado 500 exemplares em 2009, tendo sido distribuído às entidades beneficiárias deste Programa e ao OI (Instituto de Desenvolvimento Empresarial).



- **Newsletter** - com periodicidade trimestral, foi distribuída em suporte papel 500 exemplares por edição (Março N° 24, Junho N° 25, Setembro N° 26 e Dezembro N° 27) e divulgada em suporte digital para 244 entidades do sector público e privado da Região. Esta publicação ganhou uma nova imagem a partir da edição N° 26 do mês de Setembro e encontra-se também acessível no sítio web da Autoridade de Gestão.



- **Lista dos Beneficiários** - publicada no JORAM (Jornal Oficial da RAM) e no sítio web do Programa Intervir+. A Lista é actualizada trimestralmente (Março, Junho, Setembro e Dezembro). A sua divulgação tem sido feita nas sessões informativas nas escolas, nos anúncios publicitários (jornais e revistas) e na exposição de rua na Semana da Europa.

- **Materiais publicitários e de merchandising** - à semelhança dos anos transactos, foram distribuídos vários produtos na exposição da semana da Europa (Street Show no Funchal), nas sessões informativas sobre os Programas Operacionais nos vários estabelecimentos de ensino da RAM e em reuniões de trabalho.

- Produtos adquiridos nos anos anteriores e distribuídos em 2009: flyers (um relativo ao Eixo I “Educação e Formação” e outro ao Eixo II “Emprego e Coesão Social”), bloco de notas, marcador de livros, esferográficas, lápis e lanyards.

- Produtos adquiridos e distribuídos em 2009: guarda-chuvas, t-shirt’s, USB’s tipo pulseira e tapete de rato (este último ilustrado com imagens de projectos considerados como promissores de boas práticas).



- **Anúncios Publicitários** - foram criados com imagens de operações co-financiadas pelo FEDER e com pessoas que efectivamente estavam envolvidas nas acções (investigação, património, energias renováveis, conservação da natureza e criação de empresas). Nestes anúncios deu-se destaque ao endereço da Página web do Programa Intervir+, aos seus conteúdos e à referência da lista de beneficiários. Estes anúncios, dirigidos aos potenciais beneficiários e ao público em geral, foram divulgados nos mais variados meios de comunicação, a designar:

Imprensa Escrita Regional (Diário Cidade, Jornal da Madeira e Tribuna da Madeira):



[Diário Cidade - 11.5.2009]

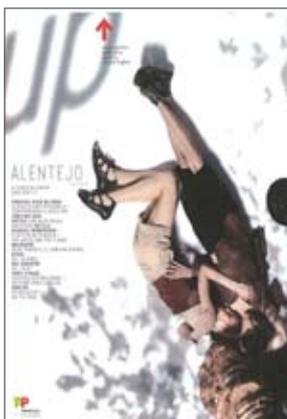


[Jornal da Madeira - 11.06.2009]



[Tribuna da Madeira - 25.07.2009]

- **Revistas das transportadoras aéreas da TAP e da SATA:**



[UP - Agosto.2009]



[Azorean Spirit - Novembro.2009]



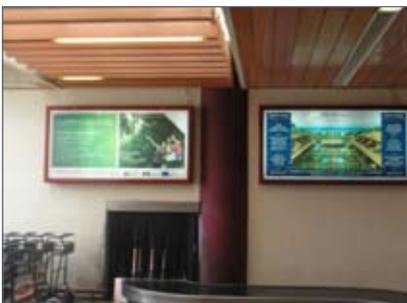
- **RTP-Madeira** (de 18 de Maio a 31 de Novembro, foi divulgado o vídeo promocional feito para o lançamento do Programa com a duração de um minuto):



- **Transporte Público** (autocarro a circular em todas as freguesias do Concelho do Funchal durante o primeiro semestre de 2009):



- **Mupi's dos Aeroportos da Madeira e do Porto Santo:**



[Aeroporto do Porto Santo]



[Aeroporto da Madeira]

- **Painéis Electrónicos de Rua** (localizados em três pontos estratégicos na baixa da cidade do Funchal: em frente ao Mercado dos Lavradores, na Av. Arriaga e na Rua Dr. Brito Câmara ao lado do C.C. Dolce Vita).



■ **Artigos e Press Releases nos Órgãos de Comunicação Social**

Imprensa Escrita



[Jornal da Madeira - 4.06.2009]



[Jornal da Madeira - 23.09.2009]



[Jornal da Madeira - 11.05.2009]



[Diário de Notícias - 28.09.2009]

RTP-Madeira e Rádios regionais e locais - Notícias sobre as aprovações de projectos do Programa Intervir+ e sobre a Comissão de Acompanhamento.

Em Anexo, poderá ser consultado o Anexo XV Acções de Informação e Publicidade - 2009.

“**Best of na TV**” - Este projecto foi substituído pelo projecto “Objectivo 2013”.

“**Objectivo 2013**” na Rádio TSF - É um programa da TSF em parceria com a Rede de Comunicação do QREN, no qual o Programa Intervir+ faz parte. Este Programa representa um novo espaço de informação e visa informar adequadamente o público sobre as oportunidades oferecidas pelo QREN e dar a conhecer, em concreto, quem são os beneficiários dos seus Programas Operacionais e no que consistem as iniciativas apoiadas. Cada programa tem uma duração de 3 minutos e começou a ser emitido a partir de Outubro de 2009 em toda a Rede da TSF (Nacional e Regional), de segunda a sexta-feira às 12h50 e às 20h15, com um compacto semanal aos sábados, depois das 14 horas, e permanentemente em www.tsf.pt.

[CEIM - Dr^a Patrícia Dantas Caires - Entrevista realizada a 28.09.2009]

Quanto ao Programa Intervir+, foram transmitidos os seguintes:

12.10.2009 - Apresentação do Programa Intervir+.

13.10.2009 - 3D Whale do Município de Machico.

14.10.2009 - Recuperação Urbanística do Concelho do Porto Moniz da ADERAM.

15.10.2009 - RS4E - Road Show for Entrepreneurship do CEIM (Centro de Empresas e Inovação da Madeira).

16.10.2009 - Unidade de tratamento de resíduos de lavagem de lamas da Cortpedra - Extracção e Comércio de Pedra.

17.10.2009 - Compacto semanal do Programa Intervir+.

Para aceder aos programas transmitidos:

http://tsf.sapo.pt/programas/programa.aspx?content_id=1355095



[CEIM - Dr^a Patrícia Dantas Caires - Entrevista realizada a 28.09.2009]



[Cortpedra - Eng.º Nuno Serrado - Entrevista realizada a 29.09.2009]

Serviço Clipping - Resultados 2009

No âmbito da Rede de Comunicação QREN, este serviço, prestado pela empresa Cision - Global Media Intelligence, abrange não só o QREN como cada Programa Operacional. No Programa Intervir+, foram analisadas as notícias publicitadas nos vários órgãos de comunicação social tal como refere o Quadro 51. Neste quadro poder-se-á constatar que a TSF é o OCS que apresenta o valor mais elevado (em termos de determinação do valor monetário das notícias) de Net AEV (Advertising Equivalent Value), facto que se prende com a emissão do Programa “Objectivo 2013”, seguida dos jornais regionais da Madeira.

Quadro 51 Órgãos de Comunicação Social 2009

OCS	AEV Favorável	AEV Desfavorável	Net AEV
TSF	23.465 €		23.465 €
RTP Madeira	5.151 €		5.151 €
Diário de Notícias da Madeira	3.537 €		3.537 €
Jornal da Madeira	1.476 €		1.476 €
Antena 1	303 €		303 €
Jornal de Negócios	147 €		147 €
Transportes em Revista	104 €		104 €
Diário Cidade	86 €		86 €
OJE	45 €		45 €
Atlântico Expresso	0 €	194 €	-194 €

Quanto à evolução mensal, Quadro 52, o mês de Outubro é o que representou maior valor de Net AEV, decorrente da rubrica “Objectivo 2013” da TSF. O mês de Maio também registou um valor de Net AEV significativo, decorrente de uma reportagem na RTP-Madeira (Telejornal Madeira) sobre os fundos comunitários destinados à Madeira. O mês de Junho acabou por ficar com um Net AEV ligeiramente negativo devido à notícia veiculada no Expresso Atlântico, que critica a taxa de execução do QREN e dos seus programas, tendo-se registado um AEV mais expressivo do que a restante informação. No mês de Julho não houve qualquer registo sobre o Programa Intervir+. De referir que, de acordo com a metodologia CISION, a informação equilibrada insere-se no AEV Favorável por considerar que, excepto nos casos de assuntos negativos, a notoriedade na Comunicação Social é sempre importante e desejada.

Quadro 52 Evolução Mensal 2009

Mês	AEV Favorável	AEV Desfavorável	Net AEV
Janeiro	59 €		59 €
Fevereiro	1.626 €		1.626 €
Março	138 €		138 €
Abril	442 €		442 €
Maio	6.005 €		6.005 €
Junho	179 €	-194 €	-14 €
Julho	0 €		0 €
Agosto	595 €		595 €
Setembro	8.180 €		8.180 €
Outubro	15.666 €		15.666 €
Novembro	307 €		307 €
Dezembro	1.162 €		1.162 €

- **Hastear da bandeira da União Europeia** - dia 9 de Maio. Esta acção foi complementada com uma Exposição de Rua (Street Show tal como refere o PEC), de 9 a 15 de Maio, sobre os vários Programas Operacionais, entre os quais mereceu destaque o Programa Intervir+.

a.2. Acções Temáticas:

■ Mural Digital:

O Mural Digital, referido no anterior Relatório de Execução, destina-se aos alunos do 9º ano de escolaridade (3º ciclo), secundário e, ainda, ao ensino técnico-profissional. Esta acção é considerada como uma das grandes acções de informação anual sobre o Programa Intervir+, direccionada aos Jovens.

A interface do Mural está disponível na Página do Programa Rumos desde Setembro de 2009. O arranque deste projecto ocorreu no dia 15 de Setembro com uma Sessão de Apresentação direccionada aos representantes e docentes dos 42 estabelecimentos de ensino indicados pela Direcção Regional de Educação (DRE).

Para a operacionalização do projecto “Mural Digital”, foram desenvolvidas, a partir de 12 de Outubro, Sessões Informativas (em formato de conferência) sobre os Programas Operacionais, dos quais faz parte o Programa Intervir+. Estas Sessões, direccionadas aos alunos dos estabelecimentos de ensino, abordaram os objectivos do Programa, o tipo de acções que apoia, os montantes envolvidos (inclui o apoio da UE através do FEDER), o link de acesso ao Programa, imagens de alguns projectos e a respectiva identificação e, ainda, a Lista de Beneficiários.

Até finais de 2009 foram abrangidas 17 escolas (o equivalente a 40,48% de cobertura do parque escolar da RAM indicado pela Direcção Regional de Educação (DRE), 1158 alunos e 80 docentes, num total de 23 sessões, tal como indica o Quadro 53.



[Página Inicial do Mural Digital - com blocos alusivos às mensagens inseridas pelos jovens]



[Sessão de Apresentação do Projecto Mural Digital - 15.09.2010]

Quadro 53 Mural Digital - Escolas abrangidas Outubro a Novembro de 2009

Nome da Escola	Concelho	Nº de Sessões	Nº de alunos	Nº de Professores	Grau de Escolaridade
Escola Secundária Dr. Ângelo A. Silva	Funchal	1	24	3	Secundário
Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco	Funchal	1	100	5	9º Ano + Secundário
Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Horácio Bento Gouveia	Funchal	1	35	2	9º Ano
Escola Básica 2º e 3º Ciclos de São Roque	Funchal	1	50	1	9º Ano
Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Torre	Câmara de Lobos	3	98	7	9º Ano
Escola Básica e Secundária do Carmo	Câmara de Lobos	2	43	4	9º Ano + Secundário
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	1	68	3	9º Ano
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal	Machico	1	40	4	9º Ano
Escola Básica e Secundária do Porto Moniz	Porto Moniz	1	6	4	9º Ano + Secundário
Escola Básica e Sec. Prof.Dr. Francisco de F. Branco, Porto Santo	Porto Santo	1	60	5	9º Ano + Secundário
Escola Básica 23 Cônego João Jacinto G. Andrade (Campanário)	Ribeira Brava	1	62	2	9º Ano
Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel F. Cabral	Santana	1	32	2	9º Ano + Secundário
Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr.º Alfredo F.N. Júnior (Camacha)	Santa Cruz	1	31	2	9º Ano
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniço	Santa Cruz	1	69	5	9º Ano
Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade	São Vicente	4	215	16	9º Ano + Secundário
Direcção Regional da Qualificação Profissional	Funchal	1	115	10	Ensino Profissional
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo	Funchal	1	110	5	Ensino Profissional
Total: 17 Estabelecimentos de Ensino		23	1158	80	



[Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco - 13.10.2009]



[Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel F. Cabral - 30.10.2009]



[DRQP - 11.11.2009]



[EPHTM - 12.11.2009]

Estima-se que a realização destas sessões ocorra, na sua maioria, no primeiro período de cada ano lectivo.

Até 31 de Dezembro do corrente ano foram inseridas cinco mensagens e até a data da preparação dos contributos do presente relatório (31 de Março de 2010), foram já inseridas trinta e quatro mensagens.

Quadro 54 Mensagens Inseridas no Mural Digital

Título da Mensagem	Mensagem	Nome(s) do(s) aluno(s)	Ano de Escolaridade	Turma	Escola	Data de inserção
Mural Digital	Dá novos rumos à tua vida intervindo+ no mural digital	Juliana Soares e Fátima Gonçalves	9º	B	Básica 2º e 3º Ciclos Cónego João J. G. Andrade (Campanário)	04-11-2009
Desemprego	Deviam gastar menos dinheiro em caminhos novos e investir em soluções de desemprego, e soluções de emprego para os jovens que estudam e tiram licenciaturas.	Wilson José Silva Abreu	9º	B	Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Torre	26-11-2009
Museu da Baleia	O Museu da Baleia foi um grande investimento da União Europeia para a Região Autónoma da Madeira, porque assim, revemos o passado histórico da caça à baleia	Mário Moreira e José Nicolau	9º	2	Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal	04-12-2009
Museu da baleia e os túneis	O Museu da Baleia traz benefícios para o Caniçal, como para toda a ilha da Madeira, pois traz mais turistas. Os túneis e as vias rápidas trazem benefícios para a sociedade, pois fazem os seus serviços mais rápido e deslocam-se mais vezes para os outros lugares.	Marina Patricia Nunes Dos Santos	9º	2	Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal	04-12-2009
Mural Digital	Nós, os alunos do 9º da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniçal, queremos agradecer ao Programa Intervir+ e ao Programa Rumos por tudo o que tem fornecido. Todas as infra-estruturas são indispensáveis ao nosso dia-a-dia. Também queríamos agradecer por modernizar mais a nossa freguesia (Caniçal) e torná-la mais turística. Com os melhores cumprimentos Elsa e Filipe 9º2	Elsa e Filipe	9º	2	Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal	04-12-2009

O acesso ao Mural Digital pode ser feito através da Página do Programa Rumos (no campo Mural Digital) ou através do link: <http://muraldigital.gov-madeira.pt/>.

“Mergulhar LÁ e Plantar CÁ”:

É mais um projecto integrado no capítulo do Programa Rumos, do PEC, que visa incentivar os alunos do ensino técnico-profissional a recorrer à Web com o objectivo de procurarem as melhores ideias e experiências que outras regiões europeias usam e exploram LÁ, para as reconverter em aplicações criativas e inovadoras aplicáveis CÁ na Madeira. Dos nove estabelecimentos de ensino profissional convidados e indicados pela DRQP, dois demonstraram disponibilidade em participar neste projecto: Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP) e a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (EPHTM).

À semelhança do Mural Digital, o arranque deste projecto deu-se através de Sessões Informativas, onde se abordou o Programa Rumos (sessões em simultâneo com o projecto Mural Digital). Prevê-se que até finais de Maio possam ser recepcionadas algumas propostas de projectos de negócio que possam ser implementados CÁ na Madeira. Até 31 de Dezembro estiveram envolvidos 225 formandos e 15 formadores, de acordo com o Quadro 55.

Quadro 55 Mergulhar LÁ e Plantar CÁ - Ensino Profissional

Nome da Escola	Concelho	Nº de Sessões	Nº de alunos	Nº de Professores
Direcção Regional da Qualificação Profissional	Funchal	1	115	10
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo	Funchal	1	110	5
Total: 2 Estabelecimentos de Ensino		2	225	15

■ **Exposições:**

Exposições Empresariais

Apesar do Estudo do impacto das acções do PEC referir que a participação nas Exposições Empresariais mereceram uma elevada notoriedade transversal a todos os targets inquiridos, por considerarem estes espaços de referência para publicitação e informação, a Autoridade de Gestão decidiu não participar nas exposições empresarias da Região (Expomadeira, Expo Porto Santo e FIC) no ano de 2009.



[Exposição de Rua - Semana da Europa (9 a 15 de Maio de 2009)]

Street Show - Exposição de Rua na Semana da Europa

Esta actividade é considerada outra das grandes acções de informação anual do Programa Intervir+, direccionada ao público em geral. Na Semana da Europa, de 9 a 15 de Maio, à semelhança do ano transacto, realizou-se uma exposição de rua numa das zonas mais centrais da cidade do Funchal (Largo da Restauração), próximo da sede do Governo Regional, por ser uma das áreas com maior fluxo de circulação de pessoas, de acordo com o sugerido pelo Estudo do PEC.

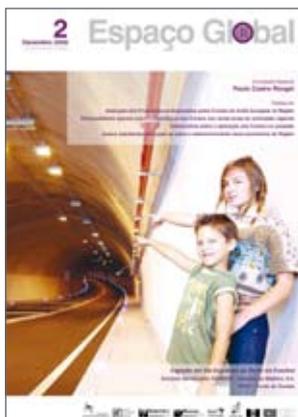
Nos dias 9 e 10 de Maio, esta exposição esteve integrada na “XX Feira do Pão Regional”, por ser um evento que atrai muitos madeirenses e turistas. Na exposição foi apresentado um expositor com três painéis sobre o Programa Intervir+ (objectivo do Programa, tipo de acções que apoia, o sítio web e os seus conteúdos, com destaque para a Lista de Beneficiários e a indicação de resultados).

Durante os primeiros dois dias da exposição houve a oportunidade de ser prestado alguns esclarecimentos e distribuído material de merchandising (esferográficas, tapetes de rato, lápis e Newsletter).

■ **Suplemento Anual - Espaço Global N° 2**

O Espaço Global é também considerado como uma das grandes acções de informação anual do Programa Intervir+, tendo em conta a abrangência do target. Nesta edição, passa-se a dar destaque ao ponto de situação da execução dos Programas co-financiados pela UE com aplicação na Região, entre os quais o Programa Intervir+, aos Opinion Leaders, aos projectos identificados como promissores de boas práticas, aos testemunhos de pessoas que, pelas suas vivências e experiência, nos dão uma retrospectiva do modo como, no passado, foi levada a cabo a implementação dos Programas, e aos Jovens que, através dos seus depoimentos e com base nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos durante o período escolar, transmitem a sua visão sobre a realidade regional.

A sua distribuição (num total de vinte e oito mil exemplares), realizou-se no mês de Dezembro de 2009, da seguinte forma: como encarte no Jornal da Madeira (treze mil exemplares) e no Diário de Notícias da Madeira (treze mil exemplares); nas Lojas do Cidadão do Funchal e do Porto Santo; nos Aeroportos da Madeira e do Porto Santo; nas Câmaras Municipais (onze municípios) e nas Juntas de Freguesia (cinquenta e quatro Juntas); nos estabelecimentos de ensino do 3º ciclo, secundário e profissional; Bibliotecas; Organismos Intermédios; Entidades Públicas Regionais, Nacionais e Comunitárias; e, aos visitantes do Instituto de Desenvolvimento Regional.



■ Conferência de Imprensa

A Conferência não se efectivou nos moldes previstos, tendo, no entanto, sido concedidas entrevistas à comunicação social no âmbito da realização da Comissão de Acompanhamento.

Prestação de esclarecimentos

De acordo com as orientações do PEC, tem sido prestado um serviço de fornecimento de informação, esclarecimentos e de encaminhamento aos potenciais e finais beneficiários sobre os apoios do Programa Intervir+, quer por via correio electrónico (através da sua inscrição no Site), quer por via telefone e presencial.

Os assuntos mais abordados foram sobre o tipo de acções que o Programa apoia; quais as entidades a contactar para a apresentação de candidaturas; e sobre como aplicar as regras de I&P.



b. Participação na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN

A participação na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN, com vista a operacionalizar o Plano de Comunicação do QREN, materializou-se em 2009 através das seguintes acções:

- Participação ao longo do ano nas reuniões de trabalho da Rede;
- Seminário QREN - Abril de 2009 - na preparação dos conteúdos para o cartaz sobre o Programa Rumos;
- Serviço de Clipping do QREN Vs PO's;
- Contributos para o Relatório Estratégico Nacional de 2009 - selecção de projectos de acordo com os temas propostos e preenchimento das fichas de identificação;
- Programa de Rádio na TSF "Objectivo 2013" - selecção de projectos, preparação das fichas de identificação dos projectos seleccionados, cronograma das entrevistas e divulgação;
- Suplemento OJE - indicação de projectos de boas práticas;
- Contributos para a participação na Rede INFORM;
- Contributos para o Encontro Anual entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão dos PO FEDER e Fundo de Coesão 2007-2013.



c. Estudo do Impacto das Acções de Informação e Publicidade do PEC - 1º Balanço da Fase Qualitativa

No momento da realização deste Relatório, apenas podemos apresentar o 1º balanço da fase qualitativa do estudo.

c.1. Quanto à 'Opinião Pública em Geral', salienta-se o seguinte:

• Neste target prevalece indistintamente a convicção do papel central dos Fundos Comunitários no desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira e assinala-se, actualmente, uma diminuição do seu fluxo. Contudo, tal como na pesquisa do ano passado, esta diminuição perceptiva é também assumida como uma compreensível menor visibilidade das intervenções - agora já não tão centradas em grandes obras públicas mas em acções mais intangíveis que têm como destinatários pessoas e empresas;

• A opinião geral de menor atribuição de verbas pela União Europeia parece ser ainda sustentada por uma questão

conjuntural - a diminuição global de verbas financeiras a chegarem à região, independentemente da sua origem. Esta ideia está muito presente e este ano poderá ter ainda sido reforçada pela coincidência temporal do trabalho de Campo com a apresentação do Orçamento de Estado e todo o debate à volta da Lei das Finanças Regionais;

- Quanto ao grau de notoriedade do Programa Intervir+, e comparativamente com o Programa Rumos, continua com menores índices de notoriedade, o que é à partida expectável tendo em conta os seus destinatários directos e âmbitos de aplicação;

- Este target assume a existência clara de uma visão de futuro para a Madeira e estão convictos que os Fundos Comunitários estão a ser aplicados em áreas estratégicas;

- Sobre os materiais e acções de informação e publicidade em estudo:

- Há um menor recall dos anúncios televisivos e das acções de comunicação em geral face ao ano de 2008;

- A linha de comunicação de 2009, patente nos anúncios de imprensa e publicidade exterior, é avaliada muito positivamente. Considerada como uma “evolução natural” relativamente à do ano anterior, mais do que despertar atenção/conquistar notoriedade, supriu também um défice sentido de informação através da “descodificação” dos eixos de intervenção e clarificação dos destinatários do Programa Operacional;

- Ainda, quanto ao novo registo comunicacional, outra mais-valia assinalada, e que contribui para a maior receptividade e potencial de impacto, é a “proximidade” que desperta - manifesta no reconhecimento dos locais, projectos e pessoas que ilustram os PO (inequivocamente na e da Madeira).

c.2. Relativamente aos ‘Mediáticos’ e ‘Institucionais Públicos e Privados (representam os Beneficiários do Programa)’ destaca-se o seguinte:

- Nestes segmentos, mais que convicção, existe o conhecimento fundamentado dos Fundos e Programas Operacionais que a RAM usufruiu/usufrui e dos respectivos esforços financeiros e intervenção do Governo Regional e das entidades regionais - considerada muito positiva;

- Os entrevistados, maioritariamente pertencentes à elite social e empresarial da RAM, comungam de um sentimento de urgência e de necessidade de acção imediata de aproveitamento dos Programas Operacionais em curso face ao fim assinalado do actual Quadro de Referência Estratégico Nacional. Contudo, do conhecimento que têm do tecido empresarial madeirense, defendem que a referida urgência e necessidade está mais concentrada nas empresas de maior dimensão, existindo assim um défice de conhecimento que pode conduzir a um não total aproveitamento dos Programas no âmbito do QREN;

- Sugestões apresentadas:

- Manutenção das sessões públicas de Apresentação/Esclarecimento sobre os programas em curso, porém preferencialmente de cariz sectorial - com uma especialização para determinadas áreas e sectores de actividade;

- Enfatizar o papel dos intermediários - como as Associações Empresariais / Profissionais, Gabinetes de Contabilidade e a própria Banca - capitalizando o seu maior Conhecimento, Proximidade e Confiança. Estes agentes deverão ser considerados interlocutores preferenciais e pretende-se o contínuo desenvolvimento da relação de cooperação com as entidades gestoras e promotoras dos PO, nomeadamente através da divulgação de informação actualizada em permanência (como verbas já alocadas/ainda disponíveis, prazos candidaturas, etc.) ou até de estratégias conjuntas de comunicação para melhor alcançar os destinatários e potenciais beneficiários destes PO.

c.3. Avaliação Global das Acções de Informação e Publicidade

As Acções de Informação e Publicidade, tal como apresentadas no Quadro 56, são globalmente muito positivas e representam uma evolução face à avaliação do ano transacto.

Quadro 56 Avaliação Global das Acções de Informação e Publicidade

Acções/ Target	Potencial de Impacto				Relevância				Adequação ao target				Compreensão			
	OP	M	I	B	OP	M	I	B	OP	M	I	B	OP	M	I	B
Spots TV (RTP Madeira)	+	+	+	+	++	+	+	++	++	+	+	+	+	++	++	++
Publicidade Imprensa	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	++	++	++
Artigos Imprensa	±	++	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	++	++	++
Revista Espaço Global	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	++	++	++
Newsletters	--	++	++	++	-	++	++	++	--	++	++	++	±	++	++	++
Publicidade exterior	+	±	±	±	+	+	+	+	++	+	+	+	+	++	++	++
(Mupi's + Painéis electrónicos)																
Publicidade exterior (Autocarro)	+	±	±	±	±	-	-	-	++	-	-	-	±	+	+	+
Semana da Europa (Street Show)	++	±	±	±	++	±	±	±	++	-	-	-	+	++	++	++
Material Merchandising	+	±	±	±	±	±	±	±	+	++	++	++	±	++	++	++
Sessões Informativas	-	++	++	++	±	++	++	++	-	++	++	++	±	++	++	++
Sítio Web	±	++	++	++	++	++	++	++	-	++	++	++	+	++	++	++
Candidaturas NET		++	++	++		++	++	++		++	++	++		++	++	+
Projecto Mural Digital	+	-	-	-	++	+	+	+	+	--	--	--	++	++	++	++
Projecto Mergulhar Lá e Plantar Cá	+	-	-	-	++	+	+	+	+	--	--	--	++	++	++	++

Legenda:

Target: OP (Opinião Pública); M (Mediático); I (Institucional - Beneficiários do sector Público e Privado dos Programas RUMOS e INTERVIR+); B (apenas os Beneficiários do Programa RUMOS Eixo II).

Classificação: de elevada (+) a reduzida (-).

A maior progressão foi relativa à Opinião Pública, cujas acções a que estão mais expostos sofreram alterações significativas. Neste segmento, apesar da intangibilidade e complexidade dos temas, conteúdos mais informativos das acções actuais que auxiliam à sua compreensão e apreensão, vieram contrariar a apatia com que normalmente é recebida a comunicação institucional.

Os resultados dos segmentos Mediático, Institucional dos sectores público e privado e os Beneficiários (do Eixo II do Programa Rumos), não obstante as sugestões que apresentaram, são, quanto às acções já existentes, muito satisfatórios e revelam a sua forte adequação a estes segmentos. Refere-se que os Beneficiários do Eixo II do Programa demonstraram muito interesse em receber também informações acerca do Programa Intervir+ e outros que eventualmente possam ter aplicação à área que desenvolvem.

Os Projectos Mural Digital e Mergulhar Lá e Plantar Cá, fruto da especificidade dos seus públicos-alvo e contextos de comunicação, apresentam avaliações distintas consoante o target, que no entanto em nada afectam o seu mérito e adequação aos seus destinatários primários e preferenciais (alunos do ensino Básico, Secundário e Profissional).

Comparativamente com o estudo anterior, para o cômputo geral mais positivo os maiores contributos decorrem das mudanças ao nível da publicidade (exterior, imprensa e televisão), da revista Espaço Global e do próprio decurso do tempo, uma vez que a consolidação da notoriedade destes Programas impactou positivamente na atenção que lhes é dedicada.

Para concluir, poder-se-á destacar três aspectos importantes:

- As acções de I&P desenvolvidas em 2009 tiveram em consideração as recomendações do Estudo realizado sobre as acções do PEC desenvolvidas em 2008;
- Foi manifesta a necessidade de mais divulgação junto do tecido empresarial sobre os apoios, com o envolvimento das Associações Empresariais / Profissionais, Gabinetes de Contabilidade e a própria Banca;
- Finalmente, a linha de comunicação de 2009 foi avaliada muito positivamente, já que mais do que despertar atenção/conquistar notoriedade, supriu também um défice sentido de informação através da “descodificação” dos eixos de intervenção e clarificação dos destinatários do Programa Intervir+.

Para aceder ao Estudo na íntegra, este encontrasse acessível na Página do Programa - www.idr.gov-madeira.pt/intervir+ - no campo “Informação e Publicidade”.

7. Conclusões e previsões para 2010

Uma vez ultrapassados os condicionalismos iniciais do Programa, inclusive os relativos à certificação de despesa, foi possível à AG promover as condições para que o Programa entrasse por fim em velocidade cruzado e revelasse um comportamento positivo durante o ano de 2009.

A informação sistematizada no presente Relatório evidencia uma recuperação acentuada do desempenho financeiro do Programa traduzida na melhoria notória dos níveis de compromisso globais e dos principais Eixos, na ampliação das áreas de intervenção com projectos aprovados e no aumento dos ritmos de realização e despesa.

Em concreto, os indicadores de 2009 reflectem uma clara melhoria do ritmo de execução física e financeira do Programa em relação ao ano transacto (2008). Em termos de Fundo, a taxa de compromisso passou de 10,1% para 45% e a taxa de execução de 1,9% para 10%, resultante de uma dinâmica verificada ao nível dos beneficiários e das condições propiciadas pelo Programa (o n.º de projectos aprovados verificou um incremento substancial - de 24 para 103 projectos). O ritmo imprimido alimentou, assim, de forma extremamente significativa os indicadores de realização e de resultados do Programa, na respectiva consecução dos objectivos e metas delineados.

No contexto de um Programa Operacional Regional, e de uma região ultraperiférica, com as alterações, principalmente programáticas, que se verificaram em relação ao período de programação anterior e com as dificuldades, resultantes, em parte, do actual contexto de crise, ainda assim, é de relevar a melhoria evidenciada no volume de projectos aprovados (e da própria dimensão média), bem como o crescimento acentuado do volume de investimento aprovado, com valores médios de investimentos nos Eixos I e II que são significativos, por confronto com os verificados para as mesmas Vertentes de Intervenção até 31.12.2008.

Este impulso nas dinâmicas de compromisso do Programa, que apontam para uma maior consolidação da trajectória de implementação, revela-se especialmente expressiva nos principais Eixos Prioritários (I, II e IV), abrangendo domínios-chave de intervenção tanto na dimensão da inovação e competitividade da base económica regional, como na qualificação do território com infra-estruturas em aglomerados populacionais. Registe-se ainda em 2009 a aprovação de projectos em domínios de intervenção que ainda não haviam sido cobertos.

Este alargamento das áreas de intervenção, significando um maior ajustamento ao espectro de domínios de intervenção do Intervir+, ocorreu numa fase caracterizada pela persistência da crise económica, com forte impacto nas dinâmicas de iniciativas e investimento empresarial, tanto da parte das empresas existentes, como de outras em fase de lançamento de actividade, mas abrangendo também (pelos constrangimentos orçamentais conhecidos) os organismos da Administração Pública.

Esse comportamento positivo não invalida que o padrão de desempenho, acumulado a 31.12.2009, em termos de execução e realizações, se apresente aquém do programado, situação para a qual concorreram vários constrangimentos, referenciados ao longo do Relatório, e aos quais se poderá destacar pelas implicações nos ritmos de operacionalização dos Eixos Prioritários do Programa, os seguintes: (i) a aprovação tardia da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo no início de 2009, mais de um ano após a aprovação do PO; (ii) a adaptação regulamentar, da Gestão e das entidades beneficiárias, a instrumentos de intervenção caracterizados pela selectividade e focalização em prioridades exigentes, contrastando com maior flexibilidade e abrangência do padrão de ajudas anterior.

A AG vem acompanhando as dificuldades no terreno da execução do investimento aprovado, que se revelam mais notórias nas áreas de intervenção em que predominam promotores privados (p.e., Incentivos Directos e Indirectos às Empresas). As áreas de intervenção dos Eixos II, IV e V apresentam indicadores de realização mais consentâneos com o ciclo de vida dos projectos e as necessidades de concretização dos resultados. Destaque-se as medidas implementadas no âmbito do relançamento dos Sistemas de Incentivos, no final do ano, de forma a tornar estes instrumentos mais atractivos e flexíveis e a melhor responder às necessidades e expectativas do tecido empresarial num contexto de crise financeira internacional. As alterações mais significativas referem-se às condições de acesso dos promotores e do projecto, bem como à natureza e intensidade do incentivo a conceder, com as quais se perspectiva dinamizar a tão necessária procura de “sequência” (expressa nas dinâmicas de contratação e execução do projectos aprovados).

Neste contexto, os níveis de execução registados passados dois anos de efectiva implementação do Programa impõem contudo uma atenção particular às condições em que os mesmos se verificam. Em termos de perspectivas de implementação para 2010 e em concreto sobre os constrangimentos com que o Programa perspectiva vir a confrontar-se a nível do seu enquadramento externo, considerou-se oportuno relevar aqui os resultados preliminares do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa, pois num contexto macroeconómico adverso como o descrito no ponto 2.4. Mudanças no Contexto da execução do Programa Operacional, a Autoridade de Gestão comunga da visão da Equipa de Avaliação da Operacionalização do PO, a qual, no seu Relatório Preliminar da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+,

perspectiva que o primeiro semestre de 2010 venha a ser (e citamos) "... marcado pela necessidade de encontrar um novo equilíbrio na resposta coordenada das principais economias mundiais aos desafios da recuperação da economia global, sendo que é incerto se não terá de haver já alguns sinais claros de maior exigência nas escolhas de alocação de fundos públicos, quer na evidenciação dos balanços económicos e sociais entre custos e benefícios nos projectos de investimento público directo, quer numa maior selectividade nos projectos privados que beneficiam de apoio público ou na alteração das formas de apoio público ao investimento empresarial.

Com efeito, tanto para a generalidade dos PO do QREN, como para o Programa Intervir+, a ocorrência cumulativa das componentes mais negativas deste cenário pode revelar-se altamente problemática, porque, num contexto de contracção do investimento privado, a maior exigência e a acrescida selectividade nas decisões de apoio financeiro, como condição para alcançar maior eficiência na produção de resultados, confronta-se com o desafio correspondente à necessidade de executar em maior volume e mais depressa os fundos disponíveis, sob pena de entrar em incumprimento das regras de programação temporal dos recursos.

Neste cenário, é percepção da Equipa de Avaliação de que os resultados obtidos na fase inicial da implementação do PO foram (e continuarão provavelmente a ser nos próximos anos) marcados por esta severa alteração nas condições em que irá intervir.

A crise (...) que moldou inexoravelmente todo o ano de 2009 e moldará seguramente 2010 e 2011, apresenta-se como a uma crise global não só na sua dimensão territorial, isto é, envolvendo toda a economia mundial, como na sua própria dimensão económica, isto é, envolvendo a esfera financeira e a esfera real, exprimindo problemas conjunturais e estruturais e exigindo mudanças e correções muito para além da simples "afinação" da regulação.

Não só o ritmo de crescimento da economia se inverteu (e deverá permanecer em níveis muito baixos por algum tempo, pelo menos em economias que revelem menor capacidade de adaptação e [de] resposta à nova envolvente global), o que significa uma diminuição severa dos mercados potenciais para onde novas actividades económicas se podem orientar, como os modos de funcionamento [dos] mercados financeiros se alteraram profundamente, provocado uma brusca contracção na disponibilidade e no custo do acesso ao crédito, tornado o investimento mais difícil de concretizar.

Se ainda é incerto qual o novo modelo de regulação dos mercados financeiros no médio prazo, não parece difícil aceitar que haverá algum retorno para modelos mais conservadores de avaliação do risco e para formas mais exigentes de avaliação dos instrumentos de criação de liquidez e de multiplicação do crédito, que estiveram na base do iminente colapso com que o sistema financeiro global se viu confrontado. Deve ter-se em conta que a recuperação das imparidades que persistem no sistema financeiro ainda deverá manter-se por mais alguns anos.

A dinamização e atracção de novas actividades económicas torna-se assim um objectivo mais difícil de concretizar, quer pelo aumento do risco contextual e específico, quer pela escassez de meios de financiamento.

No mesmo sentido, o profundo impacto nas actividades tradicionais, criando dificuldades generalizadas ao tecido empresarial existente, torna muito mais sensível a arbitragem na alocação dos escassos recursos disponíveis no PO entre a sustentação e requalificação das empresas existentes - sem as quais se erode o essencial da coesão social e económica da Região, mas que necessitam igualmente de acelerar processos e requalificação como forma de poderem assegurar a sua sobrevivência num contexto competitivo mais exigente - e o financiamento de novas iniciativas diferenciadoras e potencialmente transformadoras da realidade económica da [RAM]...".

Com efeito, a perspectiva de futuro próximo - no que à implementação das intervenções operacionais na RAM diz respeito - incorpora algumas condicionantes de relevo, tanto no domínio da conjuntura internacional e nacional, como na esfera regional.

Os desequilíbrios nas contas públicas de muitos Estados-Membros, decorrentes, em parte, das intervenções estatais dirigidas à mitigação dos efeitos da crise internacional - estímulos fiscais e reforço dos apoios sociais - e o aumento significativo da dívida soberana condicionam o investimento público, na emergência de consolidação orçamental, e o acesso ao financiamento para fazer face à contrapartida interna dos investimentos públicos apoiados pelos Fundos Comunitários, dadas as revisões em baixa das notações atribuídas à dívida soberana de vários Estados-Membros da União Europeia (UE), incluindo Portugal.

A este enquadramento acresce a necessidade de consolidação orçamental e o carácter urgente da reposição do equilíbrio das contas públicas nacionais, que conduziram ao compromisso de implementação de medidas de austeridade orçamental, formalizadas nos Planos de Estabilidade e Crescimento dos vários Estados-Membros. O contexto determina, por conseguinte, o adiamento e a ponderação de investimentos particularmente pesados em termos financeiros.

Para além do impacto que a presente realidade tem nos investimentos à escala regional, a RAM deparou-se com uma grave intempérie natural, que resultou na forte destruição de infra-estruturas essenciais ao normal funcionamento da actividade económica. A urgente reposição das infra-estruturas danificadas e o apoio às vítimas do temporal de 20 de Fevereiro de

2010 afiguram-se pois prioridade absoluta para o Governo Regional da Madeira, que deverá canalizar - com recurso a apoio financeiro comunitário e nacional para o efeito - todos os meios disponíveis possíveis à sua regularização.

Neste sentido, o primeiro semestre de 2010 acarretará com certeza um conjunto de medidas com impacto sobre o contexto de desenvolvimento do Programa, com a consequente análise da coerência da Decisão vigente e a ponderação dos termos da eventual revisão do mesmo.

Assim, mais do que alterações ao texto do Programa, será fundamental equacionar alterações à programação financeira adequando-a aos compromissos que terão que ser assumidos no contexto atrás referenciado. Naturalmente, que alguns projectos a serem apoiados enquadrar-se-ão num contexto de maior prevenção de riscos, nomeadamente os relacionados com intempéries.

No que concerne a projectos que são expectáveis apoiar no decurso de 2010, perspectiva-se a elevação da taxa de compromisso para níveis superiores a 70%, salientando-se pelo seu impacto e carácter estrutural as operações na área de produção de energia, nomeadamente as que irão introduzir significativas mais valias, tanto na produção através de recursos renováveis, como também na utilização de combustíveis não fósseis. São projectos de grande dimensão e com carácter estratégico, de vital importância para a Região, que, por si só, proporcionarão uma alteração sensível da taxa de compromisso.

Relativamente à execução, a AG tem concentrado esforços, em articulação com vários organismos da Administração Pública, no sentido de priorizar de forma manifesta todos os projectos que auferem de apoio comunitário, nomeadamente com os organismos com responsabilidade no Orçamento e Finanças da Região. Crê-se com esta orientação minimizar os constrangimentos financeiros que são esperados para 2010 e que se perspectiva terem uma forte repercussão ao nível da capacidade de execução da Administração Pública. Inclusive, já em finais de 2009, a Autoridade de Gestão efectuou adiantamentos aos beneficiários cuja repercussão se perspectiva implicará uma subida significativa da taxa de execução.

Assim, e mesmo tendo em linha de conta todas essas dificuldades, contamos imprimir um ritmo de execução que, no mínimo, não ponha em causa o cumprimento da meta estabelecida pelos normativos regulamentares, e que a Regra “N+3” constitui o elemento mais decisivo em matéria de execução.

Apresentamos de seguida uma síntese das actividades mais relevantes em termos operacionais a desenvolver ao nível da gestão e acompanhamento, para 2010, com impactos positivos esperados quanto ao ritmo da execução e ao cumprimento de objectivos do Programa.

No que concerne, em particular, aos Sistemas de Incentivos, e decorrente do relançamento dos Sistemas de Incentivos, será alterada toda a regulamentação específica associada aos mesmos (Guia do formulário de candidatura, Guia do Beneficiário, o Guia de Pedido Pós Contratação, etc.), exercício que deverá terminar no primeiro semestre de 2010. Inclusive, com a efectiva implementação do SI Funcionamento, em 2010, serão criados todos os dispositivos necessários à sua correcta interpretação e operacionalização.

Um apontamento sobre a descrição do sistema de gestão e controlo (SGC) (Compliance Assessment) do Programa Intervir+ (aceite pela CE a 3 de Abril de 2009, em cumprimento das disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006), a qual será objecto da necessária actualização, quer por via das alterações/ajustamentos da regulamentação específica atrás referida, quer de outros ajustamentos que a prática de implementação do Programa justifique. Perspectiva-se concluir o exercício de actualização da Descrição do SGC no final do mês de Agosto, com o respectivo envio à Autoridade de Certificação e Auditoria.

Ao nível do sistema de informação, terminados os grandes desenvolvimentos referentes ao ciclo de vida dos projectos, importa, no decorrer de 2010, uma vez já definidas e estabilizadas as normas e protocolos de comunicação por parte do IFDR, substituir as soluções de contingência, pelas soluções definitivas.

Numa primeira fase, pretende-se substituir os actuais mecanismos de monitorização mensal e da gestão de devedores, baseados em folhas de cálculo extraídos do sistema, pela utilização de web services para a transmissão de dados entre os sistemas de informação da Autoridade de Gestão e do IFDR.

Num segundo momento, prevê-se operacionalizar os web services, referente a Grandes Projectos.

Quadro 57 Adaptações SIGMA/QREN 2009

Actividades	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Mapas de Monitorização												
Gestão de Devedores (Web Services)												
Grandes Projectos (Web Services)												
Mapas de Apoio à Gestão												
Operações de Manutenção preventiva e evolutiva												

No âmbito destas operações de manutenção, prevê-se ainda introduzir algumas melhorias no âmbito dos sistemas de Gestão Documental, SIGMA/EIS e lançar uma nova versão, que vise melhorar a imagem do interface utilizado pelos beneficiários, designado por Bolsa de Candidaturas.

No que respeita à Certificação de Despesas, espera-se que em 2010 seja cumprida a meta da Regra “N+3”, como referido atrás, permitindo desta forma afastarmos o espectro de perda líquida do Programa. Para isso, é imperioso que a execução entre em “velocidade de cruzeiro”, gerando montantes de despesa susceptíveis de serem certificados.

Quadro 58 Previsão de pedidos de pagamentos intermédios para 2010

Unidade: Euros

Pedidos de Pagamento a efectuar em 2010			
Eixo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	3.125.000	3.125.000	2.500.000
Eixo II	4.062.500	4.062.500	3.250.000
Eixo III	2.250.000	2.250.000	1.800.000
Eixo IV	19.375.000	19.375.000	15.500.000
Eixo V	16.250.000	16.250.000	13.000.000
Eixo VI	1.401.081	1.401.081	1.120.865
Total Programa	46.463.581	46.463.581	37.170.865

No que respeita ainda à função gestão, e considerando em particular que a realização de verificações no local visa promover e assegurar a eficiente gestão dos recursos públicos, regionais e comunitários, atribuídos às entidades beneficiárias e de lhes facultar as orientações e esclarecimentos necessários ao bom cumprimento das regras comunitárias, nacionais e regionais estabelecidas, gerais e específicas, contribuindo desta forma para uma maior eficiência na gestão das operações e na prossecução do objectivo do Programa Operacional e dos seus Eixos Prioritários:

- As verificações das operações continuarão a ser efectuadas por técnicos dos serviços do IDR (Núcleo de Acompanhamento e Controlo), no entanto, de forma a garantir a certificação atempada da despesa executada e assegurar uma amostra de operações o mais abrangente possível e representativa dos projectos aprovados, será iniciado um procedimento de contratação de auditores externos para a realização de verificações no local;
- A Unidade responsável (Unidade de Controlo) procederá periodicamente à selecção das operações, tendo por base os critérios descritos no manual de procedimentos, sendo a amostra da operação a verificar no local, no mínimo, 50% da despesa executada validada.

Em relação à função avaliação cometida à AG, perspectiva-se para o final do primeiro semestre de 2010 a conclusão do exercício de avaliação em curso: Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+, com a entrega do Relatório Final do Estudo.

Tendo por base o princípio da resposta obrigatória às recomendações que advenham da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+, reforçando a sua orientação para a acção, a Autoridade de Gestão, após conclusão deste exercício, pronunciar-se-á sobre as mesmas, no ano em questão, com vista à sua viabilidade e operacionalização. As recomendações que vierem a ser aceites serão objecto de procedimento de follow-up durante o ano 2010. A AG irá igualmente apresentar as conclusões à CA no sentido da sua análise, em especial as de carácter estratégico.

Por fim, uma nota relativa a Informação e Publicidade, pretendendo-se para 2010, em termos de acções divulgação, informação e publicidade dar continuidade ao Plano Estratégico de Comunicação e seguir a linha implementada em 2009, apostando cada vez mais numa linguagem mais acessível e com registos mais apelativos, através da aproximação de um modelo de escrita jornalística, e na qualidade da imagem gráfica. Irá haver um esforço na divulgação de casos de sucesso, dando preferência a relatos pessoais.

Glossário de Siglas

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AG	Autoridade de Gestão
AC	Autoridade de Certificação
BCE	Banco Central Europeu
CA	Comissão de Acompanhamento
CE	Comissão Europeia
CGO	Comissão Governamental de Orientação
CTC	Comissão Técnica de Coordenação
DRE	Direcção Regional de Educação
EAT	Estrutura de Apoio Técnico
FBCF	Formação Bruta Capital Fixo
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FSE	Fundo Social Europeu
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDR	Instituto de Desenvolvimento Regional
IDE-RAM	Instituto de Desenvolvimento Empresarial
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IFDR, IP	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP
IGFSE, IP	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, IP
JORAM	Jornal Oficial da Madeira
MAC	Madeira, Açores e Canárias
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas
OI	Organismo Intermédio
PCD	Pedido de Certificação de Despesas
PDES	Plano de Desenvolvimento Económico e Social
PEC	Plano Estratégico de Comunicação
PGA	Plano Global de Avaliação
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PCT	Programa Cooperação Transnacional
PO	Programa Operacional
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
p.p.	Pontos percentuais
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira
PROMAR	Programa Operacional Pescas
RAM	Região Autónoma da Madeira
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SIGMA	Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos
RUP	Região Ultraperiférica
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UG	Unidade de Gestão
VAB	Valor Acrescentado Bruto





Anexos

Anexo I Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais

Ref ^a Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)	
				Executada	Contratada	Executada	Contratada
Agenda Factores de Competitividade							
ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	4	38		
ICN - Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I				
ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	605.137	8.070.103		
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	597.369	7.223.817		
ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	3	19		
ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I		5		
ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia				
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia				
ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável				
ICN - Anual-005	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto				
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto				
ICN - Anual-006	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto				
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto				
ICN - Anual-007	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto				
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto				
ICN - Anual-008	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto				
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto				

Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME Sistema de Incentivos à Inovação Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME Sistema de Incentivos à Inovação Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME Sistema de Incentivos à Inovação Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME Sistema de Incentivos à Inovação Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME Sistema de Incentivos à Inovação Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME Sistema de Incentivos à Inovação Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Sistema de Incentivos à Inovação Sistemas de Incentivos do Proconvergência Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)	
				Executada	Contratada	Executada	Contratada
ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME	0	462		
ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira	0	462		
ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco	0	0		
ICN-Tri-006 (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	0	3.842.643,62		
	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	0	3.481.532,24		
ICN - Anual-012	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	597.000		
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	597.000		
ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Acções Colectivas	0	30		
ICN - Anual-014	Realização	Euros	Investimento total nas Acções Colectivas	0	32.728.428,70		
			Investimento elegível nas Acções Colectivas	0	23.506.864,39		
ICN - Anual-015	Realização	m2	Área infra-estruturada nos Parques de C&T	0	0		
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas	0	0		
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial	0	17.938		
ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projectos pilotos de eficiência energética	n.a	n.a		
ICN - Anual-017 (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projecto	n.a	n.a		
	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projecto	n.a	n.a		
ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	0	0		
ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	n.e	n.e		
ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	n.e	n.e		
ICN-AAE-003	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.a	n.a		
ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	n.a	n.a		
Agenda Valorização do Território							
ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/rectificada	0	3,5		
ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada	n.a	n.a		

Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; SAESCTN Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
	Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE, Eixo II) Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii) SAESCTN - tipologias a) ii)
	Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Sistema de Apoio a Accões Colectivas - SIAC Regulamentação Específica do Intervir +
	Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE - Eixo 2) Regulamentação Específica do Proconvergência Regulamentação Específica do Intervir +
	Regulamento Específico "Energia"
	Regulamento Específico "Energia"
	Regulamento Específico "Energia"
	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA Regulamentação Específica do Proconvergência Regulamentação Específica do Intervir +
	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA Regulamentação Específica do Proconvergência Regulamentação Específica do Intervir +
	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA Regulamentação Específica do Proconvergência Regulamentação Específica do Intervir +
	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA Regulamentação Específica do Proconvergência Regulamentação Específica do Intervir +
	Regulamento Específico Mobilidade Territorial Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes Regulamento Específico Mobilidade Territorial

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)	
				Executada	Contratada	Executada	Contratada
ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	0	25		
ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	0	24		
ICN - Anual-018	Realização	nº	ETARs construídas	0	0		
ICN - Anual-019	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano	n.a	n.a		
ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	0	0		
ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	0	0		
ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.a	n.a		
ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.a	n.a		
ICN-Tri-013	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral	0	0		
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos	0	2		
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental	0	0		
ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	0	0		
ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana	n.e	n.e		
ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	n.e	n.e		
ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	0	10.650		
ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	0	133.271		
ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	n.e	n.e		
ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	n.e	n.e		
ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	n.e	n.e		

Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira Regulamento do PROCONVERGÊNCIA Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira Regulamento do PROCONVERGÊNCIA Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira Regulamento do PROCONVERGÊNCIA Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos Regulamento do PROCONVERGÊNCIA Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos Regulamento do PROCONVERGÊNCIA Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos Regulamento do PROCONVERGÊNCIA Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados Regulamento do PROCONVERGÊNCIA Regulamento Específico do Programa INTERVIR + (só para as "operações")
	Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados Regulamento do PROCONVERGÊNCIA
	Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais e Materiais Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)	
				Executada	Contratada	Executada	Contratada
ICN-Tri-014	Resultado	nº	Equipamentos sociais	0	1		
		nº	Equipamentos desportivos	0	1		
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	0	2		
		nº	Unidades de saúde	0	0		
ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais	0	1500		
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos	0	8000		
		nº	População abrangida abrangidas por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	0	64550		
		nº	População abrangida por unidades de saúde	0	0		
ICN-AAE-018	Resultado	%	Varição na taxa de desvio de RUB para aterro	n.e	n.e		
ICN-AAE-023	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	n.e	n.e		
ICN-AAE-024	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	n.e	n.e		
ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	n.e	n.e		
Agenda Potencial Humano							
ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	0	6		
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1		
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1		
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	0	0		
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1		
ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1050		
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	0	300		
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1260		
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	0	0		
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	0	332		

Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
	Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos Regulamento Específico Saúde
	Regulamento Específico Saúde – LVT Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos Regulamento Específico Saúde
	Regulamento Específico Saúde – LVT Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos Regulamento do PROCONVERGÊNCIA Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais e Materiais Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

Anexo II Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário

Eixo Prioritário / Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)			
	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento / Custo total	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário
Programa Intervir+	449.952.603	449.952.603	320.549.004	307.990.626	207.789.320	199.292.536	145.599.053
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	43.740.834	43.740.834	34.992.667	108.773.286	27.336.386	23.151.638	17.135.887
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	11.865.834	11.865.834	9.492.667	92.935.807	11.894.991	7.710.243	4.829.954
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	20.000.000	20.000.000	16.000.000	6.943.484	6.618.849	6.618.849	5.292.079
Modernização Administrativa	11.875.000	11.875.000	9.500.000	8.893.996	8.822.546	8.822.546	7.013.854
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	61.840.233	61.840.233	49.472.186	55.500.969	48.240.085	44.066.767	32.733.311
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	25.902.733	25.902.733	20.722.186	13.086.029	12.019.549	7.846.231	3.923.116
Envolvente empresarial	35.937.500	35.937.500	28.750.000	42.414.940	36.220.536	36.220.536	28.810.196
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	89.178.251	89.178.251	71.342.601	16.283.197	16.063.070	16.063.070	12.850.456
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	54.115.751	54.115.751	43.292.601	14.425.000	14.250.000	14.250.000	11.400.000
Riscos naturais e tecnológicos	18.125.000	18.125.000	14.500.000	1.858.197	1.813.070	1.813.070	1.450.456
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	16.937.500	16.937.500	13.550.000	0	0	0	0
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	114.896.874	114.896.874	91.916.874	88.338.503	78.987.385	78.848.666	62.566.434
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	110.146.842	110.146.842	88.116.874	68.976.190	65.535.335	65.396.616	52.317.292
Reabilitação urbana e rural	4.625.032	4.625.032	3.700.000	19.362.314	13.452.050	13.452.050	10.249.142
Cooperação interregional	125.000	125.000	100.000	0	0	0	0
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	132.649.352	132.649.352	66.324.676	34.146.766	32.214.491	32.214.491	16.107.245
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	66.324.674	66.324.674	33.162.337	0	0	0	0
Infra-estruturas e equipamentos públicos	66.324.678	66.324.678	33.162.339	34.146.766	32.214.491	32.214.491	16.107.245
Eixo VI - Assistência Técnica	7.647.059	7.647.059	6.500.000	4.947.904	4.947.904	4.947.904	4.205.718
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	7.647.059	7.647.059	6.500.000	4.947.904	4.947.904	4.947.904	4.205.718

Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)	Indicadores financeiros (Fundo) %				
Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
45.929.339	45.522.847	31.928.311	39.657.758	45%	10%	22%	27%	124%
1.387.253	1.147.744	835.730	753.912	49%	2%	5%	4%	90%
686.752	447.244	285.942	309.842	51%	3%	6%	6%	108%
464.560	464.560	371.648	371.648	33%	2%	7%	7%	100%
235.940	235.940	178.140	72.422	74%	2%	3%	1%	41%
10.333.353	10.166.370	7.806.122	10.773.947	66%	16%	24%	33%	138%
1.256.896	1.089.914	544.957	684.843	19%	3%	14%	17%	126%
9.076.457	9.076.456	7.261.165	10.089.104	100%	25%	25%	35%	139%
19.665	19.665	15.732	128.963	18%	0%	0%	1%	820%
0	0	0	0	26%	0%	0%	0%	0%
19.665	19.665	15.732	128.963	10%	0%	1%	9%	820%
0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%
19.322.079	19.322.079	15.457.663	18.212.615	68%	17%	25%	29%	118%
14.856.250	14.856.250	11.885.000	13.982.521	59%	13%	23%	27%	118%
4.465.829	4.465.829	3.572.663	4.230.094	277%	97%	35%	41%	118%
0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%
13.782.507	13.782.507	6.891.253	8.482.763	24%	10%	43%	53%	123%
0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%
13.782.507	13.782.507	6.891.253	8.482.763	49%	21%	43%	53%	123%
1.084.483	1.084.483	921.810	1.305.558	65%	14%	22%	31%	142%
1.084.483	1.084.483	921.810	1.305.558,45	65%	14%	22%	31%	142%

Anexo III Aprovações e execução por NUT III

Eixo Prioritário / Vertente de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	CT	DP	Fundo	CT	DP	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional								
FEDER								
Fundo de Coesão								
NORTE								
Minho-Lima								
Cávado								
Ave								
Grande Porto								
Tâmega								
Entre Douro e Vouga								
Douro								
Alto Trás-os-Montes								
CENTRO								
Baixo Vouga								
Baixo Mondego								
Pinhal Litoral								
Pinhal Interior Norte								
Dão-Lafões								
Pinhal Interior Sul								
Serra da Estrela								
Beira Interior Norte								
Beira Interior Sul								
Cova da Beira								
ALENTEJO								
Alentejo Litoral								
Alto Alentejo								
Alentejo Central								
Baixo Alentejo								
ALGARVE								
RAA								
RAM	109	207.789.320	199.292.536	145.599.053	45.929.339	45.522.847	31.928.311	22%
Multi-região Convergência								
Não regionalizável								

Anexo IV Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores			
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)				
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas	Realização Executada	Realização Contratada	
		Metas	Valor de Referência	
		Projectos de Inovação/IDT	Realização Executada	Realização Contratada
			Metas	Valor de Referência
	Empresas participantes em projectos de Inovação/IDT		Realização Executada	Realização Contratada
		Metas	Valor de Referência	
		Projectos na área da Sociedade da Informação	Realização Executada	Realização Contratada
	Metas		Valor de Referência	
	Empresas apoiadas		Realização Executada	Realização Contratada
			Metas	Valor de Referência
		Instrumentos de engenharia financeira	Realização Executada	Realização Contratada
			Metas	Valor de Referência
N.º de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)	Realização Executada		Realização Contratada	
	Metas	Valor de Referência		
	Nº de projectos de infra-estruturas ambientais	Realização Executada	Realização Contratada	
		Metas	Valor de Referência	
Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais		Realização Executada	Realização Contratada	
		Metas	Valor de Referência	
	Projectos de prevenção e gestão de riscos	Realização Executada	Realização Contratada	
Metas		Valor de Referência		
Actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental		Realização Executada	Realização Contratada	
	Metas	Valor de Referência		
	Projectos na área dos transportes	Realização Executada	Realização Contratada	
		Metas	Valor de Referência	
Projectos na área da cultura e lazer		Realização Executada	Realização Contratada	
		Metas	Valor de Referência	
	Estabelecimentos de ensino intervencionados	Realização Executada	Realização Contratada	
Metas		Valor de Referência		
Rede viária intervencionada		Realização Executada	Realização Contratada	
		Metas	Valor de Referência	
	Projectos de reabilitação urbana e rural	Realização Executada	Realização Contratada	
Metas		Valor de Referência		

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
0	0	0							-
0	0	1	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	3	-	-	-	-	5	-
n.a.	n.a.	0							-
0	1	8							-
0	1	8	0	0					-
-	-	-	20	-	-	-	-	50	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	0							-
0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	16	-	-	-	-	40	-
n.a.	n.a.	0							-
0	1	6							-
0	1	7	0	1					-
-	-	-	10	-	-	-	-	30	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	463							-
0	3	490	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	250	-	-	-	-	500	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	0							-
0	0	2	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	1	-	-	-	-	2	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	0							-
0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	0	-	-	-	-	1	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	1							-
0	0	1	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	2	-	-	-	-	3	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	1							-
0	0	1	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	2	-	-	-	-	5	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	2							-
0	0	2	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	1	-	-	-	-	2	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	0							-
0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	155	-	-	-	-	200	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	2							-
0	0	2	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	2	-	-	-	-	3	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	3							-
0	0	3	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	2	-	-	-	-	6	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	7							-
0	1	9	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	1	-	-	-	-	2	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	0,98							-
0	0	0,98	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	15	-	-	-	-	15	-
n.a.	n.a.	0							-
0	2	8							-
0	2	8	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	1	-	-	-	-	2	-
n.a.	n.a.	0							-

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores					
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Empresas apoiadas	Realização Executada	Realização Contratada			
		Metas	Valor de Referência			
		Projectos destinados à prestação de serviços públicos	Realização Executada	Realização Contratada		
			Metas	Valor de Referência		
	Rede viária intervencionada		Realização Executada	Realização Contratada		
			Metas	Valor de Referência		
		Indicadores de Resultados				
		Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Investimento alavancado em Inovação/IDT(em milhões de euros)	Realização Executada	Realização Contratada	
	Metas			Valor de Referência		
	Actividades resultantes de projectos de Inovação/IDT em consórcio			Realização Executada	Realização Contratada	
				Metas	Valor de Referência	
			Investimento privado induzido (em milhões de euros)	Realização Executada	Realização Contratada	
Metas				Valor de Referência		
Serviços públicos online	Realização Executada			Realização Contratada		
	Metas			Valor de Referência		
	Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional		Empregos brutos criados (ETI)	Realização Executada	Realização Contratada	
				Metas	Valor de Referência	
Investimento privado induzido(em milhões de euros)				Realização Executada	Realização Contratada	
				Metas	Valor de Referência	
			Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis	Realização Executada	Realização Contratada	
				Metas	Valor de Referência	
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável				População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas	Realização Executada	Realização Contratada
					Metas	Valor de Referência
		Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados	Realização Executada		Realização Contratada	
			Metas		Valor de Referência	
			Sistemas / instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados	Realização Executada	Realização Contratada	
				Metas	Valor de Referência	
	Indivíduos envolvidos em actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	Realização Executada		Realização Contratada		
		Metas		Valor de Referência		
		Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros	Realização Executada	Realização Contratada	
				Metas	Valor de Referência	
	Investimento alavancado na área da cultura e lazer			Realização Executada	Realização Contratada	

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
0	0	0							-
0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	200	-	-	-	-	320	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	0							-
0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	4	-	-	-	-	7	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	2,52							-
0	2,52	2,52	0	0	0	0	0	0	-
-	-	-	3,56	-	-	-	-	3,56	-
n.a.	n.a.	0							-
0	0	0							-
0	0,26	1,38							-
-	-	-	2	-	-	-	-	5	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0							-
0	0	4							-
-	-	-	2	-	-	-	-	5	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0,24							-
0	0	0,73							-
-	-	-	4	-	-	-	-	10	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0							-
-	-	-	75						-
-	-	-	38	-	-	-	-	50	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	2							-
0	8	387							-
-	-	-	450	-	-	-	-	700	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0,77							-
-	-	-	0,22						-
-	-	-	12	-	-	-	-	30	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0							-
-	-	-	0						-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0							-
-	-	-	10000						-
-	-	-	8.800	-	-	-	-	112.700	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0							-
-	-	-	1						-
-	-	-	3	-	-	-	-	6	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0							-
-	-	-	2						-
-	-	-	2	-	-	-	-	3	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0							-
-	-	-	0						-
-	-	-	3.150	-	-	-	-	3.500	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0							-
-	-	-	100						-
-	-	-	20%	-	-	-	-	20%	-
n.a.	n.a.	n.a.							-
0	0	0							-
-	-	-	1,74						-

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	
	Alunos abrangidos pelas escolas intervencionadas	Metas
		Valor de Referência
		Realização Executada
		Realização Contratada
		Metas
		Valor de Referência
	Redução do tempo de viagem - S. Jorge / S. Vicente	Realização Executada
		Realização Contratada
		Metas
		Valor de Referência
		Realização Executada
		Realização Contratada
População abrangida por projectos de reabilitação urbana e rural	Realização Executada	
	Realização Contratada	
	Metas	
	Valor de Referência	
	Realização Executada	
	Realização Contratada	
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	Grau de representatividade das micro e pequenas empresas	Realização Executada
		Realização Contratada
		Metas
		Valor de Referência
		Realização Executada
		Realização Contratada
	Redução nos (sobrecustos de gestão de resíduos, decorrente de projectos apoiados	Realização Executada
		Realização Contratada
		Metas
		Valor de Referência
		Realização Executada
		Realização Contratada
Redução do tempo de viagem, decorrente de projectos apoiados	Realização Executada	
	Realização Contratada	
	Metas	
	Valor de Referência	
	Realização Executada	
	Realização Contratada	
Eixo VI - Assistência Técnica	Execução da programação financeira relativa ao ano n-3 (ano n-2 a partir de 2011)	Realização Executada
		Realização Contratada
		Metas
		Valor de Referência
		Realização Executada
		Realização Contratada
	Visitas ao sítio internet	Realização Executada
		Realização Contratada
		Metas
		Valor de Referência
		Realização Executada
		Realização Contratada
Tempo médio de análise de candidaturas	Realização Executada	
	Realização Contratada	
	Metas	
	Valor de Referência	
	Realização Executada	
	Realização Contratada	
Indicadores Comuns Comunitários (core Indicators)		
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada
		Metas
	2. dos quais: homens	Realização Contratada
		Metas
	3. dos quais: mulheres	Realização Contratada
		Metas
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N° de projectos de I&DT	Realização Contratada
		Metas
	5. N° de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada
		Metas
	6. Empregos na investigação criados	Realização Contratada
		Metas
Ajudas directas ao Investimento nas PME	7. N° de projectos	Realização Contratada
		Metas
	8. dos quais: n° de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização Contratada
		Metas
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada
		Metas
10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização Contratada	
	Metas	
Sociedade de Informação	11. N° de projectos	Realização Contratada
		Metas
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada
		Metas

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
-	-	-	2	-	-	-	-	4	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	0	0							-
	1260	2942							-
-	-	-	1.020	-	-	-	-	1.520	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	0	0							-
		0							-
-	-	-	73%	-	-	-	-	73%	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	0	0							-
	185	10650							-
-	-	-	21.740	-	-	-	-	56.360	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	0	0							-
		0							-
-	-	-	65%	-	-	-	-	65%	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	0	0							-
		0							-
-	-	-	50%	-	-	-	-	50%	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	0	0							-
		80							-
-	-	-	83%	-	-	-	-	83%	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	0	0							-
		0							-
-	-	-	100%	-	-	-	-	100%	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	0	0							-
		1600							-
-	-	-	4.000	-	-	-	-	4.000	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	0	0							-
		45							-
-	-	-	45	-	-	-	-	45	
n.a.	n.a.	n.a.							
0	75	655							-
0	28	340							-
0	47	315							-
0	1	8							-
0	0	1							-
0	0	5							-
0	3	39							-
0	1	19							-
0	8	195							-
0	0,22	6,24							-
0	1	6							-
0	0	0							-

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	
Transportes	13. N.º de projectos	Realização Contratada
		Metas
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização Contratada
		Metas
	15. das quais: RTE	Realização Contratada
		Metas
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização Contratada
		Metas
	17. N.º de Km de novas ferrovias	Realização Contratada
		Metas
18. das quais: RTE	Realização Contratada	
	Metas	
19. N.º de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização Contratada	
	Metas	
20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada	
	Metas	
21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada	
	Metas	
22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização Contratada	
	Metas	
Energias Renováveis	23. N.º de projectos	Realização Contratada
		Metas
24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização Contratada	
	Metas	
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização Contratada
		Metas
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização Contratada
		Metas
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada
Metas		
28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	
	Metas	
29. Área reabilitada (em km ²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada	
	Metas	
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO ₂ equivalentes, kt)	Realização Contratada
		Metas
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	Realização Contratada
		Metas
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Contratada
Metas		
33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Contratada	
	Metas	
Turismo	34. N.º de projectos	Realização Contratada
		Metas
35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Contratada	
	Metas	
Educação	36. N.º de projectos	Realização Contratada
		Metas
37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	
	Metas	
Saúde	38. N.º de projectos	Realização Contratada
		Metas
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização Contratada
		Metas
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada
		Metas
Inclusão Social	41. N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização Contratada
		Metas

Notas

(1) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, o IFDR considera que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efectiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

(2) Core indicators: na fase de negociação do QREN e dos Programas Operacionais foi acordado entre Portugal e a Comissão Europeia que não seriam definidas nem "metas" nem "valores de referência / situações de partida" para estes indicadores.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	0	0	3							-
	0	0	3,12							-
			0							-
	0	0	0,38							-
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-
	0	0	0							-
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-
	0	0	0							-
	0	0	0							-
	0	0	0							-
	0	0	10000							-
	0	0	10000							-
	0	0	0							-
	0	0	0							-
	0	0	0							-
	0	0	0							-
	0	0	0							-
	0	0	2							-
	0	0	0							-
	0	0	230000							-
	0	0	11							-
	0	0	5							-
	0	1	13							-
	0	1260	76926							-
	0	0	0							-
	0	2	8							-
	0	0	8							-
	0	1	11							-

Anexo V Lista de operações aprovadas por Eixo Prioritário

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)
	1	2	3	4	5
Programa Inter-IV+					
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento					
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000002	Implementação de uma sociedade prestadora de serviços específicos no âmbito da gestão energética	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000003	Prestação de serviços de concepção, design e produção de instalações interactivas	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000005	Criação de empresa	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000007	Automização documental com vista à optimização integrada de processos	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000009	Implementação de uma estrutura de serviços para a comercialização de software	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000010	Criação de uma lavandaria Low Cost	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000013	Serviços Certificação acústica, eficiência energética de edifícios, mapas ruído, consult. Qualidade de construção	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000014	Constituição de empresa para fabricação de próteses	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000015	Fornecimento de um sistema integrado gestão de segurança	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000016	Prestar serviços na área de consultoria	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000018	Prestação de Serviços Personalizados apoiados nas Tecnologias de informação de carácter inovador	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000019	Sistemas de Limpezas inovadores	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000020	Criação de empresa no sector das tecnologias de informação	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000024	Uma ideia inovadora na RAM, o saco de pão	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0113-FEDER-000001	Desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de gestão colaborativa	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0119-FEDER-000002	Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar	5	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0143-FEDER-000001	rs4e II - Road Show for Entrepreneurship 2008 - 2013	1	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0143-FEDER-000002	Ação técnica e Didáctica para a Eficiência Energética e Qualidade do Ar Interior nas Escolas da RAM	1	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0143-FEDER-000003	MAR - Madeira Artistas em Residência	1	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0190-FEDER-000001	Alargamento da gama de bens ou serviços, melhoria da qualidade dos bens ou serviços, maior flexibilidade de produção ou fornecimento de serviços	4	4	300
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0190-FEDER-000002	Outras actividades dos serviços de informação	4	4	300
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000001	Reforço e modernização das capacidades laboratoriais de ensaios de engenharia civil	1	4	300
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000002	SEE - Simulação Empresarial e Empreendedorismo	1	4	300
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000003	OTIC/TecMU-PETT	1	4	300
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000005	LSC - Laboratório de Semiótica Clínica	1	4	300
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000006	VALIMED - Estudo e validação do cálculo de incertezas de medição associadas a calibrações e ensaios	1	4	300
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000007	Madeira - ITI	1	4	300
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000008	Wireless passenger detection	1	4	300
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0266-FEDER-000001	3DWHALE	1	4	300

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
			Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
Tipologia	NIF	Designação	9	10	11	12
6	7	8	9	10	11	12
			207.789.320	199.292.536	145.599.053	0
			27.336.386	23.151.638	17.135.887	0
205	511 279 787	Ad Mensuram Madeira - Consultoria em Engenharia e Gestão, Lda.	87.161	43.580	21.790	0
205	511 281 897	Wowsystems - Informática, Lda.	198.453	99.227	49.613	0
205	511 284 039	Rod Island Surf Shop, Sociedade Unipessoal, Lda.	18.775	9.388	4.694	0
204	511 284 748	Endémica - Tecnologia, Inovação e Processos, Sociedade Unipessoal, Lda.	199.864	99.932	49.966	0
205	224 822 705	Dina Mendes	199.343	99.671	49.836	0
205	508 743 648	Local Visível, Lda.	106.213	53.107	26.553	0
205	511 284 780	Certiram - Projectos e Certificação de Edifícios, Lda	74.689	37.344	18.672	0
205	508 882 524	LPM - Laboratório de Prótese Dentária, Lda.	149.775	74.887	37.444	0
204	511 285 809	S4I - Security 4 Integration, Lda.	174.106	87.053	43.527	0
205	508 960 959	Just Business, Unipessoal, Lda.	57.869	28.934	14.467	0
205	508 913 772	Your Emotion, Lda.	136.600	68.300	34.150	0
205	240 771 478	José Luis Rodrigues Freitas	85.109	42.555	21.277	0
204	509 078 028	Elaconta Madeira - Informática, Lda.	170.490	85.245	42.623	0
205	509 079 270	PubliCM, Unipessoal, Lda.	38.210	19.105	9.553	0
204	511 021 380	MCComputadores, S.A.	198.860	69.601	34.801	0
202	511 283 733	Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda.	5.550.000	2.775.000	1.387.500	0
105	511 090 145	CEIM - Centro de Empresas e Inovação da Madeira	2.386.991	2.386.991	1.909.593	0
108	511 058 012	AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira	494.460	494.460	395.568	0
212	511 046 472	Porta 33 - Associação Quebra Costas Centro de Arte Contemporânea	367.990	367.990	294.392	0
202	511 101 570	Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.	648.867	417.827	208.914	0
202	511 101 570	Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.	551.166	350.046	175.023	0
106	511 042 850	LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil	1.295.195	1.295.195	1.036.156	0
101	680 041 982	UMA - Universidade da Madeira	1.290.000	1.290.000	1.032.000	0
101	680 041 982	UMA - Universidade da Madeira	395.000	395.000	316.000	0
101	680 041 982	UMA - Universidade da Madeira	75.000	75.000	60.000	0
106	511 042 850	LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil	597.000	597.000	477.600	0
202	511 101 570	Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.	630.000	630.000	504.000	0
212	511 026 340	Horários do Funchal, S.A.	30.000	30.000	21.000	0
107	511 239 440	Município de Machico	2.306.654	2.306.654	1.845.323	0

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)
	1	2	3	4	5
Modernização Administrativa	MADFDR-01-0326-FEDER-000001	Projecto Integrado de Modernização do Laboratório Regional de Engenharia Civil	1	4	300
Modernização Administrativa	MADFDR-01-0326-FEDER-000002	Rede de Comunicação Estruturada, Construção do Datacenter e Remodelação do Gabinete de Informática	1	4	300
Modernização Administrativa	MADFDR-01-0326-FEDER-000003	e-SESARAM	1	4	300
Modernização Administrativa	MADFDR-01-0326-FEDER-000004	Electronicgovernment@E-island.ram	1	4	300
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional					
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000003	Instalação de sistema de tratamento de efluente industrial	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000005	Desenvolvimento da competitividade e reforço da capacidade técnica e tecnológica e da modernização da imagem da empresa	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000007	Criação de empresa como novo produto/serviço	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000008	Modernização, com introdução de novas tecnologias	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000010	Implementação do estabelecimento e Dotação de Meios à sua actividade	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000011	Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000012	Aquisição de máquinas e equipamentos ligados à segurança e ambiente	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000013	Unidade de tratamento de resíduos de lavagem de lamas	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000014	Reestruturação da Unidade de Produção	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000015	Modernização/renovação do restaurante típico Gavião Novo na zona Histórica do Funchal	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000016	Criação de Loja Alimentar	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000017	Modernização das instalações e equipamentos	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000019	Adaptação de espaço e aquisição de equipamentos	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000021	O projecto tem como finalidade dotar a empresa de meios/equipamentos para desenvolver a actividade a que se propõe	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000022	Adaptação de espaço e aquisição de equipamentos	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000023	Criação de um novo de publicidade que tem como suporte os smarts	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000024	Obras de adaptação e aquisição de equipamentos	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000025	Modernização de Instalações e Equipamentos	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000026	Construção de edifício e aquisição de equipamentos	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000027	Qualificação e diversificação da oferta existente	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000028	Obras de adaptação e aquisição de equipamentos	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000031	Mudança de Instalações da Farmácia com abertura de Parafarmácia no espaço actual	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000001	Instalação de uma unidade de tratamento e revestimento de metais	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000002	Criação de uma unidade de apoio técnico, segurança e ambiental a obras públicas e privadas	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000003	Modernização de Equipamentos	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000004	Construção da sede social e aquisição de equipamentos	4	4	300

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
			Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
Tipologia	NIF	Designação	9	10	11	12
6	7	8	9	10	11	12
106	511 042 850	LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil	256.888	256.888	205.510	0
107	511 217 315	Município do Funchal	883.648	883.648	662.736	0
105	511 228 848	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E	6.352.010	6.352.010	5.081.608	0
106	671 001 485	DRAPPS - Direcção Regional para a Administração Pública do Porto Santo	1.330.000	1.330.000	1.064.000	0
			48.240.085	44.066.767	32.733.311	0
204	511 052 766	Solidago Industria e Serviços, Lda.	66.800	26.720	13.360	0
204	511 254 725	Gestlider II - Contabilidade Informática e Gestão, Lda.	118.352	41.423	20.712	0
205	511 279 744	Esfera Armilar - Unipessoal, Lda.	196.302	78.521	39.261	0
205	508 157 714	Opustribo - Decorações Unipessoal, Lda.	31.505	11.027	5.513	0
205	511 278 594	Corpo & Vida III, Lda.	199.259	79.704	39.852	0
204	511 239 769	Farmácia do Chafariz, Sociedade Unipessoal, Lda.	22.269	7.794	3.897	0
204	511 066 287	Sweets and Sugar, S.A	199.854	79.942	39.971	0
204	511 096 712	Cortpedra - Extração e Comércio de Pedra, Lda.	198.700	79.480	39.740	0
205	511 055 013	Martins & Martins, Sociedade Unipessoal, Lda.	198.113	69.340	34.670	0
205	511 187 580	Estêvão & Maria, Lda	109.932	43.973	21.986	0
205	507 777 883	Hortulana, Lda	141.328	56.531	28.266	0
204	511 057 130	Paula & paulino, Lda	143.067	50.074	25.037	0
205	511 281 862	Ana Maria Catanho, Unipessoal, Lda	38.793	13.578	6.789	0
205	511 280 700	Servinasa, Lda	130.470	45.664	22.832	0
205	511 276 940	Blumed - Medicina Segurança e Higiene no Trabalho, Lda	58.205	20.372	10.186	0
205	511 280 874	Smart Monsion, Lda.	49.175	17.211	8.606	0
205	511 284 896	Pilar Empresarial, Lda.	199.903	79.961	39.981	0
205	511 191 502	FINIRAM - Consultoria Financeira e Investimentos, Lda.	53.954	21.582	10.791	0
205	511 114 567	José António Carvalho Martins Sociedade Unipessoal, Lda.	70.798	24.779	12.390	0
205	508 605 482	Estrelas e Signos Unipessoal, Lda.	197.921	69.272	34.636	0
205	508 857 015	Lopez & Silva, Unip., Lda	164.473	65.789	32.895	0
204	511 239 769	Farmácia do Chafariz, Sociedade Unipessoal, Lda.	144.744	50.660	25.330	0
205	511 278 640	Ferrolixa, Lda.	298.572	134.357	67.179	0
204	511 283 806	Arlindo Correia & Filhos - Engenharia, Lda	498.477	224.315	112.157	0
204	511 090 129	Lubripiso - Lubrificação dos Socorridos, Lda	111.355	50.110	25.055	0
205	507 881 982	Máxima Dinamica, Lda	219.587	98.814	49.407	0

Designação do Exo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)
	1	2	3	4	5
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000005	Construção e apetrechamento de um pavilhão	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000001	Criação de empresa	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0120-FEDER-000001	Requalificação do estabelecimento Pestana Palms e reforço da utilização de tecnologias de informação por parte da Entidade Promotora	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0120-FEDER-000002	Remodelação, modernização e ampliação das instalações da pensão	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0120-FEDER-000006	Requalificação de Hotéis	4	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0123-FEDER-000001	Linha de Crédito PME Madeira	6	4	300
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0123-FEDER-000002	Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira	6	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0228-FEDER-000005	Madeira Gourmet Food Festival	1	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0228-FEDER-000008	Festas do Carnaval 2009-2011	1	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0228-FEDER-000010	Festivais Colombo 2008, 2009, 2010 e 2011	1	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0228-FEDER-000013	Plano Promocional do Vinho Madeira (2009-2011)	1	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0228-FEDER-000016	Festas da Flor 2009-2011	1	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0228-FEDER-000017	Festivais Culturais da Madeira (2009-2013)	1	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0228-FEDER-000018	Festivais do Atlântico 2009, 2010 e 2011	1	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0228-FEDER-000019	Festas do Fim do Ano 2007 - 2010	1	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0228-FEDER-000021	Festas do Vinho 2009-2011	1	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0263-FEDER-000001	Construção de Pavilhões	3	4	300
Envolvente empresarial	MADFDR-02-0263-FEDER-000002	Sistema de Adução de Água Potável - Parques Empresariais de Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz	1	4	300
Exo III - Desenvolvimento Sustentável					
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	MADFDR-03-0154-FEDER-000001	Cadastro em SIG das infra-estruturas de água e saneamento básico da RAM	1	4	300
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	MADFDR-03-0154-FEDER-000003	Renovação das Redes de Água Potável, Residual e Pluvial, do Sector Oriental da Cidade do Funchal.	1	4	300
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	MADFDR-03-0235-FEDER-000002	Estabilização da Escarpa do Forte de São João Baptista	1	4	300
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	MADFDR-03-0235-FEDER-000003	Protefflor - Dispositivo de Protecção e Defesa Contra Incêndios Florestais	1	4	300
Exo IV - Coesão Territorial e Governação					
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0150-FEDER-000001	PSL - Terminais Marítimos	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0150-FEDER-000003	Alargamento da Rua Cónego Agostinho Figueira Faria e Construção da E.M. entre o Mercado do Estreito	1	4	300
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	MADFDR-04-0176-FEDER-000001	Centro Cívico de Santana	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0176-FEDER-000002	Conteúdos para o Museu da Baleia	1	4	300
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	MADFDR-04-0176-FEDER-000003	Requalificação turística Ribeira Faial - Espaço Turístico de Lazer do Faial	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000001	Escola Secundária e Profissional de São Martinho	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000002	Redimensionamento da Escola Básica do 1º Ciclo do Carvalhal e Carreiras, Ponta do Sol	1	4	300

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
			Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
Tipologia	NIF	Designação	9	10	11	12
6	7	8	9	10	11	12
204	511 081 332	Serralharia José Luis, Lda.	384.740	173.133	86.566	0
205	508 727 472	Ao Gosto Popular, Lda.	407.881	163.152	81.576	0
202	511 008 872	M & J Pestana - Sociedade Turismo da Madeira, S.A.	856.725	256.751	128.376	0
205	511 250 436	Porto Calhau - Serviços Turísticos, Lda.	752.926	338.817	169.408	0
203	511 127 480	Hotel Orca Praia - Empreendimentos Turísticos, S.A.	636.638	254.655	127.328	0
106	511 152 302	Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM	2.621.575	2.621.575	1.310.788	0
106	511 152 302	Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM	2.497.155	2.497.155	1.248.578	0
108	511 015 356	ACIF-CCIM - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira	272.697	272.697	218.158	0
106	671 000 527	SRTT - Secretaria Regional do Turismo e Transportes	1.028.740	1.028.740	822.992	0
106	671 000 527	SRTT - Secretaria Regional do Turismo e Transportes	418.794	418.794	335.035	0
106	511 270 305	IVBAM – Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P.	1.662.333	1.662.333	1.163.633	0
106	671 000 527	SRTT - Secretaria Regional do Turismo e Transportes	896.584	896.584	717.267	0
106	671 000 497	SREC - Secretaria Regional da Educação e Cultura	2.177.610	2.177.610	1.742.088	0
106	671 000 527	SRTT - Secretaria Regional do Turismo e Transportes	1.768.094	1.768.094	1.414.475	0
106	671 000 527	SRTT - Secretaria Regional do Turismo e Transportes	19.142.263	19.142.263	15.313.810	0
106	671 000 527	SRTT - Secretaria Regional do Turismo e Transportes	402.278	402.278	321.822	0
105	511 201 419	MPE - Madeira Parques Empresariais, S.A.	7.122.090	7.122.090	5.697.672	0
105	511 201 419	MPE - Madeira Parques Empresariais, S.A.	1.329.055	1.329.055	1.063.244	0
			16.063.070	16.063.070	12.850.456	0
105	511 044 496	IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.	1.250.000	1.250.000	1.000.000	0
107	511 217 315	Município do Funchal	13.000.000	13.000.000	10.400.000	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	171.470	171.470	137.176	0
106	509 079 911	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira	1.641.600	1.641.600	1.313.280	0
			78.987.385	78.848.666	62.566.434	0
203	511 035 543	Porto Santo Line - Transportes Marítimos, Lda.	288.998	150.279	120.223	0
107	511 233 620	Município de Câmara de Lobos	2.095.108	2.095.108	1.676.086	0
105	511 200 889	SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	5.000.000	5.000.000	4.000.000	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	1.075.020	1.075.020	860.016	0
105	511 200 889	SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.	2.631.045	2.631.045	2.104.836	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	13.698.831	13.698.831	10.959.065	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	1.439.851	1.439.851	1.151.881	0

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)
	1	2	3	4	5
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000003	Reestruturação dos Locais de Formação Tecnológica da DRQP	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000004	Redimensionamento da Escola Básica do 1º Ciclo da Visconde Caçongo, Santa Maria Maior	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000005	Escola Básica do 2º e 3º Ciclos do Curral das Freiras	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000006	Escola Básica do 1º Ciclo da Achada	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000007	Equipamento Escolar 2009-2013	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000008	Redimensionamento da Escola Básica do 1º Ciclo do Garachico - Câmara de Lobos	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000009	Redimensionamento da Escola Básica do 1º Ciclo do Campo de Baixo - Porto Santo	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000010	Escola Básica do 1º Ciclo do Espírito Santo - Câmara de Lobos	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000011	Concepção e construção de instalações para o Centro de Formação (CF) do SPM e Sede do SPM	1	4	300
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	MADFDR-04-0177-FEDER-000012	Fornecimento e Assentamento de Equipamento e Mobiliário Escolar	1	4	300
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000001	Recuperação Urbanística do Porto Moniz	1	4	300
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000002	Recuperação Urbanística do Sítio da Lapeira - Porto Santo	1	4	300
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000003	Recuperação Urbanística do Concelho da Ponta do Sol	1	4	300
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000004	Polidesportivo da Nogueira - Camacha	1	4	300
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000005	Infra-estruturas e Arranjos exteriores do Conjunto habitacional Arcebispo D. Aires	1	4	300
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000006	Recuperação Urbanística do Concelho de Machico	1	4	300
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000007	Requalificação da área envolvente à Estrada João Abel de Freitas entre o edifício dos bombeiros e laranjal	1	4	300
Reabilitação urbana e rural	MADFDR-04-0274-FEDER-000008	Infra-estruturas Gerais do Vale da Ribeira da Ponta do Sol	1	4	300
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade					
Infra-estruturas e equipamentos públicos	MADFDR-05-0272-FEDER-000001	Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava	1	4	300
Eixo VI - Assistência Técnica					
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	MADFDR-06-0173-FEDER-000001	Assistência Técnica FEDER 2007 - 2010	1	4	300
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	MADFDR-06-0173-FEDER-000002	Assistência Técnica FEDER 2007 - 2010	1	4	300

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
106	671 000 748	DRQP - Direção Regional de Qualificação Profissional	110.739	110.739	88.591	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	1.116.148	1.116.148	892.919	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	7.247.362	7.247.362	5.797.890	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	2.816.729	2.816.729	2.253.383	0
106	671 000 497	SREC - Secretaria Regional da Educação e Cultura	12.804.000	12.804.000	10.243.200	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	1.728.485	1.728.485	1.382.788	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	1.688.311	1.688.311	1.350.649	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	2.534.776	2.534.776	2.027.821	0
202	511 015 925	SPM - Sindicato dos Professores da Madeira	2.610.763	2.610.763	2.088.610	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	6.649.168	6.649.168	5.319.334	0
212	511 127 626	ADERAM - Agência de Desenvolvimento da RAM	123.000	123.000	98.400	0
212	511 127 626	ADERAM - Agência de Desenvolvimento da RAM	350.000	350.000	280.000	0
212	511 127 626	ADERAM - Agência de Desenvolvimento da RAM	367.000	367.000	293.600	0
105	511 035 365	IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.	130.629	130.629	104.503	0
105	511 035 365	IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.	393.848	393.848	315.079	0
212	511 127 626	ADERAM - Agência de Desenvolvimento da RAM	176.000	176.000	140.800	0
107	511 240 112	Município de São Vicente	5.124.981	5.124.981	3.587.487	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	6.786.592	6.786.592	5.429.273	0
			32.214.491	32.214.491	16.107.245	0
106	671 000 470	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	32.214.491	32.214.491	16.107.245	0
			4.947.904	4.947.904	4.205.718	0
106	511 280 521	Instituto de Desenvolvimento Regional	4.164.204	4.164.204	3.539.573	0
106	511 152 302	Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM	783.700	783.700	666.145	0

Anexo VI Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Critérios de selecção aprovados/alterados em Comissão de Acompanhamento de...
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Portaria n.º 31/2008, de 31 de Março / E1-Incentivos às Empresas - Empreendinov	26.11.2007
	Portaria n.º 34/2008, 31 de Março / E1-Incentivos às Empresas - SIRE - Proj. Especiais	26.11.2007
	Portaria n.º 34/2008, 31 de Março / E1-Incentivos às Empresas - SIRE - Parques Empresariais	26.11.2007
	Portaria n.º 160/2008, de 24 de Setembro / E1-Incentivos às Empresas - Qualificar+	26.11.2007
	Portaria n.º 210/2008, de 3 de Dezembro / E1-Incentivos às Empresas - SI Turismo	26.11.2007
	Portaria n.º 161/2008, de 24 de Setembro / Incentivos à investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação da Região Autónoma da Madeira (+CONHECIMENTO - Projectos individuais)	26.11.2007
	Portaria n.º 161/2008, de 24 de Setembro / Incentivos à investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação da Região Autónoma da Madeira (+CONHECIMENTO - Projectos em Co-promoção)	26.11.2007
	Portaria n.º 161/2008, de 24 de Setembro / Incentivos à investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação da Região Autónoma da Madeira (+CONHECIMENTO - Projectos Mobilizadores - Fase de candidatura)	26.11.2007
	Portaria n.º 161/2008, de 24 de Setembro / Incentivos à investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação da Região Autónoma da Madeira (+CONHECIMENTO - Projectos Vale I&DT)	26.11.2007
	Portaria n.º 161/2008, de 24 de Setembro / Incentivos à investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação da Região Autónoma da Madeira (+CONHECIMENTO - Projectos de Núcleos de I&DT)	26.11.2007
	Portaria n.º 161/2008, de 24 de Setembro / Incentivos à investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação da Região Autónoma da Madeira (+CONHECIMENTO - Projectos de Centros de I&DT)	26.11.2007
	Portaria n.º 161/2008, de 24 de Setembro / Incentivos à investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação da Região Autónoma da Madeira (+CONHECIMENTO - Projectos Demonstradores)	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Acções Inovadoras	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico	26.11.2007
Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Modernização Administrativa	26.11.2007	
Eixo II - Competitividade da base Económica Regional	Portaria n.º 34/2008, 31 de Março / E2-Incentivos às Empresas - SIRE - Proj. Especiais	26.11.2007
	Portaria n.º 34/2008, 31 de Março / E2-Incentivos às Empresas - SIRE - Parques Empresariais	26.11.2007
	Portaria n.º 34/2008, 31 de Março / E2-Incentivos às Empresas - SIRE - Empresas	26.11.2007
	Portaria n.º 34/2008, 31 de Março / E2-Incentivos às Empresas - SIRE - Plano Estratégico	26.11.2007
	Portaria n.º 34/2008, 31 de Março / E2-Incentivos às Empresas - SIRE - Associações	26.11.2007
	Portaria n.º 34/2008, 31 de Março / E2-Incentivos às Empresas - SIRE - Municípios e SDs	26.11.2007
	Portaria n.º 160/2008, de 24 de Setembro / E2-Incentivos às Empresas - Qualificar+	26.11.2007
	Portaria n.º 210/2008, de 3 de Dezembro / E2-Incentivos às Empresas - SI Turismo	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Engenharia Financeira	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Acções Colectivas	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Acolhimento Empresarial	26.11.2007
Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Energia	26.11.2007	
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Resíduos Sólidos Urbanos	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Sistema de gestão ambiental de segunda geração, Rede Natura e Biodiversidade	26.11.2007
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Mobilidade	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Culturais, de Potencial Turístico e de Lazer	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Saúde e Desenvolvimento Social	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Educação	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Reabilitação Urbana e Rural	26.11.2007

Concurso do ano		
Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
MADFDR-12-2008-01	01-04-2008	31-12-2013
MADFDR-13-2008-01	08-05-2008	31-12-2013
MADFDR-14-2008-01	08-05-2008	31-12-2013
MADFDR-19-2008-01	25-09-2008	31-12-2013
MADFDR-20-2008-01	04-12-2008	31-12-2013
MADFDR-89-2008-01	25-09-2008	31-12-2013
MADFDR-90-2008-01	25-09-2008	31-12-2013
MADFDR-92-2008-01	25-09-2008	31-12-2013
MADFDR-93-2008-01	25-09-2008	31-12-2013
MADFDR-94-2008-01	25-09-2008	31-12-2013
MADFDR-95-2008-01	25-09-2008	31-12-2013
MADFDR-96-2008-01	25-09-2008	31-12-2013
MADFDR-43-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-66-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-24-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-26-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-13-2008-02	08-05-2008	31-12-2013
MADFDR-14-2008-02	08-05-2008	31-12-2013
MADFDR-15-2008-01	08-05-2008	31-12-2013
MADFDR-16-2008-01	08-05-2008	31-12-2013
MADFDR-17-2008-01	08-05-2008	31-12-2013
MADFDR-18-2008-01	08-05-2008	31-12-2013
MADFDR-19-2008-02	25-09-2008	31-12-2013
MADFDR-20-2008-02	04-12-2008	31-12-2013
MADFDR-23-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-28-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-63-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-65-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-54-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-75-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-35-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-79-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-50-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-70-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-76-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-77-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-74-2007-01	18-12-2007	31-12-2013

	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Cooperação Interregional	26.11.2007
		26.11.2007
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	n.d. / Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	11.03.2008
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviços de Interesse Económico Geral	26.11.2007
	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	26.11.2007
Eixo VI - Assistência Técnica	Regulamento Específico do Programa Intervir+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007) / Assistência Técnica	14.04.2008

n.d. - não disponível

Anexo VII Processo de selecção por Eixo Prioritário

Eixo Prioritário / Vertente de Intervenção	Dotação de Fundo	Processo de Selecção por Concurso e/ou períodos de candidatura											
		Total até 31-12-2009				em aberto a 31-12-2009		Encerrados a 31-12-2009				Tempos médios de decisão	
		Nº	Fundo		%	Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	dos quais Decididos		Previsto	efectivo
			Nº	mil euros						Nº	mil euros		
mil euros	Nº	mil euros	% do PO	Nº	mil euros	Nº	mil euros	Nº	mil euros	dias	dias		
Programa Intervir+	320.549	41	300.549	94%	41	300.549	0	0	0	0	90	48	
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	34.993	16	34.993	11%	16	34.993	0	0	0	0	90	77	
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	9.493	13	15.493	5%	13	15.493	0	0	0	0	90	111	
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	16.000	2	10.000	3%	2	10.000	0	0	0	0	90	21	
Modernização Administrativa	9.500	1	9.500	3%	1	9.500	0	0	0	0	90	17	
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	49.472	12	49.472	15%	12	49.472	0	0	0	0	90	59	
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	20.722	9	21.500	7%	9	21.500	0	0	0	0	90	74	
Envolve empresarial	28.750	3	27.972	9%	3	27.972	0	0	0	0	90	14	
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	71.343	4	71.343	22%	4	71.343	0	0	0	0	90	15	
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	43.293	2	43.293	14%	2	43.293	0	0	0	0	90	15	
Riscos naturais e tecnológicos	14.500	1	14.500	5%	1	14.500	0	0	0	0	90	7	
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	13.550	1	13.550	4%	1	13.550	0	0	0	0	90	22	
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	91.917	6	91.917	29%	6	91.917	0	0	0	0	90	26	
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	88.117	4	75.100	23%	4	75.100	0	0	0	0	90	22	
Reabilitação urbana e rural	3.700	1	3.700	1%	1	3.700	0	0	0	0	90	14	
Cooperação interregional	100	1	13.117	4%	1	13.117	0	0	0	0	90	0	
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	66.325	2	46.325	14%	2	46.325	0	0	0	0	90	10	
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	33.162	1	13.162	4%	1	13.162	0	0	0	0	90	0	
Infra-estruturas e equipamentos públicos	33.162	1	33.162	10%	1	33.162	0	0	0	0	90	20	
Eixo VI - Assistência Técnica	6.500	1	6.500	2%	1	6.500	0	0	0	0	90	13	
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	6.500	1	6.500	2%	1	6.500	0	0	0	0	90	13	

MADFDR-78-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
n.d.	n.d.	n.d.
MADFDR-22-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-72-2007-01	18-12-2007	31-12-2013
MADFDR-73-2007-01	18-12-2007	31-12-2013

Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas		
Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura
Nº	mil euros	mil euros	Nº	mil euros	mil euros
203	445.140	2.193	194	442.150	2.279
61	126.613	2.076	59	126.157	2.138
47	100.197	2.132	45	99.741	2.216
7	9.646	1.378	7	9.646	1.378
7	16.770	2.396	7	16.770	2.396
89	81.577	917	83	79.110	953
66	23.063	349	60	20.597	343
23	58.513	2.544	23	58.513	2.544
15	26.852	1.790	14	26.785	1.913
5	16.987	3.397	5	16.987	3.397
9	8.247	916	8	8.180	1.023
1	1.618	1.618	1	1.618	1.618
33	123.941	3.756	33	123.941	3.756
24	102.086	4.254	24	102.086	4.254
9	21.855	2.428	9	21.855	2.428
0	0	0	0	0	0
3	81.209	27.070	3	81.209	27.070
2	47.062	23.531	2	47.062	23.531
1	34.147	34.147	1	34.147	34.147
2	4.948	2.474	2	4.948	2.474
2	4.948	2.474	2	4.948	2.474

Eixo Prioritário / Vertente de Intervenção	Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)	
	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Invest. Médio por candidatura	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total
	Nº	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	%	%	%	%
Programa Intervir+	109	307.991	207.789	199.293	145.599	2.826	96%	99%	54%	69%
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	33	108.773	27.336	23.152	17.136	3.296	97%	100%	54%	86%
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	25	93.997	12.958	8.773	5.677	3.760	96%	100%	53%	94%
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	4	5.882	5.556	5.556	4.445	1.470	100%	100%	57%	61%
Modernização Administrativa	4	8.894	8.823	8.823	7.014	2.223	100%	100%	57%	53%
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	44	55.501	48.240	44.067	32.733	1.261	93%	97%	49%	68%
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	33	13.086	12.020	7.846	3.923	397	91%	89%	50%	57%
Envolvente empresarial	11	42.415	36.221	36.221	28.810	3.856	100%	100%	48%	72%
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	4	16.283	16.063	16.063	12.850	4.071	93%	100%	27%	61%
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	2	14.425	14.250	14.250	11.400	7.213	100%	100%	40%	85%
Riscos naturais e tecnológicos	2	1.858	1.813	1.813	1.450	929	89%	99%	22%	23%
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	0	0	0	0	0	0	100%	100%	0%	0%
Eixo IV - Coesão Territorial e Governança	25	88.339	78.987	78.849	62.566	3.534	100%	100%	76%	71%
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	17	68.976	65.535	65.397	52.317	4.057	100%	100%	71%	68%
Reabilitação urbana e rural	8	19.362	13.452	13.452	10.249	2.420	100%	100%	89%	89%
Cooperação interregional	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	1	34.147	32.214	32.214	16.107	34.147	100%	100%	33%	42%
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	0	0	0	0	0	0	100%	100%	0%	0%
Infra-estruturas e equipamentos públicos	1	34.147	32.214	32.214	16.107	34.147	100%	100%	100%	100%
Eixo VI - Assistência Técnica	2	4.948	4.948	4.948	4.206	2.474	100%	100%	100%	100%
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	2	4.948	4.948	4.948	4.206	2.474	100%	100%	100%	100%

n.d. - não disponível

Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
%	%	Nº	mil euros	%	%
56%	70%	91	121.595	83%	84%
56%	86%	25	15.220	76%	89%
56%	94%	17	3.761	68%	66%
57%	61%	4	4.445	100%	100%
57%	53%	4	7.014	100%	100%
53%	70%	37	29.702	84%	91%
55%	64%	28	3.697	85%	94%
48%	72%	9	26.005	82%	90%
29%	61%	3	2.450	75%	19%
40%	85%	1	1.000	50%	9%
25%	23%	2	1.450	100%	100%
0%	0%	0	0	0%	0%
76%	71%	24	57.450	96%	92%
71%	68%	16	47.201	94%	90%
89%	89%	8	10.249	100%	100%
0%	0%	0	0	0%	0%
33%	42%	1	16.107	100%	100%
0%	0%	0	0	0%	0%
100%	100%	1	16.107	100%	100%
100%	100%	1	666	50%	16%
100%	100%	1	666	50%	16%

Anexo VIII Ficha de Grande Projecto

Ficha de Grande Projecto				
1: Identificação do Grande Projecto				
CCI	CCI 2007 PT 16 2 PO 002			
Designação	Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar			
Beneficiário	Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda.			
Eixo Prioritário	Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento			
Fundo *	FEDER			
Sector **	Investimento Produtivo			
Localização (NUT II/III)	300 - Região Autónoma da Madeira			
* FEDER ou Fundo de Coesão; ** Infra-estruturas ou Produtivo.				
2: Processo de notificação à Comissão Europeia				
Datas			Número da Decisão	Montante da Decisão (euros)
Aprovação AG/OI	Última notificação à CE	Decisão		
02.10.2009	03.03.2010	-	-	-
3.a.: Calendário (ponto D.1. do Formulário de Grande Projecto de Investimento em Infra-estruturas)				
	Previsto (Formulário Grande Projecto)		Efectivo	
	Data de início	Data de conclusão	Data de início	Data de conclusão
1. Estudos de viabilidade	-	-	-	-
2. Análise custo-benefício (incluindo análise financeira)	-	-	-	-
3. Avaliação de impacte ambiental	-	-	-	-
4. Estudos de concepção	-	-	-	-
5. Preparação da documentação relativa ao concurso	-	-	-	-
6. Lançamento previsto dos processos de concurso	-	-	-	-
7. Aquisição de terrenos	-	-	-	-
8. Fase/contrato de construção	-	-	-	-
9. Fase operacional	-	-	-	-

Ficha de Grande Projecto

3.b.: Calendário (ponto D.1. do Formulário de Grande Projecto de Investimento Produtivo)

	Previsto (Formulário Grande Projecto)		Efectivo	
	Data de início	Data de conclusão	Data de início	Data de conclusão
1. Estudos de viabilidade/Plano de negócios	01.01.2009	22.01.2009		
2. Análise custo-benefício	01.01.2009	22.01.2009		
3. Avaliação de impacte ambiental	n.a.	n.a.		
4. Aquisição de terrenos	n.a.	n.a.		
5. Fase de construção	03.04.2009	30.06.2011		
6. Fase operacional	01.06.2010	01.06.2020		

4: Fontes de co-financiamento (ponto H.2.2. do Formulário de Grande Projecto)

Fonte dos custos totais do investimento	Previsto (Formulário Grande Projecto) (euros)	Reprogramado (euros)
1. Custo total do investimento	86.127.000,00	
2. Apoio comunitário	1.387.500,00	
3. Fundos públicos (nacionais ou equivalente)	1.387.500,00	
4. Fundos privados nacionais	83.352.000,00	
5. Outras fontes (especificar)	0,00	
6. Das quais (para informação) Empréstimos BEI/FEI	0,00	
7. Dos quais custo elegível (ponto H.1)	5.550.000,00	

5: Despesa validada (valores acumulados em euros)

Despesa elegível	Fundo	Taxa de execução

6: Projectos concluídos (caso aplicável)

	Previsto		Valor Realizado	Taxa de realização
	Designação	Valor		
1. Indicadores de realização				
2. Indicadores de resultado				
3. Indicadores Comuns CE				

**Anexo IX Repartição cumulativa das dotações aprovadas da contribuição comunitária
por combinação de dimensão de categorização**

Objectivo	Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
RCE	1	4	07	16	PT300	1.573.756
RCE	2	4	07	12	PT300	504.000
RCE	2	4	07	16	PT300	1.032.000
RCE	3	4	07	16	PT300	316.000
RCE	5	4	07	9	PT300	1.063.244
RCE	5	4	07	12	PT300	5.697.672
RCE	5	4	07	16	PT300	1.458.025
RCE	8	4	07	3	PT300	74.641
RCE	8	4	07	6	PT300	204.549
RCE	8	4	07	10	PT300	1.387.500
RCE	8	4	07	11	PT300	34.150
RCE	8	4	07	12	PT300	161.565
RCE	8	4	07	13	PT300	343.919
RCE	8	4	07	14	PT300	447.098
RCE	8	4	07	16	PT300	605.391
RCE	8	4	07	20	PT300	295.600
RCE	8	4	07	21	PT300	39.740
RCE	9	2	07	15	PT300	2.559.365
RCE	9	4	07	16	PT300	1.909.593
RCE	11	4	07	16	PT300	5.949.854
RCE	12	4	07	16	PT300	21.000
RCE	13	4	07	16	PT300	1.064.000
RCE	13	4	07	20	PT300	1.845.323
RCE	23	4	07	12	PT300	17.783.331
RCE	30	1	07	11	PT300	120.223
RCE	43	1	07	8	PT300	395.568
RCE	45	4	07	9	PT300	11.400.000
RCE	53	1	07	17	PT300	1.313.280
RCE	53	4	07	12	PT300	137.176
RCE	56	4	07	20	PT300	1.742.088
RCE	57	4	07	20	PT300	21.248.395
RCE	59	4	07	12	PT300	4.000.000
RCE	59	4	07	20	PT300	860.016
RCE	61	4	07	12	PT300	9.535.960
RCE	61	4	07	20	PT300	293.600
RCE	75	4	07	12	PT300	27.993.597
RCE	75	4	07	18	PT300	15.562.534
RCE	78	1	07	12	PT300	315.079
RCE	79	4	07	12	PT300	104.503
RCE	85	4	07	17	PT300	4.205.718

Anexo X Tabela de classificação NUT de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003

NUTS	
de acordo com o Regulamento (CE) N.º 1059/2003 ⁽¹⁾	
Código	Designação
PT	PORTUGAL
PT1	CONTINENTE
PT11	Norte
PT111	Minho-Lima
PT112	Cávado
PT113	Ave
PT114	Grande Porto
PT115	Tâmega
PT116	Entre Douro e Vouga
PT117	Douro
PT118	Alto Trás-os-Montes
PT15	Algarve
PT16	Centro
PT161	Baixo Vouga
PT162	Baixo Mondego
PT163	Pinhal Litoral
PT164	Pinhal Interior Norte
PT165	Dão-Lafões
PT166	Pinhal Interior Sul
PT167	Serra da Estrela
PT168	Beira Interior Norte
PT169	Beira Interior Sul
PT16A	Cova da Beira
PT16B	Oeste
PT16C	Médio Tejo
PT17	Lisboa
PT171	Grande Lisboa
PT172	Península de Setúbal
PT18	Alentejo
PT181	Alentejo Litoral
PT182	Alto Alentejo
PT183	Alentejo Central
PT184	Baixo Alentejo
PT185	Lezíria do Tejo
PT2	Região Autónoma dos Açores
PT3	Região Autónoma da Madeira
PTZ	EXTRA-REGIO

(1) Regulamento (CE) N.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)

Anexo XI Lista Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Ref ^a Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2009)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	n.a.
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	n.a.
ICN -Anual - 017	MWh	Variação do Consumo energético	(**)
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	0
ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	n.e
ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	n.e
ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.e
ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	n.a
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	n.e
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.e
ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	0
ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	10.650
ICN -Anual - 028	m ²	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	133.271
ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	0
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	0
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	10.000
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	10.000
CORE -029	KM ²	Área reabilitada (em km ²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	n.a
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	(**)
ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	n.e
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	n.e
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	n.e
ICN-AAE-025	km ²	Grau de cobertura do território por planos de emergência	n.e
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	76.926
CORE - 041	Nº	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	11

Anexo XII Árvore de imputação entre regulamentos e indicadores

Objetivos Estratégicos	Regulamento	Tipologias	Indicador	Descrição
Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos	SAMA PROCONVERGÊNCIA Intervir+	a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas; b) Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública; c) Operações no domínio da administração em rede;	MEA1. População servida pelas lojas do cidadão/centros multi-serviços apoiados (ICN-AAE-001)	População total servida pelas lojas do cidadão/centros multiserviços apoiados
			MEA2. Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (AAE-004)	Nº médio de interações entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos, valor final após a conclusão da intervenção/(Nº médio de interações entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos, valor base anterior ao início da intervenção apoiada (ano-1)
			MEA3. Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos (ICN-AAE-003)	Tempo médio de espera em fila, valor final após a conclusão da intervenção apoiada/ Tempo médio de espera em fila, valor base anterior ao início da intervenção apoiada (ano-1)
			MEA4. Serviços orientados para empresas disponibilizados online por entidades públicas, apoiados pelo PO (ICN-AAE-002)	Nº serviços online orientados para empresas, apoiados pelo PO
Garantir universalidade no acesso aos cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e resposta aos grupos mais vulneráveis	Saúde PROCONVERGÊNCIA Intervir+	a) Unidades hospitalares - reforço da diferenciação e complementaridade de serviços; b) Unidades da rede de urgência e emergência; c) Unidades de cuidados primários e de saúde pública, incluindo unidades de saúde familiar e centros de saúde;	MEA5. População servida pelas unidades de saúde apoiadas (ICN-Anual-032 AAE-014)	População total servida por unidades de saúde apoiadas Discriminadas por tipologia de intervenção e de unidade de saúde
	Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional			
Garantir universalidade no acesso e melhorar as condições do ensino (pré-escolar, básico e secundário)	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar PROCONVERGÊNCIA Intervir+	a) construção de raiz de novos Centros Escolares, integrando preferencialmente o 1.º Ciclo e a Educação Pré-Escolar; b) ampliação/requalificação de Escolas destinadas ao 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar;	MEA6. População escolar servida pelas unidades de ensino intervencionadas (CORE-037 AAE-021)	∑ Nº total de alunos servidos por escolas intervencionadas
	Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	a) Requalificação e modernização de edifícios escolares; b) Ampliação de edifícios escolares; c) Construção de novos edifícios escolares;		
	Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	a) Requalificação e modernização de edifícios; b) Ampliação de edifícios; c) Construção de novas Escolas; d) Aquisição e instalação de equipamento escolar e de equipamento informático, electrónico e de comunicações e redes de informação e comunicação;		
	Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional			
Reduzir a pobreza e promover a equidade, igualdade de oportunidades e coesão social	Parcerias para a Regeneração urbana PROCONVERGÊNCIA Intervir+	c) Desenvolvimento social;	MEA7. Nº projectos dirigidos a jovens e minorias que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social (CORE-041 AAE-022)	∑ Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social com contrato celebrado
	Equipamentos para a coesão local	a) Equipamentos desportivos; b) Equipamentos sociais;		
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	d) Projectos de promoção da literacia digital, em particular os projectos baseados em relações de proximidade com grupos info-excluídos; i) Projectos de criação e desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidas a cidadãos com necessidades especiais;		
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar PROCONVERGÊNCIA Intervir+	a) construção de raiz de novos Centros Escolares, integrando preferencialmente o 1.º Ciclo e a Educação Pré-Escolar; b) ampliação/requalificação de Escolas destinadas ao 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar;		
	Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	a) Requalificação e modernização de edifícios escolares; b) Ampliação de edifícios escolares; c) Construção de novos edifícios escolares;		
	Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	a) Requalificação e modernização de edifícios; b) Ampliação de edifícios; c) Construção de novas Escolas; d) Aquisição e instalação de equipamento escolar e de equipamento informático, electrónico e de comunicações e redes de informação e comunicação;		
	Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos			
Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional				

Objectivos Estratégicos	Regulamento	Tipologias	Indicador	Descrição
Promover o consumo e produção sustentáveis, reduzindo o consumo de materiais, aumentando a produtividade de recursos na economia	SAMA PROCONVERGÊNCIA Intervir+	a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas; b) Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública; c) Operações no domínio da administração em rede;	MEA8. Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (AAE-005)	Nº cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais internet e telefone - valor após intervenção apoiada/ Nº cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais internet e telefone - valor anterior ao início da intervenção apoiada
Promover a melhoria da qualidade do ambiente urbano	Parcerias para a Regeneração Urbana Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional PROCONVERGÊNCIA Intervir+		MEA11. População beneficiada por intervenções de regeneração ou requalificação urbana apoiadas (ICN-Anual-027 AAE-012)	População total beneficiada por intervenções de regeneração ou requalificação urbana apoiadas
			MEA12. Área intervencionada por operações de regeneração ou requalificação urbana (ICN-Anual-028 AAE-013)	Área total intervencionada por operações de regeneração ou requalificação urbana apoiadas
Promover a mobilidade sustentável	Mobilidade territorial (sem PO VT) PROCONVERGÊNCIA Intervir+	1. Redes e sistemas urbanos de mobilidade; 2. Redes e sistemas nacionais, regionais e locais de mobilidade;	MEA15. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos (CORE-022 AAE-015)	Σ do Nº de passageiros que utilizam o sistema de transporte públicos objecto de intervenção e que não utilizavam antes.
	Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano			
Reforçar a competitividade territorial	Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva	a) Clusters;	MEA16. Reconhecimento de pólos e clusters de competitividade (ICN-AAE-006)	Número de pólos, clusters reconhecidos no âmbito de Estratégias de Eficiência Colectiva
Limitar o crescimento das emissões de GEE			MEA17. Emissões de GEE dos projectos apoiados (CORE-030 AAE-020)	Emissões totais de GEE (em CO2 equivalente, kiloton/ano) associadas aos projectos apoiados O cálculo do CO2 equivalente está em consonância com as normas da Convenção sobre Alterações Climáticas das Nações Unidas
Diminuir a intensidade energética do produto; aumentar a eficiência energética	Energia PROENERGIA Intervir +	a) Projectos de investimentos em Unidades Autónomas de Gás (UGA's) inseridas no âmbito do sistema de abastecimento de gás natural, bem como investimentos em ramais de ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade, com base em fontes renováveis; b) Iniciativas-piloto inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia, envolvendo, nomeadamente, o apoio ao desenvolvimento de programas de acção e projectos-piloto;	MEA20. Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projectos piloto de eficiência energética) (ICN-Anual-017 AAE-007)	Consumo energético após a implementação do projecto/consumo energético antes da implementação do projecto (ano-1)
	Redes e Equipamentos Estruturantes na R. A. Açores			
	Redes e Equipamentos Estruturantes na R. A. Madeira			
	SI Inovação	f) Introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental;		
	SI Qualificação e Internacionalização de PME	f) Ambiente - investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco -Gestão e Auditoria (EMAS);		
Aumentar a quota de produção de energia a partir de fontes renováveis	Energia PROENERGIA Intervir+	a) Projectos de investimentos em Unidades Autónomas de Gás (UGA's) inseridas no âmbito do sistema de abastecimento de gás natural, bem como investimentos em ramais de ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade, com base em fontes renováveis;b) Iniciativas-piloto inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia, envolvendo, nomeadamente, o apoio ao desenvolvimento de programas de acção e projectos-piloto;	MEA21. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de energias renováveis (CORE-024AAE-008)	Σ dos MWh adicionais de produção de energia das instalações utilizando fontes de energia renováveis construídas/equipadas pelos projectos apoiados
	SI Inovação	f) Introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental;		
	SI Qualificação e Internacionalização de PME	f) Ambiente - investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco -Gestão e Auditoria (EMAS);		

Objectivos Estratégicos	Regulamento	Tipologias	Indicador	Descrição
	Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Açores	4. Intervenções em infra-estruturas do sistema electroprodutor a partir de recursos renováveis;		
	Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira	4. Intervenções em infra-estruturas do sistema electroprodutor a partir de recursos renováveis;		
Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados PROCONVERGÊNCIA Intervir+	a) Acções de gestão directa de intervenção em habitats e espécies;	MEA23. Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados (ICN-Anual-023 AAE-010)	ha abrangidos por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados
Servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" PROCONVERGÊNCIA Intervir+	b) Investimento corpóreo de redes de abastecimento de água em "vertente em baixa - modelo não verticalizado"; j) A construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas, designadamente condutas de abastecimento, estações elevatórias, equipamentos e reservatórios;	MEA26. População residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados (CORE-025 AAE-016)	Σ do Nº de pessoas (em população equivalente) servidas por sistemas de abastecimento de água em resultado dos projectos apoiados
	Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira	a) Construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas de abastecimento de água na designada vertente em "alta"; b) Construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas de abastecimento de água associadas ao Modelo Verticalizado, excepto remodelação nas redes de distribuição existentes que tenham sido objecto de apoio financeiro no âmbito do QCA II ou III, ou do Fundo de Coesão;		
Servir 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" PROCONVERGÊNCIA Intervir+	c) Investimento corpóreo de redes de drenagem de águas residuais em "vertente em baixa - modelo não verticalizado"; i) A construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas, designadamente de colectores de saneamento, equipamentos e estações elevatórias, que estejam integradas com a vertente em alta e em que esteja assegurado um tratamento adequado, que permita o cumprimento das normas de descarga a fixar pela entidade competente;	MEA28. População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados (CORE-026 AAE-017)	Σ do Nº de pessoas (em população equivalente) servidas por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais em resultado dos projectos apoiados
	Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira	c) Construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas de saneamento de águas residuais na designada vertente em "alta"; d) Construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas de saneamento de águas residuais associadas ao Modelo Verticalizado, excepto remodelação nas redes de recolha existentes, que tenham sido objecto de apoio financeiro no âmbito do QCA II ou III, ou do Fundo de Coesão; f) Construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas de saneamento de águas residuais no âmbito da ENEAPAI;		
Cumprir as metas de redução da deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro previstas no PERSU II	Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos PROCONVERGÊNCIA	a) Instalação, remodelação ou ampliação de unidades de tratamento mecânico associado ao tratamento biológico, para separação da fracção orgânica; b) Instalação, remodelação ou ampliação de unidades de tratamento mecânico e biológico para separação da fracção orgânica e respectiva valorização por digestão anaeróbia e/ou compostagem; c) Instalação, remodelação ou ampliação de unidades de tratamento biológico para valorização por digestão anaeróbia e/ou compostagem; d) Infra-estruturas complementares de TMB, designadamente, unidades de compostagem de verdes, estações de transferência, unidades de valorização de biogás de digestão anaeróbia, unidades de valorização material das fracções de refugo, incluindo para a produção de CDR;	MEA30. Quantidade de RUB valorizada organicamente nos projectos apoiados (ICN-Anual-019 AAE-009)	Quantidade total de RUB valorizada organicamente nos projectos apoiados
	Optimização da Gestão de Resíduos	a) Intervenções que visem otimizar as redes existentes de recolha selectiva; b) Acções que contribuam para otimizar as unidades de triagem existentes e aumentar a sua eficácia;		

Objectivos Estratégicos	Regulamento	Tipologias	Indicador	Descrição
	Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos PROCONVERGÊNCIA	<p>a) Instalação, remodelação ou ampliação de unidades de tratamento mecânico associado ao tratamento biológico, para separação da fracção orgânica;</p> <p>b) Instalação, remodelação ou ampliação de unidades de tratamento mecânico e biológico para separação da fracção orgânica e respectiva valorização por digestão anaeróbia e/ou compostagem;</p> <p>c) Instalação, remodelação ou ampliação de unidades de tratamento biológico para valorização por digestão anaeróbia e/ou compostagem;</p> <p>d) Infra-estruturas complementares de TMB, designadamente, unidades de compostagem de verdes, estações de transferência, unidades de valorização de biogás de digestão anaeróbia, unidades de valorização material das fracções de refugo, incluindo para a produção de CDR;</p>	MEA31. Variação na taxa de desvio de RUB para aterro (ICN-AAE-018)	(RUB depositados em aterro após intervenção - RUB depositados em aterro antes da intervenção (ano-1)) /Quant. total de RUB produzida
	Optimização da Gestão de Resíduos	<p>a) Intervenções que visem otimizar as redes existentes de recolha selectiva;</p> <p>b) Acções que contribuam para otimizar as unidades de triagem existentes e aumentar a sua eficácia;</p>		
Controlar o risco de contaminação do solo e recuperação de passivos ambientais	Recuperação do Passivo Ambiental PROCONVERGÊNCIA Intervir+	a) Acções correctivas para redução e eliminação dos focos de contaminação em áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível nacional;b) Acções preventivas em áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível nacional, envolvendo a instalação de barreiras físicas impeditivas da difusão dos contaminantes, garantindo a protecção das massas de água e a não degradação dos ecossistemas;c) Acções de requalificação / regeneração de áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível nacional;	MEA36. Área abrangida por acções de reabilitação e descontaminação ambiental (CORE-029AAE-019)	Área total abrangida por acções de reabilitação e descontaminação ambiental
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental (para o PO Lisboa)			
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	<p>a) Acções correctivas para redução e eliminação dos focos de contaminação em áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local;</p> <p>b) Acções preventivas em áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local, envolvendo a instalação de barreiras físicas impeditivas da difusão dos contaminantes;</p> <p>c) Acções de requalificação ou regeneração de áreas degradadas afectas à indústria extractiva, sítios e solos contaminados e locais de deposição indevida de resíduos não urbanos ou equiparados a urbanos, considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local;</p>		
Reduzir o risco de erosão costeira	Combate à Erosão e Defesa Costeira PROCONVERGÊNCIA Intervir+	<p>a) Intervenções de defesa activa do litoral, nomeadamente decorrentes de medidas correctivas de erosão de superfície, incluindo a estabilização de arribas, alimentação artificial de praias, execução de recifes artificiais, execução de armadilhas de sedimentos e sua reutilização, restabelecimento do ciclo natural costeiro dos sedimentos, reforço de cotas de zonas baixas ameaçadas pelas águas, reforço de margens e execução de diques e comportas para contenção do avanço das águas em zonas sujeitas a influência de marés e/ou a ocorrência de cheias;</p> <p>d) Protecção e recuperação de sistemas dunares e de arribas;</p>	MEA37. Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira (ICN-AAE-023)	Extensão total de costa intervencionada no âmbito das acções apoiadas com objectivo de diminuição do risco associado à dinâmica costeira
	Acções de Valorização do Litoral	Projectos e acções de reabilitação e monitorização de ecossistemas costeiros e de áreas ambientalmente degradadas, incluindo recuperação dunar; recarga de praias, desassoreamentos de canais, estabilização, desmonte e saneamento de arribas, balizamento e sinalização de áreas de risco, remoção de estruturas em áreas de risco em arribas, dunas, canais e linhas de água e zonas lagunares, bem como valorização e reforço de motas e margens de águas dominiais e descontaminação de zonas lagunares contaminadas e recuperação das degradadas;		

Objectivos Estratégicos	Regulamento	Tipologias	Indicador	Descrição
	Combate à Erosão e Defesa Costeira PROCONVERGÊNCIA Intervir+	c) Acções de classificação e de delimitação de zonas de risco, de zonas ameaçadas pelas águas do mar ou de instabilidade de arribas litorais, no sentido de conter a ocupação antrópica em áreas de risco; e) Acções de reposição das condições de ambiente natural que assegurem a sua estabilidade biofísica por via da recuperação, consolidação e protecção dos sistemas costeiros e remoção de estruturas de origem antrópica, da contenção da ocupação ou da densificação da ocupação em zonas vulneráveis e retirada programada de ocupações em zonas de risco;		
	Acções de Valorização do Litoral	Projectos e acções visando o ordenamento e requalificação da ocupação territorial das zonas costeiras, lagunares e estuarinas; nomeadamente requalificação de frentes ribeirinhas, e valorização de espaços degradados; ordenamento e valorização de núcleos de pesca artesanal e de pontos de atracagem de embarcações; ordenamento e balizamento da navegação; apoio a actividades compatíveis com a sensibilidade dos ecossistemas costeiros e lagunares; remoção de obstáculos que prejudiquem o enquadramento paisagístico e a visualização da paisagem; Projectos e acções de reabilitação e monitorização de ecossistemas costeiros e de áreas ambientalmente degradadas, incluindo recuperação dunar; recarga de praias, desassoreamentos de canais, estabilização, desmonte e saneamento de arribas, balizamento e sinalização de áreas de risco, remoção de estruturas em áreas de risco em arribas, dunas, canais e linhas de água e zonas lagunares, bem como valorização e reforço de motas e margens de águas dominiais e descontaminação de zonas lagunares contaminadas e recuperação das degradadas;	MEA38. Extensão de costa intervenionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco (ICN-AAE-024)	Extensão total de costa intervenionada no âmbito das acções apoiadas com objectivo de contenção ou diminuição da ocupação antrópica em áreas de risco
Minimizar os danos materiais e humanos decorrentes de extremos climáticos (cheias, inundações, secas)	Prevenção e Gestão de Riscos PROCONVERGÊNCIA Intervir+	c) Elaboração de planos de emergência de protecção civil; e) Construção, requalificação e reorganização da rede de infra-estruturas de protecção civil, com excepção dos Centros Municipais de Protecção Civil;	MEA39. População abrangida pelos Planos de emergência de protecção civil (ICN-Anual-024 AAE-011)	Nº de pessoas que beneficia dos Planos de emergência de protecção civil
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	e) Criação e revisão de planos de emergência de âmbito municipal;		
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	a) Criação, remodelação e ampliação da rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão;		
Garantir a cobertura do país por sistemas de protecção de riscos	Prevenção e Gestão de Riscos PROCONVERGÊNCIA Intervir+	c) Elaboração de planos de emergência de protecção civil; e) Construção, requalificação e reorganização da rede de infra-estruturas de protecção civil, com excepção dos Centros Municipais de Protecção Civil;	MEA40. Grau de cobertura do território por planos de emergência (ICN-AAE-025)	Relação entre a área coberta por planos e a área total do território
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	e) Criação e revisão de planos de emergência de âmbito municipal;		
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	a) Criação, remodelação e ampliação da rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão;		

Anexo XIII Estrutura do Programa

Eixo	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento	Destinatários
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	> Transformar o padrão de especialização e aumentar a inovação na economia da Região	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Acções Inovadoras	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	> Desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região	> Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico > Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	
	Modernização Administrativa	> Melhorar a qualidade e a eficácia da Administração Regional	> Modernização Administrativa	
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	> Assegurar a sustentabilidade e a diversificação da economia regional	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Engenharia Financeira	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Envolvente empresarial	> Melhorar a envolvente da actividade empresarial	> Acções Colectivas > Acolhimento Empresarial > Energia	
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	> Melhorar a eficiência e a cobertura dos sistemas de abastecimento e tratamento de água e de resíduos sólidos urbanos	> Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa > Resíduos Sólidos Urbanos	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Riscos naturais e tecnológicos	> Prevenir, gerir e monitorizar riscos naturais e tecnológicos	> Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	> Intervir no ambiente, na natureza e na biodiversidade	> Sistemas de gestão ambiental de segunda geração, Rede Natura e Biodiversidade	
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	> Consolidar a cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos colectivos	> Mobilidade > Culturais, de Potencial Turístico e de Lazer > Educação > Saúde e Desenvolvimento Social	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Reabilitação urbana e rural	> Apoiar a reabilitação urbana e rural	> Reabilitação Urbana e Rural	
	Cooperação interregional	> Conhecer boas práticas de desenvolvimento regional europeu	> Cooperação Interregional	
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	> Combater os efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais	> Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade > Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviços de Interesse Económico Geral	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	> Reduzir os custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse colectivo em razão da ultraperifericidade	> Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	> Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO	> Preparação, Análise, Selecção, Avaliação e Acompanhamento de Projectos > Comunicação, Informação e Publicidade > Sistema de Indicadores de Apoio à Monitorização do PO > Sistema de Informação > Estudos de Diagnóstico e Avaliação > Aquisição de Serviços Especializados Externos	Entidades públicas com intervenção na coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação do Programa

Anexo XIV Complementaridade com outros instrumentos

Programa Intervir+ (FEDER)	Designação da Operação			Programa Rumos (FSE)	Designação da Operação	POVT (Fundo de Coesão)	Designação da Operação
	FEDER - Publico	Programa Intervir+ (FEDER/Priv.)	FEDER - Privado				
x	Remodelação, adaptação do piso -2 do edifício do Madeira Tecnopólo para instalação da actividade do Instituto Madeira - ITI, associação de investigação e desenvolvimento - MADFDR-01-0224-FEDER-000007	x	Projecto da tipologia - Incentivos às Empresas - código:MADFDR-01-0190-FEDER-000001				
		x	Projecto da tipologia - Incentivos às Empresas - MADFDR-01-0190-FEDER-000002				
x	EUTELSAT MADEIRA (EM) - (código MADFDR-01-0119-FEDER-000002)			x	Projecto (código: 000801/2009/121) - Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos,		
x	e-SESARAM (código: MADFDR-01-0326-FEDER-000003)			x	Projectos (códigos: 000089/2008/122 e 000896/2009/122) - da Vertente de Intervenção - Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida - Tipologia: Formação Profissional da Administração Pública;		
x	Desenvolvimento da competitividade e reforço da capacidade técnica e tecnológica e da modernização da imagem da empresa - (código: MADFDR-01-0326-FEDER-000003)			x	(código 000877/2009/122) - da Tipologia: Formação Profissional da Administração Pública		
x	Requalificação do estabelecimento Pestana Palms e reforço da utilização de tecnologias de informação - (código: MADFDR-02-0120-FEDER-000001)			x	Projecto (código 000109/2008/121) da tipologia: Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos		
x	Reestruturação dos Locais de Formação Tecnológica da Direcção Regional de Qualificação Profissional - (código: MADFDR-04-0177-FEDER-000003)			x	Projectos (código: 00986/2009/111) da Vertente de Intervenção: Qualificação Inicial - Tipologia: Sistema de Aprendizagem; o projecto (Código: 000236/2008/113), da mesma Vertente de Intervenção - Cursos de Educação e Formação; o projecto: (código: 000945/2009/113) - Cursos de Educação e Formação; Projecto: (Código: 000438/2008/126) - da Vertente de Intervenção: Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida - Tipologias Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.		
x	Concepção e construção de instalações para o Centro de Formação (CF) do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) e Sede do SPM -(Código:MADFDR-04-0177-FEDER-000011)			x	Projecto (Código:000572/2009/124) - da Tipologia: Formação de Docentes		
x	Plano Promocional do Vinho Madeira (2009-2011)						
x	Festas da Flor 2009-2011						
x	Protecflor - Dispositivo de Protecção e Defesa Contra Incêndios Florestais - (código : MADFDR-03-0235-FEDER-000003)						

Programa Intervir+ (FEDER)	Designação da Operação			Programa Rumos (FSE)	Designação da Operação	POVT (Fundo de Coesão)	Designação da Operação
	FEDER - Publico	Programa Intervir+ (FEDER/Priv.)	FEDER - Privado				
x	PSL - Terminais Marítimos (Código: MADFDR-04-0150-FEDER-000001)						Projecto da área de intervenção: Infra-estruturas e Aquisição de Equipamentos, visa ampliar o molhe principal do Porto do Porto Santo, instalação do quebra-mar e terraplenos, construção de edifícios operacionais, arruamentos e arranjos exteriores, construção de cais e rampa de salvamento; redes de águas, esgotos e electricidade

	PCT-MAC (FEDER)	Designação da Operação		PROMAR (FEP)
		PRODERAM (FEADER)	Designação da Operação	

Anexo XV Acções de Informação e Publicidade - 2009

Comunicação Social					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				
Jornal da Madeira	X	21.01.2009	Artigo: "IDE já deu 40 milhões"	Gratuito	15.000 exemplares / diário
	X	04.06.2009	Artigo: "Execução vai entrar em velocidade de cruzeiro"		
	X	17.08.2009	Artigo: "Ilha homenageou emigrante"		
	X	23.09.2009	Artigo: "1,2 milhões de euros em apoios"		
	X	01.10.2009	Artigo: "320 famílias apoiadas"		
	X	19.11.2009	Artigo: "Mais 5 milhões para as PME's"		
	X	04.12.2009	Artigo: "Tintas e Telhas" apoia 320 famílias de Santa Cruz"	Pago	
	X	11.06.2009	1/2 pág. INTERVIR+		
	X	21.08.2009			
	X	10.10.2009			
X	25.12.2009				
Diário de Notícias	X	10.02.2009	Artigo: "Madeira sem candidaturas para 120 milhões da EU"	Gratuito	15.050 exemplares / diário
	X	19.02.2009	Artigo: " 62.6 milhões em linhas de crédito"		
	X	13.04.2009	Artigo: "Parques com 35% de ocupação"		
	X	25.08.2009	Artigo: "Madeira ainda só aproveitou 2% do dinheiro da Europa"		
	X	28.08.2009	Artigo: "320 famílias apoiadas pelo Programa Tintas e Telhas"		
	X	24.10.2009	Artigo: " O dinheiro da CEE"		
Jornal Cidade	X	11.05.2009	1/4 pág. INTERVIR+	Pago	15.219 exemplares / diário
	X	05.06.2009			
	X	10.07.2009			
	X	18.08.2009			
	X	09.10.2009			
	X	13.11.2009			
	X	11.12.2009			
Tribuna da Madeira	X	Maio	1/2 pág. INTERVIR+	Pago	10.600 exemplares (Sextas-feiras)
	X	Julho			
	X	Setembro			
	X	Setembro			
	X	Novembro			
Almanaque do Posto Emissor de Radiodifusão do Funchal - Almanaque PEF	X	Jan-09	1 anúncio INTERVIR+	Pago	17 mil exemplares (anual)
Correio da Manhã	X	07.04.2009	1/2 pág. INTERVIR+	Pago	118 398 exemplares / diário
Rádio Televisão Portuguesa - Madeira - RTP-Madeira	X	18.05.2009 a 31.05.2009	2 anúncios x dia	Pago	90.000 a 120.000 de audiência/dia
	X	15.06.2009 a 28.06.2009			
	X	16.11.2009 a 29.11.2009			
	X	18.12.2009 a 31.12.2009			
Outros Meios de Publicitação					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				

	X	Janeiro	INTERVIR+		240
	X	Fevereiro	INTERVIR+		225
	X	Março	INTERVIR+		298
Sítio Web [A partir de Setembro foi possível proceder-se à contagem por PO]	X	Abril	INTERVIR+	n.a.	218
	X	Maio	INTERVIR+		254
	X	Junho	INTERVIR+		263
	X	Julho	INTERVIR+		194
	X	Agosto	INTERVIR+		185
	X	Setembro	INTERVIR+		221
	X	Outubro	INTERVIR+		272
	X	Novembro	INTERVIR+		270
	X	Dezembro	INTERVIR+		180
Painéis Electrónicos	X	Agosto a Dezembro	Imagem institucional do INTERVIR+	Pago	3 Painéis (em frente do Mercado dos Lavradores, na Av. Arriaga e na Rua do Dr. Brito Câmara ao pé do Dolce Vita)
	X				
	X				
	X				
Mupi's nos Aeroportos da RAM - Madeira e Porto Santo	X	Julho a Dezembro	2 mupi's - Imagem do INTERVIR+		1 mupi no aeroporto da Madeira e 1 mupi no aeroporto do Porto Santo
Street Show. Exposição de Rua de um expositor com três painéis - Semana da Europa - com autorização da Câmara Municipal do Funchal	X	9.05.2009 a 15.05.2009	Expositor de Rua - Imagem e Informação sobre o PO		7 dias
Revista UP - Companhia Aérea TAP	X	Julho	1 pág. INTERVIR+	Pago	65 mil exemplares (mensal)
	X	Setembro			
	X	Novembro			
Revista Azorean Spirit - Companhia Aérea SATA	X	Maio/Julho	1 pág. INTERVIR+	Pago	20 mil exemplares (trimestral)
	X	Setembro/Novembro			

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual de Execução do Programa Intervir+

Ano 2009

Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, n° 16

9000-715 Funchal

Região Autónoma da Madeira

Portugal

Tel.: (+351) 291 214 000 / Fax: (+351) 291 214 001

Data de Edição: Junho 2010

Informação disponível em www.idr.gov-madeira.pt

